



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALEXANDRO SOUZA DE AMICO

REESTRUTURAÇÃO URBANA E GENTRIFICAÇÃO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO
DE JANEIRO: A UTILIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA COMO UM FATOR DE
LEGITIMAÇÃO, OS IMPACTOS NA FOLIA E AS SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIAS

RIO DE JANEIRO

2021

ALEXANDRO SOUZA DE AMICO

REESTRUTURAÇÃO URBANA E GENTRIFICAÇÃO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO
DE JANEIRO: A UTILIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA COMO UM FATOR DE
LEGITIMAÇÃO, OS IMPACTOS NA FOLIA E AS SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Willian Ribeiro da Silva

RIO DE JANEIRO

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

de Amico, Alexandre Souza
d278r REESTRUTURAÇÃO URBANA E GENTRIFICAÇÃO NA ZONA
PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: A UTILIZAÇÃO DO
CARNAVAL DE RUA COMO UM FATOR DE LEGITIMAÇÃO, OS
IMPACTOS NA FOLIA E AS SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIAS
/ Alexandre Souza de Amico. -- Rio de Janeiro, 2021.
221 f.

Orientador: Willian Ribeiro da Silva . Dissertação (mestrado) -
Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, 2021.

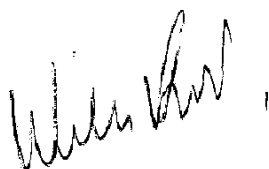
1. Gentrificação . 2. Porto Maravilha . 3.
Carnaval de rua . 4. Reestruturação . 5. Blocos de
rua . I. da Silva , Willian Ribeiro , orient. II.
Titulo.

ALEXANDRO SOUZA DE AMICO

REESTRUTURAÇÃO URBANA E GENTRIFICAÇÃO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO
DE JANEIRO: A UTILIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA COMO UM FATOR DE
LEGITIMAÇÃO, OS IMPACTOS NA FOLIA E AS SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIAS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia do
Departamento de Geografia do Instituto de
Geociências, Universidade Federal do Rio de
Janeiro como requisito para a obtenção do
título de mestre em Geografia.

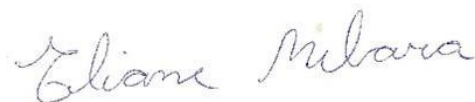
Aprovada em: 21/12/2021



Prof. Dr. William Ribeiro da Silva (orientador)
(PPGG/IGEO/UFRJ)



Profa. Dra. Julia Santos Cossermelli de Andrade
(IGEOP/UERJ)



Profa. Dra. Eliane Melara
(IEAR/UFF)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha Vó Maria, que voltou a estudar e tem um brilho nos olhos e uma garra pela educação que me enche de orgulho.

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas contribuíram de maneira decisiva para a realização deste trabalho, assim, nesse curto espaço, corro grande risco de deixar alguém importante de fora. De antemão, peço desculpas por qualquer injusta ausência. Posto isto, inicio os agradecimentos deste árduo trabalho com uma pessoa para lá de especial, alguém que mexeu de forma intensa com um jovem estudante de uma escola estadual de um bairro da periferia do município de Nova Iguaçu. Com estas poucas palavras, já dá para imaginar quem seja. Seu nome é Luciane Andrade e ela foi a minha professora de Geografia no Ensino Médio. Por anos, tentei reencontrá-la. Em 2016, nove anos após o fim do meu período escolar, finalmente, consegui. A felicidade desse momento me acompanha até hoje, pois constatei que suas ideias eram realmente as que eu lembrava. Após isto, por muitas vezes nos reencontramos nos atos, ou seja, nas ruas e na luta. Obrigado por tanto!

Quero agradecer à minha mãe, Sandra Maria, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos. Quando tive os piores anos da minha vida, nos quais estive em uma severa depressão, foi em seu colo que achei o refúgio que precisava para vencer algo que tanto mal me fez.

Depois de mim, minha companheira, Thays Reis, é a pessoa que mais sabe o quão difícil foi escrever a presente pesquisa. Com muito amor e carinho, ela me apoiou o tempo inteiro e compreendeu o quanto as dificuldades impostas por um trabalho dessa densidade, e em meio a maior pandemia enfrentada pela humanidade, me impactaram. Espero um dia poder retribuir tamanho companheirismo.

Agradeço também aos meus familiares que de alguma maneira estiveram me dando forças nesse momento. A pandemia de Covid-19 fez com que eu não estivesse tão próximo, mas de certa forma vocês estiveram comigo em todo esse tempo. Nesse bojo, agradeço à Daniella de Amico e Patrick de Amico, irmãos de sangue e de alma que tanto amo.

Quero também agradecer à Yasmin Pereira, grande amiga que a vida me deu de uma maneira um pouco inusitada e a milhares de quilômetros de nossas casas. Desde 2015 que mantemos contatos quase diários e nos últimos anos, partilhamos as dores e alegrias de sermos mestrandos.

Agradeço também à minha madrinha, Aldeíde, pessoa que me apoia muito desde o início da graduação. (Infelizmente, no período entre a defesa da dissertação e as correções

finais, minha madrinha faleceu. Como dizia Tim Maia, “e aquele adeus não pude dar”, mas serei eternamente grato por tudo que a “Dê” fez por mim.)

Ao meu psicólogo, Felipe, também deixo os meus agradecimentos por meses de atenta escuta sobre as dificuldades enfrentadas ao longo da elaboração do trabalho.

Um agradecimento especial ao amigo Bruno Nascimento que, desde o primeiro momento em que nos conhecemos, sempre esteve inexplicavelmente solícito a me ajudar com a pesquisa. Como se não bastasse tamanha generosidade, Bruno ainda deixou para todos nós um trabalho magnífico sobre a Zona Portuária do Rio que por si só já me ajudou demais. Obrigado!!

Outra grande pessoa que a UFRJ me aproximou foi Daniel Macedo. Já nos conhecíamos através de amigos em comum que dizem que somos irmãos. Além de ser uma pessoa muito gente fina, Dani foi fundamental para as entrevistas com organizadores de blocos do Porto.

Também deixo o meu agradecimento à Gabriel Magalhães, companheiro de turma e de laboratório, que partilhou comigo os difíceis momentos dessa jornada.

Meu afilhado, Pedro Oliveira, que tem apenas nove anos, ainda não tem a dimensão do quanto é importante para mim. Quando penso nele, tenho sentimentos bons que me dão força para seguir buscando ser uma pessoa melhor e também para buscar um mundo melhor. Espero que daqui a alguns anos, você leia isso e saiba que você fez parte desse trabalho.

Agradeço também à “família que escolhi”. Amigos e amigas que se tornaram realmente uma família. Esse momento de escrita, juntamente à pandemia, fez com que nos encontrássemos poucas vezes, mas os laços se mantiveram intactos e acredito que em breve poderemos nos encontrar mais vezes.

Agradeço também ao meu orientador William Ribeiro por todos os ensinamentos que me transmitiu durante esses anos. Saio dessa empreitada um profissional e pesquisador muito mais completo.

O meu muito obrigado vai também para a Professora Julia Andrade. Julia sempre muito generosa e atenciosa em todos os momentos dessa longa jornada que nos conhecemos.

Há alguns amigos e amigas que vêm ao meu lado desde a época da graduação. A estas pessoas quero dizer que tentarei ir junto a vocês até o fim. Desperta-me uma sensação muito boa reencontrar com cada um de vocês e vê-los traçando seus caminhos, mantendo a luta frente ao caos que estamos vivendo e acreditando no poder transformador da educação.

Sinceros agradecimentos também são postos aqui para dois grupos de estudos que se formaram ao longo desse período: o “Grupo bom para bater um papo” e o “Mestrando em golpe”. Apesar do tom de brincadeira dos dois nomes, as pessoas que estão neles contribuíram e muito para a minha formação através da discussão de muitos assuntos ligados à Geografia, à pós-graduação e ao mercado de trabalho.

Meu muito obrigado também para as amigas Aline Germano e Paloma Lisboa pelos anos de amizade e encontros pelo Fundão. Paloma e Aline são amigas que fiz num já longínquo 2011, quando éramos apenas três jovens moradores da periferia de Nova Iguaçu cursando um pré-vestibular social noturno numa escola municipal do bairro Cerâmica em busca da aprovação em uma universidade pública.

Agradeço também à Ana Paula, amiga que compartilhou conversas sobre carnaval, pós-graduação e vida em geral durante encontros pelo IFCS e blocos. Em uma situação parecida, agradeço ao amigo Tiago Boruchovitch, um geógrafo paulista apaixonado pelo Rio e pelo carnaval, mestre em Geografia pela UFRJ, amigo de trabalho no Cederj e parceiro de conversas sobre Geografia, carnaval, pós-graduação e sobre a vida.

Avante, pessoal! Unidos venceremos!

RESUMO

REESTRUTURAÇÃO URBANA E GENTRIFICAÇÃO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: A UTILIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA COMO UM FATOR DE LEGITIMAÇÃO, OS IMPACTOS NA FOLIA E AS SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIAS

Os objetivos da presente pesquisa foram os de investigar a reestruturação urbana em curso na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, o processo de gentrificação que vem ocorrendo a partir do início da reestruturação e como as práticas culturais locais, mais especificamente o carnaval de rua, está sendo utilizado enquanto um dos diversos pontos de sustentação do projeto. Ademais, examinamos os impactos na festa e também como esta se articula enquanto resistência à fragmentação espacial local. A dinâmica retratada acima tem origem em 2009, através da Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha. A OUC vem transformando as formas e funções da área e, assim, reestruturando o espaço urbano local. Em razão disto, buscamos analisar a Operação, através, sobretudo, dos conceitos de reestruturação urbana e gentrificação. Nesse bojo, vale ressaltar o perfil socioespacial de baixa renda dos moradores locais, a investigação realizada sobre o exponencial aumento do preço da terra na área após o início da OUC e a remoção de antigos residentes. Outros pontos pertinentes examinados foram a reestruturação do carnaval de rua promovida pelo poder público em prol da mercantilização da folia, a utilização da festa por parte de agentes hegemônicos para legitimar a OUC, a chegada de novos blocos e novos foliões oriundos da Classe Média ao carnaval de rua do Porto e as formas de resistências empreendidas pelos blocos. Para tanto, recorreremos, em grande parte, aos trabalhos dos geógrafos Neil Smith, David Harvey, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Maurício Abreu, Marcelo Lopes de Souza; da filósofa Otilia Arantes; do também filósofo Henri Lefebvre, da arquiteta e urbanista Nina Rabha etc. Ademais, a metodologia consistiu na análise de documentos públicos, em entrevistas com os mais diversos atores sociais, em exame de reportagens na mídia hegemônica, no monitoramento de páginas em redes sociais e sítios eletrônicos ligados à Zona Portuária, sítios eletrônicos que divulgam eventos pela cidade, sítios eletrônicos da Prefeitura e da Riotur, grupos de *Whatsapp* sobre o carnaval, o “boca a boca” de pessoas do meio carnavalesco, trabalhos de campo periódicos no Porto etc.

Palavras-chave: Gentrificação; Porto Maravilha; Carnaval de rua; Reestruturação; Blocos de rua.

ABSTRACT

URBAN RESTRUCTURING AND GENTRIFICATION IN THE PORT AREA OF RIO DE JANEIRO: THE USE OF STREET CARNIVAL AS A LEGITIMATION FACTOR, THE IMPACTS ON FUN AND ITS FORMS OF RESISTANCE

The objectives of this research were to investigate the ongoing urban security in the Port Zone of the city of Rio de Janeiro, the gentrification process that has been taking place since the beginning of security and how local cultural practices, more specifically the street carnival, is being used as one of the several support points of the project. In addition, we examine the effects on the party and also how it is articulated as resistance to local spatial fragmentation. The dynamics portrayed above originated in 2009, through the Porto Maravilha Urban Consortium Operation (OUC). The OUC interacts with the forms and functions of the area, thus restructuring the local urban space. For this reason, we seek to analyze the Operation, mainly through the concepts of urban living and gentrification. In this context, it is worth mentioning the low-income socio-spatial profile of local residents, an investigation carried out on the exponential increase in land prices in the area after the beginning of the OUC and the removal of elderly residents. Other pertinent points examined were the obedience of the street carnival by the public authorities in favor of the commodification of the revelry, the use of the party by hegemonic agents to legitimize the OUC, the arrival of new blocks and new revelers from the Middle Class to the Carnival of Rua do Porto and the forms of resistance understood by the blocks. To do so, we largely resort to the work of geographers Neil Smith, David Harvey, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Maurício Abreu, Marcelo Lopes de Souza; the philosopher Otilia Arantes; the philosopher Henri Lefebvre, the architect and urban planner Nina Rabha, etc. In addition, the methodology consisted of the analysis of public documents, interviews with the most diverse social actors, examination of reports in the hegemonic media, monitoring pages on social networks and electronic sites linked to the Port Zone, electronic sites that publicize events through the city, City Hall and Riotur websites, Whatsapp groups about carnival, “word of mouth” from people in the carnival milieu, periodic fieldwork in Porto, etc.

Key-words: Gentrification; Porto Maravilha; Street carnival; Restructuring; Street Blocks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema elaborado por Ernest Burgess.....	49
Figura 2: O primeiro panorama fotográfico da orla da Saúde, em estampa de E. Ciceri e P. Benoist, c. 1845.....	52
Figura 3: Painel instalado na Zona Portuária comprando imagens de antes e depois do início da OUC.....	64
Figura 4: Tweet de 2009 do apresentador da Rede Globo de Televisão Luciano Huck exaltando a articulação entre setores do Poder Público e o empresário Eike Batista.	66
Figura 5: “Mapa” com a distribuição dos empreendimentos na Zona Portuária do Rio de Janeiro em 2020.	72
Figura 6: Planta do Armazém 1, disponível na parte de locação no site da empresa Pier Mauá.....	86
Figura 7: Índice de inflação entre junho de 2002 e junho de 2012 (mês da reportagem).....	89
Figura 8: Engenharia financeira da OUC Porto Maravilha.	105
Figura 9: Áreas com disponibilidade para uso de CEPAC e o respectivo gabarito.	106
Figura 10: Quadro com a descrição das “15 importantes iniciativas culturais” para a Zona Portuária (destaque nosso).	128
Figura 11: À esquerda, postagem do bloco Amores Líquidos sobre o evento na quadra do Fala Meu Louro. À direita, postagem do Facebook do bloco Fala Meu Louro com a descrição e preços do evento.	138
Figura 12: Blocos que participam da Liga dos Blocos e Bandas da Zona Portuária.....	143
Figura 13: Distribuição dos recursos arrecadados com a venda inicial dos Cepacs.....	145
Figura 14: Tabela apontando os gastos relativos aos 3% dos Cepacs destinados à cultura local disponibilizada no 1º relatório trimestral de 2017 realizado pela Cdurp.	148
Figura 15: Cortejo do bloco 442 indo em direção à Praça da Harmonia na terça-feira de carnaval, em 2020.	149
Figura 16: O humorista Gregório Duvivier tocando trombone em um bloco na Gamboa.	150
Figura 17: Print retirado de um grupo de Whatsapp criado por músicos e foliões, sobretudo de fanfarras, para compartilhar a localização dos blocos em tempo real.....	160
Figura 18: Matéria do jornal O Globo que aponta os locais “descobertos” ou “redescobertos” pelo Carnaval de Rua.	172
Figura 19: Cortejo de 2020 do Bloco Boi Tolo passando pela Rua Camerino, próximo ao Jardim Suspenso do Valongo e ao fundo o prédio da Central do Brasil.	173

Figura 20: Evento realizado no Píer Mauá com participação do bloco Vem Ca Minha Flor. Chamada para o evento, preços e descrição das atrações.....	177
Figura 21: Evento do bloco Vem Ca Minha Flor com a participação de Mc Carol, Furacão 2000 e os blocos 442 e Charanga Talismã.	179
Figura 22: Evento no Santo Cristo do bloco Amigos da Onça.....	181
Figura 23: Ensaio aberto do bloco O Baile Todo na Praça Mauá e descrição de um evento realizado na quadra do bloco Fala Meu Louro, no Santo Cristo.....	182

LISTA DE GRÁFICOS

	17
Gráfico 1: Percentual de moradores em cada bairro estudado, em 2010.....	68
Gráfico 2: Etnia da população residente na Gamboa, em 2010.....	69
Gráfico 3: Etnia da população residente no Santo Cristo, em 2010.....	69
Gráfico 4: Etnia da população residente na Saúde, em 2010.....	70
Gráfico 5: Previsão de estoque futuro de área comercial no porto e em comparação com os principais bairros corporativos da cidade.....	91
Gráfico 6: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios antigos na Saúde.....	94
Gráfico 7: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios novos na Saúde.....	95
Gráfico 8: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios antigos na Gamboa....	96
Gráfico 9: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios novos na Gamboa.....	97
Gráfico 10: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios antigos no Santo Cristo.....	98
Gráfico 11: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios novos no Santo Cristo..	99
Gráfico 12: Renda domiciliar per capita na Gamboa, em 2010.....	101
Gráfico 13: Renda domiciliar per capita no Santo Cristo, em 2010.....	101
Gráfico 14: Renda domiciliar per capita na Saúde, em 2010.....	102
Gráfico 15: Modais utilizados por turistas para chegar até os blocos da Zona Portuária....	154
Gráfico 16: Anos em que os foliões entrevistados foram a um bloco na Zona Portuária pela primeira vez.....	161
Gráfico 17: Porcentagem de eventos na rua e/ou fechados realizados por blocos de fora da Zona Portuária no carnaval de 2020.....	165
Gráfico 18: Renda dos foliões residentes na Zona Portuária.....	168
Gráfico 19: Bairros que moradores da Zona Portuária frequentaram blocos também nesta zona no Carnaval de 2020.....	169
Gráfico 20: Nível de escolaridade das pessoas que frequentaram eventos fechados no Porto durante o carnaval de 2020.....	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Empreendimentos residenciais cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.....	72
Quadro 2: Empreendimentos comerciais cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.....	76
Quadro 3: Empreendimentos institucionais cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.....	79
Quadro 4: Empreendimentos hoteleiros cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.....	80
Quadro 5: Empreendimentos culturais cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.....	81
Quadro 6: Empreendimentos descritos como “outros usos” cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.....	82
Quadro 7: Números totais de empreendimentos separados por usos, em novembro de 2020.	84
Quadro 8: Variação do preço do metro quadrado no entorno da Praça Mauá, das ruas Sacadura Cabral, Barão de Teffé e Avenida Venezuela, no período de 2002 a 2012.	88
Quadro 9: Renda média mensal per capita nos bairros estudados , em 2010.....	100
Quadro 10: Evolução dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), no último trimestre de 2020.	108
Quadro 11: Pessoas entrevistadas no carnaval de 2020 que não residem na Zona Portuária e frequentam a área fora do carnaval e as que não frequentam.	139
Quadro 12: Pessoas entrevistadas no carnaval de 2020 que não residem na Zona Portuária e frequentam a área fora do carnaval para atividades culturais em geral e para outras atividades.	139
Quadro 13: Pessoas entrevistadas no carnaval de 2020 que não residem na Zona Portuária e frequentam a área fora do carnaval para atividades culturais relacionadas a museus e ao carnaval de rua.	139
Quadro 14: Blocos de fora da Zona Portuária que realizaram algum tipo de evento na área durante o período do pré-carnaval e/ou do próprio carnaval.	161
Quadro 15: Distribuição geográfica dos eventos dos blocos de fora da Zona Portuária no carnaval de 2020.	164
Quadro 16: Blocos da Zona Portuária que desfilaram em 2020.....	165
Quadro 17: Renda média mensal per capita em 2010 nos bairros estudados e nos cinco primeiros bairros com maior número de entrevistados no carnaval de 2020.....	169

Quadro 18: Eventos em espaços fechados aprovados pela Cdurp que contaram com a participação de blocos de fora do Porto, no primeiro trimestre de 2020.176

LISTA DE FOTOS

16

- Foto 1:** Em primeiro plano, meninos que ficam saltando na Baía de Guanabara. Ao fundo, um navio da MSC chegando ao Porto do Rio carregado de contêineres, em 2021.54
- Foto 2:** Prédios corporativos de arquitetura pós-moderna erguidos durante a OUC Porto Maravilha.85
- Foto 3:** Rua Sacadura Cabral, após o Cais do Valongo em direção à praça da Harmonia.93
- Foto 4:** Evento realizado em comemoração ao aniversário de fundação do bloco Prata Preta, em 16 de novembro de 2019.146
- Foto 5:** Evento de pré-carnaval realizado pelo bloco Prata Preta, em 08 de fevereiro de 2020, no Centro Cultural José Bonifácio.146
- Foto 6:** Evento realizado pelo bloco O Baile Todo em frente ao AquaRio, na segunda-feira do carnaval de 2020.184
- Foto 7:** Fila do caixa e interior de um evento. 18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIU- Área especial de interesse urbanístico

CBD- *Central Business District* (Distrito Central de Negócios)

CDURP- Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro

CEF- Caixa Econômica Federal

CEPAC- Certificado do Potencial Adicional de Construção

FIIPM- Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPP- Instituto Pereira Passos

INT- Instituto Nacional de Tecnologia

NAU- Núcleo de Ativação Urbana

OUC- Operação Urbana Consorciada

PECRJ- Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro

PMCRJ- Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro

PPP- Parceria Público Privada

Sebastiana- Associação Independente dos Blocos da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Justificativa	30
1.2. Objetivos	32
1.2.1. Objetivo geral.....	32
1.2.2. Objetivos específicos	32
2. GENTRIFICAÇÃO: O SURDO DA NOSSA PERCUSSÃO.....	33
2.1. Gentrificação: discussões teóricas sobre uma estratégia urbana global	33
2.1.1. O Rent Gap: um marco conceitual.....	42
2.2. O andamento do Porto Carioca	46
2.2.1. A estigmatização da Zona Portuária	47
2.2.2. A chegada do planejamento urbano estratégico: a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha	58
3. A REESTRUTURAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA AOS MOLDES DO PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO E A UTILIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA DO PORTO POR PARTE DA MÍDIA HEGEMÔNICA COMO FATOR DE LEGITIMAÇÃO DA GENTRIFICAÇÃO.....	109
3.1. A gentrificação vista a partir dos usos: a localização das práticas culturais dentro dos processos de gentrificação no arranjo criado pelo capital	109
3.2. A reestruturação do carnaval de rua do Rio de Janeiro e a importância da folia momesca para a governança urbana carioca	114
3.3. A ressignificação espacial do Porto Carioca e a mídia hegemônica: a utilização do carnaval de rua para legitimar a gentrificação	133
4. O AVANÇO DA FRONTEIRA URBANA EM DIREÇÃO AO PORTO, O CARNAVAL DE RUA NESTA CONJUNTURA E O DIREITO À CIDADE DENTRO DAS RESISTÊNCIAS DA FOLIA.....	155
4.1. A construção da Fronteira Urbana: pensando o Porto Carioca e o carnaval de rua desse trecho da Zona Periférica do Centro do Rio de Janeiro	155
4.2. O Direito à Cidade e o Carnaval de Rua: o espaço urbano em tempos de folia.	188
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	204
ANEXOS.....	214

1. INTRODUÇÃO

Si o senhor não está lembrado
Dá licença de contá
Que aqui onde agora está
Esse adificio arto
Era uma casa velha
Um palacete abandonado
Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mas um dia
Nem quero me lembra
Veio os homis cas ferramentas
Que o dono mandô derrubá
Peguemo tuda nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Apreciar a demolição
Que tristeza que eu sentia
Cada táuba que caía
Doía no coração
Mato Grosso quis gritá
Mas em cima eu falei
Os homis tá cá razão
Nós arranja outro lugar
Só se conformemos quando o Joca falou:
"Deus dá o frio conforme o cobertor"
E hoje nós pega páia nas grama dos jardim
E prá esquecê nós cantemos assim:
Saudosa maloca, maloca querida,
dimdim donde nós passemos dias feliz de nossa vida
Saudosa maloca, maloca querida,
dimdim donde nós passemos dias feliz de nossa vida
(Saudosa Maloca, Adoniran Barbosa)

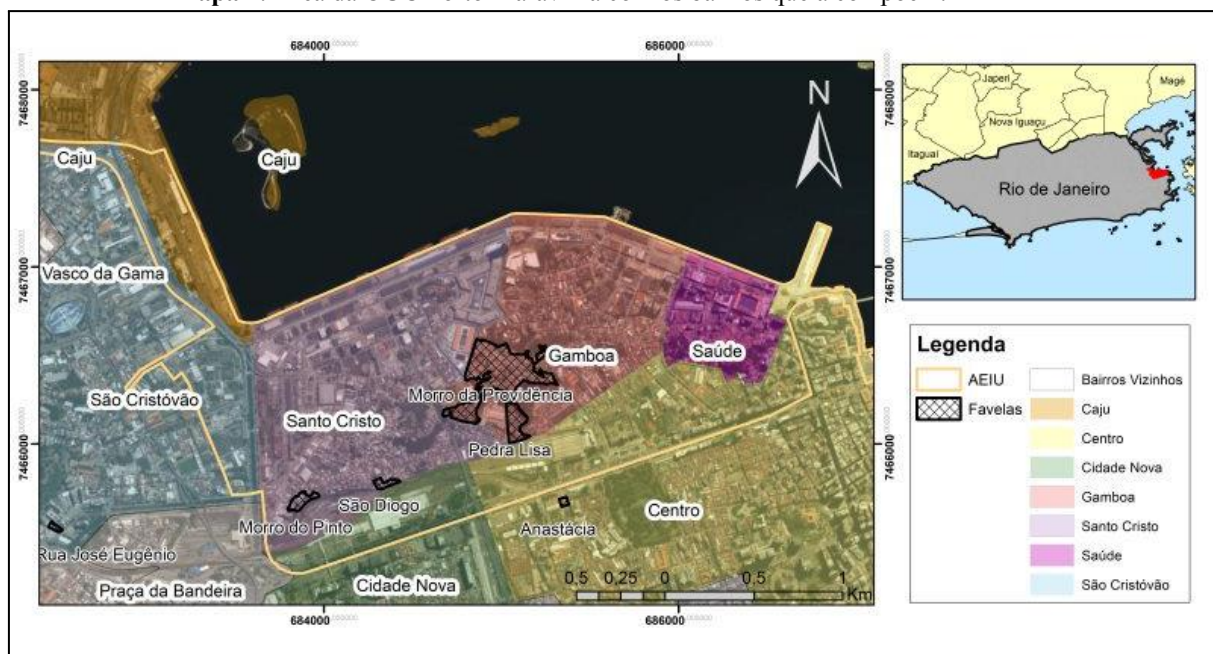
Começamos nosso trabalho com o samba intitulado Saudosa Maloca. Este clássico do gênero foi composto por Adoniran Barbosa e tem neste mesmo sambista, juntamente ao grupo Demônios da Garoa, os seus mais famosos intérpretes. A canção data da primeira metade da década de 1950¹ e versa sobre a cidade de São Paulo. A letra faz menção a três amigos em situação de rua que se deparam com o poder socioeconômico do capital imobiliário em uma São Paulo que está reestruturando o seu espaço urbano, dando novos significados para uma “paulistanidade”, a partir das comemorações do IV centenário da cidade. Você, leitora ou leitor, pode estar se perguntando o porquê de trazer para um trabalho acerca de um processo contemporâneo na Zona Portuária do Rio de Janeiro um samba da década de 1950 e que aborda processos espaciais da cidade de São Paulo. Pois bem, as reestruturações do espaço

¹Segundo Bastos (2014), em artigo intitulado: Ensaio sobre Adoniran: um estudo antropológico sobre a “Saudosa maloca”, o primeiro arranjo da música foi feito em 1951, contudo, é somente após o arranjo de 1954, criado pelo grupo Demônios da Garoa, que a música torna-se popular.

urbano não são novidades e acontecem em variadas cidades e em diferentes épocas, seja nos países centrais ou nos (semi)periféricos. Assim, enxergamos impressionantes semelhanças com a letra da canção e alguns processos espaciais contidos na Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha. Aqui, não queremos dizer que todas as intervenções são iguais, pelo contrário, as singularidades de cada processo são imprescindíveis à análise. Contudo, o uso de uma sólida base teórica sobre o tema em tela pode nos auxiliar a compreender as universalidades do fenômeno e colaborar com o exame do caso carioca. Posto isto, salientamos que nosso trabalho tem como objetivo analisar a reestruturação urbana da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, a gentrificação que vem ocorrendo no local a partir do início das obras e a localização do carnaval de rua da área e meio aos processos descritos.

A reestruturação do Porto Carioca vem sendo posta em prática por meio da OUC Porto Maravilha, assim, consideramos prudente apresentá-la já neste momento. A OUC Porto Maravilha teve início no ano de 2009, foi criada através da Lei Complementar 101 de 23 de novembro de 2009 e segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), a área da operação possui mais de cinco milhões de metros quadrados. A seguir, o Mapa 1 apresenta a área da OUC:

Mapa 1: Área da OUC Porto Maravilha com os bairros que a compõem.



Fonte: Base cartográfica do Instituto Pereira Passos, elaboração própria.

Como podemos observar no mapa acima, a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) compreende os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Centro, Cidade Nova, São Cristóvão e Caju. Nesta investigação, optamos pela análise dos bairros da Saúde, Gamboa e

Santo Cristo, pois estes encontram-se em suas totalidades dentro da área da OUC Porto Maravilha (representando cerca de 94% da área total) e são os bairros onde mais podemos observar os impactos da reestruturação. É também possível perceber através do Mapa 1 que a OUC Porto Maravilha encontra-se na área central da capital fluminense, bem ao lado do Distrito Central de Negócios (ou *Central Business District* -CBD- em sua origem na língua inglesa), área esta que concentra a parte da gestão especializada do grande capital.

Já que estamos introduzindo as dinâmicas da reestruturação do Porto Carioca e a própria noção de reestruturação atravessa todo o nosso trabalho, consideramos necessário, nesse momento, concentrarmos brevemente a nossa atenção para a apresentação do conceito de reestruturação. Tendo em sua etimologia o sentido de construção, é tão somente no século XIX que a reestruturação é elevada a uma categoria da análise socioespacial (LENCIONI, 1998). Todavia, os debates acerca da reestruturação não surgem no campo dos estudos sobre os fenômenos urbanos. Originalmente, as discussões estavam nas mãos dos economistas, localizando-se a origem do conceito dentro das ciências econômicas. Posteriormente, no final da década de 1980, a discussão chega até o campo da Geografia Econômica, principalmente com a obra do geógrafo inglês David Harvey (2008 [1989]) e o debate sobre a chamada reestruturação produtiva. Somente mais tarde, já na década de 1990, o conceito adentra nos estudos acerca do urbano pela ótica geográfica, sobretudo com o geógrafo estadunidense Edward Soja e a sua obra “Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica”, de 1993.

Sucintamente, avaliando-se a conjuntura global da época, foi a crise deflagrada na década de 1970 o grande estopim da reestruturação produtiva vista a nível mundial. Harvey (1996, p. 50) diz haver “uma concordância generalizada de que a mudança [nos paradigmas da urbanização] tem algo a ver com as dificuldades que atingiram as economias capitalistas desde a recessão de 1973.” O autor elenca alguns aspectos como a desindustrialização, o desemprego, a austeridade fiscal em nível local e nacional, o crescimento do neoconservadorismo e um apelo muito mais forte às privatizações e à “racionalidade” do mercado. Entretanto, esta é apenas a gota d’água de um processo que tem a sua origem a partir do pós-II Guerra Mundial, com a retomada econômica empreendida pelo Japão. Nesse cenário, esta reestruturação não se fez presente apenas na economia, mas sim em todo um modo de vida.

A reestruturação, que foi iniciada no Japão, teve impactos nos próprios Estados Unidos da América, principalmente na Costa Oeste do país, e mais especificamente no estado da Califórnia. Em nenhum momento isto significa que a Costa Leste, sobretudo o Nordeste do

país, tenha deixado de ter grande importância na economia estadunidense. Por exemplo, as indústrias de base não foram para a Costa Leste, estas permaneceram no Nordeste do país. Porém, com a dinamização da forma de produção capitalista, juntamente aos vultosos investimentos em formação de mão de obra qualificada nas universidades da Costa Oeste, cidades como São Francisco e Los Angeles assumiram um alto grau de importância.

Realizamos esta breve contextualização para chegarmos até a obra de Edward Soja (1993), trabalho que figura como o grande marco sobre os estudos das reestruturações em face do espaço urbano. Soja (1993) examina com maestria a dinâmica retratada anteriormente, principalmente o caso da cidade de Los Angeles. Mas engana-se quem pensa que o trabalho de Soja (1993) é “apenas” empírico, o autor realizou um louvável esforço para assentar as bases teóricas acerca da temática. Dessa forma, o geógrafo estadunidense define preliminarmente a reestruturação do subsequente modo:

Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente. (SOJA, 1993, p. 194)

Avançando no debate quanto ao conceito de reestruturação, Soja (1993) registra que nas reestruturações, tradições seculares já não se sustentam e acabam por sofrer “desmoronamento e reconstrução”. Nas palavras do autor:

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. (SOJA, 1993, p.82)

O geógrafo argumenta que a reestruturação não pode ser vista como um processo mecânico ou até mesmo automático. Para o autor, o processo é resultante de situações de bruscos movimentos que abalam a ordem social pré-existente. Destacamos na obra de Soja (1993) a importância que a análise dos processos espaciais ganham dentro da teoria social de cunho marxista. Ao longo do século XX, diversos autores apontaram uma possível ausência do aporte espacial nas análises críticas da sociedade. Soja (1993) vai além e identifica como o tempo possui comumente uma relevância maior do que o espaço nos estudos sociais. Segundo o autor, isto se configuraria como uma forma equivocada de apreensão do real, e nas

“geografias pós-modernas” (após o declínio do fordismo) teríamos a mais importante tarefa de reafirmar a importância da análise espacial.

Todavia, é importante destacar que não se trata de uma negação do tempo em detrimento do espaço, configurando-se em uma espécie de determinismo geográfico. Soja (1993) tem por objetivo estabelecer um arcabouço teórico que resgate a dimensão espacial em abordagens que, direta ou indiretamente, trabalharam a noção de espaço na interpretação da realidade social. Dessa maneira, o autor discorre sobre três grandes aspectos que permitem nos municiarmos teoricamente para uma análise espacial da realidade social: o espaço dentro da teoria social crítica; as mudanças no padrão de acumulação capitalista e a dimensão cultural associada à economia política urbana e regional. Ao longo deste trabalho, faremos uso destes três aspectos para tornar mais inteligível o nosso objeto de análise.

No desenrolar desta discussão, Sposito (2007, pp. 2-3), ancorada em Soja (1993), registra que faz uso do conceito de reestruturação, pois avalia que já vivenciávamos (à época do texto) um momento com um “amplo e profundo conjunto das mudanças, no que concerne aos processos de estruturação urbana e das cidades.”

Por seu turno, Souza (2006, 2013) traz uma fundamental ressalva acerca da diferenciação entre processos de reestruturação e refuncionalização. Segundo o autor (2013, p. 69): “refuncionalizar um espaço material significa atribuir novas funções a formas espaciais e objetos geográficos pré-existent(...) reestruturar um espaço material quer dizer alterá-lo muito significativamente, modificando a sua estrutura”. Ou seja, a reestruturação implica transformações de ordens escalar e conceituais maiores. Reestruturar significa mais do que apenas dar novas funções a antigas formas, é ir além e, por vezes, impactar até mesmo a estrutura de um determinado espaço.

Na esteira da mencionada discussão, Teixeira (2018) desenvolve com nitidez como a combinação de certos fatores faz com que as reestruturações espaciais assumam naturezas distintas e se diferenciam de simples modificações no espaço. O autor (2018, p. 43) apresenta os seguintes pontos que influenciam nas reestruturações: a espacialidade herdada sobre a qual incidem as intervenções; os agentes que as protagonizam; as intenções que as motivam; os recursos (econômicos, políticos e simbólicos) mobilizados para a sua execução; sua escala de incidência e a capacidade de transformar os usos, as formas, as funções, os significados e até mesmo alguns aspectos da estrutura urbana. A combinação em maior ou menor número desses constituintes, bem como a maior ou menor mobilização dos agentes, implicará determinados direcionamentos aos projetos. Paralelo a isto, muito importa analisar o que há

por trás desses e também de outros elementos dos projetos de reestruturações espaciais. Ao tratarmos da Zona Portuária do Rio de Janeiro, por exemplo, levamos em conta todos esses pontos para que a análise dê conta de abarcar o máximo possível da totalidade do fenômeno estudado.

Ainda na obra de Teixeira (2018), observamos justamente o exame da reestruturação em curso no Porto Carioca. O geógrafo disserta como a ocorrência dos elementos em questão na Zona Portuária do Rio de Janeiro é “rara”. Segundo o autor, a intervenção tem incidência em grande parcela do espaço e mobiliza enormes parcelas de capital, político, simbólico e econômico. No que tange aos agentes, ainda de acordo com Teixeira (2018), esse tipo de intervenção é, por muitas vezes, executada por agentes hegemônicos, com destaque para o Poder Público e grandes corporações privadas. O autor faz uma ressalva sobre os moradores das cidades, organizados em movimentos sociais ou não, também possuem a capacidade de promoção de intervenções dessa magnitude. Como exemplo, são mencionados acampamentos de movimentos sem-teto e bairros inteiros em cidades dos países (semi)periféricos que são organizados a partir de movimentos populares. O geógrafo resume a ocorrência das reestruturações urbanas da seguinte forma:

Ao modificarem as formas, funções e significados espaciais de modo profundo, tais intervenções tendem a transformar a relação das áreas impactadas com o restante da cidade, podendo, inclusive, alterar aspectos da *estrutura urbana*. Em síntese, aquilo que classificamos como *intervenções de reestruturação do espaço urbano* são intervenções de grande escala de incidência (relativamente às dimensões da aglomeração), que mobilizam recursos de vulto, sendo concebidas e executadas por agentes poderosos e capazes de alterar, ao menos potencialmente, aspectos da estrutura urbana. Acreditamos que, por meio dessa definição, torna-se possível agrupar fenômenos que geralmente são tratados como diferentes, e, até certo ponto, concorrentes. (TEIXEIRA, 2018, pp 43-44. Destaques no original.)

Percorrendo por este prisma, de acordo com Smith (2007, [1996]²), cabe destacar que, embora os processos de reestruturações urbanas não sejam novidade, há de se considerar uma certa “inovação” nos processos mais recentes (a partir da década de 1970): a intensidade na execução. A reunião dos elementos citados anteriormente acarreta a complexidade dessas intervenções urbanas contemporâneas que caracterizam parcela significativa do chamado

² Do original: Smith, N. *Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space*. In: *Readings in Urban Theory* edited by Susan S. Fainstein and Scott Campbell (Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996)

“empreendedorismo urbano”, amplamente discutido por Harvey³ (1985, 1996, 2013, 2005). Nas palavras de Neil Smith (2007):

(...) a reestruturação do espaço urbano não é, estritamente falando, um fenômeno novo. Todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano consiste em um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço urbano. O que é novo, hoje, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas. Determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído. (SMITH, 2007, p.20)

Além disso, Smith (1988 [1984], 2007) reflete sobre as reestruturações do espaço urbano e o dito “desenvolvimento desigual”. Na obra de 2007, o autor enfatiza como a reestruturação geográfica da economia espacial é sempre executada de maneira díspar. Assim, “a reestruturação urbana em uma região da economia nacional ou internacional pode não ser acompanhada, tanto em qualidade ou quantidade, natureza ou intensidade, por uma reestruturação em outra região” (SMITH, 2007, p. 20). Para exemplificar, Smith (2007) aponta as dicotomias entre os países centrais e periféricos, mas também discorre a análise a partir das diferenças regionais das economias mais avançadas. Em suma, o geógrafo evidencia que “há sobreposição de arranjos regionais e internacionais que complicam as configurações urbanas” (SMITH, 2007, p. 20).

Ainda de acordo com o autor, as explicações acerca da reestruturação (e da gentrificação) só poderão ter um resultado coerente quando identificarem e analisarem as formas urbanas que resultam do processo, assim como as suas exceções. Para tal, Smith (2007) propõe uma análise que não leve em conta apenas uma lista de fatores, mas sim um exame integrado em que pese a localização e também a época onde aconteceu o processo. Esta perspectiva nos é interessante, pois estamos tratando neste trabalho de um processo em um país semiperiférico e iniciado no ano de 2009. Além disso, o geógrafo aponta que o mais importante é perguntar-se o porquê de alguns bairros interessarem ao capital para a reestruturação (e uma possível gentrificação) e outros não. Essa e outras perguntas foram trazidas ao estudo de nosso caso e posteriormente respondidas.

³ David Harvey, ex-orientador de Neil Smith, define o termo como “o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional, ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições e de pesquisas, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais) formando coalizões para fomentar e administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro” (HARVEY, 2005, p.230). Indo além, Harvey (2005) traça três características principais para aquilo que chama de empreendedorismo urbano: A- a formação de coalizões de poder estruturadas, sobretudo, nas Parcerias Público Privadas. B- investimentos especulativos em que o setor público assume os riscos. C- a importância dada à administração local, aquela que teve seu poder ressignificado quando passou a assumir a maior parcela da gerência dos projetos de reestruturações. É possível obter uma discussão mais detalhada sobre o assunto no Capítulo 2

Complementando o exercício de análise de nossa temática, é em Corrêa (2018) que encontramos o alerta para o perigo de conceber que determinados processos sempre gerarão determinadas formas. O autor exemplifica que um mesmo processo pode gerar duas formas e funções distintas, quando trata-se de áreas diferentes. O geógrafo defende que estas diferenças podem ser explicadas pelas características locais, ou seja, as suas singularidades. Em sua contribuição, Santos (1996, p. 121) avalia a necessidade de que “toda análise urbana, para ser válida, deve apoiar-se em categorias que levem em conta, ao mesmo tempo, a generalidade das situações e a especificidade do caso que deseja abordar.” Corrêa (2018) também discorre acerca da relevância do(a) pesquisador(a) ter em mente que um único lugar é ao mesmo tempo singular, particular e universal. Em sua contribuição, Lukács (2018) discute com profundidade esta temática. O filósofo húngaro aponta alguns “perigos ideológicos” ao pensarmos estas categorias de maneira não dialética:

As relações entre universalidade, particularidade e singularidade constituem, naturalmente, um antiquíssimo problema do pensamento humano. Se não distinguirmos, pelo menos em certa medida, essas categorias, se não as delimitarmos reciprocamente e não adquirirmos certo conhecimento da mútua superação de uma na outra, ser-nos-á impossível orientarmo-nos na realidade, ser-nos-á impossível uma práxis, mesmo no sentido mais cotidiano da palavra. (LUKÁCS, 2018, p. 21).

Outro eixo central para a discussão da reestruturação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro é o conceito de gentrificação. Em nossa investigação, optamos por seguir a linha de raciocínio que considera a gentrificação como uma estratégia global da atual fase da acumulação capitalista. Assim, partimos principalmente dos trabalhos do geógrafo Neil Smith. No âmago do processo de gentrificação, locais em áreas centrais que antes foram desvalorizados de maneira proposital passam por profundas reestruturações que (re)valorizam a terra urbana, acarretando na saída, ou expulsão, de moradores mais pobres para a chegada de uma parcela mais abastada da população. Em razão disto, para o caso do Rio de Janeiro, examinamos os agentes que fazem parte do processo, principalmente o capital imobiliário e o Poder Público. Entretanto, considerando seus respectivos “pesos” e papéis na dinâmica, também observamos outros atores, como a grande mídia e a Classe Média, por exemplo. Sobre esta Classe, em concordância com os pensamentos do geógrafo Neil Smith, compreendemos que não é ela quem comanda o processo, mas considerando-a enquanto uma parte fundamental da gentrificação, decidimos debatê-la um pouco mais a fundo para que o leitor ou a leitora possa ter uma melhor dimensão daquilo que estamos tratando.

Ora, já que a gentrificação tem nas “Classes” um de seus elementos centrais, é sumariamente importante compreendermos as problemáticas por trás da noção de “Classe

Média”. Harvey (1985) esmiúça a estrutura das classes no capitalismo a partir da diferenciação espacial. Como primeiro ponto, o autor ressalta a importância de analisar a estrutura das classes tendo em vista a conjuntura histórica que a permeia. Com isso, o geógrafo sinaliza a necessidade de conectar as partes ao todo e o todo às partes. Para tanto, o autor (1985) utiliza-se do método marxista e afirma que a dialética de Karl Marx observa os fenômenos de forma relacional, tendo como objetivo a integridade da dialética entre o todo e as partes. A partir de diversas obras de Marx, e também das obras de Giddens (1973) e Poulantzas (1973), Harvey (1985) discorre sobre três forças que estruturam a diferenciação de classes dentro da sociedade capitalista: 1. Uma força primária decorrente da relação de poder entre capital e trabalho. 2. Uma variedade de forças secundárias decorrentes do caráter contraditório e evolutivo do capitalismo, que incentivam a diferenciação social de acordo com as linhas definidas por (a) divisão do trabalho e especialização da função, (b) padrões de consumo e estilo de vida, (c) projeções manipuladas da consciência ideológica e política e (d) barreiras às chances de mobilidade. 3. Forças residuais que refletem as relações sociais estabelecidas em um modo de produção anterior ou geograficamente separado, mas subordinado. Ao debater tais forças, Corrêa (1989, pp 61-62) agrupa alguns resultados gerados por estas forças ao longo do espaço-tempo: (a) fragmentações das classes devido à divisão do trabalho e especialização funcional; (b) classes com padrões díspares de consumo que visam demandas variáveis e contínuas; (c) o surgimento de uma Classe Média burocratizada, tanto na esfera estatal quanto na privada, que tem por função organizar a produção, distribuição, circulação e o consumo; (d) a promoção de desvios, por parte da classe dominante, da atenção sobre os reais problemas oriundos da relação capital-trabalho; (e) condução de barreiras sobre a mobilidade social para evitar instabilidades sociais do status quo.

Uma vez identificada esta estrutura, voltamos nosso pensamento ao debate especificamente sobre a chamada “Classe Média” e as suas implicações no cenário brasileiro mais contemporâneo. Ao que compreendemos hoje como Classe Média têm-se questões ligadas às esferas da renda, do consumo, da cultura (do modo de vida em geral) e não da produção em si. Então, afinal, o que seria a Classe Média? O que a define? Quais são os seus limites e características? Inúmeras disputas sobre esta noção foram e ainda são realizadas nas ciências sociais como um todo. Este conceito é fundamental para analisarmos o nosso objeto, portanto, apresentaremos um debate sobre o tema e apontaremos como passaremos a tratar a questão daqui em diante.

O historiador Marcelo Badaró Mattos (2019) e o economista Marcelo Neri (2008) identificam a Classe Média apenas por critérios de consumo e renda. Cremos que estes critérios estritamente econômicos não dão conta da totalidade das dinâmicas sociais. Os conflitos existentes hoje na sociedade capitalista carecem de um exame mais holístico e que seja capaz de contemplar a totalidade do espaço contemporâneo. Deixar de lado o plano simbólico, por exemplo, é cair no erro de alguns marxistas clássicos de outrora. Seguindo a perspectiva de definições meramente econômicas, o cientista político Rudá Ricci (2013) identifica a ascensão de uma “nova Classe Média” no Brasil, a partir dos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). O autor atribui a expansão da chamada Classe C durante o período mencionado como sendo a Nova Classe Média Brasileira. Segundo o autor, esta nova Classe Média teria características diferentes da Classe Média “tradicional”, como menor escolaridade, menor poder de consumo e maior vulnerabilidade às mudanças econômicas. O economista Marcio Pochmann (2012) revela como na realidade o Brasil experimentou uma ascensão do poder de compra de parcelas da Classe Trabalhadora antes mais precarizadas. O autor refuta a ideia de que a ascensão deste segmento da Classe Trabalhadora possa ser considerada como uma “nova” Classe Média. Segundo Pochmann:

Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. (POCHMANN, 2012, p.13)

O sociólogo Jessé Souza, em obras de 2012 e 2018, também desenvolve críticas à ideia de uma “Nova Classe Média” brasileira. De acordo com o autor, a ideologia liberal faz com que a definição esteja diretamente ligada à renda:

O que o liberalismo economicista dominante faz é “dizer” que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular classe à renda. É isso que faz com que os liberais digam que os “emergentes” são uma “nova classe média” por ser um estrato com relativo poder de consumo. (SOUZA, J.,2012, pp 17-18. Destaques no original.)

As definições realizadas apenas por renda e capacidade de consumo possuem graves limitações, pois levam em conta apenas a faceta econômica da sociedade. Pochmann (2013) aponta como a Classe Média também deve ser classificada a partir de critérios culturais, de escolaridade, lazer, etc, ou seja, todo um modo de vida. Partilhando de visão semelhante, Souza, J. (2012, 2018) argumenta que, além da renda e do consumo, a visão de mundo, os comportamentos e as atitudes, a transmissão de valores, o nível educacional e os hábitos culturais também devem ser levados em conta na definição da classe média. Para Souza, J. (2018):

Trata-se, portanto, de reconstituir os valores que servem de guia para o comportamento efetivo dos que fazem parte desta classe, assim como as formas específicas de sua socialização familiar e escolar, o que vai explicar a renda diferencial posterior, na idade adulta. (SOUZA, J., 2018, p.15)

Em crítica não só ao liberalismo, mas também ao “marxismo tradicional”, Souza, J. (2012) discorre acerca das problemáticas derivadas das visões que não levam em conta demais aspectos que não apenas os econômicos:

O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas “economicamente”, no primeiro caso como produto da “renda” diferencial dos indivíduos, e, no segundo caso, como “lugar na produção”. Isso equivale a esconder todos os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito. (SOUZA, 2012, p.18)

Por seu turno, Salata (2016) enfatiza uma análise sobre a Classe Média que leva em conta o entendimento da “identidade de classe”. O sociólogo (2016, p.24) avalia que é importante não estabelecer uma definição conceitual, mas sim analisar “como os próprios indivíduos percebem sua posição social em relação à Classe Média”. Dessa maneira, o autor indica que trabalha com aquilo que chama de “esfera subjetiva” e chega à conclusão de que são as camadas mais elevadas da sociedade (Classes A e B), e não a Classe C, quem mais se identificam com a noção de Classe Média. Salienta-se que, como uma das conclusões, Salata ressalta a ideia de que tais camadas são aquelas que possuem um padrão de vida distinto ao das classes mais populares. Salata (2016) utiliza-se de uma pesquisa de 2008, do Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP, sobre as características importantes para se fazer parte da Classe Média. A pesquisa se consistiu em perguntar às pessoas aquilo que elas mais consideravam ser fundamental para fazer parte da Classe Média. A seguir, estão as principais respostas:

(...)“possuir um padrão de vida estável” foi a característica mais valorizada, com quase 95% de respostas positivas. Ela é, então, seguida por “casa própria”, “acesso a lazer e diversão”, “renda alta”, “acesso a educação particular” e, finalmente, “negócio próprio.” (SALATA, 2016, pp. 156-157)

Além disso, também foram ressaltadas as viagens internacionais e a não dependência do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir do discutido, apontamos que adotaremos as contribuições de Pochmann (2012, 2013), Souza, J. (2012, 2018) e Salata (2016) para darmos sequência em nosso trabalho.

Aproximando-nos do final deste trecho introdutório, consideramos prudente salientar o seguinte: Harvey (1996, 2004, 2005), ao estudar a reestruturação urbana executada em Baltimore, cidade localizada na costa leste estadunidense, alerta para o cuidado que devemos

ter ao tratar sobre as operações que tiveram “sucesso”. O autor afirma que mesmo aquelas reestruturações que tiveram grandes resultados na opinião popular mascararam processos urbanos excludentes. Harvey demonstra como Baltimore, e outras cidades nos EUA, direcionaram grandes parcelas de investimentos, principalmente para os setores turísticos, mas acabaram endividadas. Dessa maneira, tais projetos urbanos que visam originar ou ampliar centralidades voltadas ao grande capital, por muitas vezes, acabam provocando uma maior desigualdade nas cidades

Tendo isso em vista, nesse momento, buscamos apresentar um pouco de como nosso trabalho está estruturado para melhor situar a leitora ou o leitor. No próximo Capítulo(2), iniciamos a discussão sobre o conceito de gentrificação. Por lá, apresentamos a origem do conceito, os debates sobre as principais correntes e qual perspectiva sobre a gentrificação decidimos seguir para o nosso trabalho. No mesmo Capítulo, é possível encontrar escritos sobre a teoria do *rent gap*. Essa teoria é aquela que estrutura as bases da linha de explicação sobre a gentrificação que decidimos seguir. Tendo em mente que não há teoria sem prática e que a recíproca é verdadeira, ainda no Capítulo 2, examinamos a conjuntura pretérita da Zona Portuária até chegarmos ao marco de 2009, quando teve início a OUC Porto Maravilha. No momento anterior a 2009, demos ênfase no contexto visto a partir de 1960, quando a estigmatização da área ganha grandes contornos e também na década de 1990, que é quando o planejamento urbano estratégico chega com força à cidade. Pensando-se em um breve contexto até o início da OUC, ainda na década de 1990, no desenrolar da criação do Primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, algumas tentativas de reestruturação do espaço do Porto foram empreendidas, mas nenhuma conseguiu as articulações necessárias para a sua plena execução. Dessa maneira, poucas mudanças foram vistas na área até a reestruturação promovida pela OUC Porto Maravilha. A partir de 2009, aprofundamos nossa averiguação e discutimos as bases da OUC, como a sua organização financeira através dos Certificados do Potencial Adicional de Construção (CEPACs) e a criação de uma Parceria Público Privada, por exemplo. A partir de então, além do levantamento bibliográfico, passamos a buscar outros métodos como pesquisas em órgãos oficiais, entrevistas com agentes que atuam na OUC e com organizadores de blocos da área ou de blocos que realizaram eventos no Porto no carnaval de 2020, entrevistas semiestruturadas⁴ com foliões, trabalhos de campo, análises de documentos oficiais, pesquisas em acervos jornalísticos etc. É nessa quadra da discussão que começamos a ver a gentrificação do Porto Carioca, como, por exemplo, no exponencial aumento do preço da terra constatado por nós e por outras pesquisas.

⁴ Para mais sobre o tema, consulte-se, entre outros, Gil (1999).

Para constatar o aumento do preço médio do metro quadrado na área, recorremos a quatro momentos: 2002, 2012, 2016 e 2020. Em relação aos dois primeiros anos, os dados foram obtidos através de um levantamento realizado pela Imobiliária Sérgio Castro Imóveis publicado no jornal O Globo⁵. A imobiliária em questão possui forte atuação na Zona Portuária, inclusive, há uma filial da empresa localizada na Gamboa. Os números de 2016 foram adquiridos por meio do trabalho de Pereira do Nascimento (2017). O geógrafo recorreu a entrevistas com agentes imobiliários locais para traçar o preço médio metro quadrado. Para analisar o preço da terra no local em 2020, também realizamos entrevistas com agentes imobiliários que atuam na área. A Imobiliária Sérgio Castro Imóveis foi a empresa que nos forneceu a maior quantidade de dados, sendo assim possível traçar um preço médio do metro quadrado para compra nos três bairros estudados. Paralelo a isto, coletamos dados do último Censo que apontam as disparidades entre o perfil socioespacial da população residente e o preço médio do metro quadrado praticado ao longo dos últimos anos.

No Capítulo 3, começamos tecendo a histórica conexão entre o carnaval de rua da cidade e as diversas transformações que o espaço urbano carioca passou ao longo do tempo. Além disso, é possível encontrar um debate junto à literatura especializada que demonstra como determinadas práticas culturais, principalmente aquelas tidas como “irreplacáveis, únicas, autênticas”, vêm sendo utilizadas como peça fundamental das reestruturações e gentrificações ao redor do globo. Para as singularidades do caso carioca, escrutinamos os três últimos Planos Estratégicos da cidade (2009-2012; 2013-2016 e 2017-2020). Foi possível avaliar como o Poder Público enxerga nas práticas culturais uma “mercadoria” capaz de alavancar os lucros na capital fluminense. Decretos de 2009 e 2010 e o último Caderno de Encargos e Contrapartidas (2018) que reestruturaram o carnaval de rua em prol de sua mercantilização também passaram por uma análise minuciosa a fim de identificar a visão do Poder Público sobre o papel da festa. Ainda no Capítulo 3, iniciamos a análise das reportagens do jornal O Globo⁶ que versam sobre a capacidade que as práticas culturais da Zona Portuária, mais especificamente o carnaval de rua, têm para dar suporte à reestruturação da área. Identificamos 677 reportagens que de 2009 (ano de início da OUC) até o começo de março de 2020 (a terça-feira de carnaval foi no dia 25/02/2020) versaram sobre alguma

⁵Disponível

em:

<https://oglobo.globo.com/rio/revitalizacao-da-zona-portuaria-impulsiona-mercado-imobiliario-5090451>> .

Acesso em: 02 de agosto de 2021.

⁶ Além de ser uma das publicações mais vendidas no país, o jornal pertence à Fundação Roberto Marinho, que é uma das grandes investidoras da OUC Porto Maravilha. No referido Capítulo, embasamos melhor o porquê da escolha de analisar as matérias do jornal e apresentamos as fontes para as afirmações aqui realizadas.

prática cultural no Porto Carioca. Diluídas nos Capítulos 3 e 4, apresentamos e debatemos as reportagens que mais dialogam e sintetizam a nossa discussão. Inicia-se também no Capítulo 3, e estende-se ao Capítulo 4, a exposição das entrevistas realizadas com organizadores de blocos. Buscando tornar nosso objeto mais inteligível, categorizamos os blocos de três maneiras distintas: A- blocos oriundos da própria Zona Portuária; B- blocos de fora do Porto, mas que realizaram eventos nas ruas da área durante o carnaval de 2020 e C- blocos também de fora da Zona Portuária que participaram de algum evento fechado no Porto. Devido à pandemia de Covid-19, a quase totalidade dessas entrevistas foi realizada de forma online. Perguntas tais como a forma de financiamento do bloco, onde acontecem os ensaios, se há muitos músicos profissionais, a relação com outros blocos locais, qual a forma de lucro nos eventos em galpões refuncionalizados, o que o(a) organizador(a) acha da OUC etc⁷ foram levantadas. Em relação a alguns blocos como, por exemplo, o Escravos da Mauá e o Amigos da Onça, empreendemos diversas tentativas de contato com algum(a) organizador(a), mas sem sucesso. Assim, buscamos outras fontes de aquisição de dados, como é o caso das *lives* realizadas ao longo de 2020 no *Youtube* pelo bloco Comuna Que Pariu com representantes de blocos de rua do Rio de Janeiro, através do projeto “História dos Nossos Carnavais”, e que contou com a participação de representantes dos blocos supracitados.

No quarto e último Capítulo, abordamos a discussão teórica acerca da noção de “fronteira urbana” e a sua aplicação no caso do Rio de Janeiro. Outrossim, também demonstramos uma ideia de fronteira na Zona Portuária com a chegada de diversos blocos de fora da área para realizar eventos no local. Ao todo, foram contabilizados 48 blocos de fora da Zona Portuária que realizaram algum evento durante o período momesco de 2020. Tendo em vista que a maior parcela desses blocos não conta nos dados oficiais do PODE Público, para chegar a tal número, recorreremos ao monitoramento das redes sociais de diversos blocos, páginas em redes sociais e sítios eletrônicos ligados à Zona Portuária, sítios eletrônicos que divulgam eventos pela cidade, sítios eletrônicos da Prefeitura e da Riotur, grupos de *Whatsapp* sobre o carnaval, o “boca a boca” de pessoas do meio carnavalesco e visitas periódicas ao Porto. Nesse ínterim, apresentamos diversos dados primários levantados em campo durante o carnaval de 2020 que apontam para um perfil socioespacial diferente dos blocos que estão chegando à área em relação aos moradores locais. Foram realizadas pouco mais de 540 entrevistas⁸ com foliões que participaram de algum evento carnavalesco no Porto em 2020. As entrevistas contaram com perguntas tais como local de moradia, autodeclaração

⁷ O roteiro completo das entrevistas também encontra-se nos anexos.

⁸ *Ibidem*.

de cor, renda familiar, grau de escolaridade, se frequentava a área fora do período de carnaval, a opinião sobre a OUC etc. A fim de estabelecer as relações necessárias para construir o entendimento da nossa pesquisa, consideramos prudente apontar a metodologia utilizada nos trabalhos de campo. Os trabalhos de campo foram empreendidos durante os quatro dias do Carnaval de 2020. A proposta foi a de realizar os campos em dias e horários diferentes, abrangendo possíveis disparidades na dinâmica espacial. Os setores da Zona Portuária foram previamente determinados levando em consideração o grau de “avanço” da reestruturação e a ocorrência de blocos. Com isso, a finalidade foi executar as análises em locais com as obras mais finalizadas como, por exemplo, a Praça Mauá e outros menos finalizados, como a Praça da Harmonia. Ademais, áreas com maior histórico de atividades culturais, como o Morro da Conceição, e outras com maior concentração de eventos carnavalescos em locais privados, como o Santo Cristo, também foram contempladas pelos campos. Sendo assim, os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo passaram pelas análises em períodos da manhã, da tarde e da noite, durante os quatro dias da folia momesca. Logo, pudemos observar o perfil dos frequentadores nos diferentes bairros, nos diferentes horários, nos diferentes dias e em espaços públicos e privados. Posto isto, o objetivo central dos campos foi traçar um perfil socioeconômico dos foliões e observar onde se dão as dinâmicas espaciais propostas em nosso trabalho. É também neste momento que as entrevistas com organizadores(as) dos blocos de fora da Zona Portuária nos revelam os porquês das escolhas pelo Porto. Por fim, temos a discussão sobre o conceito de direito à cidade e os exemplos na práxis que alguns blocos pesquisados ao longo do trabalho realizam. Após a exposição da estrutura de nossa pesquisa, passamos para a justificativa de realizar tal investigação.

Mas antes, gostaríamos de ressaltar algo de muita importância: esta dissertação foi escrita integralmente durante a pandemia de Covid-19. Esta conjuntura nos impôs duras situações. De acordo com números do Ministério da Saúde, o país fechou o ano de 2021 com quase 620 mil óbitos decorrentes da doença. Isto em números oficiais. Além de todas as questões que afetaram a esfera da vida pessoal, a situação também causou sérios prejuízos para a pesquisa. Para não nos alongarmos no assunto, pensem apenas no seguinte: este é um trabalho que trata eminentemente sobre a rua, mas foi escrito inteiramente de dentro de uma casa.

1.1 Justificativa

Pensando-se na temática proposta para esta pesquisa, apontamos três motivações centrais que nos atravessaram para a escolha do tema: a primeira delas relaciona-se com a

busca de darmos certa continuidade ao tema pesquisado durante a realização da monografia de graduação apresentada junto ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, examinamos o papel de centralidade assumido pelos grandes aparelhos culturais construídos no seio dos projetos de reestruturações de áreas centrais sob a ótica do planejamento urbano estratégico ao redor do globo e trouxemos o debate para o caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Ademais, a segunda motivação gravita em torno de tentarmos contribuir para a compreensão das rápidas transformações urbanas que estão acontecendo na esteira da OUC Porto Maravilha e de termos constatado a realização de um número incipiente de trabalhos com imbricações entre o carnaval de rua e as reestruturações espaciais, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos que o carnaval de rua e a produção do espaço urbano, sobretudo na área central carioca, estão em tensão dialética, inclusive, desde os remotos tempos do Entrudo⁹. Através de leituras sobre a temática, observamos como ora o carnaval resistiu aos projetos de fragmentação do espaço urbano e deu contribuições para a produção de um espaço mais justo, ora foi cooptado pelas elites como um instrumento de suporte aos seus interesses e, na maior parte dos casos, realizou ambos os papéis ao mesmo tempo. Dessa forma, faz-se adequado pensar dialeticamente o espaço urbano do Porto Carioca e o seu carnaval de rua. Assim, acreditamos que a pesquisa pode contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica espacial da área central do Rio de Janeiro, dar subsídios para a produção de um espaço urbano mais justo e que também pode servir como um documento para consultas futuras sobre como estava a conjuntura debatida no trabalho na época em que fora escrito.

Por fim, destacamos a terceira justificativa que nos move nesta empreitada. Por aqui, pedimos licença para escrever na primeira pessoa do singular. Desde criança, nascido e criado em um bairro distante do Centro de Nova Iguaçu, sempre tive fascínio pela cidade do Rio de Janeiro. Quando adolescente, tive os primeiros contatos com a área de estudos. Para pessoas da Baixada Fluminense, não é incomum que o primeiro contato seja não mais quando criança, mas sim na adolescência ou na juventude, e para exercer funções em postos de trabalho precarizados. Posto isto, acho importante apontar uma breve conjuntura. Por volta de

⁹ O Entrudo é conhecido como a primeira folia de carnaval realizada no Brasil, ainda no século XVI. Nessa prática momesca, a casa e a rua eram palcos da festa, contudo, possuíam forte divisão. No interior das residências, membros da elite utilizavam-se da brincadeira para reforçar laços familiares, a realização de negócios e assim manter a estrutura socioespacial. Já o Entrudo praticado nas ruas reproduzia e reforçava as estruturas do espaço urbano gerando uma série de tensões e reafirmando a estratificação social da época. Abordaremos mais sobre o assunto no Capítulo 3.

2007/2008, saía de Nova Iguaçu às 4:45h em um caminhão carregado de peças de computadores para fazer entregas pelo Centro da capital. Por volta dessa mesma época, também trabalhei realizando entregas em farmácias. Carregávamos um carro do tipo Fiorino em Nova Iguaçu e partíamos para abastecer as farmácias do Centro. Na rota, a Zona portuária estava presente. Este primeiro contato deixou-me super instigado para entender o que se passava diante de meus deslumbrados olhos, e vi na Geografia, sobretudo na área de urbana, a possibilidade de realizar esse desejo. Além disso, a partir de 2018, já morando na capital por cerca de quatro anos, envolvi-me musicalmente com blocos de rua que tocam no Centro da cidade. Anteriormente, somente a partir do início de minha residência na capital¹⁰, frequentei alguns dos blocos em questão como folião, contudo, após uma maior imersão nos “bastidores” desse universo, senti novamente a sensação de querer compreender melhor aquilo que estava diante de meus olhos, através da ligação com a Geografia. Posto isto, abaixo, deixamos as principais questões que buscamos responder ao longo da pesquisa:

- I. Quais são os impactos da reestruturação urbana em curso na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro no arranjo e na estrutura do carnaval de rua da área?
- II. Há um processo de gentrificação em curso no Porto? Caso sim, ele se estende às dinâmicas do carnaval de rua da área e assim o impacta?
- III. O carnaval de rua da área está sendo utilizado de alguma forma para legitimar a gentrificação do Porto?
- IV. Há resistências em busca de um espaço mais justo envolvendo os blocos de rua do/que desfilaram no Porto? Caso sim, objetivamos compreender quais são e quem eles envolvem.
- V. Qual o grau de atração (após o início das obras) da Zona Portuária em relação a foliões e blocos de outras zonas da cidade?
- VI. Como está a ocupação por parte dos blocos de carnaval nas formas que passaram por refuncionalização?
- VII. Qual a composição socioespacial dos integrantes dos blocos e de seus respectivos foliões?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

¹⁰ Antes disso, frequentei poucas vezes blocos de carnaval pelo Centro. Eles (blocos) me encantavam quando os via pela televisão, mas devido à distância e à proposital precarização dos transportes coletivos, não era uma missão fácil e barata frequentá-los.

Discutir e analisar a relação entre a reestruturação urbana da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, instrumentalizada através da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, e a organização socioespacial dos blocos de rua do Porto e daqueles que estão sendo atraídos para a área.

1.2.2 Objetivos específicos

- I. Analisar o processo de gentrificação da Zona Portuária do Rio de Janeiro, tendo como um dos instrumentos de análise os blocos de rua e eventos carnavalescos no Porto.
- II. Compreender as espacialidades e o perfil socioespacial dos integrantes e foliões dos diferentes blocos que desfilaram no Porto no carnaval de 2020, a fim de entender se há algum tipo de ligação com a OUC Porto Maravilha.
- III. Investigar os processos espaciais contidos na refuncionalização de antigas formas que comportam atualmente eventos ligados aos blocos de carnaval e a atração de um novo público e novos blocos a esses locais.
- IV. Examinar as formas de resistência à fragmentação do espaço no Porto empreendidas pelos blocos de rua que fizeram algum tipo de evento na Zona Portuária durante o carnaval de 2020.

2. GENTRIFICAÇÃO: O SURDO DA NOSSA PERCUSSÃO

Neste capítulo, buscamos a apresentação e discussão de algumas bases teóricas e metodológicas que alicerçam o nosso trabalho. Sendo assim, debatemos o conceito de gentrificação e lançamos mão também de outros pontos importantes para a compreensão do fenômeno em tela, como, por exemplo, a teoria do *rent gap*, elaborada pelo geógrafo Neil Smith. Posto isto, como não acreditamos na ideia de uma teoria sem práxis, trazemos também um diálogo entre a base teórica e o nosso recorte empírico, já neste momento.

2.1. Gentrificação: discussões teóricas sobre uma estratégia urbana global

A Gentrificação compreende um processo recorrente no sistema capitalista, seja em países centrais ou periféricos. Para melhor compreendermos esse processo espacial, voltamos, de maneira breve, à elaboração do conceito de Gentrificação. O conceito foi utilizado primeiramente pela socióloga urbana Ruth Glass, em 1964. A *Gentrification*, de origem na língua inglesa, foi gestada para descrever como que uma Classe Média existente apenas na

Inglaterra, a *gentry* urbana (uma pequena nobreza), passou a habitar o bairro *East End*, em Londres, antes ocupados pela Classe Trabalhadora.

Com diversos agentes produzindo definições sobre a gentrificação e diversos trabalhos acadêmicos disputando a hegemonia do conceito, a socióloga estadunidense Sharon Zukin (1987, p. 132) identifica que os geógrafos britânicos passaram a designar a gentrificação como um conceito “caótico”. Por sua vez, Atkinson (2002) realizou um levantamento sobre como os trabalhos acadêmicos em língua inglesa analisavam o assunto. Como resultado, o autor revela que a maior parte dos textos caminha mais na direção de críticas ao processo.

Teixeira (2018) destaca que mesmo o conceito de gentrificação estando em disputa entre diversos agentes, ele (conceito) evidencia justamente as problemáticas espaciais não valorizadas por termos como, “regeneração”, “revitalização”, “atualização”¹¹. Contudo, o geógrafo detalha que a literatura acadêmica, inicialmente, tratou o processo através de uma ótica que considerava o fenômeno positivo, aliado ao discurso de “revitalização” e “reabilitação”. Sendo tão somente a partir do final da década de 197 que os trabalhos acadêmicos passaram por uma guinada e começaram a abordar o processo de maneira mais crítica.

Voltando ao trabalho de Glass (1964), a autora descreve o processo da seguinte maneira:

One by one, many of the working-class quarters of London have been invaded by the middle classes—upper and lower. Shabby, modest mews and cottages—two rooms up and two down—have been taken over, when their leases have expired, and have become elegant, expensive residences. Larger Victorian houses, downgraded in an earlier or recent period— which were used as lodging houses or were otherwise in multiple occupation—have been upgraded once again.... Once this process of “gentrification” starts in a district it goes on rapidly until all or most of the original working-class occupiers are displaced and the whole social character of the district is changed. (GLASS, apud SMITH, 1996, p. 31)¹²

Registrando-se que este processo surge em um país central e para analisar um movimento de uma classe endêmica, talvez, possa aflorar o questionamento se a gentrificação ocorre ou não em países periféricos e semiperiféricos. Como veremos ao longo do trabalho, sua origem nos países centrais não significa a não ocorrência fora desses espaços. Cidades da

¹¹ Ainda neste Capítulo, discutimos a conjuntura política por trás da utilização destes termos.

¹² Tradução livre: *Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes médias alta e baixa. Locais degradados ou com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores, que tinham mudado de função – ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sub-locadas – recuperaram novamente um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado.*

porção sul do continente americano como, por exemplo, São Paulo, Buenos Aires, Recife e o próprio Rio de Janeiro passaram e ainda passam por este processo. Smith (2002, p. 427) pauta que a gentrificação não está mais restrita apenas aos países centrais, para o autor: “[...]the impulse behind gentrification is now generalized; its incidence is global, and it is densely connected into the circuits of global capital and cultural circulation.”¹³ Ao lançar mão de exemplos de gentrificações em cidades da (semi)periferia do capitalismo, como no caso de São Paulo, Smith (2002) discorre que estas são mais variadas, desigualmente distribuídas e mais diversificadas do que os processos vistos inicialmente na Europa e também nos EUA. Com esta situação se estendendo ao longo do tempo, o geógrafo entende a importância das manifestações culturais locais, da organização econômica do espaço em questão e suas complexas interconexões com as esferas regional, nacional e global. Nas palavras do autor:

Of course, these experiences of gentrification are highly varied and unevenly distributed, much more diverse than were early European or North American instances of gentrification. They spring from quite assorted local economies and cultural ensembles and connect in many complicated ways to wider national and global political economies.¹⁴ (SMITH, 2002, p. 439)

Semelhante à Smith, Lees (2012) avalia que, a partir da década dos anos 2000, as cidades do Sul Global iniciaram grandiosos processos de gentrificação em seus espaços. Segundo a geógrafa:

Over the past decade we have seen the rapid and visceral emergence of state-led gentrification in the Global South – processes of gentrification are now changing the centres of cities in China, India, Pakistan, South America and South Africa (among others).¹⁵ (LEES, 2012, p. 156)

Além disso, Lees (2012) propõe aquilo que chama de “urbanismo cosmopolita”, em que a gentrificação nas cidades dos países periféricos deveria ser analisada não mais de forma como se o processo tivesse sido meramente importado e copiado nestas cidades. Mesmo não alicerçando a nossa base teórica em Lees (2012), consideramos de suma importância examinar a gentrificação de maneira a considerar o fenômeno nos países (semi)periféricos não apenas uma “cópia” do modelo dos países centrais, mas sim observando as suas singularidades, particularidades e universalidades. Portanto, utilizamos autores e autoras

¹³ Tradução livre: (...)o impulso por trás da gentrificação agora é generalizado; sua incidência é global e está densamente conectada aos circuitos do capital global e da circulação cultural.

¹⁴ Tradução livre: É claro que essas experiências de gentrificação são altamente variadas e distribuídas de forma desigual, muito mais diversificadas do que as primeiras instâncias europeias ou norte-americanas de gentrificação. Elas surgem de economias locais e conjuntos culturais bastante variados e se conectam de muitas maneiras complicadas a economias políticas nacionais e globais mais amplas.

¹⁵ Tradução livre: Na última década, vimos o rápido e visceral surgimento da gentrificação liderada pelo estado no Sul Global - os processos de gentrificação estão agora mudando os centros das cidades na China, Índia, Paquistão, América do Sul e África do Sul (entre outros).

como Andrade (2007), Arantes (1998, 2013), Corrêa (1989, 2003, 2007), Rabha (1984, 1985, 2006) Souza (2006, 2010, 2011, 2013, 2018) dentre outros e outras.

Afinal, o que acontece no espaço urbano quando estamos tratando da gentrificação? Para começarmos a responder este questionamento, apresentamos alguns apontamentos realizados pelo geógrafo Neil Smith, um dos mais importantes pesquisadores sobre o tema em tela, acerca das conclusões que Glass (1964) obteve sobre a gentrificação. Smith (1996) resgata como na visão da socióloga Ruth Glass a gentrificação configurava-se apenas como uma espécie de curiosidade marginal do capital imobiliário, algo como um “esporte urbano pitoresco” em que a Classe Média não via problemas em estar mais próxima das classes mais populares. Sendo assim, para a autora, os agentes centrais dessa prática urbana eram os recém chegados moradores de Classe Média e Média Alta. Smith (1996, 2002) sinaliza que a forma como Glass abordou o novo processo urbano foi “quase poética”. No entanto, aquilo que foi visto como algo “pitoresco” tornou-se a principal política urbana britânica no final do século XX, segundo Smith (2002). Nos trabalhos de 1979a, 1996 e 2002 o autor identifica que a gentrificação tem nas grandes corporações e na esfera pública, com destaque para o domínio municipal (através das parcerias público privadas¹⁶), os seus grandes agentes. De maneira preliminar, o autor define a gentrificação da seguinte forma:

Gentrification is the process, I would begin, by which poor and working-class neighborhoods in the inner city are refurbished via an influx of private capital and middle-class homebuyers and renters- neighborhoods that had previously experienced disinvestment and a middle-class exodus. The poorest working-class neighborhoods are getting a remake; capital and the gentry are coming home, and for some in their wake it is not entirely a pretty sight¹⁷. (SMITH, 1996, p.30)

O autor vai além e compreende o processo contido na reestruturação urbana e na luta de classes. A gentrificação passa então a ser vista como resultado de um modo específico de produção do espaço urbano em que a reestruturação produtiva, presente em países centrais e (semi)periféricos, é sustentada por uma acumulação mais flexível. Ademais, Smith (2002) reconhece que o fenômeno espacial não está ligado apenas à questão habitacional. Ao abordar a gentrificação enquanto uma estratégia global do capitalismo, o autor preocupa-se em delimitar como os espaços que passam pelo processo são equipados com locais de compras, restaurantes, instalações culturais, grandes espaços abertos, novos complexos de recreação,

¹⁶ Trataremos mais profundamente deste assunto no Capítulo 3.

¹⁷ Tradução livre: *Gentrificação é o processo, eu começaria, pelo qual os bairros pobres e da classe trabalhadora no centro da cidade são reformados por meio de um influxo de capital privado e compradores e locatários da classe média - bairros que já haviam experimentado desinvestimento e êxodo da classe média. Os bairros mais pobres da classe trabalhadora estão recebendo um remake; o capital e os nobres estão voltando para casa e, para alguns, suas pegadas não é uma visão totalmente bonita.*

consumo, produção e lazer. Como veremos ao longo do texto, há muitas semelhanças com o descrito acima e a atual conjuntura da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Em uma definição mais acabada, Smith (1979a) explica como o desenvolvimento desigual produz áreas com maior ou menor investimento, conseqüentemente mais valorizadas e desvalorizadas, respectivamente. Esta dinâmica proporciona a possibilidade do capital imobiliário voltar aos desvalorizados centros das cidades. Nas palavras do geógrafo:

To summarise the theory, gentrification is a structural product of the land and housing markets. Capital flows where the rate of return is highest, and the movement of capital to the suburbs along with the continual depreciation of inner-city capital, eventually produces the rent gap. When this gap grows sufficiently large, rehabilitation (or for that matter, renewal) can begin to challenge the rates of return available elsewhere, and capital flows back.¹⁸ (SMITH, 1979a, p. 546)

Assim, para Smith (1996, p. 55), uma teoria da gentrificação deve dar conta de “explain why some neighborhoods are profitable to redevelop while others are not. What are the conditions of profitability?”¹⁹. É sobre essas e outras questões que estamos nos debruçando neste trabalho.

Dando continuidade ao debate, é fundamental pontuarmos como o processo estudado é tratado nas diversas esferas da sociedade. Souza, M. (2007, 2018a, 2018b) verifica que há uma certa dificuldade de cunho político e epistemológico dos pesquisadores em deixar de lado uma visão rasa (que o autor chama de visão de “sobrevoo”) sobre o tema e compreender a “(...) tarefa de enxergar a complexidade de interesses envolvida na disputa simbólica em torno de determinadas palavras carregadas de forte significado político e ideológico(...)” (SOUZA, M. 2007, p. 104). Nesse sentido, pensando especificamente sobre a dinâmica espacial em tela, Smith (1996) debate se a gentrificação é uma “palavra suja”. Segundo Smith (1996, 2002, 2006), Andrade (2007), Souza, M. (2011, 2018 a, 2018 b), Sanchez (2010) e Arantes (2013) diversas palavras foram utilizadas com o intuito de encobrir os excludentes processos espaciais por trás da gentrificação e outros fenômenos espaciais. “Revitalização”, “regeneração urbana”, “atualização”, “reciclagem de bairro”, “renascimento” são alguns dos exemplos. Estes termos tratam as reestruturações espaciais no capitalismo mais como um produto a ser vendido e consumido do que como um processo espacial extremamente desigual.

¹⁸ Tradução livre: *Para resumir a teoria, a gentrificação é um produto estrutural dos mercados de terra e habitação. O capital flui onde a taxa de retorno é mais alta, e o movimento do capital para os subúrbios, juntamente com a depreciação contínua do capital do centro da cidade, acaba produzindo o rent gap. Quando essa lacuna cresce o suficiente, a reabilitação (ou, nesse caso, a renovação) pode começar a desafiar as taxas de retorno disponíveis em outros lugares e o capital flui de volta.*

¹⁹ Tradução livre: *explicar por que é lucrativo reconstruir alguns bairros e outros não. Quais são as condições de lucratividade?*

Em seu trabalho de 2002 (p.443), Neil Smith identifica como “The strategic appropriation and generalization of gentrification as a means of global interurban competition finds its most developed expression in the language of ‘urban regeneration.’”²⁰ O autor pontua que o termo “regeneração” é oriundo das áreas biomédica e ecológica e exemplifica que um fígado ou uma floresta podem se regenerar, não uma cidade. Por conseguinte, Smith denota que este termo é utilizado com o intuito de insinuar que a gentrificação estratégica da cidade é algo natural. Dando como exemplos países europeus, Smith (1996, 2002, 2006) acrescenta que muitas destas nações adotaram a regeneração urbana como política oficial. Indo além nos exemplos, o geógrafo (2002) registra a conferência intitulada: “Convergência na Regeneração Urbana e Política de Habitação na Europa”, ocorrida no final do ano 2000, em Paris. O encontro teve a participação de representantes de todos os países membros da União Europeia (UE) e outros que tentavam a entrada no grupo. Trouxemos este exemplo, pois nos chamou a atenção que o grande objetivo da conferência foi, segundo Smith (2002), estabelecer “vínculos sólidos” entre promotores imobiliários, investidores privados, os responsáveis pelo policiamento, agências locais de “regeneração”, autoridades locais e governos nacionais. Encontramos uma situação muito semelhante ao analisar a OUC Porto Maravilha. O “vínculo sólido” (ou consenso, ou coalizão pró-crescimento) entre os diversos agentes, por exemplo, foi buscado na Zona Portuária do Rio de Janeiro e o analisaremos no próximo capítulo.

Souza, M. (2018b) também contribui à discussão quando enfatiza que a “regeneração” pressupõe a “recuperação” de espaços antes “obsoletos”, “deteriorados”, “degenerados”. No *hall* dos termos mais utilizados, talvez, o mais problemático seja “revitalização”. Além de Smith (2002), Souza, M. (2011, 2018a, 2018b) enxerga um uso ideológico do termo ao presumir-se que os espaços “revitalizados” não teriam vida antes das reestruturações. Ora, ao longo de nossas pesquisas, pudemos constatar que esses espaços tinham vida antes das intervenções, a grande questão é que não eram vidas interessantes ao grande capital, como é o caso das ocupações de pessoas que não possuem moradia na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Nas palavras do geógrafo carioca:

No Rio de Janeiro, a disputa entre as ocupações de sem-teto e os interesses ligados à “revitalização” da Zona Portuária e do Centro – a qual gravita ao redor do projeto do “Porto Maravilha”, em que, com o respaldo da política repressiva batizada pela Prefeitura de “Choque de Ordem”, se tenta promover uma “gentrificação” em larga escala – vai ficando mais e mais evidente e tensa. (SOUZA, 2011, n.p.)

²⁰ Tradução livre: *A apropriação estratégica e generalização da gentrificação como um meio de competição interurbana global encontra sua expressão mais desenvolvida na linguagem da “regeneração urbana”.*

Smith (1996, pp. 30-31) aponta que “The term gentrification expresses the obvious class character of the process, and for that reason, although it may not be technically a “gentry” that move in but rather middle-class white professionals, it is most realistic.”²¹ Nesse sentido, trabalharemos com o conceito de gentrificação, pois acreditamos que, dos termos supracitados, ele é quem mais desvenda a problemática da produção do espaço urbano sob a égide do capitalismo, enquanto os outros tentam mascarar as mazelas oriundas desse processo.

Partindo desta premissa, Mendes (2010) ressalta que, em um primeiro momento, os estudos sobre a temática deixavam de lado uma análise contextualizada e não possuíam um rigor teórico em suas formulações. Segundo o autor, diversas análises deram importância excessiva à empirização do tema, por vezes, tendendo a excluir a perspectiva macropolítica e espaço-temporal do processo. Ainda segundo o geógrafo português, a segunda fase dos estudos é caracterizada pelo destaque à importância da “reabilitação urbana”. Por fim, já na terceira fase descrita pelo autor, Mendes (2010) demonstra que as explicações se baseiam mais nas esferas da produção e do consumo.

Nesse sentido, Smith e Defilippis (1999) averiguaram que dois debates dominavam as discussões de geógrafos e urbanistas sobre o tema. Um deles, apontam os autores, está ligado à análise dos impactos positivos e negativos da gentrificação nas cidades. O outro, argumentam Smith e Defilippis, está mais preocupado com as causas do processo. Em direção semelhante, Lees et al. (2008) discorre sobre duas grandes linhas de análise e explicação do fenômeno espacial em debate. A primeira, de cunho marxista, liga a (atual)forma da produção capitalista à ocorrência da dinâmica. Tal “produção” não se restringiria somente à produção em si, mas sim às diversas formas da acumulação capitalista. Já a segunda relaciona-se com teorias que dão centralidade ao consumo e ao consumidor. Segundo esta corrente, a explicação é pautada por preferências no mercado consumidor em uma sociedade “pós-industrial”. Segundo Smith (1996), as teorias que dão preferência ao consumo foram mais comumente seguidas por políticos liberais que enxergaram na reestruturação dos bairros mais pobres uma oportunidade de negócios. Assim, tais explicações concentravam-se principalmente na Classe Média enquanto sujeito central do processo. De maneira oposta, as explicações que levam em conta a acumulação capitalista eram mais aceitas pelos adeptos da teoria social crítica, geralmente os acadêmicos e as acadêmicas. Nessa corrente, a

²¹ Tradução livre: *O termo gentrificação expressa o óbvio caráter de classe do processo, e por essa razão, embora possa não ser tecnicamente uma “pequena nobreza” que se muda, mas sim profissionais brancos de classe média, é mais realista.*

gentrificação é vista como fruto da macro conjuntura da geografia de classe da cidade capitalista. Essa geografia era a todo tempo reformulada de várias maneiras, inclusive, com o desenvolvimento desigual do espaço através dos ciclos de investimento/valorização e desinvestimento/desvalorização em diferentes áreas das cidades.

Dentro da perspectiva da explicação através do consumo, a cultura e o indivíduo (trazidos através da figura do consumidor) ganham centralidade, como se a cultura (vista de modo que a multiplicidade de identidades surgidas juntamente à cidade pós-industrial estivesse acima de uma identidade de classe) e o consumidor suplantassem a estrutura de classes do capitalismo. Em 1979, Smith questionou que, se de fato as escolhas culturais e a preferência do consumidor dão conta de explicar o processo, isso seria a mesma coisa de dizer que tais escolhas e preferências dão-se de maneira extremamente similar nas escalas regionais, nacionais e global.

Em nossa contribuição ao tema, apontamos que, de forma alguma o aporte cultural não se faz necessário à análise do processo espacial aqui discutido. O debate levantado por Neil Smith é no sentido de traçar um arcabouço teórico-metodológico que nos permita enxergar a posição da cultura dentro do processo e dar-lhe o seu devido peso, não se esquecendo de que isso deve ser realizado sempre tendo em vista uma análise em conjunto com a forma de acumulação capitalista e sua estrutura. Para Smith (1996), analisar o aporte cultural, mas omitindo a violência derivada da gentrificação, configura-se um “luxo político” oriundo de privilégios de raça e classe. Nas palavras do geógrafo escossês:

I hope it will be clear enough from the essays in this book that my political barbs here are aimed at a particularly opportunistic version of postmodernism and not at the so-called cultural turn per se. Cultural analysis is vital to the explanation of gentrification, but there are different kinds of cultural analyses (Mitchell 1995b). Cultural analyses also occur “in the world,” and the luxury of omitting the violence of gentrification from our cultural purview is a political luxury born of class and race privilege.²² (SMITH, 1996, p. 42)

Como em breve veremos, as manifestações culturais, instrumentalizada em nosso trabalho através do carnaval de rua na Zona Portuária do Rio de Janeiro, cumprem um papel decisivo para que os projetos de reestruturações do espaço urbano, que muitas vezes acarretam a gentrificação, tenham os resultados esperados por parte de seus agentes hegemônicos.

²² Tradução Livre: *Espero que os ensaios deste livro deixem claro que minhas farpas políticas aqui visam uma versão particularmente oportunista do pós-modernismo e não a chamada virada cultural em si. A análise cultural é vital para a explicação da gentrificação, mas existem diferentes tipos de análises culturais (Mitchell 1995b). As análises culturais também ocorrem “no mundo”, e o luxo de omitir a violência da gentrificação de nosso alcance cultural é um luxo político nascido do privilégio de classe e raça.*

Visto isto, como o espaço urbano é fruto de (re)produções, as necessidades da acumulação capitalista se manifestam no espaço e as próprias mudanças no espaço estão intrinsecamente ligadas às necessidades do capital. Destarte, na perspectiva das explicações da gentrificação através da acumulação capitalista, Neil Smith, inspirado nas investigações de Harvey (1975, 1978, 2013 [1982]) sobre as crises no processo de acumulação de capital e os três circuitos da acumulação capitalista, utiliza-se da movimentação dos capitais nos três circuitos em suas explorações sobre a gentrificação. Smith (1979b, p.163) levanta a proposta de não mais ter como objeto central dos estudos urbanos os meios de consumo, mas sim girar o foco teórico para esfera da circulação de capitais, pois assim haveria uma “greater likelihood of catching the unity of production and consumption, and less danger of slipping unawares into a consumptionist perspective.”²³ Dando sequência ao argumento, na mesma página, insiste o autor que “The circulation process is a strong regulatory force on both production and consumption.”²⁴

Em relação propriamente aos circuitos, estes são descritos da seguinte forma: o primeiro circuito, ou primário, diz respeito ao próprio processo produtivo, como as indústrias, por exemplo. O circuito secundário é articulado através do que David Harvey denomina como “ambiente construído”. Uma atenção especial será destinada a este circuito, pois é nele que se encontra a faceta mais visível dos investimentos na produção do espaço urbano. Finalmente, o terceiro circuito é composto pelos recursos destinados às ciências, às tecnologias e aos investimentos nas áreas sociais, visando, principalmente, a reprodução da força de trabalho. Dentro da retratada dinâmica, há duas situações principais em que enormes montantes de capitais são movimentados geograficamente entre esses circuitos: excesso de liquidez vindo do primeiro setor e as crises cíclicas do capitalismo.

Vejamos um exemplo: ao final da Segunda Guerra Mundial, as indústrias estadunidenses estavam produzindo em demasia. Com o fim da guerra, a burguesia viu a possibilidade de queda em suas taxas de lucro. Na tentativa da manutenção das altas taxas, houve a transferência de capital para o ambiente construído que, ao longo das décadas seguintes, foi proporcionando o surgimento dos típicos subúrbios dos EUA. Toda essa manobra não foi, e atualmente também não é, realizada sem a imprescindível atuação do Estado. Através de levantamento de dados, Gottdiener (2016 [1993]) demonstra como, exatamente um ano após o final da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se grandes

²³ Tradução Livre: *uma maior probabilidade de alcançar a unidade de produção e consumo, e menos perigo de escorregar sem saber para uma perspectiva consumista.*

²⁴ Tradução Livre: *O processo de circulação é uma grande força reguladora da produção e do consumo.*

investimentos nas áreas que viriam a ser conhecidas como os subúrbios estadunidenses. Além disso, o sociólogo aponta que, na década de 1970, um evento “aparentemente sem conexão” com o descrito anteriormente aconteceu na cidade de Minneapolis: o Governo Federal concedeu um empréstimo milionário para que “investidores urbanos” pusessem em prática o projeto “*New Town in Town*”²⁵. Com a execução deste projeto, Gottdiener (2016, p. 12) registra como “a maioria dos moradores primitivos, alguns dos quais haviam residido ali por meio século, e eram operários, aposentados ou estudantes que não podiam arcar com um aluguel elevado, foram desalojados.”

Embora possam parecer desconexos, em artigo considerado como divisor de águas dos estudos sobre a gentrificação, Smith (1979a) revela como o processo nos EUA contou com o redirecionamento dos capitais para a produção dos subúrbios, o concomitante desinvestimento/desvalorização do centro da cidade e, posteriormente, os (re)investimentos nos centros outrora desvalorizados. Desta forma, o capital criou, juntamente ao Poder Público, as condições necessárias para comprar estas áreas no centro, realizar as obras necessárias e ainda assim ter lucros com suas vendas ou aluguéis. Para descrever esse movimento, Smith (1979a) elaborou a teoria que aprofundamos no próximo subitem: o *rent gap*. Nesse sentido, os trabalhos de Neil Smith pontuam a íntima relação entre as reestruturações no espaço urbano (e a gentrificação) e a reestruturação produtiva (econômica) na escala global.

Por isso, podemos aferir que as reestruturações do espaço urbano, por muitas vezes ligadas à gentrificação, estão conectadas de maneira intrínseca à esfera macro das reestruturações produtivas da economia capitalista como, por exemplo, no período após a II Guerra Mundial. Ou seja, a reestruturação do espaço urbano e a gentrificação tornaram-se estratégias urbanas típicas da atual fase da acumulação flexível ligada à economia globalizada e possuem ocorrência em diversos países, não só os centrais.

2.1.1. O Rent Gap: um marco conceitual

Para dar suporte às suas formulações, Neil Smith elabora a teoria do *Rent Gap* e, em 1979, o geógrafo publica o artigo *Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital, not People*²⁶. Este trabalho é considerado como um grande marco nos estudos sobre a gentrificação, principalmente dentro das correntes que levam em conta as formas de acumulação do capital. Segundo o autor (1979a, p. 542), para que uma teoria possa

²⁵ Tradução livre: *Nova Cidade na Cidade*.

²⁶ Tradução livre: *Rumo a uma teoria de generificação Um movimento de volta à cidade pelo capital, não pelas pessoas*.

dar conta da explicação do processo é necessário que esta explique “the detailed historical mechanisms of capital depreciation in the inner city and the precise way in which this depreciation produces the possibility of profitable reinvestment.”²⁷

Smith (1979a) traça a conexão entre o processo de suburbanização de algumas cidades dos Estados Unidos e os ciclos de desinvestimento e investimento nas áreas centrais. Enquanto os espaços no subúrbio passavam por uma crescente valorização, as áreas centrais próximas ao CBD experimentavam políticas públicas de desinvestimentos e desvalorização. Assim, o geógrafo constata o que chama de desenvolvimento desigual do capitalismo. Segundo Smith (1988 [1984], 1996), o desenvolvimento desigual dá-se nas escalas da economia global, nacional, regional e na escala intraurbana. Pensando nesta última escala, Smith (1996) aponta que a gentrificação é a “vanguarda” desse modelo de desenvolvimento. No trabalho de 1996 (p. 74), Smith indica o desenvolvimento desigual da seguinte maneira: “by uneven development is often meant the self-evident truth that societal development does not take place everywhere at the same speed or in the same direction.”²⁸ Anteriormente, no livro de 1988, Smith ressalta que Marx já observara que o capital tem grande crescimento em um determinado local e em poucas mãos, porque foi, em vários outros lugares, retirado de muitas outras mãos. Vejamos, nas palavras do próprio Smith (1996), como o autor compreende o processo: “[the] uneven development should be conceived as a quite specific process that is both unique to capitalist societies and rooted directly in the fundamental social relations of this mode of production.”²⁹

Posto isto, pensemos no seguinte ponto: embora algumas áreas centrais tenham sido (propositalmente) desvalorizadas, elas ainda possuíam uma grande renda potencial. Ora, estamos falando de áreas com enorme potencial locacional (próximas ao CBD) e com grandes terrenos ainda disponíveis para construções. Há um ponto, que é alcançável apenas com a intervenção do Poder Público, em que é muito vantajoso ao capital comprar os terrenos (muitas vezes públicos) a preços baixos, construir novas formas ou refuncionalizar antigas formas e obter renda a partir de então. Smith (1979a, p. 543) advoga como essa conjuntura é produzida de maneira intencional: “The physical deterioration and economic depreciation of inner-city neighborhoods is a strictly logical, “rational” outcome of the operation of the land

²⁷ Tradução livre: *os mecanismos históricos detalhados de depreciação do capital no centro da cidade e a maneira precisa como essa depreciação produz a possibilidade de reinvestimento lucrativo.*

²⁸ Tradução livre: *Por desenvolvimento desigual, muitas vezes entende-se a verdade evidente de que o desenvolvimento social não ocorre em todos os lugares na mesma velocidade ou na mesma direção.*

²⁹ Tradução livre: *[o] desenvolvimento desigual deve ser concebido como um processo bastante específico, exclusivo das sociedades capitalistas e enraizado diretamente nas relações sociais fundamentais desse modo de produção.*

and housing market.”³⁰ O autor prossegue e aponta que não significa que esse processo seja natural, visto que o próprio mercado imobiliário é um resultado da organização social. Segundo Smith (1979a), é assim que bairros inteiros passam por processos de reestruturação espacial que acarretam em profundas transformações do espaço urbano. Concluindo o tema do desenvolvimento desigual, Smith (1996) verifica que esse processo na escala intraurbana não acarreta uma gentrificação apenas no sentido mais restrito, mas sim uma variada reestruturação com a construção de condomínios e escritórios; expansão do setor de lazer e de serviços; grande projetos de construção de hotéis, além de praças, restaurantes, marinas, pontos turísticos etc.

Desta maneira, Smith (1996) pontua que, na escala intraurbana, o principal padrão do desenvolvimento desigual é a relação entre as áreas mais valorizadas (os subúrbios, no caso estadunidense) e o centro da cidade. Para explicar teoricamente tal situação, o geógrafo argumenta que a diferença nos níveis de aluguel da terra é fundamental, mesmo que esta não seja o único fator a se considerar. Em trabalho de 1987, Smith enfatiza que o *rent gap* se refere a uma lacuna econômica entre aqueles valores reais (definidos através do uso contemporâneo do solo) e o potencial da terra que uma determinada área apresenta. Visto isto, o autor salienta que o *rent gap* “(...)is also a historical gap in that it results from a complex pattern of investment and disinvestment in the built environment and can be closed through gentrification (among other processes)³¹ (SMITH, 1987, p. 463).

Smith (1979a) avalia que a gentrificação acontece justamente quando o *gap* tem a robustez necessária para que o mercado imobiliário possa comprar terrenos e imóveis baratos, pagar pelos custos das construções e/ou reformas, pagar os juros das hipotecas e empréstimos realizados e ainda assim ter grandes taxas de lucro com a venda ou aluguel do produto final. Desta forma, argumenta o geógrafo, todo o aluguel do solo, ou pelo menos uma grande parcela deste, foi capitalizado e o bairro “reciclado” inicia um novo ciclo. Por conseguinte, uma vez que o *gap* é grande o suficiente, o processo é iniciado. Por seu turno, Mendes (2010) indica que a validade da teoria do *rent gap* consiste em que as desigualdades no desenvolvimento do espaço, juntamente à desvalorização cíclica do espaço construído, são “funcionais” e realizadas de maneira proposital para que o capital possa se reproduzir.

³⁰ Tradução livre: *A deterioração física e a depreciação econômica dos bairros do centro da cidade são resultados estritamente lógicos e ‘racionais’ da operação do mercado imobiliário.*

³¹ Tradução livre: *(...)é também uma lacuna histórica na medida em que resulta de um padrão complexo de investimento e desinvestimento no ambiente construído e pode ser fechada por meio de gentrificação (entre outros processos).*

Mesmo sendo uma ferramenta de análise muito utilizada, a teoria do *rent gap* passa por algumas críticas em relação a sua validade. Em debate com outros autores e autoras, o próprio Neil Smith (1979a) reconhece algumas dificuldades empíricas em tratar as diferenças entre valor da terra e aluguel do solo, por exemplo. Além de Smith, Lees et. al (2008) disserta sobre a dificuldade também empírica de provar a teoria. Segundo a autora, a direta ligação entre o desenvolvimento desigual do capitalismo e os casos empíricos é difícil de ser comprovada.

Em sua contribuição, Zukin (1987, p. 137) registra que, embora a teoria do *rent gap* possua uma sustentação um tanto quanto “mecanicista”, esta é coerente no que tange às escolhas dos gentrificadores através diferença da renda potencial e da renda capitalizada no centro da cidade para realizar a reestruturação. Nas palavras da autora:

Some gentrifiers may be most influenced by the rent gap, i.e. the difference between ground-rent levels at various locations in a metropolitan area (Smith 1979). The devalorization of capital (the decrease in the economic value of property) in the inner city offers them a fairly low-cost when a central city location already offers some advantages. Although the rent gap introduces a mechanistic and somewhat circular argument, it does accord with real locational choices.³² (ZUKIN, 1987, p. 137)

Aprofundando a sua argumentação, Zukin (1987) considera que outras prioridades podem ser decisivas para o processo de gentrificação. Desse modo, a socióloga avalia que os valores das propriedades representam apenas uma parte das questões relativas ao início da dinâmica espacial no centro das cidades. Como exemplo, Zukin reflete sobre como alguns grupos (para representar um exemplo, a autora fala em trabalhadores desempregados ou informais das artes cênicas) buscam se agrupar no centro da cidade para gozar das vantagens. Em nossa contribuição, acreditamos que Zukin (1987) equivoca-se ao hipervalorizar o papel destes grupos em detrimento de uma análise que dê o real peso ao Estado e aos setores do capital, sobretudo, o imobiliário.

Em acordo com Smith (1982), acreditamos que a importância das teorias acerca da gentrificação estão mais em explicar o processo, que tem imbricações em todas as escalas, e não em aprofundar pequenas características locais de cada caso, como se estas tivessem centralidade no fenômeno. Um alerta precisa ser feito neste momento: o dito acima não quer dizer que o exame das singularidades locais não seja importante, ao contrário, ela é vital à

³² Tradução livre: *Alguns gentrificadores podem ser mais influenciados pelo rent gap, ou seja, a diferença entre os níveis de aluguel do solo em vários locais em uma área metropolitana (Smith 1979). A desvalorização do capital (a diminuição do valor econômico da propriedade) no centro da cidade oferece a eles um custo bastante baixo quando uma localização central da cidade já oferece algumas vantagens. Embora a diferença de aluguel introduza um argumento mecanicista e um tanto circular, ela está de acordo com as escolhas reais de localização.*

análise. O que queremos expor é a grande importância de tratar o fenômeno como uma estratégia global de acumulação. Smith (1996) aponta justamente que uma teoria coerente deve explicar o porquê de alguns bairros serem lucrativos para gentrificar e outros não. Assim, o autor formula críticas no sentido de que as teorias neoclássicas baseiam-se na premissa de que há uma garantia “natural” de áreas prontas para a gentrificação, quando, na verdade, era o processo de criação das condições necessárias para as áreas passarem por gentrificação que deveria ser explicado.

Outro importante ponto a se destacar é que o fenômeno pode ser analisado a partir de duas dinâmicas espaciais. A primeira está mais ligada à análise através da habitação. Ou seja, do aumento médio do preço dos aluguéis, a expulsão da população mais pobre e a chegada de moradores de Classes Média e Alta para habitação. A segunda, e a que mais nos interessa neste trabalho, se conecta mais com os usos do cotidiano. Ela dá-se a partir de novos serviços que começam a ser destinados a classes mais abastadas que passam a frequentar as áreas reestruturadas em busca justamente das amenidades criadas naquele espaço. Ademais, mesmo que possamos realizar uma “separação” meramente didática, é de suma importância apontar que na maior parte dos processos essas duas dinâmicas ocorrem de maneira concomitante. Posto isto, embora neste trabalho busquemos mais o exame da gentrificação através do uso, não deixamos de ter em mente a totalidade do processo. Assim, também traremos os dados relativos ao exponencial aumento do preço do metro quadrado na Zona Portuária do Rio de Janeiro após o início da OUC Porto Maravilha.

2.2. O andamento do Porto Carioca

É possível que, para compreender o presente,
o que seja necessário hoje é a substituição
de uma falsa história por uma geografia
verdadeira. (SMITH, 2007. p. 5)

No próximo subcapítulo, voltamos no espaço-tempo para compreender, “através de uma geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente” (SANTOS, 1996, p.42). Ao estabelecer um diálogo com os autores e autoras utilizados nesta seção do trabalho, trazemos as contribuições de Abreu (2000) quando o geógrafo discorre sobre o questionamento de que, se a Geografia é uma maneira de abordar a realidade, o que vai diferenciá-la de outras ciências sociais é justamente quais são as questões levantadas por ela para a compreensão da sociedade. Assim, o autor ressalta que estas questões não podem se prender apenas naquelas que são contemporâneas. Contribuindo à temática, Santos (2008

[1979]) destaca a importância de realizar-se periodizações do tempo quando nosso objetivo é examinar a existência daquilo que o autor nomeia como “modernizações sucessivas”. Nesse sentido, como já tivemos a oportunidade de examinar no capítulo anterior, é através do desinvestimento em certos espaços da área central que o capital cria as condições necessárias para o surgimento do *rent gap*, o início da reestruturação do espaço urbano e uma possível gentrificação oriunda da maneira dispar da produção do espaço urbano sob a égide capitalista. Posto isto, para o Porto Carioca, nesta pesquisa, buscamos pensá-lo através de dois grandes momentos: um longo período de desinvestimentos em sua área, consolidado principalmente a partir da década de 1960 e que vai até os anos 2000, e a solidificação de um projeto de reprodução do espaço urbano calcado em premissas do urbanismo neoliberal, visto a partir de 2009. Destarte, buscamos examinar um período da Geografia Histórica da Zona Portuária do Rio de Janeiro para termos as bases necessárias para a interpretação da OUC Porto Maravilha, esta também em grande parte analisada neste momento.

2.2.1. A estigmatização da Zona Portuária

Inicialmente, centralizando o debate em torno do que significa a “estigmatização”, observamos que, sociologicamente, o estigma, ou a estigmatização, é utilizado para inferiorizar um grupo ou indivíduo. Sendo uma construção social, essa espécie de “desmérito” também é vista dentro da perspectiva urbana. O sociólogo francês Loïc Wacquant destaca como o espaço pode ser visto através de nuances que colocam os residentes de certas áreas como pessoas sem o conjunto de normas sociais tidas como necessárias à aceitação social. Wacquant (2007) demonstra como a estigmatização espacial tornou-se um fator de marginalização social da Classe Trabalhadora. Dessa maneira, há, segundo o autor, uma “heightened stigmatization in daily life as well as in public discourse, increasingly linked not only to class and ethnic origin but also to the fact of residing in a degraded and degrading neighbourhood”³³ (WACQUANT, 2007, p. 25). Para mais, o autor também reflete sobre como os residentes dos bairros mais pobres de países como EUA e França, por exemplo, são estigmatizados pela área de moradia e também por questões raciais, estabelecendo-se relação indissociável entre classe, etnia e local de moradia. Como veremos mais abaixo, juntamente ao discurso das “classes perigosas” (Chalhoub, 1996) visto nos projetos higienistas do século passado no Rio de Janeiro, observamos, através da leitura de trabalhos pretéritos e de nossa

³³ Tradução livre: *maior estigmatização na vida cotidiana e também no discurso público, cada vez mais ligada não só à classe e origem étnica, mas também ao fato de residir em um bairro degradado e degradante.*

pesquisa, como a estigmatização da Zona Portuária do Rio de Janeiro possui estreita ligação com as questões de raça e classe. Assim sendo, no próximo subcapítulo, apresentaremos dados atuais que demonstram como a área ainda é composta majoritariamente pela população negra e de baixa renda e como são essas pessoas as que mais sofrem com as tentativas de expulsão de pessoas pobres da área central do Rio de Janeiro.

Neste momento de nosso texto, analisamos como a Zona Portuária passou por um longo período de desinvestimentos em sua área, passando a ser caracterizada como um lugar “obsoleto”, com “usos sujos”³⁴, uma área “cinza”, “perigosa” e com uma série de outros estigmas. Dentro desta perspectiva, Rabha (1985) averigua que, quando não bastavam as observações empíricas para caracterizar as zonas periféricas do centro com tais rótulos, buscava-se a afirmação destes estigmas através das teorias sobre a organização interna das cidades, acima de tudo, na Ecologia Urbana. Como centro deste tipo de estudos podemos destacar a conhecida “Escola de Chicago”.

Segundo Coulon (1995, p. 7), “por ‘Escola de Chicago’ costuma-se designar um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados, entre 1915 e 1940, por professores e estudantes da Universidade de Chicago.” Coulon (1995, p. 7) ainda corrobora ao entendimento da questão quando ressalta que, desde que a expressão foi utilizada pela primeira vez, em 1930, nos EUA, “nem sempre se trata, é claro, de uma corrente de pensamento homogênea, com uma abordagem teórica comum, mas, apesar disso, a Escola de Chicago apresenta diversas características que sem dúvida lhe conferem uma grande unidade(...).”

No que lhe concerne, Gottdiener (2016 [1993]) aponta como sob a ótica da Escola de Chicago, a cidade deveria ser explicada através da “natureza humana”. Tal natureza era abarcada pela reunião dos aspectos bióticos e culturais do ser humano. Como um dos problemas teóricos da corrente, Gottdiener (2016) ressalta a discutível utilidade da analogia biológica por meio do *darwinismo* social de competição. Segundo Gottdiener (2016), para o sociólogo Robert Park (um dos pioneiros da corrente), a ordem espacial da cidade é vista como a emergência da competição econômica e da divisão territorial do trabalho oriunda desta. Assim, os indivíduos seriam impostos a competir e cooperar entre si. No entender de

³⁴ A arquiteta e urbanista Nina Rabha (1985) apresenta como “usos sujos” aqueles ligados às atividades portuárias, da ferrovia, dos depósitos e de outras atividades características da zona periférica do centro em um passado não tão distante. Estes usos eram indispensáveis para o funcionamento da cidade, entretanto, ocasionavam certa poluição sonora e visual. Além disso, estas atividades eram realizadas majoritariamente pela população mais pobre. Para melhor aproveitamento do trabalho, tais atividades necessitam ficar próximas ao centro, mas não tão próximas a ponto de “atrapalhar” a imagem simbólica da área. Assim, para o caso do Rio de Janeiro, a autora aponta que os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo possuíam uma “natural vocação” para estas atividades.

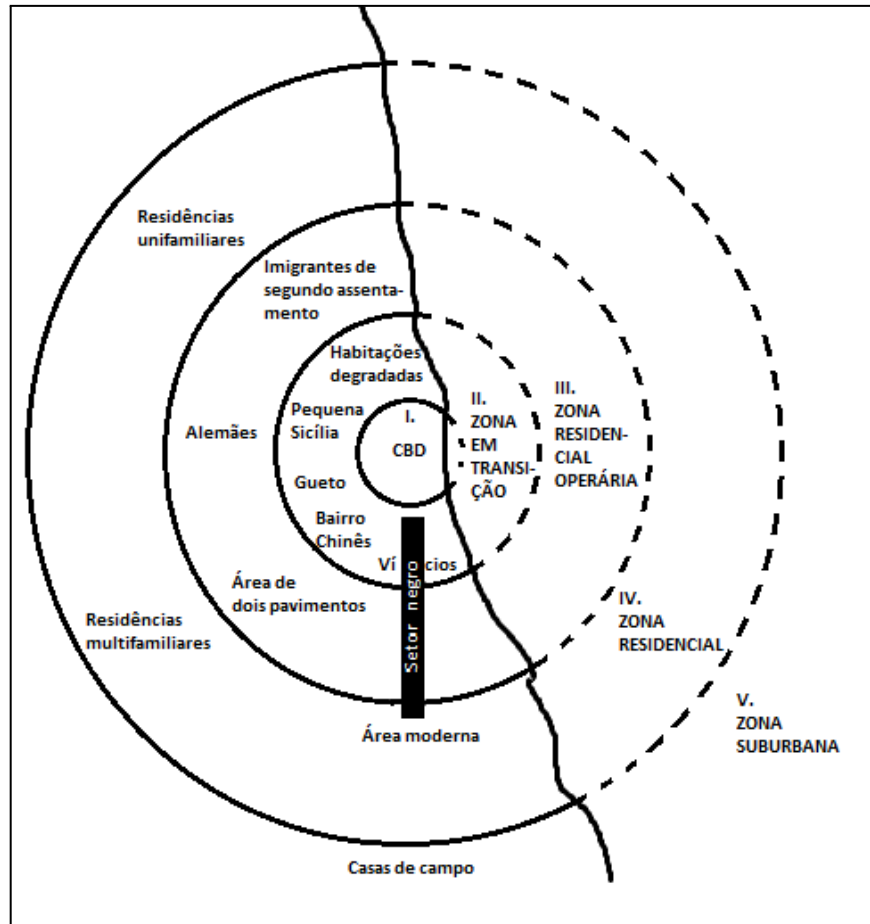
Rabha (1984, p. 30), as ideias da Escola de Chicago sobre as bases teóricas da forma da cidade derivam “de analogias entre as sociedades humanas e seres vivos (...) e é regida pelo princípio básico de luta pela existência.”

Por conseguinte, esta corrente passou a ser interpretada como a escola que pôs os fatores econômicos no cerne da organização socioespacial, deixando de lado outros fatores tão importantes quanto. Novamente, de acordo com Gottdiener (2016), as teorias clássicas da Escola de Chicago possuem três assertivas:

A eficácia da analogia biológica, o emprego de princípios darwinianos sociais para explicar o comportamento humano e a relegação de valores simbólicos ao campo da psicologia social por serem secundários para o primado da competição econômica. (GOTTDIENER, 2016, p. 39)

Gottdiener (2016) vai além e revela que coube ao sociólogo Ernest Burgess a tarefa de “pintar” o quadro teórico da Escola de Chicago. Para Strohaecker (1988), o mais famoso modelo a emergir da Escola de Chicago foi o proposto por Burgess, em 1925. Inspirado em Von Thunen e Max Weber, Burgess (1967 [1925]) elabora a teoria acerca da forma e distribuição espacial da cidade através das zonas concêntricas. Gottdiener (2016, p. 40) avalia a principal preocupação de Burgess sendo a de “articular uma explicação da mudança dos padrões de uso da terra, relacionando especialmente essa mudança na diferenciação interna da cidade ao processo de crescimento urbano.” Segundo os estudos de Burgess, tal expansão daria-se a partir do Distrito Central de Negócios (CBD), via um crescimento radial que se difundiria para as demais zonas, no qual a tendência de cada zona interna seria expandir a sua área até a próxima zona, pelo processo espacial de invasão e sucessão. Strohaecker (1988, p.172), resume o exposto ao defender que, “dessa forma, a série de círculos concêntricos indica tanto as zonas sucessivas de expansão urbana como os tipos de áreas diferenciadas no processo de expansão(...)”. Na Figura 1, é possível observar o esquema de Burgess (1925):

Figura 1: Esquema elaborado por Ernest Burgess.



Fonte: Burgess (1925) apud Strohaecker (1988).

Este modelo não foi pensado para descrever as cidades de maneira geral (tampouco a dos países (semi)periféricos), mas sim para a descrição da cidade estadunidense, sobretudo Chicago. Tendo isso em vista, Rabha (1984) nota como a utilização indiscriminada das ideias de Burgess acarretou que áreas com características próximas às da “zona em transição”³⁵ fossem todas classificadas desta maneira, mesmo que suas formações e explicações não se assemelhassem tanto ao caso estadunidense. Assim, houve uma justificativa científica, mesmo que equivocada, acerca da legitimação das ações de reestruturações de zonas periféricas do centro que contribuíram para o aumento da desigualdade espacial nas cidades. Em nossa contribuição à temática, preferimos caminhar juntos à Rabha (1984), quando a autora realiza uma observação acerca de que:

³⁵ Por se tratar de um modelo em constante expansão, Burgess acreditava que este anel concêntrico seria “invadido” pelo CBD. Contudo, Strohaecker (1988) e Rabha (1984) tecem críticas no que concerne à mecanização de tal expansão, que em diversos casos não ocorreu, e a falta de generalização do modelo que foi pensado exclusivamente para as cidades estadunidenses.

[O] Sentido político (da zona periférica do centro) é também claro quando se estabelece que é nas áreas deterioradas que ocorre a prática do Estado nos programas de renovação urbana. Programas que se voltam à total substituição de funções e populações destas áreas (...) dirigindo a reprodução da pobreza para trechos mais distantes e não tão visíveis, ao mesmo tempo que acontece a reprodução do valor do solo da área próxima ao centro. (RABHA, 1984, p. 1)

Estruturando o caso do Porto Carioca, metodologicamente, optamos por dar ênfase na investigação a partir da década de 1960, pois acreditamos que é neste momento que inicia-se mais caracterizadamente os desinvestimentos que criaram as condições necessárias para o *rent gap* da área. Consideramos alguns contextos históricos que contribuíram com o desinvestimento no local e a estigmatização como, por exemplo, a mudança da Capital Federal para Brasília, o processo de *containerização* e a expansão da cidade para outras zonas, principalmente a construção da Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste.

Entretanto, antes de iniciarmos o exame do momento mencionado, apresentaremos uma breve contextualização de importantes contextos anteriores. A arquiteta Nina Rabha, uma das grandes estudiosas da área, ressalta que, ainda no século XVII, o que hoje compreendemos como Zona Portuária configurava-se como uma periferia que se diferenciava das outras áreas da cidade (ainda restrita à escala local) pela morfologia do litoral. Com elevações que terminavam muito próximas ao mar, a área não possuía grandes faixas de terras planas que pudessem ser ocupadas. Além disso, os constantes alagamentos confirmavam a característica de um trecho isolado do restante da cidade.

No início do século XVIII, segundo Rabha (1984, 1985), a área não possuía, através de seus usos, nenhuma conexão com o restante da cidade. Ainda de acordo com a autora (1984, 1985), a mando do Marquês do Lavradio, na segunda metade do referido século, foram transferidos para a área de estudo o “depósito” de pessoas escravizadas, o Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, os trapiches, os depósitos de mercadorias comuns e para o sal, o estaleiro para a manutenção de embarcações e o “depósito” de pessoas presas. Dessa maneira, Rabha (1984, p. 83) reconhece que “desde a formação do Rio de Janeiro, todo este trecho, embora fisicamente muito próximo, comportava-se como uma ilha, isolado que era do núcleo”. Como início do processo de ocupação, a autora destaca, dessa vez na página 84 do mesmo trabalho, que “apenas uma atividade tão importante como o tráfico de escravos e um incremento das atividades marítimas (...) são capazes de produzir a ocupação do litoral alagado e sinuoso da Saúde e Gamboa” (RABHA, 1984, p. 84).

No início do século XIX, mesmo que a escala da cidade ainda fosse a do lugar (RABHA, 1985), esta começa a sua expansão e necessitava de mais espaços. As antigas chácaras dos bairros da Saúde e da Gamboa são retalhadas e inicia-se a mistura de usos e

classes na área de estudo. Assim, casarões coloniais e residências precárias dos mais pobres dividiam o mesmo espaço. Em 1808, com comitiva com cerca de 15 mil pessoas, aproximadamente $\frac{1}{3}$ da população local à época, a chegada da Família Real Portuguesa mudou toda a configuração da cidade. De imediato, a área de estudo não foi afetada, mas esta conjuntura poderia ter sido bem diferente. D. João VI, admirado com a vista do alto do Palácio Episcopal, no Morro da Conceição, cogitou estabelecer residência no local, mas a área da Quinta da Boa Vista foi eleita como o local mais adequado (RABHA, 1984). Nas duas décadas seguintes, a população da cidade duplicou e o uso do solo na área dos bairros estudados foi modificado, já encontrando-se no local pequenas indústrias que dependiam do Porto, como serralherias e ferrarias. Abaixo, na Figura 2, é possível observar o primeiro panorama feito da orla da Saúde, em 1845.

Figura 2: O primeiro panorama fotográfico da orla da Saúde, em estampa de E. Ciceri e P. Benoist, c. 1845.



Fonte: Coleção Geyer / Museu Imperial apud Turazzi, 2016, p.138.

Com o advento da Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil), em 1858, outras indústrias de maior porte chegam ao local, como o Moinho Fluminense e o Moinho Inglês. É também nesta mesma época que inicia-se a proliferação dos chamados “cortiços”. Destacamos, apoiados em Chalhoub (1996), como o discurso higienista do Poder Público à época encontrava na população local, majoritariamente negra e pobre, as chamadas “classes perigosas” que deveriam ser expulsas da área central. Nesse sentido, ao abordar o crescimento

populacional das chamadas Freguesias de Santana e Santa Rita (área atual dos bairros estudados), Abreu (2013, pp. 37-38) ressalta que, tratava-se “de área ainda disponível a uma população sem poder de mobilidade, trabalhadores livres e escravos de ganho que precisavam estar próximos ao centro, onde o trabalho era buscado diariamente”. Ao tentar erradicar este tipo de habitação, o Poder Público discursava sobre “insalubridades” e “promiscuidades”, quando, na realidade, Carvalho (1995) revela que já haviam grandes interesses imobiliários por trás desse processo.

Saltando para o início do século passado (século XX), era famosa a “inadequação física do Porto do Rio ao volume de cargas movimentadas(...)” (RABHA, 1984, p.101). A modernização do Porto, através da Reforma Pereira Passos, contribui para a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho da época (Abreu, 2013). Ainda de acordo com Abreu (2013), diferentemente da construção da Avenida Central (atual Rio Branco), as obras no Porto não causaram grandes impactos socioespaciais, visto que não precisaram de tantas demolições.

Durante grande período após estas intervenções, Rabha (1984, p. 108) destaca que “pouco será realizado na Gamboa e Saúde.” Com efeito, a autora aponta apenas a abertura do túnel João Ricardo (abaixo do atual Morro da Providência) que deu maior dinamismo para a área, vista a facilitação da conexão com o trecho próximo à estrada de ferro. Além disso, a abertura da Avenida Presidente Vargas, configura-se, segundo a autora, como o fechamento de um cinturão de vias modernas que envolvia uma malha interna (do Porto) ainda quase toda colonial. Diante disso, em nome do funcionamento do Porto, a área de estudo teve que cumprir um papel de viabilização do desenvolvimento de outras áreas da cidade. As modernidades que passaram a ser alocadas em áreas específicas da cidade, e tidas como gerais, deixaram as particularidades da área do Porto vistas como negativas e deterioradas (RABHA, 1984).

Chegando ao período que mais nos interessa nesta parte do trabalho (1960 até 2009), dialogamos com a conjuntura ocasionada ao Porto (e à cidade) pela saída da sede da Capital Federal para Brasília. Ao longo dos anos que sucederam esse marco histórico, a área central da cidade viu-se esvaziada de uma série de funções que foram transferidas para a nova capital. Como decorrência desse processo, muitos prédios foram “abandonados” e sofreram com a deterioração física. Mesmo com a chegada de pessoas pobres para ocupar parte dos imóveis que foram abandonados, a área central teve significativa perda demográfica durante o período em questão (Rabha, 2006).

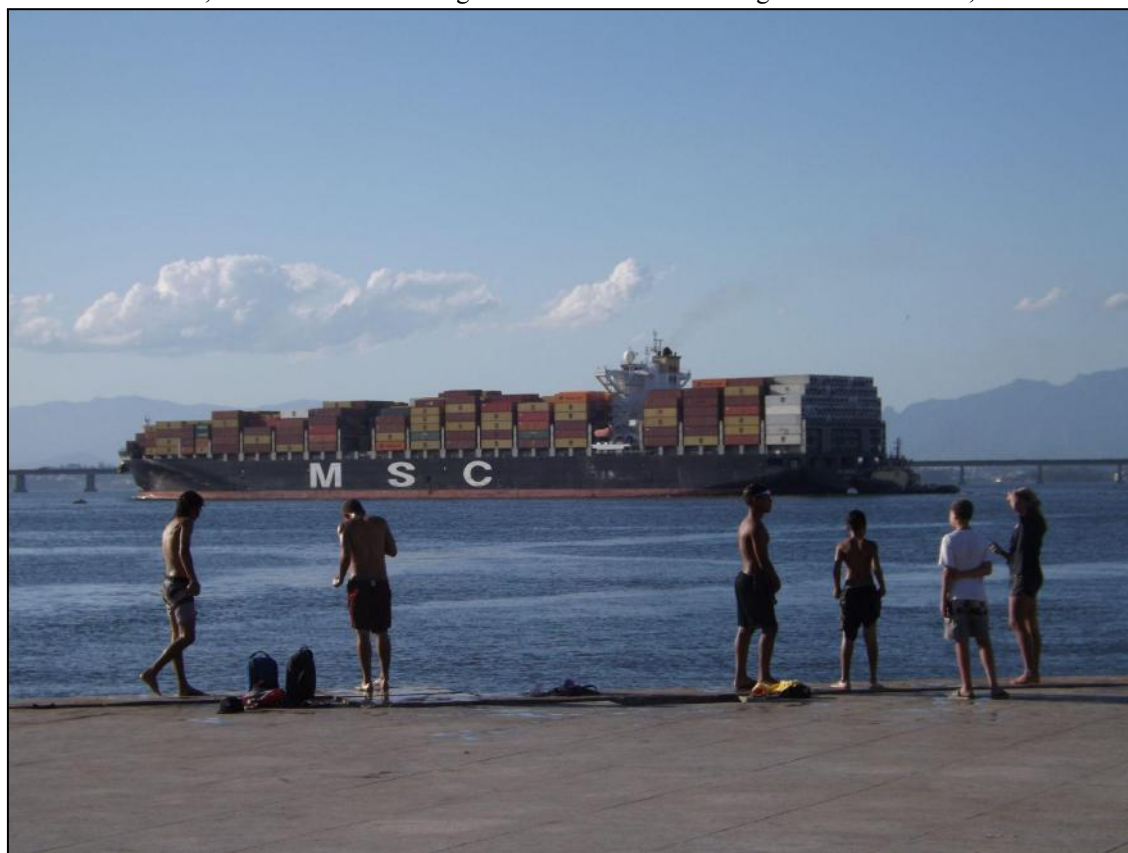
O esvaziamento demográfico não se deu apenas pela transferência da sede federal. Iniciada na virada do século XIX para o século XX, a valorização de morar próximo ao mar (mas não no trecho da Baía de Guanabara) ganhou contornos acentuados com o Governador Carlos Lacerda (1960) e seus sucessores. A expansão em direção aos bairros da orla da Zona Sul da cidade, e posteriormente para o bairro da Barra da Tijuca (Zona Oeste), fez com que a área central perdesse residentes (RABHA, 2006). O mercado imobiliário, interessado nos lucros oriundos da construção de novas áreas residenciais na cidade, deixou de investir na área central, sobretudo na Zona Periférica do Centro, que ficou cada vez mais esvaziada. Nesse momento, Rabha (1985) aponta que as formas e as funções da área portuária passaram pelos processos de cristalização e inércia.

Mesmo com esse processo, em sua tese de doutorado, Rabha (2006) discorre sobre a função portuária, em 1967, ainda ser valorizada e caracterizar-se como elemento de grande importância para a identidade da área central. Ainda de acordo com a autora, havia uma sintonia entre a cidade e a atividade portuária até esta época. Inclusive, a arquiteta e urbanista revela como:

As categorias profissionais ligadas à atividade possuíam poder político e força em seu movimento sindical, sendo mantido um contínuo programa de obras, tanto na zona primária como na retroárea, ou ainda voltado para a mão de obra especializada. (RABHA, 2006, p.252)

Já nos anos de 1970, concomitantemente à construção do elevado da Perimetral (que fragmentou grandes áreas dos bairros da área de estudo), têm-se transformações na imagem e nas atividades do Porto. Os trabalhos passam a ser deslocados gradativamente para a área do bairro do Caju, pois os armazéns do Cais da Gamboa já encontravam-se defasados. O Caju ainda possuía grande quantidade de espaços disponíveis para construções mais modernas e condições mais adequadas para o atracamento de grandes embarcações. Com a modernização das atividades, o sistema de estocagem das mercadorias mudou e abriu-se espaço para a chegada dos *contêineres*. Turazzi (2016) sinaliza como o espaço portuário foi reorganizado para atender a esta nova demanda e como a *containerização* fez com que séculos de grande dependência da força de trabalho humano fossem deixados para trás.

Foto 1: Em primeiro plano, meninos, provavelmente moradores da área, brincam de mergulhar na poluída Baía de Guanabara. Ao fundo, um navio da MSC chegando ao Porto do Rio carregado de *contêineres*, em 2021.



Fonte: Autoria própria, setembro de 2021.

Por sua vez, nessa conjuntura, Rabha (2006) aponta que para a realização das atividades portuárias foi necessária a adequação de áreas abertas para os novos equipamentos, de grandes terrenos vazios para armazenamento, de segurança para a operação de pesados equipamentos e de muitos caminhões para realizar o transporte das cargas. Como a maior parte dos portos estava pressionada pelo crescimento das cidades, como é o caso do Rio de Janeiro, as vias de acesso encontravam-se não mais exclusivas para as atividades portuárias e, conseqüentemente, congestionadas. Como efeito dessa conjuntura no Rio de Janeiro, em 1982, inaugura-se o Porto de Sepetiba, nos limites da Zona Oeste da cidade. Esta área pôde abrigar exclusivamente as atividades portuárias e assim atender melhor às novas demandas existentes. Através dos processos supracitados, juntamente a outros não discutidos aqui, ocorreu a desvalorização fundiária da Zona Portuária. Dessa maneira, os estigmas de um local “abandonado”, “sujo”, “perigoso”, “deteriorado” etc foram reforçados.

Como desdobramento desta conjuntura, a administração pública (já na década de 1980), sabida de exemplos internacionais, começa a buscar “alternativas” para a situação da Zona Portuária. Rabha (2016) apresenta o projeto elaborado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro como sendo o primeiro para a “revitalização” da área. Angotti et al. (2019)

expõem uma série de outros projetos, também da década de 1980: Riopart (1982), SAGAS (1987), Plano de Desenvolvimento da Retaguarda do Porto (1989). Nesse momento, Albinati (2017) aponta que a cultura ainda não era vista como um elemento agregador de valor de troca aos projetos, situação bem diferente do atual cenário na OUC Porto Maravilha. Ainda de acordo com a última autora mencionada, o período é marcado pela reivindicação de movimentos negros pela memória, patrimônio e cultura da área. Em vista disso, houve o tombamento da Pedra do Sal (provisoriamente em 1984 e de maneira definitiva em 1987), a inauguração da Escola Tia Ciata (1985), do Centro Cultural José Bonifácio (1986) e a instauração da Área de Proteção ao Ambiente Cultural Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APA SAGAS, 1987).

Na década de 1990, as discussões avançaram, juntamente ao modelo neoliberal de planejamento urbano na cidade, e novos projetos como a Proposta de Revitalização da Área Portuária da Gamboa (1991) e o Projeto Píer Mauá (1994) surgiram e ganharam maior destaque. Em 1993, inspirados no modelo de empreendedorismo urbano visto na cidade de Barcelona (que sediou os Jogos Olímpicos de 1992), foi firmado um acordo entre a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (Firjan) para a promoção do Primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ). Após dois anos de discussões, em 11 de setembro de 1995, foi homologado o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Para Souza (2003, p. 140) “o documento constitui-se em uma peça de *city marketing*³⁶, destinada a vender uma imagem favorável do município”.

Mesmo que a maior parte dos projetos contidos no primeiro PECRJ não tenha saído do papel, abordamos este fato histórico, pois, a partir de então, a cidade e a sua área portuária passaram a dialogar muito mais com a base teórica exposta no capítulo anterior. Segundo o economista Carlos Vainer (2013), o “novo” modelo de pensamento e execução das intervenções urbanas possui inspiração na maneira como as empresas privadas atuam no cenário neoliberal do capitalismo. Além disso, esse momento marca a entrada da visão da cultura como elemento fundamental para o “êxito” das reestruturações urbanas. Durante a primeira gestão do ex-Prefeito Cesar Maia (1993-1996), por exemplo, tentativas de reestruturação da Zona Portuária foram realizadas tendo como um de seus aspectos a construção de grandes equipamentos culturais como “âncoras” dos projetos. Nesse seguimento, houve a tentativa de implementação de uma filial do Museu Guggenheim na Zona Portuária. O projeto envolveu diversas polêmicas e uma delas foi sobre de onde viriam os recursos para as obras. Deixando transparecer o real significado do projeto, o então

³⁶ Tema discutido no próximo subcapítulo.

Prefeito deu a seguinte declaração ao jornal Estadão³⁷: “Esse não é apenas um projeto cultural, **é um negócio cultural**, e, dessa forma, eu não teria nenhuma dificuldade em fazer captação de recursos públicos, privados e financiamento para ele” (Destaque nosso). Dando sequência à matéria, o texto aponta que o projeto do museu no Rio seria semelhante ao de Bilbao, na Espanha, e que o projeto teria mudado “completamente o perfil econômico do Porto Basco.” Dialogando muito com o eixo central da discussão do nosso trabalho, a reportagem vai além e diz que o Prefeito previa uma grande atração de investimentos no Porto Carioca após a instalação do museu, à semelhança do ocorrido na região basca. Nas palavras de Cesar Maia, “A Prefeitura já está trabalhando com grandes empresários interessados na área portuária e na semana que vem vou ter uma reunião com eles para tratar da ocupação da região.” De acordo com o ex-Prefeito, o então Governo Federal tinha grande interesse no projeto, pois este seria “o grande proprietário da área”³⁸ que contava, ainda segundo Cesar Maia, com ativos imobilizados ou sem valor, mas que poderiam gerar receita. Por fim, em mais uma semelhança com a atual intervenção no Porto, o Prefeito previa a elaboração de lei de criação de solo urbano para gerar financiamento para o projeto.³⁹

Nesse ínterim, as próprias cidades passaram a ser vistas como mais uma mercadoria da reprodução capitalista. A assertiva tem interfaces com a proposta do geógrafo David Harvey (2005) no que tange a noção de um “empreendedorismo urbano”. Em consonância com as exposições de Vainer (2013), sinalizamos que o Planejamento Estratégico foi gestado tendo como bases os conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na *Harvard Business School*. Souza (2010) compreende o Planejamento Estratégico como um planejamento “mercadófilo”. O autor ressalta como esse modelo deixa de tentar “domesticar” o capital e passa a se ajustar aos seus interesses, inclusive, os mais efêmeros. Posto isto, o geógrafo destaca como o Planejamento Estratégico possui maior ou menor incorporação, a depender de como o país e a cidade estão inseridos na lógica da desregulamentação econômica e na tendência de diminuição da atuação do Estado no planejamento e gestão urbana. Em suma, esta situação pode ser examinada através das parcerias público-privadas, tema que será mais profundamente discutido no próximo

³⁷Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral.cesar-maia-faz-acordo-para-ter-guggenheim-no-rio.20010419p8335>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

³⁸ Sobre a propriedade das terras na área da OUC Porto Maravilha, ver mais em Borba (2018).

³⁹ O ex-Prefeito e gestores do museu foram acusados de causar lesão ao erário público por meio de contratos firmados sem licitação com o objetivo de planejar a implantação do museu. Após condenação, ambos foram absolvidos das acusações, em 2ª instância, em 2021.

subcapítulo. Por ora, Sanchez (2010) sintetiza o que está por trás do Planejamento Estratégico:

Desse modo, os projetos de cidade associados ao planejamento estratégico favorecem a direta apropriação do espaço por interesses empresariais globalizados e tendem a privilegiar os atores ligados a esses interesses, em detrimento de outros que, por serem considerados menos relevantes ou menos empreendedores, não se enquadraria na categoria “forças vivas” da sociedade mobilizadas em torno aos projetos. (SANCHEZ, 2010, p. 362)

Após seis anos da implementação do Primeiro PECRJ, Rabha (2006) nota, apenas neste momento, a participação efetiva da Prefeitura em um plano que estruturava as ações necessárias à “revitalização” do Porto Carioca, através do Projeto Porto do Rio (2001). Moreira (2011) realizou uma análise do projeto e revelou tratar-se de uma proposta baseada em experiências de outras metrópoles ao redor do globo, realizadas durante as décadas de 1980 e 1990. Indo além, a arquiteta e urbanista pontua sobre:

As intervenções, segundo o escopo do projeto, já priorizavam a idéia de tornar a área atrativa para novos empreendimentos privados, aprimorando o sistema viário e tirando partido da paisagem e da Baía de Guanabara. Para tanto, o projeto criava diferentes pólos de intervenções a fim de promover a integração das atividades portuárias e alterar as condições de utilização e ocupação do solo naquele momento. Os projetos buscavam ainda estabelecer novos marcos espaciais e pólos funcionais. (MOREIRA, 2011, np)

Dando continuidade à discussão, Moreira (2011) enxerga uma “radicalização” do projeto de 2001 (que não foi posto em prática) para a OUC Porto Maravilha. A autora identifica que a intensa verticalização, a mudança exponencial da paisagem urbana, altos índices de construções permitidas e a “semiprivatização” do processo de desenvolvimento urbano local eram vistos como pontos comedidos ou ainda indefinidos no projeto de 2001, mas que, contudo, estas circunstâncias tornam-se explícitas na OUC Porto Maravilha. Já entre 2001 e 2006, foi elaborado o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro e alguns equipamentos de grande porte foram construídos através de intervenções pontuais. Diniz (2014) destaca a Vila Olímpica da Gamboa, em 2004, e a Cidade do Samba, em 2006.

Entretanto, a falta de articulação entre as esferas de poder, (articulação esta que Vainer (2013) chama de “consenso” e Gottdiener (2016), em perspectiva similar, aborda como “coalizão pró-crescimento”⁴⁰), travou as propostas da Prefeitura e a área acabou sendo tornada em um local deixado à margem pelo Poder Público. Como veremos logo abaixo, no ano de 2009, esta conjuntura faz-se diferente e “finalmente” um grande projeto para a área sai apenas do campo do planejamento.

⁴⁰ Temas que serão abordados no próximo subcapítulo.

2.2.2. A chegada do planejamento urbano estratégico: a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha

Como discutido anteriormente, diversas zonas portuárias foram transformadas em novas “fronteiras”⁴¹ da acumulação mais flexível a partir do processo de reestruturação produtiva e urbana. Segundo Monié e Da Silva (2015), a competição por investimentos e atração de fluxos de turistas, grandes eventos, mercadorias, executivos, entre as cidades que são administradas como empresas alçou as reestruturações de zonas portuárias a um novo patamar. Em sua dissertação de mestrado, em 1984, Nina Rabha já expunha como o sentido político do trecho da área central denominado zona periférica do centro fica nítido quando o Estado enxerga estas zonas como “deterioradas” para implementar os programas de “renovação” urbana. A autora (1984, p. 1) dá prosseguimento em sua argumentação e aponta como há “Programas que se voltam à total substituição de funções e populações destas áreas (...)dirigindo a reprodução da pobreza para trechos mais distantes e não tão visíveis, ao mesmo tempo que acontece a reprodução do valor do solo da área próxima ao centro.” Em 2009, seguindo esta mesma lógica, a OUC Porto Maravilha foi prevista no Plano Estratégico Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo (2009-2012).

Em outra oportunidade, Rabha (2006) já havia demonstrado a integração existente entre a área central e o seu Porto, até o final da década de 1970. Em 2012, para a Prefeitura, “O Porto Maravilha é um projeto de requalificação⁴² que prevê o reencontro da Região Portuária com a cidade” (PMCRJ, 2012). Averiguando alguns *slogans* da OUC, trazemos aquele apresentado por Giannella (2015) e Azevedo e Pio (2016): “uma nova cidade está nascendo”. Dessa maneira, é possível perceber o papel da OUC na busca por uma nova imagem da área central da cidade e a tentativa de “reintegração”⁴³ do Porto às outras áreas da capital fluminense. Ainda de acordo com materiais da Prefeitura, dialogando com a teoria do *rent gap* vista anteriormente, o poder municipal insiste que “a degradação presenciada pelos cariocas por décadas na área será revertida em histórica onda de reformas urbanas promovidas pela Prefeitura do Rio” (PMCRJ, 2012). Ainda dialogando com a teoria supracitada, no

⁴¹ O assunto tem destaque no Subitem 4.1.

⁴² Como discutido anteriormente, fiquemos atentos(as) ao uso das palavras. No *hall* do jogo ideológico do uso dos termos, até mesmo o Poder Público, através da CDURP, utiliza-se de diferentes termos como “revitalização”, “refuncionalização” e “requalificação”.

⁴³ Na realidade, através do conjunto da pesquisa realizada, acreditamos que a OUC Porto Maravilha configura-se mais como uma fragmentação do espaço do que uma “reintegração” ou articulação.

PECRJ (2013-2016), o poder municipal versa sobre a “descrição da iniciativa estratégica” para o Porto. Na referida descrição, consta o seguinte:

Apesar de sua localização estratégica e grande relevância histórica, a Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em estado de grande degradação, com abandono ou subutilização de espaços públicos e imóveis públicos e privados. Para reverter esta situação, a Prefeitura do Rio criou uma Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, conhecida como Porto Maravilha, para resgatar todo seu potencial social, econômico, cultural e turístico. (PECRJ, 2013-2016, p. 60)

Dentro do arcabouço burocrático, segundo o Plano Diretor de 1992 da cidade do Rio de Janeiro, a urbanização consorciada “será utilizada em empreendimentos conjuntos de iniciativa privada e dos poderes públicos federal, estadual e municipal, sob a coordenação deste último, visando à integração e à divisão de competências e recursos para a execução de projetos comuns.” No ano anterior, na cidade de São Paulo, a operação urbana foi descrita no Plano Diretor como “o conjunto integrado de intervenções e medidas a ser coordenado pelo Poder Público, com a participação de recursos da iniciativa privada.” Reunindo as duas categorias, o Estatuto das Cidades, lei federal criada em 2001 com o intuito de regulamentar o desenvolvimento urbano, prevê a operação urbana consorciada (OUC).

No Rio de Janeiro, a OUC da Zona Portuária foi lançada em 2009. Intitulada Porto Maravilha e com uma área de mais de cinco milhões de metros quadrados vizinha ao CBD da cidade, a operação contou com as articulações políticas e econômicas que faltaram aos projetos anteriores. A OUC foi instaurada a partir da Lei Complementar 101, de 23 de novembro de 2009. No primeiro artigo da lei, é exposto que a OUC “(...)compreende um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental de parte das Regiões Administrativas I, II, III e VII(…)” Já em seu artigo segundo, é revelado que a OUC “tem por finalidade promover a reestruturação urbana da AEIU, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região.”

No parágrafo primeiro do artigo segundo, tem-se sete princípios que norteiam o planejamento, a execução e a fiscalização da OUC: I - a priorização do transporte coletivo sobre o individual; II - a valorização da paisagem urbana, do ambiente urbano e do patrimônio cultural material e imaterial; III - o atendimento econômico e social da população diretamente afetada pela Operação; IV - a promoção do adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou

terrenos subutilizados ou ociosos; V – a integração da área com a área central da Cidade e o estímulo ao uso residencial, possibilitando melhor aproveitamento da estrutura urbana existente; VI - transparência do processo decisório e controle com representação da sociedade civil; VII – o apoio da regularização fundiária urbana nos imóveis de interesse social.

A OUC Porto Maravilha também aparece com destaque também no “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (2009-2012): o Rio mais integrado e competitivo”. No diagnóstico da situação à época, vemos a seguinte análise:

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro encontra-se em estado de grande degradação, com abandono de prédios e ruas e com espaços públicos praticamente sem uso pela população e pelos turistas. A exemplo do que acontece em regiões portuárias de outras cidades do mundo, a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro apresenta um grande potencial econômico, turístico e social para a região. (PECRJ, 2009-2012, p. 93)

É possível novamente notar certo diálogo com a teoria do *rent gap* quando a Prefeitura observa o estado físico da área e o seu potencial. Além disso, a Prefeitura também tinha consciência de que o modelo a ser implementado na área já tinha tido “sucesso” em outras áreas portuárias no mundo. A Prefeitura descreve brevemente como será a OUC:

O programa consiste na implantação de obras de infraestrutura e articulação com a iniciativa privada e governos estadual e federal de forma a promover uma completa revitalização (econômica, social, ambiental e cultural) da região portuária do Rio de Janeiro (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte dos bairros do Caju, São Cristóvão e Centro) criando espaços de arte, cultura, entretenimento, educação e habitação. (PECRJ, 2009-2012, p. 93)

Salientamos, neste trecho, a parceria com o setor privado e a “revitalização” e criação de espaços no âmbito da cultura. No PECRJ (2013-2016), há uma outra descrição da OUC Porto Maravilha:

A iniciativa consiste na implantação de um amplo Programa de Requalificação Urbana em 5 milhões de m² (melhoria dos serviços urbanos e nova infraestrutura urbana); um Programa de Desenvolvimento Imobiliário, que visa promover empreendimentos residenciais e comerciais; e um Programa de Desenvolvimento Social, que visa valorizar o patrimônio histórico e cultural e contribuir para a melhoria das condições de vida dos atuais e futuros moradores e usuários da Região Portuária do Rio de Janeiro. (PECRJ, 2013-2016, p. 60)

A Prefeitura também apresenta os resultados esperados com a OUC Porto Maravilha: “Revitalização da área com a melhoria na condição de vida local, conseqüente atração de novos moradores e empresas para a região, além da restauração do patrimônio histórico e cultural e incremento do turismo na região” (PECRJ, 2009-2012, p. 93). Os resultados esperados no plano de 2013-2016 são praticamente idênticos. Assim, para ambos, nota-se a

ambição de levar novos moradores e empresas para a área, além de modificações no patrimônio histórico e cultural com o objetivo de aumentar o turismo na área.

Como vimos anteriormente, com destaque para a esfera municipal, as coalizões pró-crescimento (GOTTDIENER, 2016), ou consensos (VAINER, 2013), assumem o papel de fomentar a reprodução do capital através do ambiente construído. Gottdiener (2016) ressalta como a esfera municipal legitima grande parte do crescimento econômico através do controle da terra e, dessa forma, estabelece vínculos com o setor privado, sobretudo o imobiliário, para formar as coalizões, ou redes pró-crescimento. Nessa mesma direção, ao abordar o consenso, Vainer (2013, p. 91) sinaliza que, “sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto.” Os até então partidos aliados, Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴⁴, firmaram um consenso entre as esferas federal, estadual e municipal que visou um projeto para o Porto que finalmente pudesse sair do papel. Para a discussão desse contexto, corrobora Xavier (2012):

O momento mesclou um alvoroço cívico, econômico e político sem precedentes. Imerso nesse alvoroço, e como parte das ações em prol de grandes eventos, em Junho de 2009 as três esferas do governo, na federal Luís Inácio Lula da Silva, na estadual Sérgio Cabral e na municipal Eduardo Paes, assinaram juntos a parceria que faltava para tocar o audacioso Projeto de Revitalização da antiga zona portuária do Rio de Janeiro, anunciada como Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. E não menos importante, consta também a parceria estratégica da iniciativa privada demonstrando interesse de investir na transformação da região. (XAVIER, 2012, p. 51).

Mesmo que dentro do jogo de escalas não seja possível analisar a OUC sem estar atento às escalas regional, nacional e global, é nítido que as estratégias municipais ganham destaque no cenário e em nossas investigações. À Prefeitura do Rio de Janeiro coube ações publicitárias que apresentassem a simplória oposição entre o “novo” e o “velho”, o “moderno” e o “atrasado”, o “seguro” e o “perigoso”, o “cinza” e o “colorido”. O conjunto destas ações de marketing para promover determinados espaços urbanos ficou conhecido como *city marketing*. No bojo desse debate, Andrade (2007) define o objetivo do *city marketing* da seguinte forma:

A finalidade do *city marketing* é, por exemplo, a criação e divulgação de uma marca positiva e sólida para a cidade, a construção e divulgação de grandes atrações turísticas tais como monumentos, shoppings, centros de convenções e de entretenimento, eventos culturais e esportivos, etc. (ANDRADE, 2007, p. 253)

⁴⁴ Antigo PMDB.

Dentro da lógica da competição por investimentos vista entre as cidades, principalmente a partir da década de 1980, Pinto (2001) destaca que o *city marketing* objetiva promover as cidades de maneira a atingir seus próprios habitantes, mas também eventuais investidores e turistas, buscando, assim, a elaboração de uma nova imagem da cidade, uma imagem que esconda as dicotomias espaciais. Monié e Da Silva (2015) nos auxiliam na compreensão do fenômeno ao apontar como as políticas estatais no cenário contemporâneo visam atender às demandas oriundas de um “mercado de cidades” extremamente competitivo. Esse “mercado” funciona como uma espécie de “vitrine” global onde as cidades são expostas em busca de investimentos e turistas. O Planejamento Estratégico da Riotur -Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A- (2017-2020) nos exemplifica em muito as ações de *marketing* urbano centradas no ideário neoliberal. Na página 15 do documento, é possível encontrar a missão da empresa de capital misto: “O Rio precisa estar sempre na ‘**prateleira**’ nos mais diferentes canais de comunicação existentes, a qualquer tempo e hora, e ao alcance do desejo de todos os turistas do Brasil e do mundo” (Destaque nosso). Continuando a proposta, na página 17, há os seus valores, aqui, destacamos o seguinte: “Ser protagonista na promoção da imagem do Rio a nível nacional e internacional.” O documento ainda traz (p. 29) os objetivos do plano de *marketing* em relação à imagem: I- Posicionar o Rio como cidade moderna, hospitaleira, de natureza exuberante e de grande diversidade cultural, que tem produtos e serviços para todos os gostos, do museu ao futebol, da praia ao teatro, da floresta aos grandes shows; II- Defender a imagem nacional e internacional (segurança, qualificação dos serviços) da Cidade Maravilhosa com a presença constante em feiras, convenções, campanhas nas redes sociais e na grande mídia, além de uma estrutura completa para atender o mercado business; III- Ser, em oito anos, a capital do entretenimento do hemisfério sul e uma das 10 maiores do mundo.

Ainda dentro desta conjuntura, vemos como um determinado modelo de projetos de intervenções em zonas portuárias, também conhecido *waterfronts*, “são sistematicamente utilizados pelos governos locais como uma ferramenta para vender a mais ‘nova’ mercadoria capitalista: a cidade-espetáculo” (MONIÉ E DA SILVA, 2015, p. 115). Em sua contribuição, Sanchez (2001) desenvolve o pensamento sobre as ações de *city marketing* do poder local estarem municidadas para elaborar políticas e estratégias de comunicação que legitimem a ação estatal em direção a um sentimento de vivência em uma área “privilegiada”. Consonante a esta explanação, a PMCRJ agiu de maneira a implementar táticas de *city marketing* na área da OUC Porto Maravilha. Destacamos o projeto “quem te viu, quem te vê” que espalhou dezenas de painéis, como o exposto mais abaixo, pela área central da cidade. Nesses painéis, imagens

de trechos da Zona Portuária, antes e depois das obras, são postas lado a lado, dando a falsa sensação de que as obras trouxeram somente benefícios para a área. Nesse intento, é propositalmente deixado de lado questões como o aumento do preço da terra e a expulsão da população local, a perda de mobilidade urbana derivada da retirada das linhas de ônibus que atendiam ao local, a precariedade das condições de vida nas favelas da área etc. Para Faulhaber (2012), as intervenções são apenas divulgadas de maneira que não haja objeção aos projetos. Ainda segundo Faulhaber, a publicidade realizada encaixa-se mais como uma propaganda do que como uma forma de dar transparência às intervenções, assim, a população continua sem ter a clareza do que há por trás dos processos. Na Figura 3, apresentamos um painel que exemplifica o exposto.

Figura 3: Painel instalado na Zona Portuária comprando imagens de antes e depois do início da OUC.



Fonte: Google Imagens. Disponível em:

https://www.google.com/search?q=quem+te+viu+quem+te+ve+porto+maravilha&sxsrf=AOaemvLYE9_nmcuqPc3ze5QSjCbYhsB6cA:1639488486753&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKewi4x_bGsuP0AhWqFb

Apesar da gentrificação configurar-se como uma estratégia global de acumulação, as complementaridades através de táticas locais têm tornado-se cada vez mais fundamentais para o “êxito” das intervenções. Os riscos dos investimentos são cada vez mais assumidos pelo Poder Público Municipal e ter uma figura que desperte um certo orgulho cívico, ou um “patriotismo de cidade” (Vainer, 2013), torna-se imperioso para que firme-se um “consenso” em volta dos projetos. Nessa direção, caminha Andrade, ainda em 2007, quando aborda que:

Para fechar o circuito de funcionamento da cidade pátria, é necessário um líder local suficientemente carismático, forte, capaz de personificar a “marca” da cidade e inspirar respeito para conjugar todas essas demandas: o marketing urbano absolutamente misturado com o marketing pessoal da pessoa do prefeito. (ANDRADE, 2007, p. 211)

No cenário carioca, este papel fica à cargo do Prefeito Eduardo Paes. Vainer (2013) ressalta como este modelo de cidade necessita da apropriação do espaço urbano por interesses empresariais e globalizados e depende da perda da noção de uma política participativa, de eliminar, ou pelo menos mascarar, os conflitos, e de criar um exercício da cidadania através do “patriotismo de cidade”. Vemos na figura de Eduardo Paes este papel que tanto interessa aos setores privados do capital, alguém que destaque a identidade local, mas que esteja de mãos dadas aos projetos globais de acumulação via reestruturações do espaço urbano. Na edição número 9, página 6, da Revista Porto Maravilha, por exemplo, Paes afirma que “a Região Portuária será mais um centro econômico e turístico da cidade.” Mesmo que o Prefeito busque uma imagem de integração com a cultura popular carioca, Paes, na realidade, removeu, em números absolutos, mais pessoas do que qualquer outro Prefeito da história da cidade (FAULHABER, 2012).

Nessa direção, como bem elucida Pereira do Nascimento (2017), a própria escolha da toponímia “Porto Maravilha” já carrega consigo estratégias de *city marketing*. Ancorado em Corrêa (2012), o geógrafo observa que o nome “Porto Maravilha” caracteriza-se como uma forma simbólica espacial que objetiva explicar ares positivos ao processo, sendo este (o nome) imbuído de conteúdos positivos à “revitalização”. Smith (1996) já apontava situação semelhante no caso nova iorquino, quando o setor imobiliário, aliado a setores da cultura, mudou o nome de um trecho em um bairro para agregar-lhe valor de troca. Nas palavras do autor:

On the Lower East Side two industries defined the new urban frontier that emerged in the 1980s. Indispensable, of course, is the real estate industry which christened the northern part of the Lower East Side the “East Village” in order to capitalize on

its geographical proximity to the respectability, security, culture and high rents of Greenwich Village. Then there is the culture industry—art dealers and patrons, gallery owners and artists, designers and critics, writers and performers—which has converted urban dilapidation into ultra chic⁴⁵. (SMITH, 1996, p. 17)

Buscando compreender como os moradores da Zona Portuária percebem esta dinâmica, em uma entrevista realizada com Shikko Alves (mais conhecido como Shikkinho), morador do Morro da Conceição, produtor cultural e organizador do bloco Banda da Conceição, perguntamos o que o mesmo achava sobre o “Porto Maravilha”. Shikkinho nos relatou o seguinte:

Eu, particularmente tenho... o nome Porto Maravilha, pra mim, ele já é um, sabe... sou até meio rebelde com isso. Eu vivo deste movimento [cultural], né? Eu tenho essa galera como... eu tenho que dialogar com eles. Mas acho que esse nome Porto Maravilha não representa ninguém, sabe? Eu particularmente me identifico muito com as raízes, com o morador e com o que de específico cada local dessa Região Portuária tem. Então, quando você chega com uma instituição que fala: a partir de agora, somos Porto Maravilha, e então o que ele, Porto Maravilha, ofereceu, o que ele propôs ao morador da Região Portuária? (Shikko Alves em entrevista por nós realizada, 2021)

Com a propaganda urbana, é possível pôr em prática o que Sanchez (2001) denomina “engenharia do consenso”. Para a autora, ações estatais e empresariais são postas em prática a fim de esvaziar as discordâncias em torno dos projetos e alavancar o patriotismo de cidade. A formulação de um consenso, incluindo os setores públicos, privados e os habitantes da cidade, é utilizado como única solução possível para frear a "degradação" de certos trechos das áreas centrais. No Plano Estratégico Riotur (2017-2020), há o seguinte apontamento:

Trabalhando em conjunto com o empresariado e junto aos Governos Estadual e Federal por meio das leis de incentivo, a RIOTUR coloca-se como parceira de projetos e atividades da iniciativa privada do turismo do Rio, objetivando, sempre, o desenvolvimento, o estímulo e o fortalecimento da nossa cidade nesse aspecto ligado a 52 setores da economia. (RIOTUR, 2017-2020, p. 6)

Vainer (2013), ao discutir a composição do Conselho da Cidade, demonstra como até mesmo personalidades públicas, como atores, atrizes, esportistas, empresários famosos etc, fazem parte da criação do consenso, como exemplificado na Figura 4.

⁴⁵ Tradução livre: “No Lower East Side, duas indústrias definiram a nova fronteira urbana que surgiu na década de 1980. Indispensável, é claro, é o setor imobiliário que batizou a parte norte do Lower East Side de “East Village” para capitalizar sua proximidade geográfica com a respeitabilidade, segurança, cultura e os altos aluguéis de Vila Greenwich. Depois, há a indústria cultural - negociantes e patrocinadores de arte, galeristas e artistas, designers e críticos, escritores e performers - que converteu a dilapidação urbana em ultra chique.”

Figura 4: Tweet de 2009 do apresentador da Rede Globo de Televisão Luciano Huck exaltando a articulação entre setores do Poder Público e o empresário Eike Batista.



Fonte: Twitter⁴⁶.

Segundo Monié e Da Silva (2015), imerso na lógica do consenso, os moradores adquirem um sentimento de pertencimento à cidade, outrora desgastado pelo proposital abandono de determinadas áreas. Assim, os mesmos passam a confiar nas instituições e agentes que fazem parte do processo e acreditam estar participando da construção de um espaço que segue o “único” modelo possível para a obtenção de uma vida melhor.

Na atual quadra do debate, pensando-se, então, a questão populacional, segundo o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV, p. 16), elaborado em conjunto pela Cdurp e o IPP, para que a área pudesse perder o status de “vazio urbano” foi necessário realizar um plano de “revitalização” de maneira que “a transforme num novo vetor de crescimento da cidade, como ocorreu com os bairros Copacabana, na década de 1940, Ipanema e Leblon na década de 1960 e com a Barra da Tijuca a partir da década de 1970.”

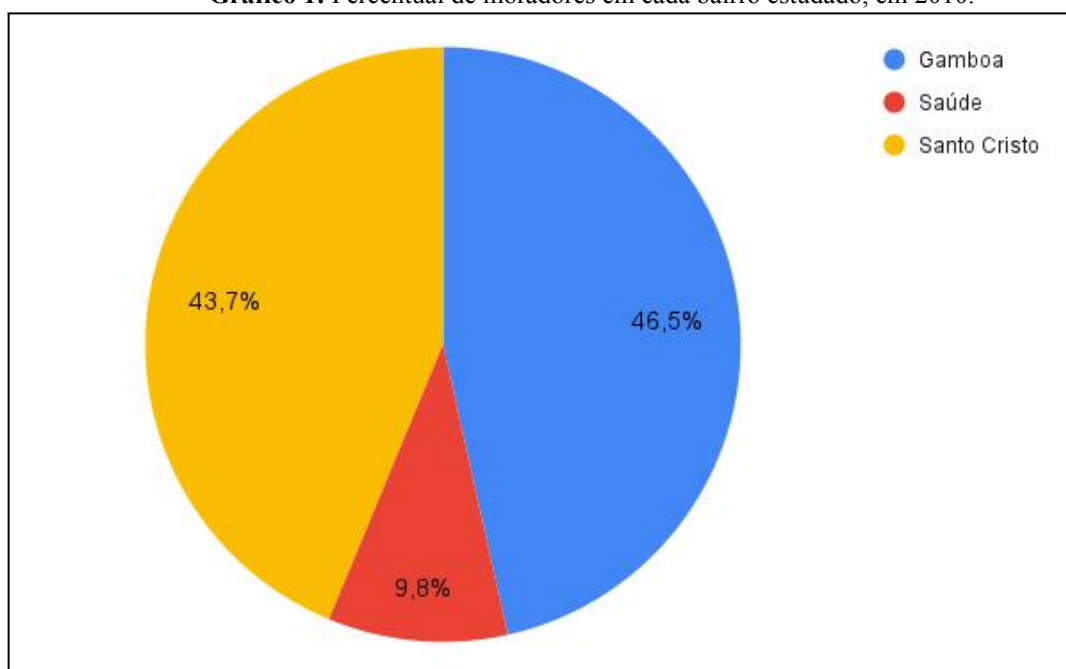
Mesmo que nossa pesquisa encerre o seu recorte temporal em 2020, acreditamos ser benéfico à sua qualidade realizar um pequeno parêntese de um caso ocorrido em 2021. Tão somente no dia 3 de junho de 2021, foi lançado o primeiro empreendimento residencial da área. Realizando apenas uma pequena nota, no dia 17 de junho de 2021, entrevistamos a corretora da Cury Construtora, Luciana Pereira. Ao sinalizarmos um “interesse” na aquisição de um apartamento no *Rio Wonder Residences Porto Maravilha*, a corretora informou-nos os

⁴⁶ Não foi possível pôr o link, pois o tweet foi apagado. Pegamos a imagem de um trabalho anterior, De Amico (2018).

preços exercidos, a saber: Studio de 32,95m² com varanda: R\$191mil; um(1) quarto de 35,95m² com varanda: R\$214mil; dois (2) quartos de 42,8m² com varanda; dois (2) quartos de 46,17m² com suíte e varanda: R\$305mil; dois (2) quartos de 51,6m² com suíte e duas (2) varandas: R\$342mil. Segundo a corretora, estes preços são “a partir”, pois quanto mais alto for o apartamento, maior é o preço. Segundo reportagem do jornal O Globo de 22 de junho de 2021⁴⁷, em apenas quatro dias, foram vendidas 360 unidades do empreendimento.

Voltando ao nosso recorte, vemos, no Gráfico 1, o percentual de moradores em cada bairro, segundo os dados do último Censo.

Gráfico 1: Percentual de moradores em cada bairro estudado, em 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com dados do IBGE de 2010, a área possuía 29.953 moradores em 10.098 Domicílios Particulares Permanentes. O ambicioso plano da Prefeitura é de acrescentar cerca de 70 mil moradores ao local. Segundo o PHIS do Porto (2016), ancorados no censo de 2010, a área possuía à época, a menor densidade demográfica do município. Como já mencionado, o projeto da PMCRJ é adensar populacionalmente a área. Contudo, a ideia do Poder Público municipal possui perfis de renda bem definidos. Segundo Magalhães (2018), a Cdurp, ainda em 2015, planejou uma ocupação da área seguindo as seguinte faixas salariais: de 35% a 40%

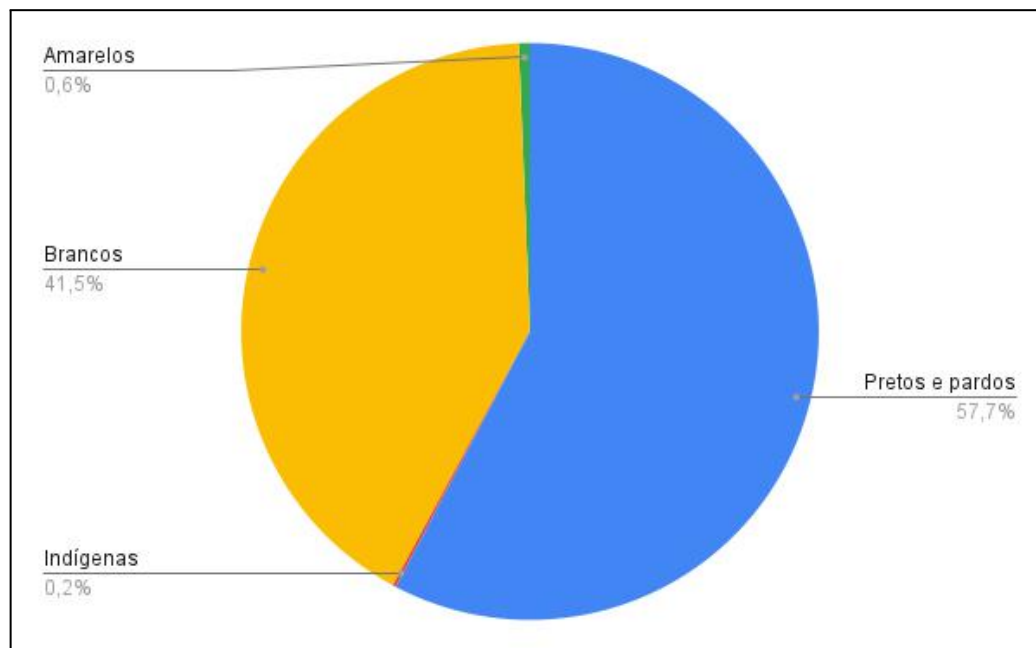
⁴⁷.Disponível

em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-novo-residencial-da-zona-portuaria-vende-360-unidades-em-quatro-dias.html>>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

de 0 a 6 salários mínimos (SM), de 35% a 40% de 6 a 10 SM e de 20% a 30% acima de 10 SM.⁴⁸

Ainda dentro do recorte populacional, é importante analisar os números acerca da etnia dos residentes na Zona Portuária. Diante do histórico cenário de marginalização⁴⁹ da população negra no Brasil, observa-se como os locais mais precários em termos de moradia são mais destinados a esta população⁵⁰. Mesmo que a área em questão já tenha sido destinada à elite, por volta do século XVIII, desde então, é a população de baixa renda que passou a ocupá-la (ABREU, 2013). Buscando instalar-se próxima às maiores oportunidades de emprego, a população residente conviveu com a falta de infraestrutura e o estigma do local. Vejamos, então, através dos Gráficos 2, 3 e 4, de qual população estamos falando.

Gráfico 2: Etnia da população residente na Gamboa, em 2010.



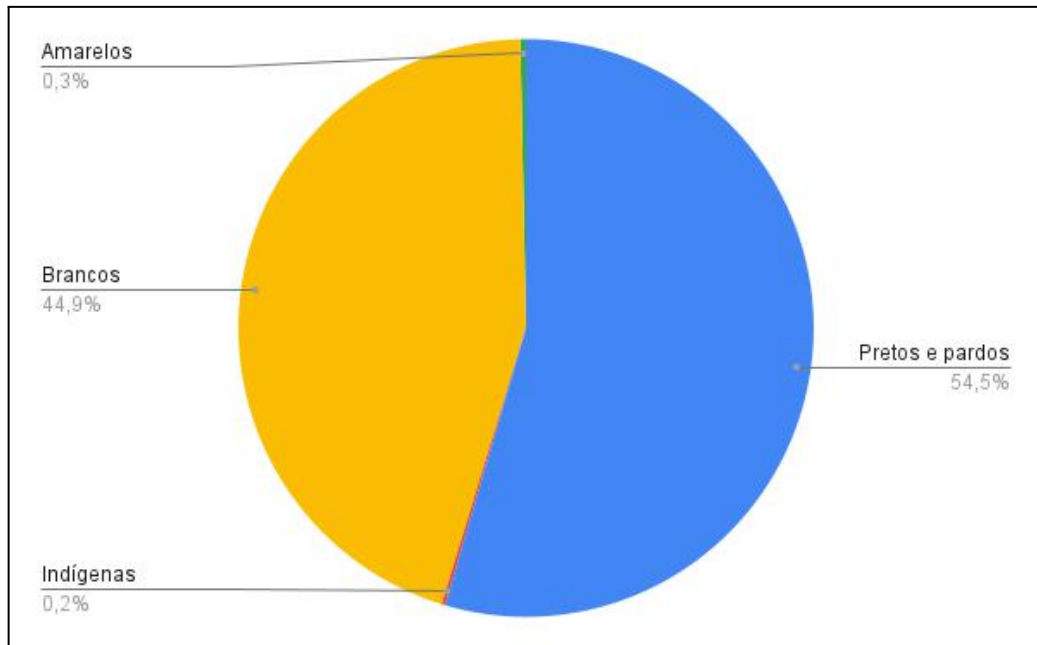
Fonte: IBGE, 2010

⁴⁸ Segundo a reportagem do jornal O Globo de 22 de junho de 2021 citada anteriormente, a Cury planeja para o seu primeiro empreendimento um perfil de moradores com faixa salarial entre R\$6mil e R\$11mil.

⁴⁹ Leia-se, posta à margem dos processos socioespaciais.

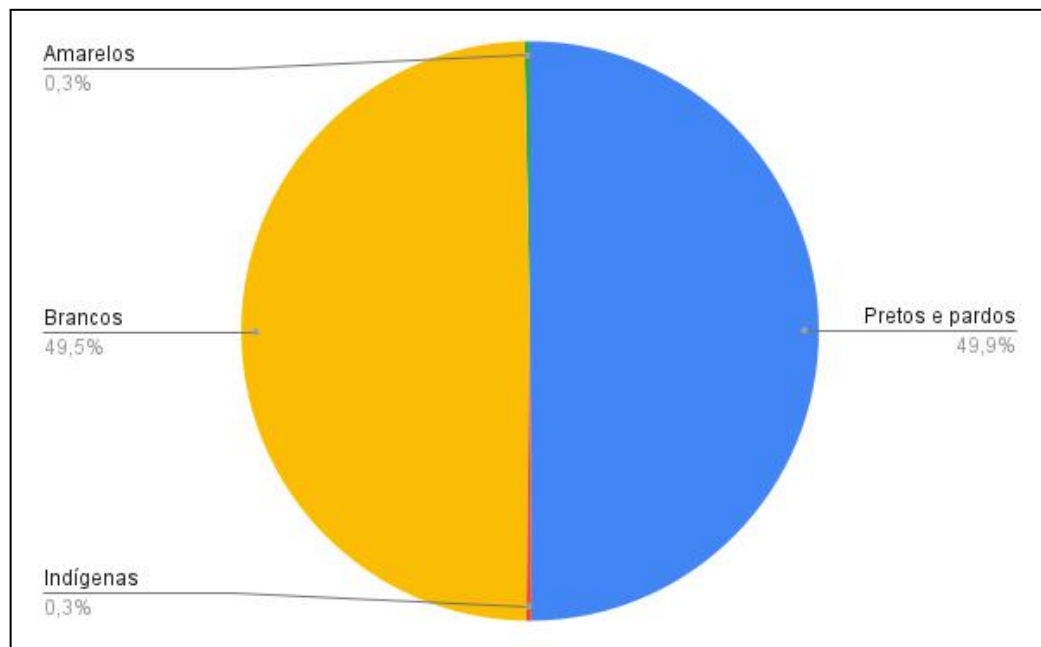
⁵⁰ Segundo dados do IPP (2013), das mais de 700 favelas da cidade do Rio de Janeiro, todas contavam com mais de 50% de suas populações compostas por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas.

Gráfico 3: Etnia da população residente no Santo Cristo, em 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

Gráfico 4: Etnia da população residente na Saúde, em 2010.



Fonte: IBGE, 2010

Visto isto, passamos para o seguinte: já que o cerne da gentrificação é a saída de população pobre e a chegada das Classes Médias e Média Alta, é necessário iniciar o processo excluindo as pessoas pobres das áreas que passam pelo processo. O Prefeito Eduardo Paes,

que já cogitou “fantasiar-se” de Pereira Passos para a inauguração de uma obra no Jardim do Valongo e na mesma oportunidade disse que queria ser lembrado como “um urbanista à la Pereira Passos”⁵¹, foi o Prefeito que mais removeu pessoas na história da cidade (FAULHABER, 2012). Ao abordar a questão especificamente para o Porto, Faulhaber (2012) discorre o seguinte:

Dezenas de imóveis privados foram desapropriados, alguns de relevante interesse histórico já foram inclusive demolidos. Muitos desses imóveis ocupados por pessoas que antes sequer tinham moradia. Dentre estes já removidos ou em ameaça de despejo estão as ocupações Zumbi dos Palmares, Boa Vista, Flor do Asfalto, Machado de Assis, Quilombo das Guerreiras e outras. No que se refere às favelas da região, o Morro da Providência é aquela que vem sofrendo com o mais violento embate com o setor público. (FAULHABER, 2012. p.76)

Ressalta-se a grande dificuldade em obter dados precisos sobre o número de pessoas removidas na área da Zona Portuária (e até mesmo da cidade como um todo). Não interessa ao Poder Público disponibilizar tais dados, pois estes vão de encontro aos seus interesses. Frente à dificuldade de não haver números oficiais, recorreremos a trabalhos que buscaram pesquisas diretas, tais como em movimentos sociais, fóruns comunitários, ocupações etc. Segundo Teixeira (2018), contabilizando somente as remoções exercidas nas ocupações da área, mais de 400 famílias foram expulsas compulsoriamente da Zona Portuária na esteira da OUC. Algumas destas ocupações são: 1- Quilombo das Guerreiras; 2- Ocupação Vito Giannotti; 3 – Ocupação Flor do Asfalto; 4 – Ocupação Machado de Assis; 5 - Ocupação Zumbi dos Palmares; 6 – Ocupação Casarão Azul. Ainda segundo o autor, ao computarmos outras remoções que não foram diretamente realizadas pela OUC, mas que possuem ligações, como o caso do Programa Morar Carioca, havia um déficit de mais de 600 unidades habitacionais no balanço entre a quantidade de casas removidas e o provimento de novas unidades. De acordo com o Faulhaber (2016), entre 2009 e 2015, mais de 80 mil pessoas foram removidas na cidade. Só na favela da Providência, que faz parte do perímetro da OUC Porto Maravilha, foram mais de 140 famílias removidas (FAULHABER, AZEVEDO, 2015). Mariana Werneck, pesquisadora da temática, afirmou⁵², em 2019, que cerca de cinco mil pessoas foram removidas da área do Porto. Na oportunidade, a autora ressaltou a falta de fontes oficiais e apontou que os dados foram levantados junto ao Fórum Comunitário do Porto, ao Comitê da Copa e das Olimpíadas e à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do

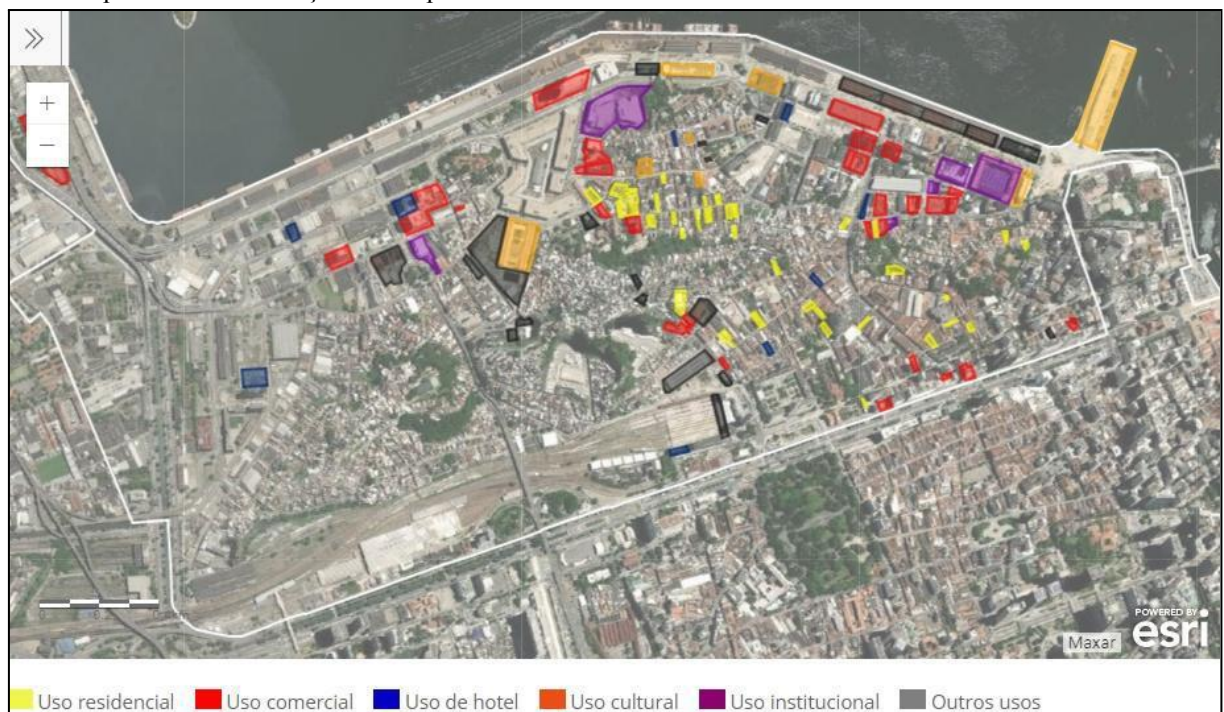
⁵¹Informações retiradas de matéria do jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676>>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

⁵² A afirmação foi realizada durante o evento “Porto Maravilha 10 anos: passado presente e futuro da Zona Portuária”. O evento aconteceu entre os dias 23 e 26 de outubro de 2019, no prédio que abriga o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (Muhcab), localizado na Gamboa.

Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Em entrevista a nós concedida em 2021 e anteriormente relatada, quando questionado sobre as “melhorias urbanas” na área, Shikko Alves, morador do Porto e organizador do bloco Banda da Conceição, disse o seguinte: “Cara, se você olhar: teleférico você não tem, né? Você vai pegar as coisas de moradia e só rolou somente a desocupação deles lá na Pedra Lisa que desocuparam ‘mó’ galera.” Esse panorama já nos indica como e para quem está sendo executada a OUC Porto Maravilha.

Além das articulações nas esferas públicas, as coalizões e os consensos contam com a participação ativa do capital privado. Segundo o Prefeito Eduardo Paes, “um dos maiores desafios [para a OUC] é a atração de investimentos.” (Revista Porto Maravilha, 2012, n.9, p. 6). Diante do cenário exposto, após as parcerias firmadas junto à Prefeitura, o capital privado atua à sua maneira (juntamente ao Poder Público) para atrair a população mais solvente para a área. Aliado às remoções, a chegada de novas empresas visa a transformação do perfil dos frequentadores da Zona Portuária. Abaixo, podemos observar a Figura 5, retirada do sítio eletrônico do Porto Maravilha, em que vemos a disposição geográfica dos empreendimentos em 2020.

Figura 5: “Mapa” com a distribuição dos empreendimentos na Zona Portuária do Rio de Janeiro em 2020.



Fonte: Sítio eletrônico do Porto Maravilha. Disponível em:
<https://portomaravilha.com.br/empreendimentos_porto>. Acesso em: novembro de 2020.

Ao clicar em cada polígono, é possível obter informações sobre os empreendimentos situados na AEIU do Porto Maravilha. A seguir, temos os Quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 com as descrições dos empreendimentos:

Quadro 1: Empreendimentos residenciais cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.

NOME DA EMPRESA	ENDEREÇO	TIPO DE INTERVENÇÃO	OUTORGA ONEROSA	DETALHES DA INTERVENÇÃO
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Leandro Martins, 90 / 92	Reforma	Não consome CEPAC	22 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 169 / 171	Reforma	Não consome CEPAC	14 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 165 / 167	Construção	Não consome CEPAC	15 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 146	Reforma	Não consome CEPAC	08 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 186	Reforma	Não consome CEPAC	10 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 170	Reforma	Não consome CEPAC	04 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua da Gamboa, 111	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	230 Unidades Residenciais
Movimento Nacional de Luta pela Moradia	Rua da Gamboa, 120 / 122	Construção	Não consome CEPAC	Sem informações.
CDURP	Rua da Gamboa, 111	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	230 Unidades Residenciais

Secretaria Municipal de Habitação	Ladeira do João Homem, 41	Construção	Não consome CEPAC	10 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Ladeira João Homem, 64 / 66	Reforma	Não consome CEPAC	12 Unidades Habitacionais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Leandro Martins, 48 / 50 / 52	Reforma	Não consome CEPAC	08 Unidades Residenciais; 02 Unidades Comerciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua da Conceição, 151	Reforma	Não consome CEPAC	10 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Bruno Fernandes Gibin e outro	Rua da Conceição, 179	Reforma com decréscimo	Não consome CEPAC	9 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Ladeira Pedro Antônio, 31	Reforma	Não consome CEPAC	16 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Sacadura Cabral, 143	Reforma	Não consome CEPAC	14 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Sacadura Cabral, 167	Reforma	Não consome CEPAC	09 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Av. Marechal Floriano, 209	Reforma	Não consome CEPAC	05 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Alexandre Mackenzie, 64	Construção	Não consome CEPAC	09 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Senador Pompeu, 133	Reforma	Não consome CEPAC	11 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria	Rua Costa	Reforma	Não	22 Unidades

Municipal de Habitação	Ferreira, 22 / 24 / 26		consome CEPAC	Residenciais; 02 Unidades Comerciais
Peckson Engenharia Ltda	Rua Senador Pompeu, 134	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	22 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Costa Ferreira, 86	Reforma	Não consome CEPAC	10 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Barão de São Félix, 140	Reforma	Não consome CEPAC	27 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Monte, 59	Reforma	Não consome CEPAC	06 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 73 / 75 / 77	Reforma	Não consome CEPAC	15 Unidades Residenciais; 02 Unidades Comerciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 67 / 69	Reforma	Não consome CEPAC	13 Unidade Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 72 / 74 / 76	Reforma	Não consome CEPAC	18 Unidades Residenciais; 02 Unidades Comerciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 93 / 95	Reforma	Não consome CEPAC	08 Unidades Residenciais; 02 Unidades Comerciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 94	Reforma	Não consome CEPAC	05 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 111	Reforma	Não consome CEPAC	07 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial

Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 97 / 99	Reforma	Não consome CEPAC	10 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Cunha Barbosa, 39	Reforma	Não consome CEPAC	06 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 141 / 143	Reforma	Não consome CEPAC	22 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Pedro Ernesto, 57	Reforma	Não consome CEPAC	07 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 146	Reforma	Não consome CEPAC	08 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 165 / 167	Construção	Não consome CEPAC	15 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 169 / 171	Reforma	Não consome CEPAC	14 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
CDURP	Rua da Gamboa, 111	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	230 Unidades Residenciais
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 186	Reforma	Não consome CEPAC	10 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Secretaria Municipal de Habitação	Rua do Livramento, 170	Reforma	Não consome CEPAC	04 Unidades Residenciais; 01 Unidade Comercial
Movimento Nacional de Luta pela Moradia	Rua da Gamboa, 120 / 122	Construção	Não consome CEPAC	Não há informações

Fonte: Sítio eletrônico do Porto Maravilha. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/empreendimentos_porto>. Acesso em: novembro de 2020.

Quadro 2: Empreendimentos comerciais cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.

NOME DA EMPRESA	ENDEREÇO	TIPO DE INTERVENÇÃO	OUTORGA ONEROSA	DETALHES DA INTERVENÇÃO
The Week	Rua Sacadura Cabral, 152 / 154	Reforma	Não consome CEPAC	Sem informações
Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário	Rua Miguel Couto, 98 a 104 / Rua Teófilo Otoni, 101	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	Sem informações
Antares Educacional S/A	Rua Teófilo Otoni, 123	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	Sem informações
Lojas Americanas S/A	Rua Sacadura Cabral, 102	Reforma sem acréscimo	Não consome CEPAC	Sem informações
São Carlos Empreendimentos e Participações S/A	Av. Venezuela, 43	Retrofit	Não consome CEPAC	Sem informações
B2W - Companhia Global de Varejo	Rua Sacadura Cabral, 108	Construção	Sem informação	1 Loja; 1 Sede; 82 Vagas
BRPR Desenvolvidores Imobiliários Ltda	Av. Pres. Vargas, 824 / 844	Retrofit	Não consome CEPAC	Sem informações
Performance Passos Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Av. Passos, 111	Construção	Não consome CEPAC	1 Loja; 17 Salas Comerciais; 6 vagas
Maria Amélia	Av. Marechal	Reforma sem	Sem	Sem informações

Machado Guimarães	Florianópolis, 106 a 110	acréscimo	informação	
Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário	Avenida Presidente Vargas, 1106 - 1146	Construção	Não consome CEPAC	06 Lojas; 120 Salas Comerciais
AFV Imóveis e Participações Ltda.	Rua Barão de São Félix, 147 (esquina com Rua Bento Ribeiro)	Reforma sem acréscimo	Sem informação	Sem informações
RioUrbe	Rua Bento Ribeiro, 104	Construção (Mercado Popular Leonel Brizola)	Não consome CEPAC	Sem informações
JPL Comercial e Agrícola Ltda	Av. Venezuela, 154 / 156 e Av. Barão de Tefé, 27	Construção	39.225 CEPAC	Sem informações
Organizações Farinha Pura Ltda	Av. Barão de Tefé, 74	Construção	Em andamento	7 Lojas; 44 Salas Comerciais
Autonomy GTIS Barão de Tefé Empreendimentos Imobiliários Ltda	Av. Barão de Tefé, 34 e Av. Venezuela, 174	Construção	66.200 CEPAC	1 Loja; 34 Salas Comerciais; 439 Vagas (Comercial) - dentre as quais 25 PNE
Pier Mauá S/A	Av. Rodrigues Alves, 241	Reforma com acréscimo	Em andamento	31 Lojas; 9 Salas Comerciais
Empresa Gráfica Cruzeiro	Rua do Livramento 189	Reforma	Sem informação	Sem informações
Porto 130 Empreendimento Imobiliário Ltda.	Rua do Propósito, 130	Retrofit	Não consome CEPAC	Sem informações
SBA Participações e Empreendimen	Rua Pedro Ernesto, 120	Retrofit	Não consome CEPAC	120 Vagas de automóveis e 12 Vagas de

tos Ltda				bicicletas
TS 19 Participações Ltda - Torre I	Av. Rodrigues Alves, 541 / 543	Construção	194.490 CEPAC	8 Lojas; 21 Lajes Comerciais; 929 Vagas (Comercial); 20 Vagas Motocicleta; 92 Vagas Bicicleta
Arrakis Empreendimentos Imobiliários S/A	Rua Equador, 47	Construção	57.273* CEPAC	50 Lojas; 54 Lajes Comerciais; 330 Salas Comerciais; 903 Vagas (Comercial) - dentre as quais 20 PNE; 63 Vagas Bicicleta (* - Dados referentes ao projeto inteiro)
Edifício Odebrecht S/A	Av. Cidade de Lima, 86	Construção	20.269 CEPAC	9 Lojas; 22 Salas Comerciais; 242 Vagas (Comercial)
SPE STX 07 Desenvolvimento Imobiliário S/A	Av. Rio de Janeiro, 407 - 555	Construção	Outorga Onerosa de Alteração de Uso	36 Salas Comerciais; 562 Vagas (Comercial)
RioUrbe	Rua Bento Ribeiro, 104	Construção	Não consome CEPAC	Mercado Popular Leonel Brizola

Fonte: Sítio eletrônico do Porto Maravilha. Disponível em: https://portomaravilha.com.br/empreendimentos_porto. Acesso em: novembro de 2020.

Quadro 3: Empreendimentos institucionais cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.

NOME DA EMPRESA	ENDEREÇO	TIPO DE INTERVENÇÃO	OUTORGA ONEROSA	DETALHES DA INTERVENÇÃO
Instituto Estadual do Ambiente - INEA	Av. Venezuela, 57	Construção	Não consome CEPAC	83 Vagas (Comercial) - dentre as quais 5 PNE; 14 Vagas Motocicleta; 102

				Vagas Bicicleta
Secretaria Municipal de Habitação	Ladeira do Faria, 171 / 169	Construção	Não consome CEPAC	Sem informação
Secretaria Municipal de Habitação	Ladeira do Barroso, 235 / 237 - Praça Américo Brum	Construção	Não consome CEPAC	Estação do teleférico
COMLURB	Rua Aldomaro Costa, 235	Construção	Não consome CEPAC	Centro de Triagem
Superintendência da Polícia Federal do RJ	Av. Rodrigues Alves, 01	Reforma	Não consome CEPAC	Sem informação
Instituto Nacional de Tecnologia - INT	Av. Venezuela, 82	Reforma	Não consome CEPAC	Sem informação
CDURP	Rua Sacadura Cabral, 127 / 133	Construção	Não consome CEPAC	Sem informação
Banco Central do Brasil	Rua Rivadávia Correa, 45	Construção	Não consome CEPAC	Sem informação
Secretaria de Estado de Educação	Rua Professor Pereira Reis, 119	Retrofit	Não consome CEPAC	Sem informação

Fonte: Sítio eletrônico do Porto Maravilha. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/empreendimentos_porto>. Acesso em: novembro de 2020.

Quadro 4: Empreendimentos hoteleiros cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.

NOME DA EMPRESA	ENDEREÇO	TIPO DE INTERVENÇÃO	OUTORGA ONEROSA	DETALHES DA INTERVENÇÃO
PIB Desenvolvidores Imobiliários Ltda	Av. Barão de Tefé, 91 - 109	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	74 Unidades de Hotel
VINCI Real Estate Gestora	Av. Venezuela, 209	Reforma com acréscimo	Sem informação	218 Unidades de Hotel

de Recursos Ltda				
Hotel Amazonas Ltda	Rua Barão de São Félix, 34 e Rua Alexandre Mackenzie, 122	Reforma	Não consome CEPAC	Sem informação
José Espanzandin Vilarino	Rua Senador Pompeu, 190 - 194	Reforma com acréscimo	Sem informação	Sem informação
Astri Ingrid Sweet	Rua do Propósito, 36 e Rua Cons. Zacharias	Reforma com acréscimo (Albergue)	Não consome CEPAC	Sem informação
Supervia Concessionária de Transporte S/A	Praça Cristiano Otoni, s/n	Construção	Sem informação	240 Unidades de Hotel; 16 Vagas
Arrakis Empreendimentos Imobiliários S/A	Rua Equador, 47	Construção	57.273* CEPAC consumidos	450 Unidades de Hotel; 45 Vagas (* - Dados referentes ao projeto inteiro)
Arrakis Empreendimentos Imobiliários S/A	Rua Equador, 47	Construção	57.273* CEPAC consumidos	50 Lojas; 54 Lajes Comerciais; 330 Salas Comerciais; 903 Vagas (Comercial) - dentre as quais 20 PNE; 63 Vagas Bicicleta (* - Dados referentes ao projeto inteiro)
Kallas Porto Maravilha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Rua Equador, 506	Construção	4.355 CEPAC consumidos	168 Unidades Hotel; 05 Lojas; 33 Vagas
IOTA Empreendimentos Imobiliários	Rua Projetada D1, s/n	Construção	8.278 CEPAC consumidos	594 Unidades de Hotel; 73 Vagas

S/A				
-----	--	--	--	--

Fonte: Sítio eletrônico do Porto Maravilha. Disponível em:
 <https://portomaravilha.com.br/empreendimentos_porto>. Acesso em: novembro de 2020.

Quadro 5: Empreendimentos culturais cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.

NOME DA EMPRESA	ENDEREÇO	TIPO DE INTERVENÇÃO	OUTORGA ONEROSA	DETALHES DA INTERVENÇÃO
CDURP Fundação Roberto Marinho -	Av. Rodrigues Alves, 02	Construção do (Museu Amanhã)	Não consome CEPAC	Sem informação
CDURP Fundação Roberto Marinho -	Praça Mauá, 10	Reforma com decréscimo (Museu de Arte do Rio)	Não consome CEPAC	Sem informação
Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro	Av. Rodrigues Alves, 303	Reforma sem acréscimo de (Fábrica de Espetáculos)	Não consome CEPAC	Sem informação
Instituto Museu Aquário AquaRio -	Av. Rodrigues Alves, 379 / 431 / 433 / 435	Reforma	Não consome CEPAC	Sem informação
CDURP	Rua do Propósito, 18 / 20	Reconstrução de (Filhos Thalma)	Não consome CEPAC	Sem informação
Ligia Veiga da Cunha / Cia. Mistérios e Novidades	Rua Pedro Ernesto, 21 / 23	Reforma	Não consome CEPAC	Sem informação
CDURP	Rua Pedro Ernesto, 80	Reforma (Centro Cultural José Bonifácio)	Não consome CEPAC	Sem informação
CDURP	Rua da Gamboa, s/n	Restauração da (Galpões da Gamboa)	Não consome CEPAC	Sem informação

Fonte: Sítio eletrônico do Porto Maravilha. Disponível em:
 <https://portomaravilha.com.br/empreendimentos_porto>. Acesso em: novembro de 2020.

Quadro 6: Empreendimentos descritos como “outros usos” cadastrados no sítio eletrônico do Porto Maravilha, em 2020.

NOME DA EMPRESA	ENDEREÇO	TIPO DE INTERVENÇÃO	OUTORGA ONEROSA	DETALHES DA INTERVENÇÃO
Exército Brasileiro	Praça Santo Cristo 62	Modificação com decréscimo de área	Sem informação	Sem informação
Marcelo Pontes Crespo - VLT	Rua da União s/n	Construção	Não consome CEPAC	Sem informação
Concessionária VLT Carioca S/A	Rua da Gamboa, s/n	Construção	Não consome CEPAC	Sem informação
Secretaria Municipal de Habitação	Rua da América, 81	Construção	Não consome CEPAC	Sem informação
Supervia Concessionária de Transporte S/A	Praça Cristiano Ottoni, s/n	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	Sem informação
Secretaria Municipal de Habitação	Rua Senador Pompeu, 248	Construção	Não consome CEPAC	Sem informação
CODERTE - Cia. de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro	Rua Barão de São Félix, 165	Construção	Não consome CEPAC	Sem informação
Gerenciamento e Desenvolvimento de Projetos	Rua Sacadura Cabral, 361	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	Sem informação
Thomas Konrad Streiff	Rua Sacadura Cabral, 341	Reforma com acréscimo	Sem informação	Sem informação
Projeto Maravilha Empreendimentos Imobiliários Ltda	Rua Antônio Lage, 38	Reforma com acréscimo	Sem informação	Sem informação

Antares Educacional S/A	Rua Teóphilo Otoni, 123	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	Sem informação
Pier Mauá S/A	Av. Rodrigues Alves, 10	Transformação de Uso	Não consome CEPAC	Sem informação
Google Brasil Internet Ltda	Av. Rodrigues Alves, 10 - Armazém 1	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	Sem informação
Pier Mauá S/A	Av. Rodrigues Alves, 10 - Armazéns 1 a 4	Reforma com acréscimo	Não consome CEPAC	Sem informação
Arc Big Eye Parques Temáticos e Diver. Ltda.	Av. Rodrigues Alves, 455	Instalação	Não consome CEPAC	Parque de diversões – roda gigante

Fonte: Sítio eletrônico do Porto Maravilha. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/empreendimentos_porto>. Acesso em: novembro de 2020.

Agrupando os dados, averiguamos que existiam, em novembro de 2020, um total de 109 empreendimentos cadastrados na Cdurp. Os mesmos estão dispostos conforme o Quadro 7:

Quadro 7: Números totais de empreendimentos separados por usos, em novembro de 2020

Residenciais	Comerciais	Institucionais	Hoteleiros	Culturais	Outros
42	25	9	10	8	15

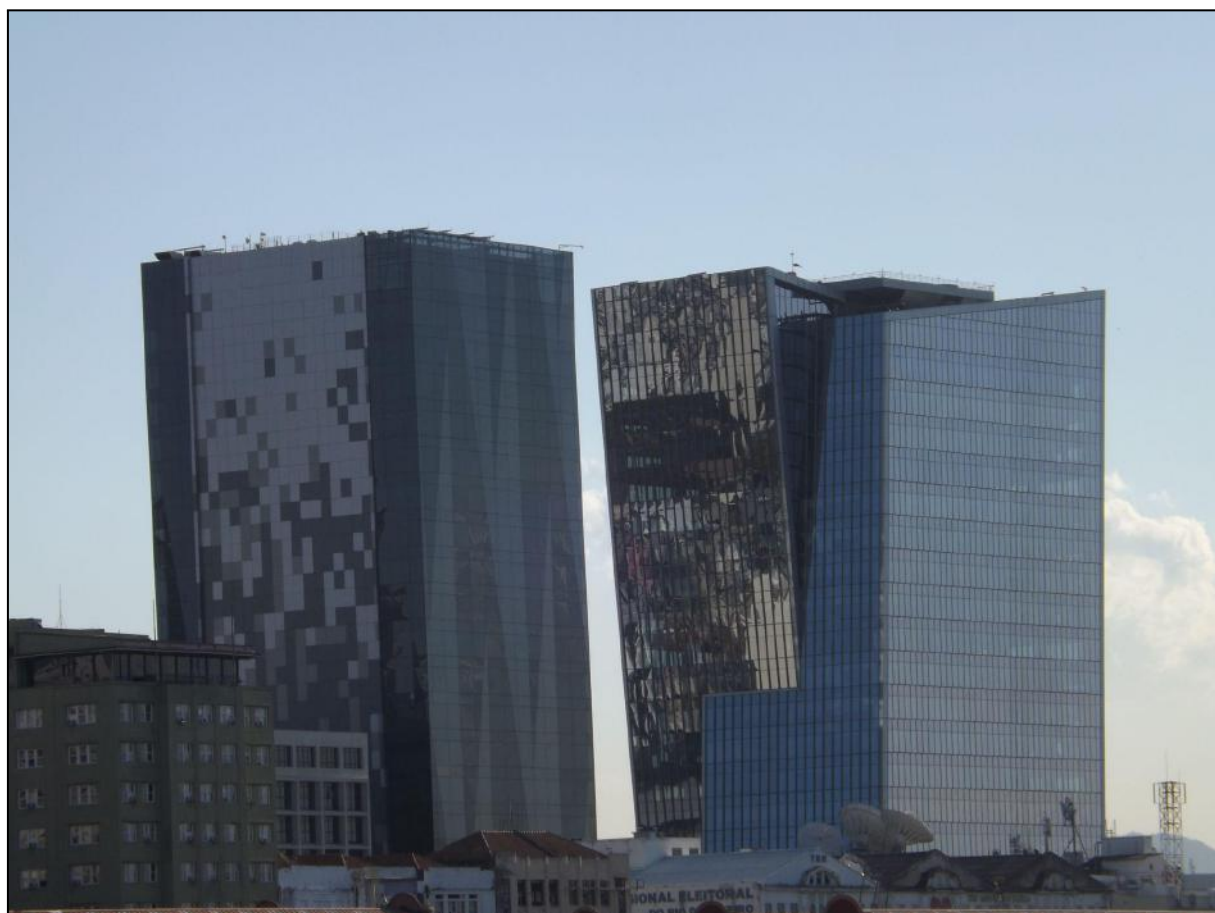
Fonte: Sítio eletrônico do Porto Maravilha. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/empreendimentos_porto>. Acesso em: novembro de 2020.

Ao analisarmos os dados do “mapa” e das tabelas com os empreendimentos⁵³ de 2020, podemos tomar ciência da articulação e fragmentação do espaço portuário carioca propostos e executados através das novas formas (ou antigas formas refuncionalizadas) e das novas funções que vêm sistematicamente deixando para trás as funções portuárias. Além disso, podemos destacar a predominância dos tipos de “uso comercial” e “uso de hotel”. Metodologicamente, optamos por tratar estes dois usos apenas como “uso comercial”, visto que os empreendimentos hoteleiros podem ser facilmente alocados na categoria comercial.

⁵³ No sítio eletrônico, ao clicar em cada polígono, é possível obter dados dos empreendimentos e observar que o mesmo polígono pode representar mais de um empreendimento.

Quando lançamos um olhar mais detalhado sobre os empreendimentos, é possível notar que estes não se referem ao pequeno comércio local como padarias, bares, lanchonetes, pensões dentre outros, mas sim à grandes torres corporativas com previsão de abrigar boutiques, restaurantes, lojas de alto padrão etc em seus térreos. Na Foto 2, tirada em 2021, é possível notar dois prédios corporativos de arquitetura pós-moderna erguidos na Zona Portuária após o início da OUC Porto Maravilha.

Foto 2: Prédios corporativos erguidos durante a OUC Porto Maravilha.

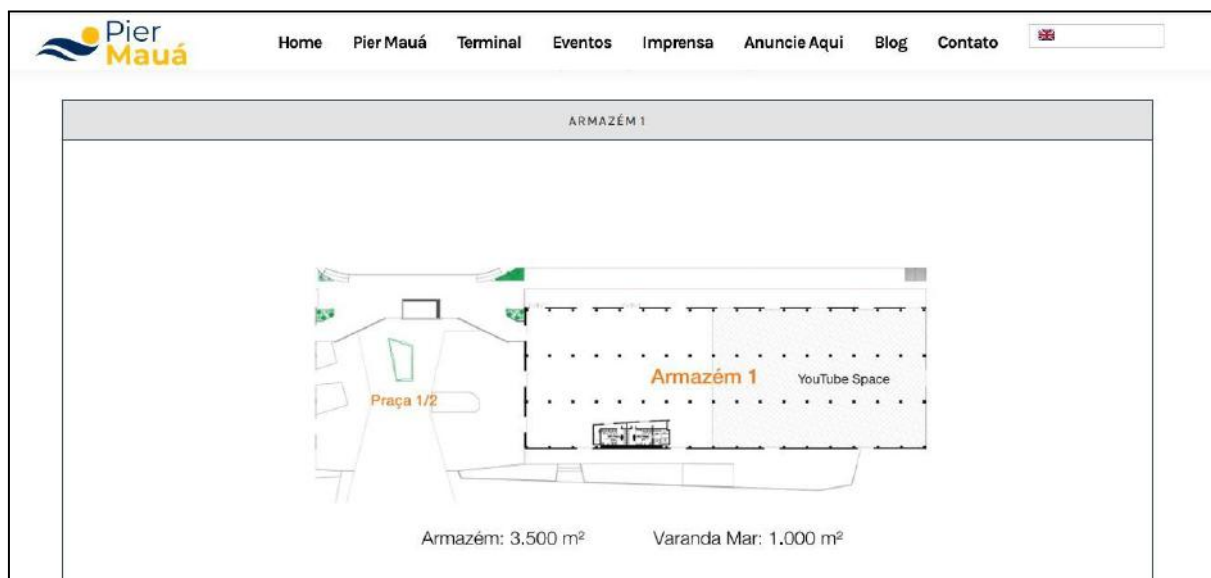


Fonte: Autoria própria, 2021.

Para mais, salienta-se as instalações dos Armazéns 1, 2, 3 e 4 que estão sob administração da empresa Piér Mauá. Ao acessar o sítio eletrônico da empresa, é possível fazer um “*tour*” pelos espaços disponíveis para locação de eventos. Por lá, encontramos empresas, como o Youtube, que atuam no mesmo espaço destinado para eventos como shows

(incluindo apresentação de blocos⁵⁴), festivais, eventos esportivos, feiras, exposições, peças teatrais e musicais.

Figura 6: Planta do Armazém 1 disponível na parte de locação no site da empresa Pier Mauá.



Fonte: Sítio eletrônico Pier Mauá. Disponível em: <<https://www.piermaua.rio/espacos/>> . Acesso em: 31 de julho de 2021.

O mencionado sítio eletrônico ainda conta com uma descrição sobre o espaço. Apontando a secularidade e o tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a empresa Pier Mauá alega que as instalações recebem “as melhores opções culturais e de entretenimento da cidade, além de atrair empresas que buscam conveniência nos negócios e a locação perfeita para suas realizações”. Indo além, sendo o que mais nos chamou a atenção, diz-se, na descrição, que: “um evento que acontece no Pier Mauá é imediatamente associado à nova imagem de um Rio de Janeiro de sucesso, que começa a redescobrir o seu centro urbano.” Sobre este assunto, Monié e Da Silva (2015) ressaltam o seguinte:

[...]Por um lado, a apreensão da política urbana como empreendimento e da arquitetura como espetáculo (Harvey, 1996) impõe o padrão tecnocrático da cidade modelo - legitimado por amplas coalizões de atores – e elementos urbanísticos como museus, aquários, armazéns refuncionalizados, centros de convenções, escritórios, residências para a classe média, terminais de cruzeiro e meios de transporte soft (Veículos Leves sobre Trilhos; bicicletas). Por outro lado, a valorização de recursos específicos ao território local produz uma lógica simultânea de diferenciação em relação aos projetos com baixa territorialização que marcaram as duas primeiras gerações de reconquista dos brownfields nas cidades marítimas norte-americanas. Desde a emergência nos anos 1970 de uma nova sensibilidade da sociedade em

⁵⁴ Uma análise mais detalhada desses eventos realizados nas formas refuncionalizadas da área será realizada no Capítulo 4.

relação ao patrimônio industrial, a preservação de sítios, imóveis e maquinários ociosos integra ações de valorização da “cultura portuária” local (Collin, 2003). Armazéns, silos e manufaturas são reconvertidos para acolher restaurantes, escritórios, equipamentos culturais, unidades de ensino ou escritórios. Mais recentemente o patrimônio imaterial passou também a ser mobilizado em projetos de revitalização de “áreas degradadas” como vetor de (re)-construção de imagens identitárias locais. (MONIÉ e DA SILVA. 2015, pp. 120-121)

Como veremos mais abaixo, soma-se a isto a brusca elevação do preço médio do metro quadrado na área ao longo dos últimos anos e a baixa renda média mensal dos moradores da área. Assim, nos questionamos para quem e como a OUC Porto Maravilha está sendo pensada e executada.

Com a crescente financeirização do espaço urbano na área da OUC, a iniciativa privada ganha cada vez mais terreno e dita grande parte da dinâmica de valorização do solo urbano. Fazendo parte integrante da gentrificação, o aumento do preço do metro quadrado é fundamental para garantir a saída da população de baixa renda e a chegada de uma população com maior poder aquisitivo. Ainda em 2011, uma reportagem na grande mídia⁵⁵ apontava que o aumento do preço dos aluguéis na área já era uma realidade. Na matéria, ao comentar tal aumento, um casal morador do Morro da Conceição relata a atração até mesmo de “gente da Zona Sul” para a área. Uma dona de casa entrevistada na reportagem afirmou que já havia percebido uma mudança dos preços dos aluguéis exercidos pelos proprietários: “O aluguel de uma amiga aumentou de R\$ 430 para R\$ 550. Temos esperança de que as obras do Porto vão para frente. Para quem é dono, é ótimo, mas, para quem não é, o aluguel fica mais difícil de pagar.”⁵⁶ No período de 2008 até 2015, de acordo com dossiê elaborado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, a AP1, que engloba os bairros de estudo, teve uma valorização de mais de 300% no preço do metro quadrado.

Para exemplificar o que estamos apontando, buscamos a análise do preço médio do metro quadrado na área para venda em quatro momentos distintos, são eles: 2002, 2012, 2016 e 2020. Para os dois primeiros anos, nos utilizamos de uma reportagem publicada no jornal O Globo em 01 de junho de 2012⁵⁷. Na matéria, há um estudo elaborado pela imobiliária Sérgio Castro Imóveis em que fora levantado a variação do preço do metro quadrado na área, nos anos mencionados. Para o ano de 2016, a base de dados utilizada foi consultada em Pereira do

⁵⁵A matéria está disponível no seguinte link: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/revitalizacao-da-zona-portuaria-do-rio-javaloriza-imoveis-da-regiao-20110625.html>> . Acesso em: 02 de agosto de 2021.

⁵⁶ Ibidem

⁵⁷Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/revitalizacao-da-zona-portuaria-impulsiona-mercado-imobiliario-5090451>>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

Nascimento (2017). O geógrafo realizou entrevistas com corretoras de imóveis para traçar o preço médio do metro quadrado na área. Na impossibilidade de dados oriundos do Poder Público, também nos utilizamos de entrevistas com agentes imobiliários para a obtenção dos dados relativos ao ano de 2020.

Neste primeiro momento, trataremos do período que corresponde aos anos de 2002 e 2012. Nesse espaço-tempo, segundo a reportagem mencionada, houve um aumento de até 500% no preço do metro quadrado da área. A matéria foi elaborada a partir de um estudo encomendado pela imobiliária Sérgio Castro Imóveis, que após o início da reestruturação, abriu uma filial na rua Sacadura Cabral, Nº 301, Gamboa. Na área da OUC com maior visibilidade, o entorno da Praça Mauá (na Saúde), o metro quadrado teve um reajuste de mais de 300% no período descrito. Para os prédios novos, o preço em 2002 figurava próximo aos R\$3,5 mil. Já em 2012, o metro quadrado saía pela bagatela de até R\$14 mil. A reportagem cita que os valores na mesma época estavam acima daqueles vistos na Barra da Tijuca e em Copacabana, bairros nobres da cidade. No trecho citado (entorno da Praça Mauá), que é mais próximo ao CBD, ainda de acordo com o estudo realizado pela Sérgio Castro Imóvel, houve uma valorização de 375% no preço do metro quadrado, na década em questão, para os imóveis antigos (saindo de R\$1mil e indo até R\$4,75mil). Ainda na Saúde, na área próxima às avenidas Venezuela, Barão de Teffé e à rua Sacadura Cabral, os imóveis antigos saltaram de R\$500 para R\$3 mil. Nos prédios novos, o preço chegava a ser negociado por até R\$11 mil (não há informação para prédios novos em 2012, pois não havia construções novas nesta época e nestes locais). No Quadro 8, é possível encontrar uma sistematização dos números já expostos.

Quadro 8: Variação do preço do metro quadrado no entorno da Praça Mauá, das ruas Sacadura Cabral, Barão de Teffé e Avenida Venezuela, no período de 2002 a 2012.

Entorno da Praça Mauá	Prédios novos	Prédios antigos	Proximidades das ruas Sacadura Cabral, Barão de Teffé e Venezuela	Prédios novos	Prédios antigos
2002	R\$3,5mil	R\$1mil	2002	Não havia	R\$500
2012	R\$14mil	R\$4,75mil	2012	R\$11mil	R\$3mil

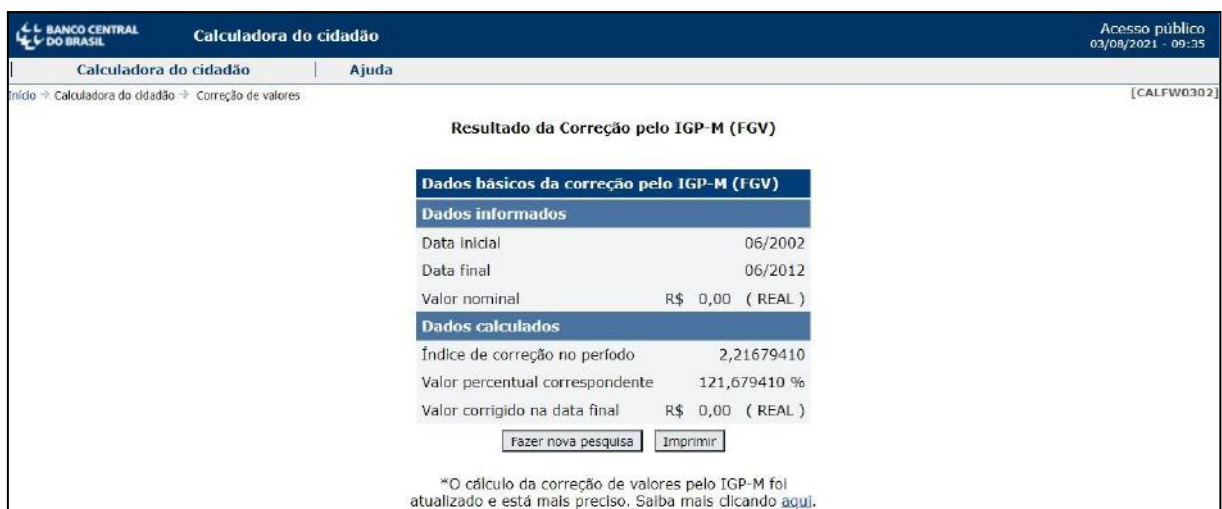
Fonte: Estudo da Sérgio Castro Imóveis, disponível em O Globo (2012)

Na Gamboa, nas áreas entorno ao Morro da Providência e aos fundos da Central do Brasil (área mais desvalorizada do perímetro da OUC), o preço médio do metro quadrado em prédios antigos saltou de R\$500 para R\$1,2 mil (140% de valorização). Não há informação para prédios novos em 2002, visto que não havia construções a esta época. Já em 2012, o metro quadrado dos prédios novos estava valendo cerca de R\$6 mil. Ainda na Gamboa, mas desta vez em um trecho mais valorizado (Rua da Gamboa e Rua do Livramento), o metro quadrado dos prédios antigos valia cerca de R\$500 em 2002 e saltou para até R\$2,5 mil em 2012. Nessa mesma área, em 2012, o metro quadrado dos prédios novos custava até R\$10 mil (também não havia construções novas na área em 2002).

Para o bairro do Santo Cristo, próximo ao Morro do Pinto e à Rua Equador, a situação, segundo a reportagem, mantém-se a mesma da Rua do Livramento e da Rua da Gamboa: os prédios antigos saltaram de R\$500 para até R\$2,5 mil e nos prédios novos o metro quadrado estava valendo até R\$10 mil, não havendo construções novas em 2002.

Como pudemos ver acima, houve uma hipervalorização da terra urbana nos bairros de estudo durante a década que compreende os anos de 2002 até 2012 (lembramos que a OUC tem pontapé inicial em 2009). Na Saúde, a variação esteve entre incríveis 300% até 500%. Quando utilizamos a calculadora deflacionária do Banco Central, como demonstrado através da Figura 7, observamos que houve um índice de correção no período de aproximadamente 2,21 e um valor percentual correspondente girando próximo de 121,67%.

Figura 7: Índice de inflação entre junho de 2002 e junho de 2012 (mês da reportagem).



Fonte: Calculadora deflacionária do Banco Central. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice> >. Acesso em: 03 de agosto de 2021.

Dessa maneira, é possível constatar que os aumentos no preço do metro quadrado nos bairros de estudo e no período em questão neste momento do texto (2002-2012) foram acima da inflação da época. Na Saúde, por exemplo, houve aumento de mais de 170% acima da inflação. Por seus turnos, na Gamboa e no Santo Cristo, os aumentos no preço do metro quadrado chegaram a mais de 125%.

Para analisarmos o período de 2012 a 2016, recorremos aos ótimos trabalhos de Pereira do Nascimento (2017, 2019). O geógrafo levantou os dados a partir de entrevistas com corretores que atuam no local, sobretudo através da Imobiliária Sérgio Castro Imóveis. Como resultado, o autor chegou a uma média de R\$8.000 (em 2016) para prédios antigos (residenciais e comerciais) e de R\$12.000 para prédios novos, podendo estes preços, segundo Pereira do Nascimento (2017, 2019), variar em cerca de R\$2.000 para mais ou para menos. Ressalta-se que ainda não havia projeto de prédios residenciais que estivesse saído do papel quando do levantamento realizado pelo autor. Utilizando novamente a Calculadora Deflacionária do Banco Central, dessa vez para o período de 2012 até 2016⁵⁸, observamos grandes altas do preço do metro quadrado acima da inflação do período. Na Saúde, por exemplo, um aumento levando-se em conta apenas a alta inflacionária teríamos o preço dos prédios antigos saltando de R\$4,167 e indo para R\$5.613, contudo, houve um aumento de R\$2.387 acima da correção.

Antes de darmos continuidade através dos dados de 2020, julgamos necessário um destaque para o seguinte: no período de 2014 até 2016, período da Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino e das Olimpíadas Rio 2016, o Rio de Janeiro, sobretudo as áreas que abrigaram as competições, experimentaram um “boom” imobiliário devido aos eventos esportivos. Após este momento, o estado do Rio de Janeiro, juntamente ao país como um todo, experimentou a acentuação das crises política, econômica e social, culminando na redução do preço do metro quadrado em várias áreas da cidade, de acordo com a Secovi-Rio. Além das crises relatadas, a Secovi-Rio aponta como a pandemia de Covid-19 frustrou os planos de recuperação do mercado imobiliário carioca.

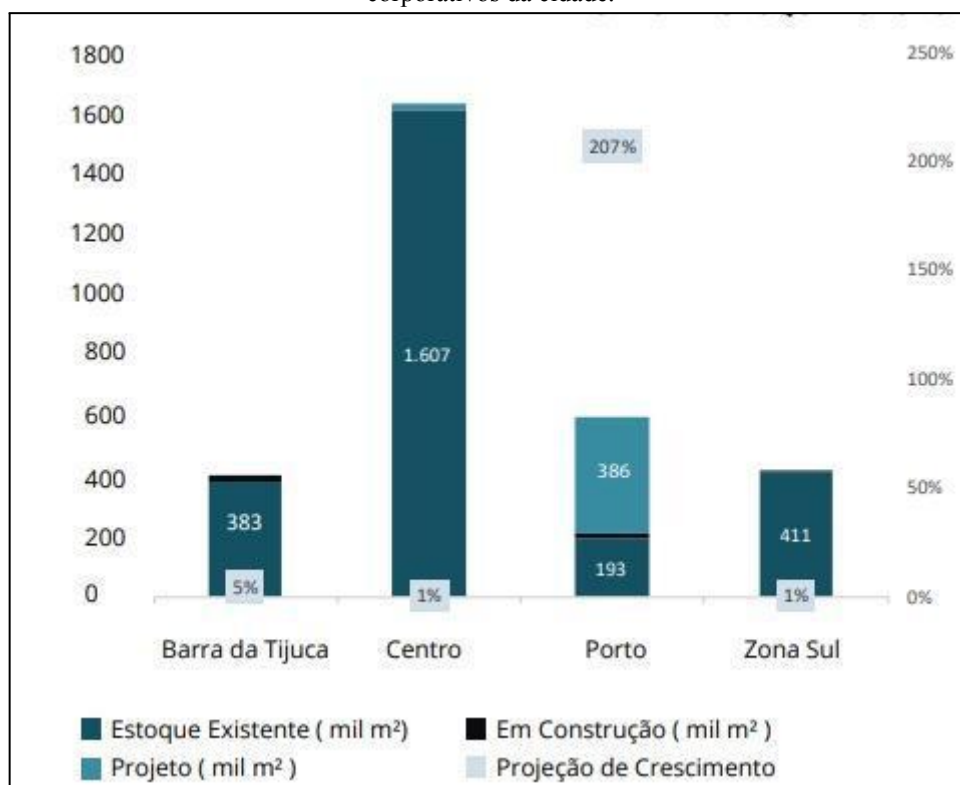
Segundo relatório publicado pela empresa de consultoria Binswanger Brazil⁵⁹, o preço do metro quadrado na área da OUC apresentou acentuada queda nos últimos anos. Contudo, o relatório aponta que a área está em evidência devido à OUC e compara o local com a Rua Faria Lima, em São Paulo. De acordo com a empresa, todas as entregas imobiliárias

⁵⁸ Índice de correção no período: 1,34. Valor percentual correspondente: 34,70.

⁵⁹ Disponível em: <<https://binswangerbrazil.com.br/relatorios/insights-porto-maravilha/>>. Acesso em: 03 de agosto de 2021. Salienta-se que, para ter acesso ao documento, é necessário realizar um breve cadastro.

registradas nos últimos anos foram de empreendimentos com altíssimo padrão (A+/A), sendo estes entregues em período de crise econômica e política. De todos os escritórios entregues, aqueles de alto padrão (A+/A) equivalem a 96% do total, sendo os outros 4% classificados como categoria B. Em relação à área construída, no último trimestre de 2019, apenas 43% estava ocupada (cerca de 83 mil metros quadrados). Desse volume, cerca de dois terços estavam ocupados por apenas três empresas. Ainda de acordo com o relatório, é comum o oferecimento de “bons descontos” e “períodos de carência” devido à grande oferta de espaços na área. Segundo as contas da Binswanger Brazil, conforme exposto no Gráfico 5, se todos os projetos previstos até 2030 forem entregues, os espaços corporativos do Porto ultrapassarão os da Zona Sul da cidade em volume e o Porto se tornará o segundo maior mercado imobiliário do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas do CBD. Entretanto, a empresa não está tão otimista quanto a isto. Há o apontamento que a previsão do mercado não conta com a concretização de muitos empreendimentos nos próximos cinco anos, devido à conjuntura de crise experimentada pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil.

Gráfico 5: Previsão de estoque futuro de área comercial no Porto e em comparação com os principais bairros corporativos da cidade.



Fonte: Adaptado de Binswanger Brazil.

Ademais, acreditamos que, de certa maneira, a queda no percentual de crescimento do preço do metro quadrado na área fazia-se “necessário” para a chegada de novos

empreendimentos, pois os altos preços exercidos afastavam os investidores que optavam por alocar seus negócios em áreas também valorizadas, porém já consolidadas.

Retornando ao levantamento dos dados, para a obtenção dos preços do ano de 2020, buscamos entrevistas com empresas que atuam no setor imobiliário da área. Por si só, esta não é uma questão fácil, com a pandemia de Covid-19, tudo tornou-se ainda mais difícil. O contexto prejudicou as trocas presenciais que poderiam favorecer contatos mais frutíferos. Tendo isso em vista, buscamos obter os dados via telefonemas e trocas de e-mail. Após inúmeras tentativas em diversas instituições privadas, durante o mês de dezembro, conseguimos entrevistas com o gerente de vendas da Imobiliária Sérgio Castro Imóveis. Neste momento, optamos por preservar a identidade do funcionário para nos resguardarmos de possíveis complicações devido à exposição dos dados e também resguardar ao próprio funcionário por nos ter fornecido o material. Ao longo dos contatos, o gerente nos relatou que pouquíssimos prédios novos estão com salas disponíveis para venda, sendo mais comum a locação. O funcionário apontou que os preços variam muito de acordo com a localização, a tipologia do imóvel e o seu estado de conservação, e que isto poderia se configurar como uma dificuldade para nossa pesquisa. Ao conversar com o gerente, dissemos que estávamos realizando uma pesquisa para “apontar os benefícios da ‘revitalização’ da Zona Portuária”. Acreditamos que assim os contatos puderam ter uma franqueza maior por parte do entrevistado.

Posto isto, o gerente disse que por a área ser margeada por favelas, isso acarreta um problema para os preços. Nessa direção, o empregado da imobiliária relatou que quando há tiroteio no Morro da Providência, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para e “não dá para chegar até a região”. Ainda sobre este ponto, o gerente disse que o VLT é bom, mas que os ônibus sumiram e isto torna-se um problema para a área, sobretudo para as vendas de imóveis. Em consonância com os dados sobre os maiores preços do metro quadrado expostos anteriormente, nos fora relatado que as áreas mais próximas às avenidas Rodrigues Alves e Rio Branco e à Rua Acre são as “melhores” para as vendas. Segundo o gerente, para a “melhoria de toda a ‘região’” seria necessário mais transporte, uma “‘revitalização’ completa, uma ação mais enérgica do Poder Público e um comércio ativo.”

Dialogando com o cenário do *rent gap*, o gerente fez um apanhado sobre a área ter sido dependente das atividades portuárias e depois do declínio das mesmas, ter passado por décadas com “prédios e ruas abandonadas, ruas com lixo, inseguro, mas que tem um potencial enorme”. Ao comentarmos sobre a rua Sacadura Cabral e suas disparidades, o funcionário relatou que o trecho depois do Cais do Valongo, em direção à Praça da Harmonia, mais parece

Cuba. Segundo o gerente de vendas da Sérgio Castro Imóveis, daria para fazer locação de filmes na área se passando por Cuba, devido à tipologia dos imóveis e o grau de conservação. Para ele, só faltava colocar carros antigos. A seguir, a Foto 3, tirada em 2021, no trecho citado pelo gerente.

Foto 3: Rua Sacadura Cabral, após o Cais do Valongo em direção à praça da Harmonia.



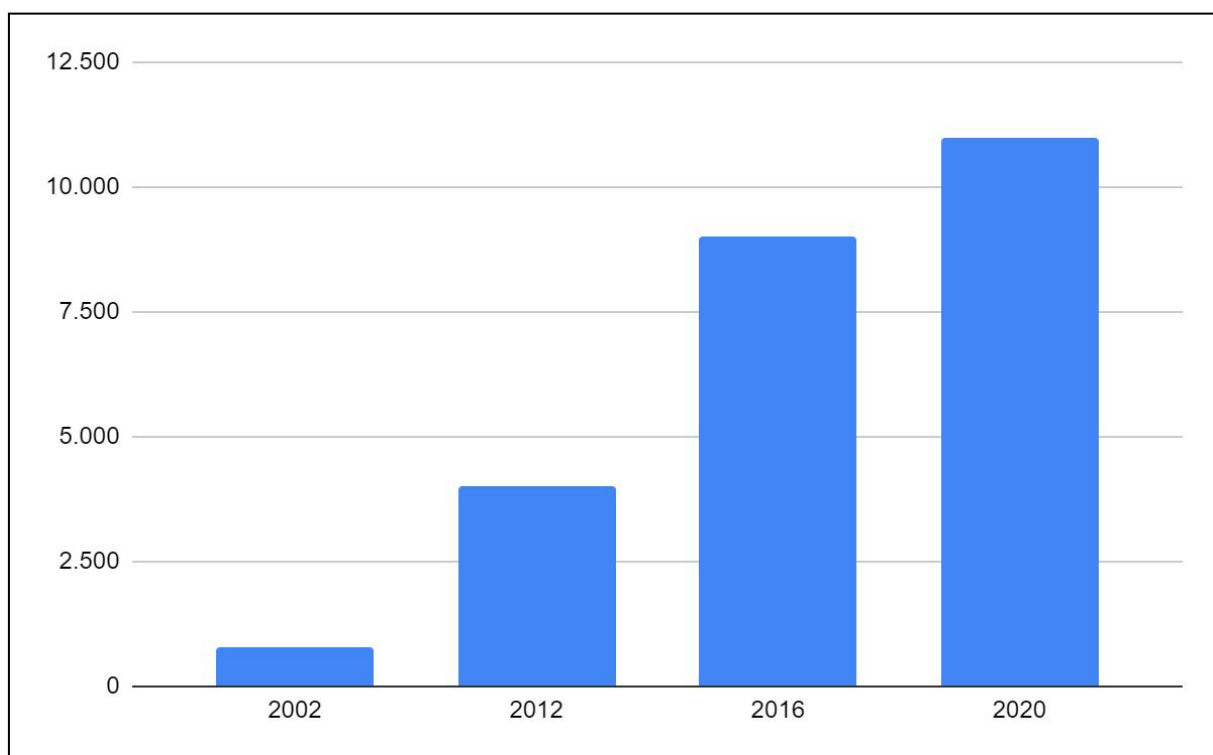
Fonte: Autoria própria, 2021.

Ademais, ele relatou que muitos imóveis estão com preço semelhantes aos praticados na Zona Sul da cidade -zona mais valorizada- (segundo próprios relatos, o gerente diz aos clientes que muitos destes imóveis não valem a pena e que não serão vendidos a estes preços)

e também que há muitos outros imóveis com preços que não são vistos nem mesmo na Zona Norte, área que possui diversos bairros com metro quadrado mais barato que o Centro e a Zona Sul. Sintetizando os números obtidos, como média geral, temos os seguintes preços: 1- prédios antigos destinados ao uso comercial: R\$11.000,00. 2- prédios antigos destinados ao uso residencial: R\$12.000,00. 3- prédios novos de uso comercial: 16.000,00. Com o índice de correção entre dezembro de 2016 e dezembro de 2020 figurando em aproximadamente 1,42 e o valor percentual em 42,11, vemos que apenas o preço do metro quadrado residencial teve variação acima da inflação do período.

No acumulado, mesmo com a crise que se arrasta no país desde 2014, vemos um expressivo aumento do preço da terra nos bairros analisados, conforme apontado no Gráfico 6. Em 2002, os prédios antigos na saúde tinham como preço médio do metro quadrado cerca de R\$800,00. Em 2012, o preço orbitava em pouco mais de R\$4.000,00. Para o ano de 2016, estes preços sobem para aproximadamente R\$9.000,00 e em 2020 para cerca de R\$12.000,00.

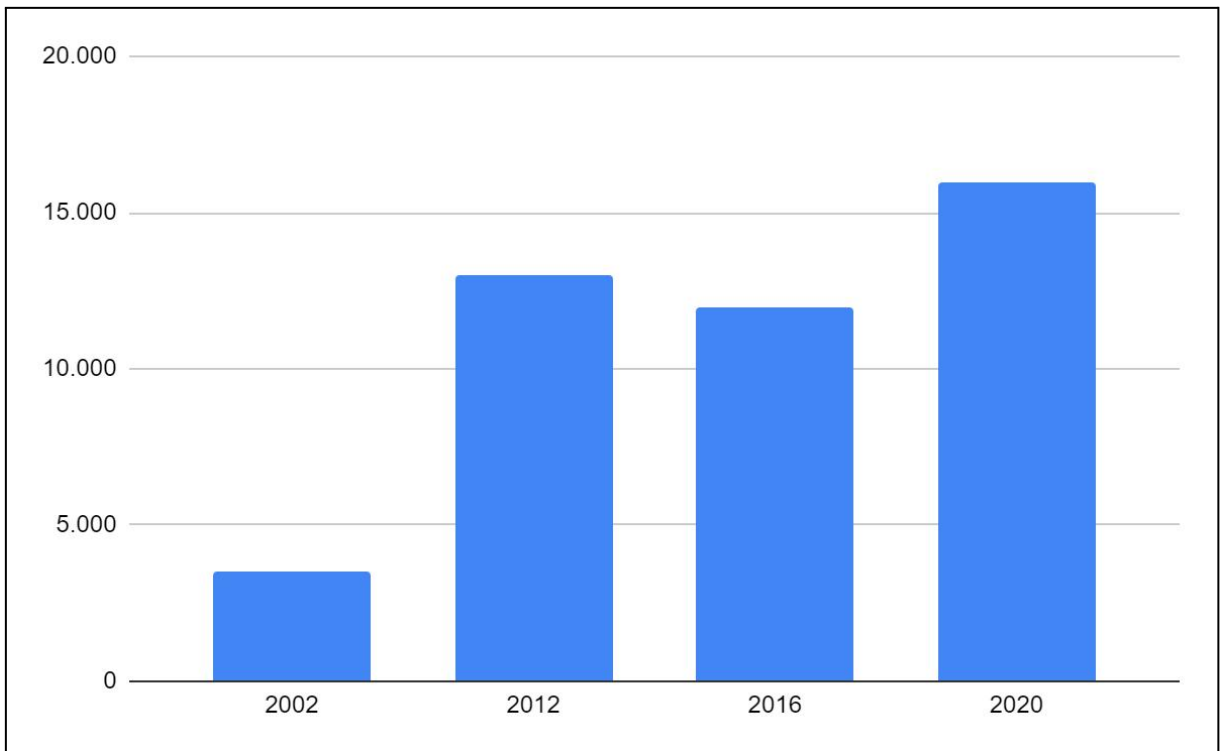
Gráfico 6: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios antigos na Saúde



Fonte: Jornal O Globo (2012), Pereira do Nascimento (2017) e entrevistas com representantes da imobiliária Sérgio Castro Imóveis (2020).

Seguindo a tendência de aumento, observamos, através do Gráfico 7, que os prédios novos na Saúde saíram de R\$ 3.500,00 em 2002 para R\$ 13.000,00 (em 2012), caíram para R\$ 12.000,00 em 2016 e voltaram a subir em 2020, chegando a cerca de R\$ 16.000,00.

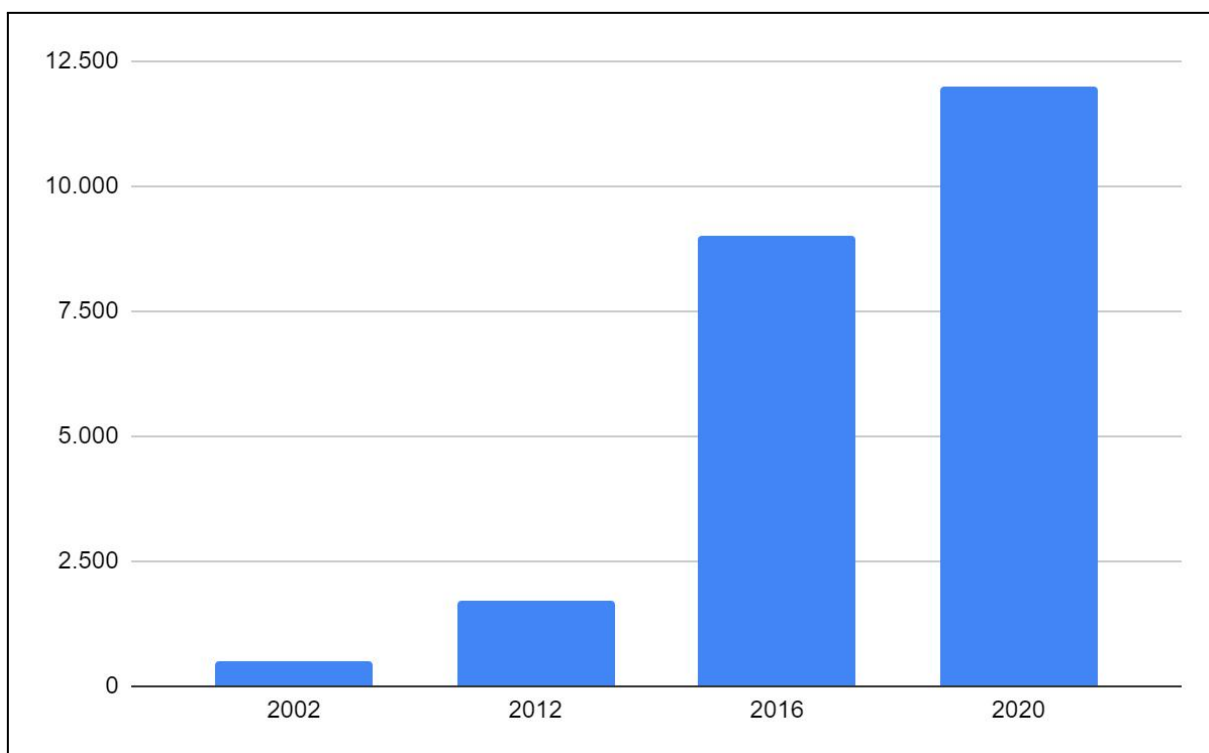
Gráfico 7: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios novos na Saúde.



Fonte: Jornal O Globo (2012), Pereira do Nascimento (2017) e entrevistas com representantes da imobiliária Sérgio Castro Imóveis (2020).

Para a Gamboa, a situação dá-se de forma semelhante. Em 2002, o preço médio do metro quadrado dos prédios antigos estava próximo dos R\$500,00. Já em 2012, o preço é alçado para cerca de R\$1.700,00. Contudo, em 2016, houve um gigantesco salto e o preço médio esteve em R\$9.000,00. Em 2020, esse preço chegou a cerca de R\$12.000,00. Ressaltamos estas mudanças através do Gráfico 8.

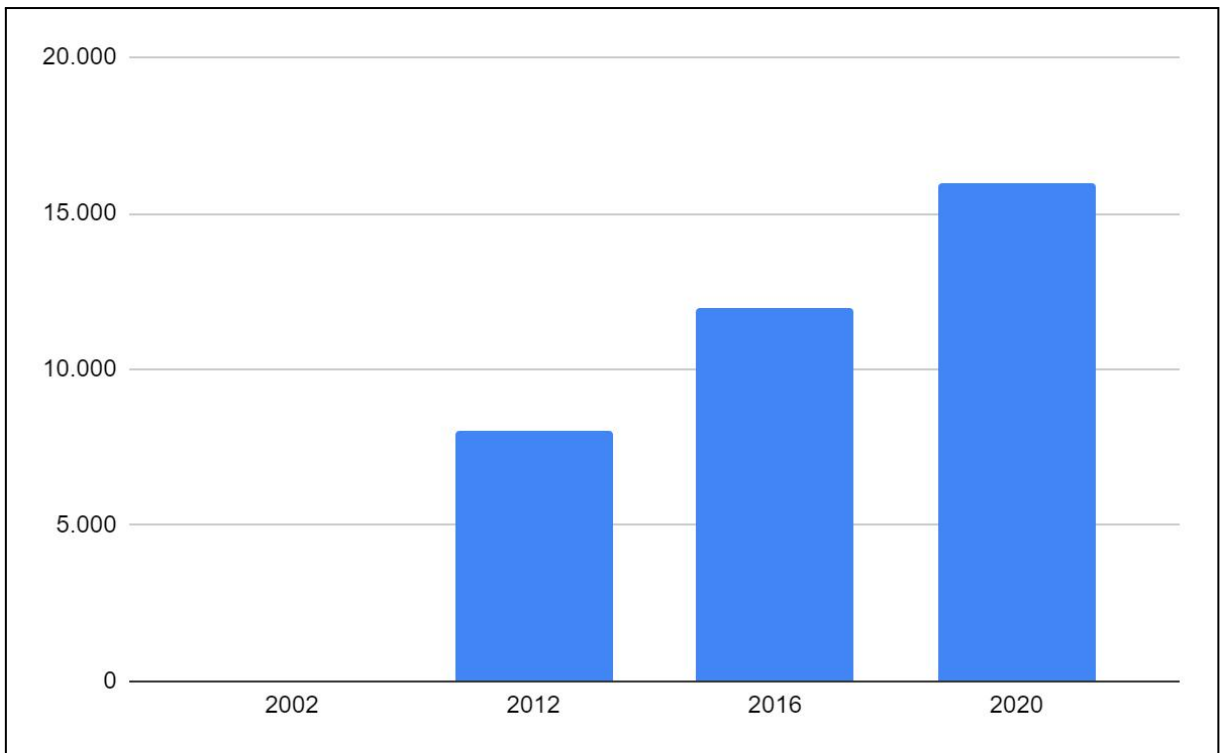
Gráfico 8: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios antigos na Gamboa.



Fonte: Jornal O Globo (2012), Pereira do Nascimento (2017) e entrevista com representantes da imobiliária Sérgio Castro Imóveis (2020).

Para os prédios novos na Gamboa, temos o seguinte panorama exposto no Gráfico 9: em 2002, não havia interesse do mercado imobiliário na área e por isso não existia prédios novos. Já em 2012, o preço médio estava em cerca de R\$8.000,00 e em 2016 R\$12.000,00. Em relação ao ano de 2020, obtivemos o preço médio de R\$16.000,00.

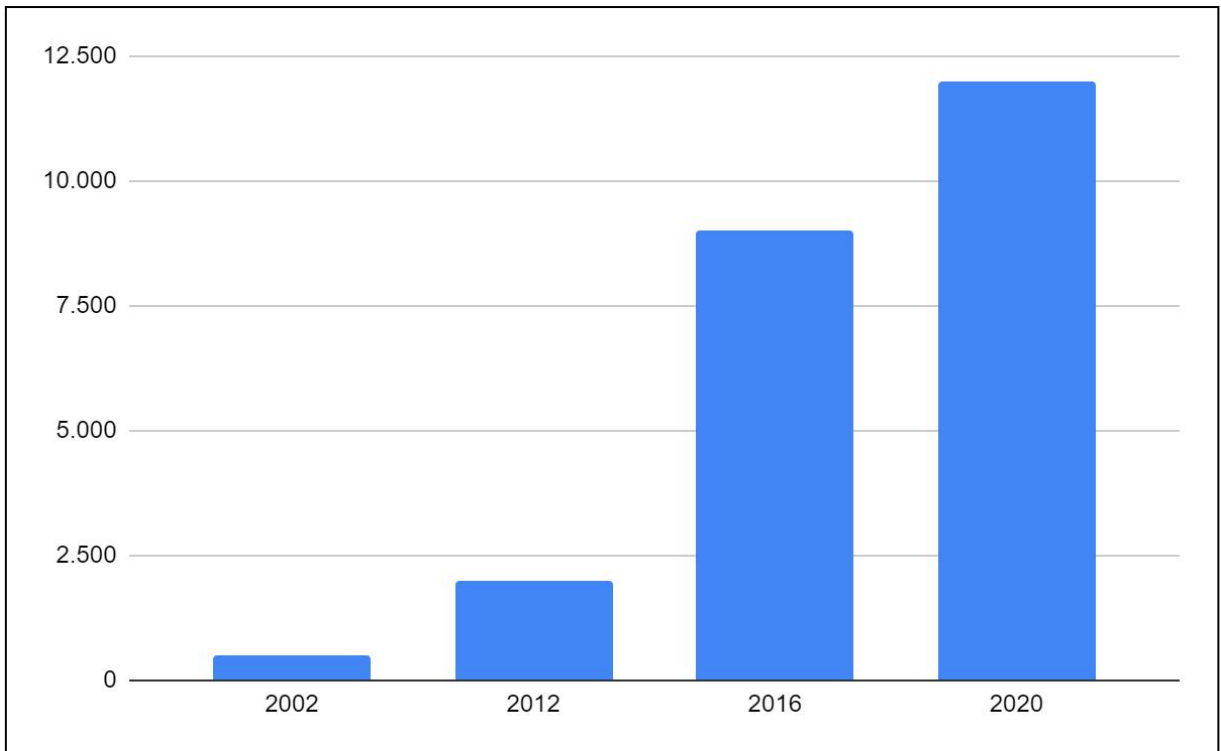
Gráfico 9: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios novos na Gamboa.



Fonte: Jornal O Globo (2012), Pereira do Nascimento (2017) e entrevista com representantes da imobiliária Sérgio Castro Imóveis.

Não obstante, a situação do Santo Cristo segue as mesmas linhas descritas para Saúde e Gamboa. Para os prédios antigos, o preço médio de 2002 estava em cerca de R\$500,00. Em 2012, esse preço chega a aproximadamente R\$2.000,00 e em 2016 a R\$9.000,00. Em 2020, o preço médio dos prédios antigos ficou em cerca de R\$12.000,00. Vejamos isto no Gráfico 10.

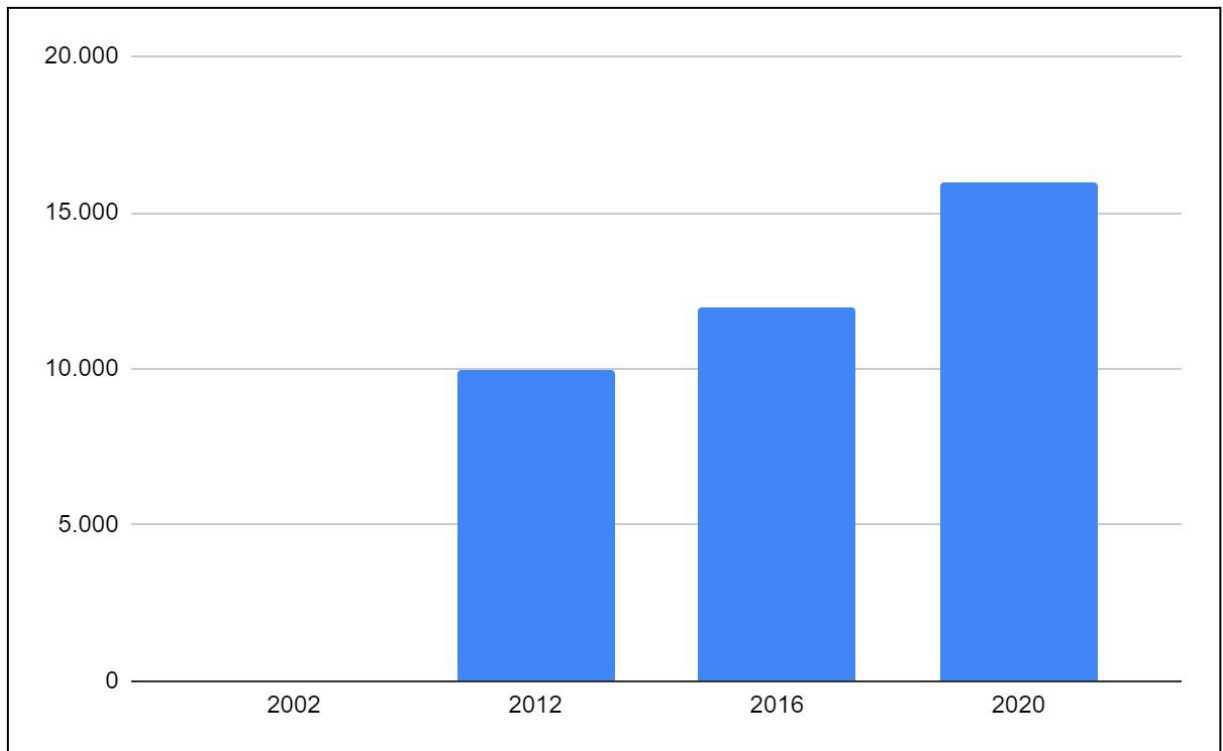
Gráfico 10: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios antigos no Santo Cristo.



Fonte: Jornal O Globo (2012), Pereira do Nascimento (2017) e entrevista com representantes da imobiliária Sérgio Castro Imóveis (2020).

No que tange os prédios novos no bairro, temos os seguintes dados, expostos no Gráfico 11: em 2002, o mercado imobiliário da área não apresentava atividade e não houve construção de novos prédios. Em 2012, o preço médio estava em aproximadamente R\$10.000,00. Em 2016, em cerca de R\$12.000,00 e em 2020, próximo dos R\$16.000,00.

Gráfico 11: Evolução do preço médio do metro quadrado dos prédios novos no Santo Cristo.



Fonte: Jornal O Globo (2012), Pereira do Nascimento (2017) e entrevista com representantes da imobiliária Sérgio Castro Imóveis (2020).

Buscando observar a questão a partir da ótica dos moradores, lançamos mão de uma *live* no youtube realizada pelo bloco Comuna Que Pariu⁶⁰, no dia 17 de junho de 2020⁶¹, em que Bruno Müller, nascido e criado na Zona Portuária e um dos organizadores do bloco Prata Preta, falou um pouco sobre o aumento dos preços do metro quadrado da área. De acordo com Müller:

Uma vez, eu e Orlando [outro organizador] fomos chamados pra falar um pouco sobre o Porto e sobre a Região Portuária em um outro evento e eu fui fazer uma pesquisa rápida, boba, né, cara? Nessa época da especulação imobiliária sobre a Zona Portuária, naquela época ali da Copa do Mundo, 2014, das Olimpíadas, 2016, prédios, por exemplo, do Morro da Conceição, casas que custavam cerca de R\$80.000, com algumas obras pra fazer, pô, passaram a custar, sei lá, R\$600.000, assim, absurdo!(...) Fui ver um terreno, que era um terreno que estava desocupado há anos e anos e anos, ali na Sacadura Cabral, o terreno valendo R\$1.000.000. Falei: cara, assim, as pessoas mal conheciam, conforme eu falei aqui antes, mal conheciam a Saúde, a Praça Mauá era lugar só de prostituta, de prostituição. As pessoas tinham horror da praça Mauá, era um absurdo total, né? E agora, virou a menina dos olhos do Rio de Janeiro, de uma hora pra outra, isso foi muito louco, né? (Bruno Müller em *live* realizada pelo bloco Comuna Que Pariu, 2021)

⁶⁰ O bloco Comuna Que Pariu faz parte da célula de cultura do Partido Comunista Brasileiro e promoveu ao longo de 2020 uma série de encontros com blocos de rua do Rio de Janeiro, através do projeto “História dos Nossos Carnavais”.

⁶¹Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=prata+preta+cumuna+que+pariu+live>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

Contrastando com os preços do metro quadrado, a renda mensal *per capita* da população local encontrava-se baixa durante o momento dos últimos dados disponíveis⁶². Tendo como base o número total de domicílios permanentes, os dados do IBGE apresentam uma homogeneidade sobre a renda das famílias nos três bairros de estudo. O Santo Cristo, por exemplo, possuía à época, um total de 4.070 domicílios e um percentual de 0,22 destes estavam sem rendimentos. Na Saúde, dos 946 domicílios, 0,24% encontravam-se sem renda. Já na Gamboa, do total de 4.170 domicílios, cerca de 0,14% não tinham renda. Ainda segundo o Censo de 2010, a renda mensal *per capita* dos bairros estudados são os seguintes⁶³:

Quadro 9: Renda média mensal *per capita* nos bairros estudados , em 2010.

	Saúde	Gamboa	Santo Cristo
Renda média mensal <i>per capita</i> população total	R\$681	R\$468	R\$551
Renda média mensal <i>per capita</i> favelas	X ⁶⁴	R\$301	R\$308

Fonte: IBGE, 2010.

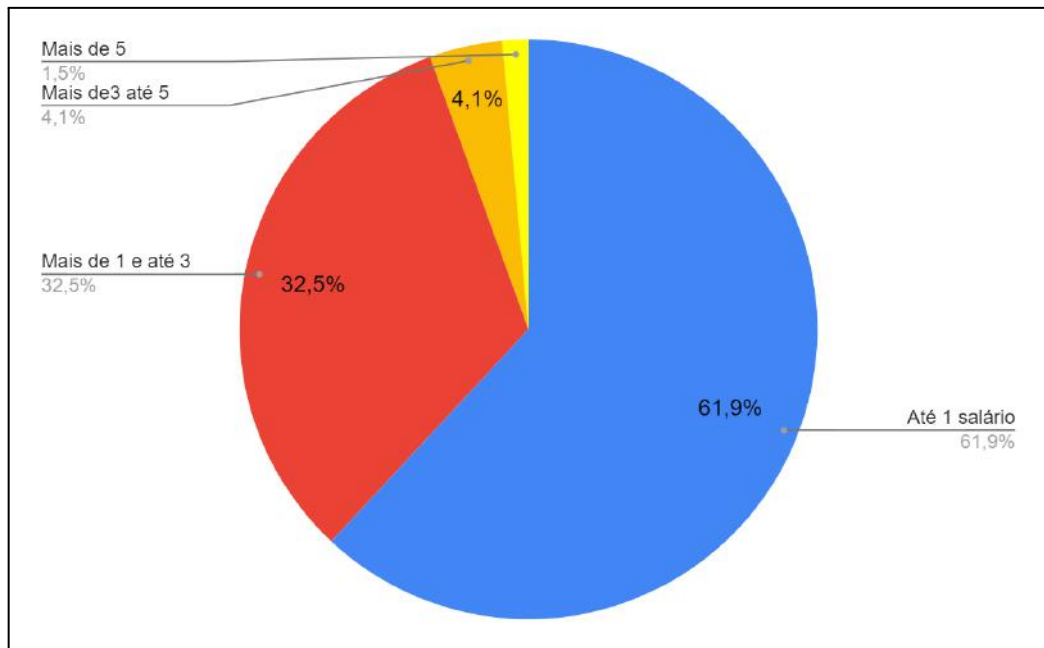
Nos Gráficos 12, 13 e 14, podemos ver o percentual das rendas nos bairros estudados. Na Gamboa, quase 62% dos domicílios estavam com renda mensal *per capita* de até um (1) salário mínimo. Dos três bairros, este é o que mais têm domicílios com até um (1) salário mínimo. Os rendimentos que variavam de mais de um (1) salário mínimo até três salários mínimos chegavam a pouco mais de 32%.

⁶² Com enormes prejuízos à pesquisa, o projeto do atual governo de apagão de dados sobre o território nacional, juntamente à pandemia, fez com que não haja dados mais atualizados do que os do Censo 2010.

⁶³ Segundo o IBGE, o salário mínimo em 2010 era de R\$510,00.

⁶⁴ Não há favelas.

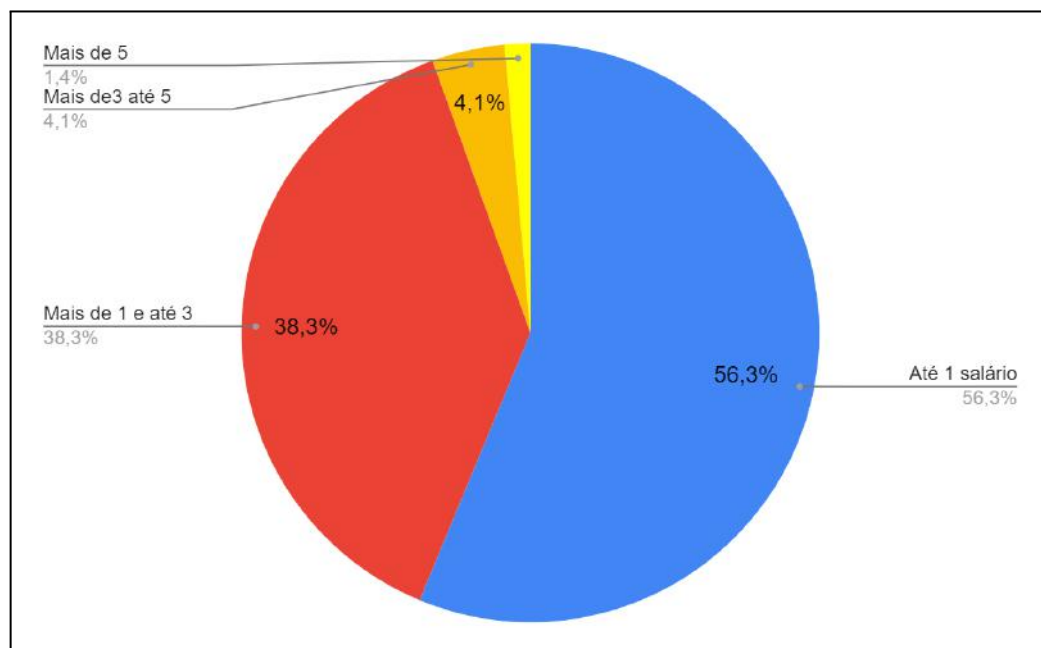
Gráfico 12: Renda domiciliar *per capita* na Gamboa, em 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

Por seu turno, via-se no Santo Cristo situação semelhante. No referido bairro, apenas 1,4% dos domicílios possuíam renda *per capita* mensal maior que cinco salários mínimos. É novamente a faixa de até um (1) salário mínimo que dominava, desta vez, com pouco mais de 53% dos domicílios.

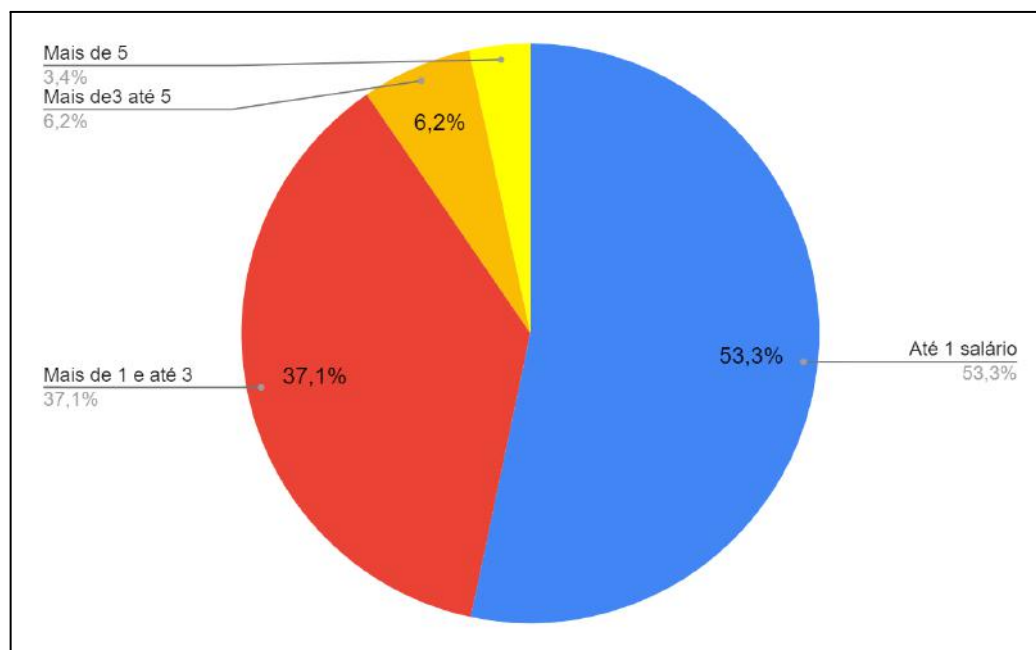
Gráfico 13: Renda domiciliar *per capita* no Santo Cristo, em 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

Para o bairro da Saúde, poucas mudanças são vistas. Embora este seja o bairro com o maior percentual de domicílios com renda *per capita* acima de cinco salários mínimos, esta faixa representa pouco mais de 3% dos domicílios. A maior concentração está mais uma vez no intervalo que varia até um (1) salário mínimo. O segundo maior percentual está na faixa que varia de mais de um (1) salário mínimo até três salários mínimos.

Gráfico 14: Renda domiciliar *per capita* na Saúde, em 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

Pela análise dos dados do preço médio do metro quadrado da área e da renda da população, é possível ter ideia da troca de perfil econômico desejada pelos promotores da OUC. Tais dados apontam o *gap* do preço do solo na área e apontam também a tendência da chegada de um novo perfil de moradores e frequentadores do espaço.

Para dar suporte à toda dinâmica descrita anteriormente, além de diversos outros mecanismos, são por muitas vezes utilizadas as Parcerias Público Privadas, ou seja, as famosas PPPs. Harvey (2004) sintetiza bem o que observamos no caso da OUC Porto Maravilha quando afirma que nesse modelo, o Poder Público assume os riscos e o setor privado assume os benefícios. Em outra oportunidade, Harvey (2005) alerta que o principal objetivo do modelo é atrair ou estimular a iniciativa privada, dando as condições prévias necessárias para os investimentos serem rentáveis. Assim, ainda segundo o geógrafo, o governo local acaba sustentando a iniciativa privada ao assumir os ônus da parceria e gerando aumento dos subsídios aos mais ricos e a diminuição dos gastos com os mais pobres. Nesse

quadro, o Poder Público é tido como incapaz e sem recursos para alavancar o desenvolvimento econômico da cidade. Nesse sentido, Monié e Da Silva (2015) revelam como a metrópole internacional do século XXI “necessita” de novos arranjos institucionais para a sua construção e isto justificaria o uso das PPPs. Em sua contribuição, Vainer (2013) ressalta que, teoricamente, a função da PPP seria acabar com a separação “rígida” entre o Poder Público e a iniciativa privada. Contudo, o próprio autor aponta que na prática, esta separação significa a participação direta dos capitalistas no processo de decisão da produção e organização do espaço urbano. Desse modo, “A parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão” (VAINER, 2013, p. 87).

No caso carioca, a PPP para a Zona Portuária foi instrumentalizada através da concessionária Porto Novo. O Artigo 1, § 3.º da Lei Complementar 101 diz que “A operação urbana consorciada será implantada pelo Poder Público na forma prevista nesta Lei Complementar e na legislação pertinente, aplicando-se todos os controles inerentes à atividade da administração pública, e dispondo das seguintes ferramentas, dentre outras: I - instituição de parcerias entre o Poder Público e o setor privado; II - consórcios públicos; III - utilização de instrumentos de mercado de capitais(...)”

A Porto Novo é composta pelas construtoras Odebrecht (37,5% das ações); OAS Engenharia (37,5%) e Carioca Engenharia (25%). Em meio à crise na venda dos Cepacs⁶⁵, a PPP está ameaçada desde 2015. Até maio de 2020, menos de 10% dos Cepacs haviam sido vendidos. Como o dinheiro das vendas seria utilizado para pagar a concessionária, os últimos três anos foram marcados por paralisações momentâneas das atividades, que após negociações, foram retomadas. Em junho de 2020, ainda na gestão do ex-Prefeito Marcelo Crivella, a empresa SD Engenharia passou a atuar na área através da manutenção dos túneis Marcello Alencar e Rio450, antes realizada pelas primeiras empresas citadas. Segundo reportagem de 2020 do jornal Valor Econômico⁶⁶, a Cdurp buscava até então a regularização do pagamento, das obras e dos serviços junto à Porto Novo. Em agosto de 2021, o Diário do Porto⁶⁷ noticiou que a PPP estava suspensa devido à dívidas na casa de três dígitos em milhões de reais.

⁶⁵ Um pouco mais abaixo, abordaremos com maior calma este assunto.

⁶⁶ Para mais, consulte a reportagem. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/09/em-busca-de-dinheiro-privado-governo-v-maior-ppp-afundar.ghtml>> Acesso em: 28 de agosto de 2021.

⁶⁷ Disponível em: <<https://diariodoporto.com.br/cdurp-atuara-por-internet-mais-barata-no-porto/>> Acesso em: 28 de agosto de 2021.

Por parte da Prefeitura, foi criada, através da Lei Complementar 102/2009, a já mencionada Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp). A Cdurp é uma empresa de economia mista, sendo a Prefeitura a maior acionista, e é responsável pelo intermédio entre a Prefeitura e a Concessionária Porto Novo. Segundo o prospecto da OUC⁶⁸, a Cdurp “tem por objeto principal a execução de programas de obras de desenvolvimento de áreas urbanas, bem como planos de renovação das que se apresentem em processo de deterioração.” Ainda de acordo com o prospecto, destacamos algumas atividades destinadas à Cdurp:

- I- implementar as Intervenções;
- II- regulamentar os mecanismos de Estoque de CEPAC, até o limite previsto na Lei da OUCPRJ;
- III- dirigir, coordenar, controlar e monitorar projetos desenvolvidos na AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, inclusive os necessários à implantação da OUCPRJ;
- IV- dirigir e coordenar o relacionamento entre a administração da CDURP e a sociedade civil e empresarial, no âmbito da AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro;
- V- avaliar os resultados das ações relacionadas ao desenvolvimento da AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro;
- VI- acompanhar o relacionamento entre a administração da CDURP e seus investidores atuais e potenciais, banco de investimento, Fundo de Investimento;
- VII- coordenar a emissão e Distribuição de CEPAC , no âmbito da OUCPRJ.

Pelas atribuições descritas acima, podemos observar que a Cdurp é a grande responsável pelas atividades gerenciais e de controle da OUC. Seguindo este raciocínio, Vainer (2013) constata como no mesmo momento em que o setor privado fica à frente das táticas econômicas da esfera municipal, uma agência “facilitadora”, seja ela do governo ou uma PPP, faz-se fundamental para mediar os interesses dos variados agentes privados contidos no processo.

Ainda na parte mais institucional do projeto, expomos a “engenharia financeira” realizada para dar sustentação às obras. Desse modo, apresentamos a (re)criação⁶⁹ dos Certificados do Potencial Adicional de Construção (CEPACs). No sítio eletrônico do Porto Maravilha⁷⁰, os CEPACs são descritos da seguinte maneira:

⁶⁸Disponível em: https://www.portomaravilha.com.br/conteudo/canal_investidor/prospecto/Prospecto_revisado_em_29_07-2016.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2021.

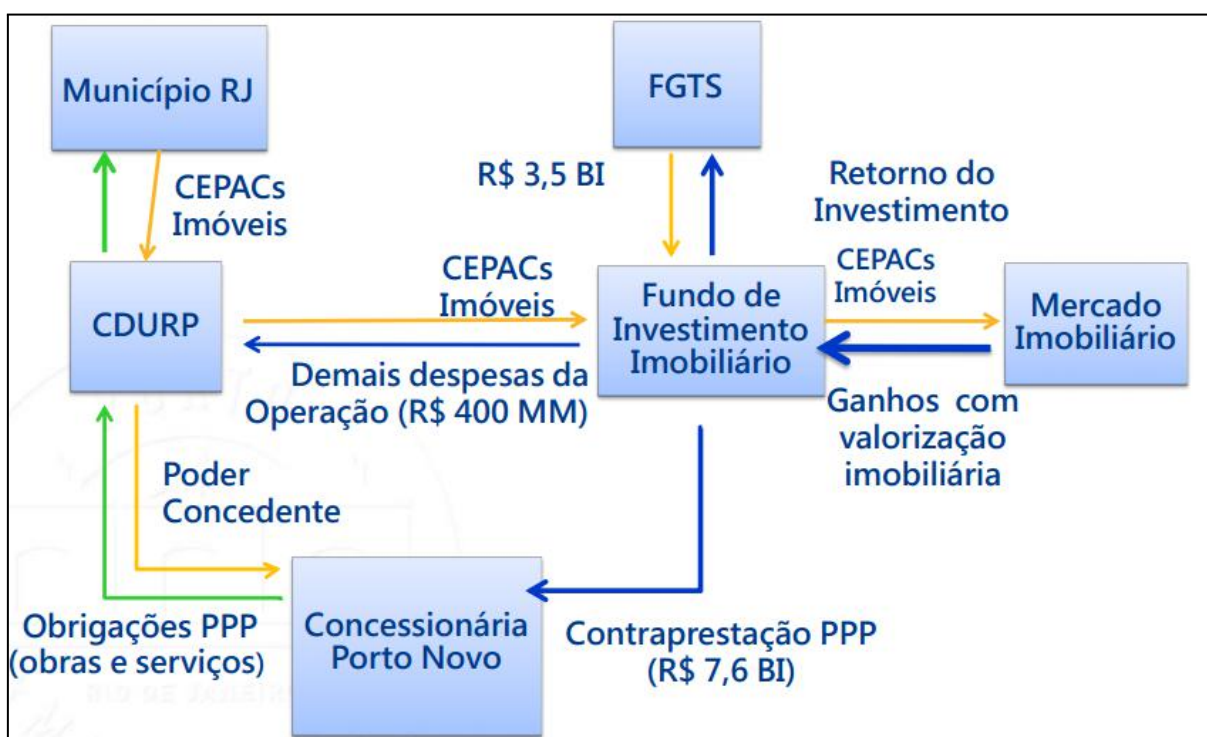
⁶⁹ Andrade (2007) e Monié e Da Silva (2015) apontam como este mesmo modelo já fora utilizado na cidade de São Paulo.

⁷⁰ Para mais, acesse: https://www.portomaravilha.com.br/cepac_entenda

Potencial de construção é a quantidade de metros quadrados que se pode construir em determinado terreno, representada nos andares e na altura do prédio e metragem. A Lei que cria a Operação Urbana Porto Maravilha define um aumento do potencial de construção, que varia em função do setor **(conforme mapa)**. Para utilizar o Potencial Adicional de Construção os interessados devem comprar Cepacs. (PORTO MARAVILHA, SD. Destaque no original)

Na prática, os Cepacs correspondem a um tipo de outorga onerosa⁷¹, criada pelo Estatuto da Cidade (2001), em que os investidores têm o direito de construir acima do gabarito determinado para os imóveis, utilizando-se das diretrizes urbanísticas e ambientais próprias da OUC Porto Maravilha. Os Cepacs são, em sua realidade, títulos que estão na Bolsa de Valores. Ou seja, seu caráter especulativo varia de acordo com o mercado e a economia. Assim, é possível que um investidor compre Cepacs apenas de olho em uma possível valorização dos papéis e jamais construa na área.

Figura 8: Engenharia financeira da OUC Porto Maravilha.



Fonte: Porto Maravilha apud Francisco (2016).

Como já relatado anteriormente, o Prefeito Eduardo Paes disse que o grande desafio da OUC era captar investidores. Pois bem, os CEPACs são um dos grandes responsáveis por esta tarefa. Monié e Da Silva (2015) revelam que a Prefeitura trabalhou em duas frentes para alcançar esse objetivo: a primeira diz respeito à flexibilização das regras de uso do solo e do

⁷¹ A outorga onerosa é uma concessão dada pelo Poder Público que dá permissão aos proprietários dos imóveis para construir acima da gabarito da área em troca de uma contrapartida financeira.

direito urbanístico. A segunda foi posta em prática através de dispositivos financeiros incitativos como, por exemplo, os CEPACs. Compreender o funcionamento desse mecanismo é fundamental para termos uma ideia de como o espaço urbano na OUC Porto Maravilha é eminentemente visto como uma mercadoria a ser negociada, tendo o valor de troca suplantado o valor de uso.

Segundo Francisco (2016), embora a área de intervenção totalize cerca de cinco milhões de metros quadrados, apenas uma parte dela é destinada à aplicação dos Cepacs (1,15 milhões de metros quadrados). Dentro dela, descontadas as restrições de 471.734 metros quadrados devido a bens tombados, preservados ou destinados a equipamentos urbanos, resta um total líquido de 681.466 metros quadrados de áreas contendo lotes que efetivamente poderão usufruir deste potencial adicional construtivo. A Figura 9 nos expõe as áreas do Cepacs.

Figura 9: áreas com disponibilidade para uso de CEPAC e o respectivo gabarito.



Fonte: Sítio eletrônico Porto Maravilha. Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/cepac_entenda>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

Destrinchando o que são os CEPACs, podemos chegar à seguinte ideia. O valor, que segundo Karl Marx é a quantidade de trabalho social embutido em uma determinada mercadoria, é estendido ao espaço urbano uma vez que para dotar uma área com a infraestrutura necessária a uma vida cotidiana digna, uma grande quantidade de trabalho é empregada. Serviços tais como lazer, segurança, transporte, saúde, educação são incorporados ao valor da terra urbana. Como o montante arrecadado com a venda dos CEPACs devem ser obrigatoriamente investidos na área da OUC, os investidores que os compram estão fazendo

nada mais que investir na valorização de seus próprios negócios. Sob este prisma, a Prefeitura cumpre um papel especulativo e de intermediação, transferindo parte do montante pago pelos investidores para a própria mercadoria adquirida por estes, culminando, por tendência, na valorização do preço do metro quadrado.

Ainda naquilo que toca os CEPACs, a colisão citada anteriormente envolvendo as três esferas de governo contou com mais um agente público fundamental: a Caixa Econômica Federal (CEF). Em 2011, a CEF, através do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), comprou todos os CEPACs em uma transação que totalizou cerca de R\$10 bilhões. Desse montante, R\$3,5 bi foram pagos à vista, com dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e os outros R\$6,5 bi ficaram de ser repassados, em valores atualizados, por 15 anos após o primeiro pagamento. Teoricamente, seria com a venda dos CEPACs que as obras se viabilizariam. A outra alternativa, que fora descartada pelos gestores da OUC, previa que o município vendesse os Cepacs diretamente ao mercado privado através de leilões. Dessa forma, as obras, sobretudo até a data dos megaeventos na cidade, poderiam não sair do papel devido à imprevisibilidade do interesse do mercado.

Todavia, até junho de 2020, menos de 10% dos títulos haviam sido vendidos.⁷² A proposta era que com a revenda dos CEPACs, a CEF repassaria o dinheiro à Prefeitura, que por sua vez, pagaria a concessionária Porto Novo. Entretanto, ainda em 2015, o FGTS teve que disponibilizar mais R\$1,5 bi para que as obras não atrasassem. Em 2016, ano das olimpíadas na cidade, uma nova transação teve que ser realizada. À época, a Prefeitura emprestou R\$198 milhões para o FIIPM, e a Porto Novo concordou em receber R\$725 mi em CEPACs como forma de pagamento. Toda esta engenharia financeira foi realizada na então gestão do Prefeito Eduardo Paes e visou não atrasar as principais âncoras da OUC para as olimpíadas: a “nova” Praça Mauá e o Museu do Amanhã.

Em 2020, a CEF entrou com uma ação na Justiça Federal⁷³ alegando prejuízos com a OUC e afirmando que a Operação era inviável desde os seus primórdios. Segundo a CEF, o banco possuía um prejuízo de cerca de R\$2,5 bi, em 2018, ano do último levantamento realizado. Ainda de acordo com a CEF, mesmo antes do cenário econômico desfavorável causado pela pandemia de Covid-19, apenas 68% dos Cepacs poderiam ter sido vendidos, pois teria ocorrido uma quantidade maior de papéis e falhas nos estudos que estruturaram a

⁷²Informação disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/apos-prejuizo-bilionario-ao-fgts-caixa-diz-que-revitalizacao-d-o-porto-do-rio-e-inviavel.shtml>>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

⁷³ Processo nº 5030447-13.2020.4.02.5101. Até a data da última consulta na Justiça Federal, 31 de agosto de 2021, o processo ainda encontrava-se em andamento.

operação. A CEF ainda critica outros três pontos em relação às posturas da gestão municipal: 1- os massivos investimentos na área da Barra da Tijuca durante o período dos jogos olímpicos de 2016. 2- as condições dos terrenos cedidos pelo município, pois muitos estariam com pendências ambientais ou ainda não foram disponibilizados. 3- fora pedida uma revisão dos valores a serem investidos (ainda faltam R\$5 bi, segundo o acordo inicial). Por sua vez, a Prefeitura, através da Cdurp, também ajuizou uma ação contra a CEF.⁷⁴ A Cdurp pediu a liberação imediata de cerca de R\$28 milhões que estavam retidos no FIIPM, segundo a empresa, este dinheiro seria fundamental para a manutenção da infraestrutura da área. Abaixo, o Quadro 10, que foi retirado do último relatório trimestral de 2020 que demonstrava o número total de Cepacs consumidos até a época.

Quadro 10 Evolução dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac), no último trimestre de 2020.

Estoque	Consumidos no período anterior (julho a setembro 2020)	Consumidos no trimestre (outubro a dezembro 2020)	Consumo total (até dezembro/2020)	Estoque disponível
6.436.722	0	0	574.889	5.861.833
100,00%	0%	0%	8,93%	91,07%

Fonte: Adaptado do último relatório trimestral de 2020 do Porto Maravilha. Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/conteudo/relatorios/2020/_RELATORIO%20TRI%20_OUT_NOV_DEZ%202020.pdf?t=1629916037>. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

Na atual quadra da discussão, chegamos ao final deste Capítulo com algumas das ferramentas necessárias à análise de nosso objeto. Após a apresentação e discussão do conceito e das bases teórica-metodológicas das correntes que estudam a gentrificação, pudemos optar por aquela que encara o processo enquanto uma estratégia global da acumulação capitalista. Nesse sentido, as contribuições dos geógrafos Neil Smith e David Harvey, este último, sobretudo, por conta da explicação da circulação geográfica do capital entre os três setores apontados outrora, foram fundamentais para dar continuidade à nossa pesquisa. Ademais, a teoria do *rent gap* pôde criar os elos necessários entre a teoria e a prática para o exame da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Conforme apontado no conjunto de fatores

⁷⁴ Processo nº 5032873-95.2020.4.02.5101. Até a data da última consulta na Justiça Federal, 31 de agosto de 2021, o processo ainda encontrava-se em andamento.

até aqui levantados, a área de estudo passou por uma profunda desvalorização, principalmente a partir da década de 1960, mas seu potencial espacial é enorme, atraindo, assim, o interesse de grandes montantes de capital nacional e estrangeiro. Mesmo que um grande projeto só tenha saído do papel em 2009, desde a década de 1990, o Porto passa por tentativas de reestruturação de seu espaço aos moldes do planejamento urbano estratégico. Com a chegada da OUC Porto Maravilha, táticas como o *city marketing*, a PPP, os Cepacs etc foram postas em prática. Como resultado, conseguimos sinalizar as disparidades entre a renda dos moradores, majoritariamente com baixos rendimentos, o preço do metro quadrado que passou a ser cobrado na área e as formas e as funções que estão sendo criadas na esteira da OUC.

Portanto, vemos como a OUC Porto Maravilha possui em seus arcabouços teóricos e práticos as ferramentas necessárias para um maior aprofundamento das disparidades espaciais já tão latentes na área central carioca. Em nenhum momento, a OUC Porto Maravilha é pensada e executada tendo como premissa uma reparação histórica das mazelas enfrentadas pela população local, ao contrário, o que está em jogo é o lucro de grandes acionistas e empresas nacionais e estrangeiras. Uma vez apresentada esta conjuntura, passamos agora para a análise das imbricações entre a Zona Portuária, a OUC e o carnaval de rua.

3. A REESTRUTURAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA AOS MOLDES DO PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO E A UTILIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA DO PORTO POR PARTE DA MÍDIA HEGEMÔNICA COMO FATOR DE LEGITIMAÇÃO DA GENTRIFICAÇÃO

As reestruturações do espaço urbano e a gentrificação são processos complexos. Em suas essências, podemos identificar uma série de ações que juntas dão a sustentação necessária às intervenções. A retratada dinâmica pode ser exemplificada através da utilização das práticas culturais por parte dos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano para promover a gentrificação. Desse modo, agora, voltamos nossos esforços para examinar como as práticas culturais tidas como singulares, como é o caso do carnaval de rua, são utilizadas para dar suporte às grandes intervenções urbanas que fragmentam ainda mais o espaço das cidades.

3.1. A gentrificação vista a partir dos usos: a localização das práticas culturais dentro dos processos de gentrificação no arranjo criado pelo capital

Sendo um termo polissêmico e que suscita grandes debates em diversas ciências, a cultura é objeto de diversos estudos que tentam defini-la. Em nosso trabalho, não buscamos uma definição acabada, mas sim a tessitura de algumas bases que nos dê a sustentação para discutir as imbricações entre a cultura e a Geografia Urbana, e, sobretudo, o papel das práticas culturais nos casos das reestruturações urbanas. Em outros termos, objetivamos captar as espacialidades da cultura dentro do contexto da atual forma mais flexível de acumulação capitalista. Para cumprir tal tarefa, trazemos à discussão algumas obras do geógrafo Roberto Lobato Corrêa. O autor realizou, ao longo de diversos trabalhos, uma análise que justamente capturou as conexões que buscamos em nossa pesquisa.

Segundo Corrêa (2007b, p. 28), a cultura pode ser compreendida como sendo “os significados elaborados e reelaborados a respeito das construções materiais e intelectuais vinculadas a todas as esferas da vida humana, inclusive a espacialidade humana.” Além disso, o autor (2007b, 2014) revela que as imbricações entre cultura, política e economia estão ligadas às diferenças entre as classes sociais, à própria estrutura de poder e também ao que tange às políticas culturais de diferenciação espacial. A assertiva adquire maior embasamento quando o geógrafo afirma que:

A partir desta relação a cultura é considerada, simultaneamente, como reflexo, meio e condição de existência e reprodução, e não mais como superestrutura, determinada pela base (Williams, 2003), nem como entidade supraorgânica, independente e pairando acima da sociedade, conforme discutido por Duncan (2003). Reflexo, meio e condição conferem à cultura um nítido caráter político. (CORRÊA, 2007b, pp. 1-2)

Indo além, o autor (2003) revela que a cultura, podendo ser vista como reflexo, meio e condição, torna-se parte integrante da sociedade, estando contida em seu movimento e dando significados em torno da estrutura, dos processos, das formas e das funções. Assim, para Corrêa, a cultura não explica as diferenças socioespaciais, pois é parte integrante dessas mesmas diferenças.

Por sua vez, Guy Debord (2003 [1992]) aponta como a cultura transformou-se em uma mercadoria preciosa ao capitalismo, chegando a compará-la com a estrada de ferro e o automóvel, naquilo que ficou conhecido como “espetacularização da cultura”. Visto que cultura, política e economia são indissociáveis, Andrade (2007, p. 237) contribui ao debate quando, ao examinar o caso da gentrificação do bairro da Luz, em São Paulo, sinaliza que “a cultura assume um papel central no momento que é capaz de instaurar os consensos e justificar as segregações”. Consonante às ideias de Andrade, Arantes (2013) ressalta que a cultura está no centro dos “consensos cívicos”. Segundo a autora, o consumo de uma cultura posta como refinada (destinada à Classe Média, principalmente) garante aos negócios o clima

“saudável” da área gentrificada. Mesmo que o carnaval de rua não seja visto como algo “refinado”, observamos semelhanças com o descrito pelas autoras (aprofundaremos a temática em breve). Em outra oportunidade, Arantes (1998) sinaliza como a cultura passou a ser posta como espécie de “isca” com a capacidade de angariar investimentos privados, passando por cima dos interesses públicos e notadamente promovendo a especulação imobiliária.

Partindo-se destas premissas, observamos como a cultura ganha ares de centralidade nos processos. Arantes (2013) aponta que, inicialmente, os agentes gentrificadores não contavam que ficaria tão evidente que com baixos investimentos no setor cultural, a “comunidade de negócios” colocaria a governabilidade da cidade em xeque. Contudo, a filósofa (2013, p. 33) ressalta que, a partir do momento no qual a cultura passa a ser o “principal negócio” das cidades que estão passando pela retratada dinâmica em tela, ficou “cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial.” Posto isto, Arantes (2013, p. 48) justifica que em sua discussão está tentando demonstrar como na organização socioespacial atual a cultura não é apenas uma contrapartida ou um “instrumento neutro de práticas mercadológicas” nos processos de gentrificação, mas sim “parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio”. Evidenciando tal situação, Pio (2014) nota que:

(...)Esse tipo de discurso nos sugere a ideia de que cultura e patrimônio tornam-se modos de expressar uma nova identidade urbana, e que tem como seus efeitos a criação de mensagens sobre os encantos da vida local e a criação de cenários apropriados para atividades culturais e modos de vida específicos ligados ao turismo cultural. A questão é que ao ver a cultura e patrimônio como fator de união e consenso, em uma espécie de “uso cívico” das ações culturais (tanto no plano ideológico quanto nas intervenções objetivas) a lógica da “conquista” do passado omite as tensões culturais e identitárias trabalhadas pela lógica do “reconhecimento”, isto é, como campo de disputa por legitimidade de diversos grupos e instâncias de poder (PIO, 2014, p.15).

Percorrendo por um caminho semelhante, Smith (1996) argumenta que a análise cultural é fundamental para explicar o fenômeno em discussão, mas que existem diferenças nas maneiras como análises culturais podem ser realizadas. Como todo e qualquer fenômeno, as análises sobre o papel da cultura nos processos de gentrificação ocorrem em um dado lugar e em uma certa época. Não existe neutralidade no processo (em nenhum, não é mesmo?), diante disso, acreditamos não ser possível omitir todos os problemas espaciais oriundos do processo estudado, mesmo que estejamos examinando o processo através do aporte cultural. Como bem aponta Smith (1996), omitir as mazelas desse tipo de intervenção no espaço se configura em luxo político derivado dos privilégios de raça e classe. Exemplificando o caso do Harlem (bairro de Nova Iorque), Smith (1996) destaca como o que chama de “indústria”

cultural transformou o bairro em uma espécie de “meca cultural”, atraindo grande número de turistas, consumidores, frequentadores de galerias de arte e patronos da arte, todos “alimentando” o processo. Sobre a questão, Smith (1996) aponta as “indústrias” culturais e imobiliárias caminhando juntas no caso nova iorquino:

Together in the 1980s the culture and real estate industries invaded this rump of Manhattan from the west. Gentrification and art came hand in hand, “slouching toward Avenue D,” as art critics Walter Robinson and Carlo McCormick (1984) put it. Block by block, building by building, the area was converted to a landscape of glamour and chic spiced with just a hint of danger⁷⁵. (SMITH, 1996, p. 17)

De maneira mais abrangente, Harvey (2005) trata da atual fase monopolista do capitalismo e versa sobre como as práticas culturais são cooptadas pela busca das rendas de monopólio. O autor sinaliza que as “rendas de monopólio” fazem parte de uma abstração oriunda da economia política e que o termo pode parecer um pouco tecnicista para aqueles que trabalham com questões culturais. Entretanto, o autor também aponta que, se interpretado de maneira adequada, é possível extrair do processo em busca das rendas de monopólio conexões valiosas para a interpretação das questões urbanas, como a ligação entre a globalização capitalista, o desenrolar das conjunturas político-econômicas locais e uma certa “evolução” do sentido das práticas culturais. Em síntese, Harvey(2005) registra que os monopólios (ou oligopólios) são inerentes e essenciais ao capitalismo. Segundo o autor, a atual organização do capital torna o processo em busca dos monopólios mais difícil devido à constante competição. O autor salienta que, para realizar o processo de monopolização, o capital necessita ser centralizado em megaempresas e que também faz-se necessário criar uma série de leis internacionais de comércio que garantam os direitos monopolistas das propriedades privadas. Nesse ínterim, o local está, segundo Harvey, harmonizado com a nova estrutura de poder monopolizado e a cultura estaria exercendo um papel de reafirmação de tal poder, visto que ela (cultura) pode dar o ar de singularidade e autenticidade ao local, situação esta que o capital tanto precisa para ter vantagens na frenética concorrência e atingir as rendas de monopólio.

De acordo com Harvey (2005), para que as rendas de monopólio possam se concretizar, é necessário manter uma mercadoria ou um local como “único”, pois a economia é mercantil e geralmente muito competitiva. Como essa estratégia foi posta em prática em

⁷⁵ Tradução livre: “Juntos, na década de 1980, as indústrias culturais e imobiliárias invadiram essa garupa de Manhattan a partir do oeste. Gentrificação e arte vieram de mãos dadas, "inclinando-se para a Avenida D", como afirmam os críticos de arte Walter Robinson e Carlo McCormick (1984). Bloco por bloco, construção por construção, a área foi convertida em uma paisagem de glamour e elegância, temperada com apenas uma pitada de perigo.”

diversas partes do mundo, houve uma tendência à homogeneização, o que acabou fazendo com que os locais buscassem de maneira ainda mais intensa a promoção de certas singularidades. Desse jeito, o autor (2005, p. 227) sustenta o argumento de que um fenômeno ou local que carrega consigo elementos de certa autenticidade, singularidade, identidade “pode ser melhor articulado enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis.” Assim, as manifestações culturais tornaram-se alvo do capital em busca das rendas monopolistas. Nas palavras de Harvey:

Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas, assim como no das características ambientais especiais (incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais construídos)? (HARVEY, 2005, p. 232)

Harvey (2005, p. 232) vai além e demonstra como a singularidade das práticas culturais vale muito ao capital: “o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados de poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral.”

Em suas contribuições à discussão em tela, Monié e Da Silva (2015, p. 121) aponta para como, “Mais recentemente, o patrimônio imaterial passou também a ser mobilizado em projetos de revitalização de ‘áreas degradadas’ como vetor de (re)-construção de imagens identitárias locais.” Como poderemos ver mais à frente, a cultura negra da Zona Portuária Carioca vem sendo apropriada visando a acumulação por parte dos agentes hegemônicos envolvidos na OUC Porto Maravilha. Caminhando de maneira semelhante à Monié e Da Silva, Chou e Andrade (2005, p. 1) discorrem como os projetos vêm procurando “(...)valorizar, quando não, resgatar e restaurar, estes espaços e edificações que o compõem como produtos culturais do lugar. Neste sentido, busca-se fortalecer a identidade local como produto mercadológico(...)”

Portanto, após o discutido anteriormente, em nossa contribuição à temática, acreditamos que torna-se nítido como a cultura, de maneira geral, passou a desempenhar um foco central dos investimentos em áreas reestruturadas. Isto posto, podemos observar como as práticas culturais criam uma sensação de “otimismo” aos negócios e, segundo este pensamento, podem romper com a decadência econômica da área em questão e colaborar para que as pessoas locais nutram maior confiança nesses espaços e na cidade como um todo. Daqui para o final do texto, observaremos mais a fundo como esta conjuntura dá-se na cidade do Rio de Janeiro e mais especificamente em sua Zona Portuária.

3.2. A reestruturação do Carnaval de Rua do Rio de Janeiro e a importância da folia momesca para a governança urbana carioca

Este subcapítulo se propõe a examinar a estrutura e os processos contemporâneos aos quais o carnaval de rua vem passando ao longo dos últimos anos na cidade do Rio de Janeiro. Todavia, julgamos necessário analisar e apresentar, brevemente, o percurso histórico e geográfico do carnaval carioca para que possamos ter uma melhor compreensão dos processos mais atuais⁷⁶. Ressalta-se que a ideia não é realizar uma retomada histórica do carnaval carioca, tampouco abordar todas as formas da folia, mas sim apresentar um sucinto panorama das ligações entre a folia e o espaço urbano carioca.

Ao longo do espaço-tempo, é impossível pensar o carnaval de rua carioca sem compreendê-lo concomitantemente com as transformações no arranjo espacial da cidade. Como aponta Ferreira (2000, 2004), o Carnaval de Rua na cidade do Rio de Janeiro, especialmente em sua área central, sempre esteve em constante relação dialética com as dinâmicas do espaço urbano, desde os tempos do Entrudo, perpassando pelas mais diversas formas da folia como as Grandes Sociedades, o Corso, os Banhos de Mar à Fantasia, os Cucumbis, os Cordões, os Ranchos, os Blocos... Cada momento e tipo de festa específico vai possuir as suas bases de organização socioespacial inerentes a si e as suas próprias maneiras de compreender o espaço urbano carioca, passando por uma relação dialética de ser influenciado pelo espaço, mas também influenciar a organização e ocupação do mesmo.

O que entendemos hoje como “carnaval carioca” (e também o “brasileiro”) foi sendo construído ao longo dos últimos 150 anos através de disputas de poder que permeiam a (re)produção do espaço urbano e que envolvem diversos agentes como, por exemplo, a elite carioca, a população mais pobre, os jornais, as rádios, a periferia, o centro, os governos. De acordo com Ferreira (2004):

(...)O carnaval carioca foi, desse modo, produto legítimo de sua população e de seu **espaço urbano** e, na virada do século XIX para o século XX, podia se orgulhar de ser, por si mesmo, um legítimo “**filho da cidade**.” (FERREIRA, 2004, p.222. Destaques nossos.)

Desde seu surgimento em solo brasileiro até os dias atuais, o carnaval está diretamente ligado às ruas da cidade e à reprodução do espaço urbano. Ainda no que ficou conhecido

⁷⁶ Para mais sobre a história do carnaval, a partir, dos diversos ângulos possíveis de análise da festa e seus sentidos, consulte-se, dentre outros, Moraes (1958), Bakhtin (1993), Queiroz (1999), Cunha (2001), Damatta (1979), Góes (2013) e Ferreira (2000, 2013, 2004).

como Entrudo, a primeira forma de folguedo realizado no Brasil, passando pelas Sociedades Carnavalescas, até chegar aos Blocos, disputas pelo espaço urbano foram duramente empreendidas no espaço carioca e mais especificamente no centro da cidade. Segundo Ferreira (2004):

O carnaval de rua, festa popular que tem como principal elemento a ocupação dos espaços públicos, é historicamente carregada de problemáticas ligadas ao espaço geográfico e conseqüentemente à sua (re)produção e às suas nuances territoriais com ações e conflitos entre diversos agentes. (FERREIRA, 2004, p. 11)

O Entrudo é conhecido como a primeira folia de carnaval realizada no Brasil. Iniciada ainda no século XVI e que de alguma maneira, mesmo não sendo exatamente da mesma forma, perdurou até meados do século XIX (FERREIRA, 2000). A brincadeira teve origem em Portugal e consistia em jogar nas outras pessoas objetos e materiais que as sujassem. Nesta prática momesca, a casa e a rua eram palcos da festa, contudo, possuíam uma forte divisão. No interior das residências, membros da elite utilizavam-se da brincadeira para reforçar laços familiares e a realização de negócios. Como até meados do século XIX a urbanização no Rio de Janeiro encontrava-se extremamente precária, a elite evitava andar pelas ruas, deixando esses espaços ocupados quase que exclusivamente pelas pessoas que foram escravizadas. É nesse cenário que o Entrudo praticado nas ruas e nas casas reproduzia e reforçava as estruturas do espaço urbano, gerando uma série de tensões e reafirmando a estratificação social da época (FERREIRA, 2000, 2004).

Abreu (2013) registra que, mesmo após 13 anos da chegada da família real ao Rio de Janeiro⁷⁷, a cidade ainda era bastante “modesta” e “restringia-se basicamente às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, que correspondem grosso modo, às atuais regiões administrativas do Centro e Portuária” (ABREU, 2013. p. 37). Contudo, o geógrafo ressalta que neste momento já podia-se notar uma sutil diferenciação social entre as freguesias urbanas. As freguesias da Candelária e São José (atual arredores da Praça XV de Novembro) eram as mais preteridas pelas classes dirigentes, assim como as recentes chácaras retalhadas em terras no sul da cidade, nos atuais bairros da Glória e do Catete. Por sua vez, as classes com reduzido ou nenhum poder de mobilidade, e que não podiam ocupar a área do Saco de São Diogo (atual Cidade Nova) devido às áreas de mangue, “adensam cada vez mais as outras freguesias urbanas, especialmente as de Santa Rita e Santana, dando origem aos atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa” (ABREU, 2013. p. 33). Na segunda metade

⁷⁷ A família real portuguesa desembarcou no Rio de Janeiro em 1808.

do século XIX, a malha urbana passou por uma acelerada expansão através das linhas de bonde e trem, indo em direções opostas, respectivamente, às atuais Zonas Sul e Norte da cidade (Abreu, 2013), entretanto:

Em contraposição às transformações rápidas que, sob a orientação do capital privado e do Estado, ocorriam em áreas praticamente desabitadas da cidade, a forma urbana das freguesias centrais pouco se modificou. (ABREU, 2013. p. 49)

As tentativas por parte das elites, desde 1875 com o primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, de reestruturar a área central da cidade aos moldes parisienses só passaram a ocorrer de maneira mais intensa a partir da Reforma Pereira Passos (1903). Todavia, Abreu (2013) evidencia que as freguesias centrais continuaram a crescer (exceto a mais central, a da Candelária) e os motivos eram os mesmos:

As razões do adensamento das freguesias centrais nesse período continuaram a ser as mesmas, ou seja, a necessidade de uma população extremamente carente, tanto livre quanto escrava, de residir próximo aos locais de emprego (ABREU, 2013, p. 49).

Por conseguinte, tensões foram geradas por conta das tentativas de modernização do espaço da área central e a presença de moradias insalubres para os pobres. É nessa organização espacial que o Entrudo praticado nas ruas é visto como “selvagem”, “violento”, “não civilizado” e ligado ao espaço colonial da cidade, assim, a elite empreendeu tentativas de acabar com a festa popular, mas sem abrir mão da sua. Dessa forma, a solução encontrada foi, em meados do século XIX, buscar um tipo de festa que dificultasse ainda mais a participação das camadas populares, surgem, então, os Bailes de Máscaras (GÓES, 2013).

A inspiração para este modelo de folia vem da Europa, sobretudo do carnaval de Veneza. O sucesso dos suntuosos bailes privados da elite se expandiu e bailes públicos passaram a ser realizados, contando com a participação da população mais pobre. Gradativamente, as elites passam a desfilar mascaradas pelas ruas da cidade antes de adentrar nos bailes. Para Ferreira (2000, 2004), a ocupação das ruas pela folia vinda da burguesia reflete as transformações às quais passava o espaço carioca. De acordo com Ferreira (2001):

A rua deixa de ser vista apenas como lugar de negros escravos, de pobres, moleques e prostitutas — que começam a perder o espaço que ocupavam no Rio de Janeiro colonial — e passa, paulatinamente, a servir de espaço de lazer para a burguesia. Aos poucos o Carnaval será considerado como um[a] festa da rua, da ocupação de espaços públicos. Um novo Carnaval para uma nova cidade. Não mais o Entrudo "grosseiro", mas o flunar mundano afrancesado. Ignoram-se, deste modo, os desfiles de negros e as festas realizadas no período colonial para se construir uma origem civilizada, polida e européia deste novo Carnaval. Neste sentido, o Carnaval popular será disciplinado e, sistematicamente, ignorado, mas por mais que a ideologia da burguesia tente eliminar, ou "demonizar" o Carnaval popular, este buscará estratégias de sobrevivência, ocupando os espaços vazios deixados pelo Carnaval burguês (...) (FERREIRA, 2000, pp. 26-27)

Nesse momento, ainda na segunda metade do século XIX, surgem as Sociedades Carnavalescas, que foram definidas como uma “organização de pessoas de classe média e alta, que desfilavam fantasiadas, com carros e bandas de música.” (FRYDBERG, 2014, p. 3). Segundo Fernandes (2019, p. 59), as Sociedades “representavam o carnaval mais oficial, burguês, com desfiles compostos de vários carros alegóricos, temáticos e ricamente decorados(...)” Ferreira (2001, 2004) corrobora com o debate sobre uma geografia histórica do carnaval carioca ao verificar o que de fato muda na organização do carnaval e da área central carioca a partir desta nova forma de brincar o carnaval. Para o autor, não é a participação da elite, visto que esta já participava do carnaval desde o Entrudo, tampouco um tipo de carnaval em que a elite pudesse brincar longe dos mais pobres, pois isto já havia sido feito através dos bailes de máscaras, que diferenciava este momento, mas sim, a explícita tentativa de elitização do carnaval⁷⁸ por parte da burguesia. Com a forma de passeatas pelas ruas, os desfiles das Grandes Sociedades incorporavam os ideais burgueses da época de movimento, evolução, velocidade para se opor ao carnaval popular, tido como “caótico”, “desorganizado”, “violento”. Buscando raízes na folia carnavalesca da Europa Medieval, a burguesia carioca tenta afastar a ideia de um carnaval entrudista de herança portuguesa, visto como “atrasado”. Nas palavras de Ferreira (2000):

A burguesia carioca busca, com bastante sucesso, impor seu modelo carnavalesco. Conceitos como o de que o carnaval é “uma festa de todos”, um momento de loucura, de permissividade e de inversão, em contraposição à vida cotidiana, são incorporados à festa como elementos necessários à manutenção da ordem burguesa. A busca de uma identidade nacional, e carioca, se associa, intimamente, à ideia de carnaval. A folia carioca buscará esta identidade através da comparação com os carnavais “venezianos” de Nice, Paris ou Roma. Se a urbanização carioca ainda se mostrava tímida, a folia carnavalesca do Rio de Janeiro já procurava reproduzir o modelo difundido pela urbanização típica do século XIX, própria para o flunar da nova burguesia. (FERREIRA, 2000, pp. 28-29)

Estas duas últimas formas de brincar o carnaval (os Bailes e as Grandes Sociedades) ficaram conhecidas como o Grande Carnaval, ligado às elites, enquanto a folia mais popular foi denominada como o Pequeno Carnaval (QUEIROZ, 1999). Até então, a centralidade do carnaval ficava à cargo da Rua do Ouvidor, situação que mudou a partir da construção da antiga Avenida Central (atual avenida Rio Branco), inaugurada em 1905, na esteira das transformações ocorridas através da Reforma Passos.

Aglutinados no Pequeno Carnaval, têm-se manifestações como os Zé Pereira, os Cucumbis, os Cordões, os Ranchos, os Blocos e todas as brincadeiras que a elite não

⁷⁸ Interessante observar como uma tentativa de elitização da festa já havia sido realizada ainda no século XIX.

considerava como o “verdadeiro carnaval”. Com o surgimento dos “Zé Pereira” (em meados do século XIX), o carnaval das classes populares também incorpora os desfiles pelas ruas em suas manifestações. A folia dos Zé Pereira consistia em sair pelas ruas batendo um grande bumbo, com qualquer roupa, fazendo muito barulho e atraindo pessoas. Não há consenso sobre sua origem, mas afirma-se que no Brasil “a brincadeira começou quando um certo José Nogueira desfilou pelas ruas do Rio de Janeiro, durante os dias de carnaval, batendo um grande bumbo” (FERREIRA, 2004, p. 209). Com o passar do tempo, Ferreira (2005) destaca a dificuldade de definir os diversos grupos que fazem parte do carnaval carioca. Segundo o autor (p. 157), sendo uma definição mais genérica, o Zé Pereira variava na mídia da época desde um “bando imundo e barulhento”, passando por uma prática que “não é feia, é mesmo muito bonita, e muito barata”, até algo “que encanta os ouvidos”. Esta conjuntura dava-se devido ao fato de o bater do bumbo designar qualquer grupo carnavalesco como “Zé Pereira”. Assim, descreve Ferreira (2005):

É, deste modo, a própria indefinição desta brincadeira carnavalesca que irá apontar a variedade, a complexidade e arbitrariedade das categorizações que definem as manifestações carnavalescas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Do mesmo modo que o Zé Pereira estava longe ainda de poder ser definido como uma forma peculiar e precisa de se brincar o carnaval, outras manifestações carnavalescas sofrerão o mesmo processo. Categorias como “cordões”, “ranchos” e “blocos” se misturavam entre si, aguardando o momento de serem destacadas como brincadeiras específicas. (FERREIRA, 2005, p. 157)

Chegando aos Cucumbis carnavalescos, que posteriormente seriam classificados como “Cordões”, vemos que sua origem está no culto aos ancestrais e orixás realizados pelas pessoas que foram escravizadas. A manifestação percorria trechos do centro da cidade e contava com tambores, chocalhos, ganzás, xequerês etc. Como se pode imaginar, o forte racismo presente na sociedade desde então fez com que haja poucos registros sobre essa forma de brincar o carnaval. Sendo muito comuns na primeira metade do século XIX, os grupos só voltam a figurar nos jornais da época em 1886 (FERREIRA, 2000, 2004). Mesmo com poucos relatos disponíveis, os estudiosos e as estudiosas do carnaval apontam uma forte relação destes grupos com aquilo que viria a ser conhecido como Cordões, ainda no início do século XX. Sendo um termo genérico para delimitar o carnaval mais popular, os Cordões foram denominados pela elite como conjuntos “selvagens”. Da mesma maneira que os Cucumbis, os Cordões estavam mais associados às pessoas negras e a manifestação foi posta à margem do chamado carnaval mais organizado. De fato, houve Cordões mais violentos que eram compostos por pessoas que saíam às ruas com o intuito de brigar, contudo, também haviam Cordões que não realizam tal prática (FERNANDES, 2019). Ao passar dos anos, a

maior parte dos Cordões deixou de lado a faceta violenta e passou a ser cada vez mais aceitos pela imprensa e pelos intelectuais, que buscavam sobressaltar a “brasilidade” da manifestação (FERREIRA, 2004).

Caminhando para um outro tipo da folia, assim como basicamente todas as manifestações populares do carnaval até então, a denominação “Rancho” era utilizada para descrever genericamente uma série de grupos. Não há consenso sobre a origem do primeiro Rancho, entretanto, acredita-se que eles tenham surgido nas imediações do Morro da Conceição (ARAÚJO, 2003; FERNANDES, 2019). Ferreira (2004, p. 299) nos diz o seguinte: “Será somente na virada do século XX que a categoria ‘rancho’ começará a ser definida como uma brincadeira carnavalesca específica, associando-se pouco a pouco, com as formas mais amenas dos desfiles populares.” Paulatinamente, os Ranchos passaram a ocupar maior espaço no carnaval carioca e ficaram conhecidos como uma espécie de “melhoramento” dos Cordões. Seu caráter popular, mas tido como “civilizado”, chamou a atenção da elite que sentiu-se atraída por uma manifestação popular, mas que seguia “códigos” da festa burguesa. Então, em 1908, surge o grupo Ameno Rosedá, e este transformou a história deste tipo de folia, deixando a manifestação mais elitizada. Em 1913, demonstrando a centralidade na “nova” avenida, os Ranchos saem da Zona Portuária e passam a desfilar na atual Avenida Rio Branco. Ferreira (2004) sugere que muitas adaptações em direção a um enquadramento nas novas espacialidades carnavalescas foram realizadas pelas manifestações, pois estas buscavam o reconhecimento de seus festejos. As descrições do Ameno Rosedá contam com fantasias de luxo, orquestra com instrumentos de sopro, trechos de óperas famosas, enredos próprios, uma comissão de frente, estandarte, mestre-sala e porta-bandeira etc. Dessa maneira, os Ranchos caminharam para uma maior aceitação da elite intelectual brasileira. Na esteira desse processo, Ferreira (2014) descreve os Ranchos como:

Verdadeira ponte entre o Carnaval popular e aquele desejado pela burguesia, os ranchos estabeleceriam um elo entre as duas festas que vinham-se mantendo isoladas desde as tentativas de imposição do Carnaval burguês, nas primeiras décadas do século XIX. Ao articular cantos populares com trechos de óperas, fantasias sofisticadas com materiais singelos, alegorias imponentes com elaborações precárias, os ranchos conseguiram a proeza de falar à alma de ricos e pobres, à alma da elite e do povo, à alma, em suma, do país que se construía naquele momento. (FERREIRA, 2004, p. 305)

Finalmente, chegando aos Blocos, Queiroz (1999) aponta que os primeiros grupos autorizados pelo Estado para saírem às ruas datam de 1889, entretanto, é somente a partir do início do século XX que eles começam a ganhar maior destaque. Cabe novamente ressaltar a grande dificuldade de uma rígida distinção das diversas manifestações que estavam nas ruas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX e no início deste. Nessa direção,

Ferreira (2004) revela que o termo “bloco” foi por muito tempo sinônimo de grupo, Cordão, clube ou Rancho. Já em 1916, tem-se o primeiro relato sobre o crescimento nas ruas da “novidade” do momento: os blocos. De acordo com Ferreira (2004), estes foram descritos pelo Jornal do Commercio como grupos uniformizados, que desfilavam de forma coesa (sem se desmembrarem) e com denominações mais ou menos pitorescas. Ainda segundo Ferreira (2004), os blocos foram alocados como uma manifestação entre os Ranchos (mais sofisticados) e os “perigosos” Cordões. Com o passar dos anos, os blocos passaram a ser ligados à cultura do subúrbio carioca, culminando em Pimentel (2002) chamá-los de “tempero suburbano” do carnaval. Pensando em uma definição sobre os Blocos que mistura características atuais com as do passado, apresentamos a realizada por Fernandes (2019):

São manifestações carnavalescas mais informais e improvisadas. Apresentam-se com ou sem fantasias, em pequenos grupos de de componentes, sem qualquer enredo. Geralmente nascem de grupos de amigos, moradores de uma mesma rua ou de colegas de trabalho. Nos blocos, o número de foliões vai crescendo enquanto o cortejo segue pelas ruas; os instrumentos vão surgindo e se juntando. Há blocos do tipo mais organizado até os totalmente desorganizados (FERNANDES, 2019, pp. 59-60)

Segundo Ferreira (2004), ao final dos anos 1920, o carnaval da cidade já era apontado como a grande festa nacional e a dificuldade em distinguir as manifestações já estava prestes a ser trocada pelas categorias que passaram a ser vistas de maneira hierárquica, das mais elitizadas para as mais populares: Grandes Sociedades, Ranchos, Blocos e Cordões. Fernandes (2019) discorre como ainda na década de 1930, já houvera uma tentativa por parte do Poder Público de utilizar o carnaval de rua mais como uma prática comercial do que cultural. Por conseguinte, houve a criação da Comissão Executiva de Festejos, que assumiu a organização do carnaval. Assim, guardando certas semelhanças com a conjuntura atual, “a ideia era dar uma feição totalmente internacional ao grande evento e transformá-lo em uma atividade geradora de riqueza e renda para a cidade” (FERNANDES, 2019, p. 57). Como poderemos constatar ainda neste trecho do trabalho, estas práticas foram “aperfeiçoadas” e aprofundadas, vide que o carnaval ainda está nas mãos da Secretaria de Turismo e não na de Cultura e vide também a reestruturação da folia aos moldes do planejamento urbano estratégico, vista desde 2009.

Para o período após 1930, Machado (2017) realiza uma interessante periodização e aponta três momentos que cabem destaque: o primeiro corresponde a um grande crescimento do número de blocos, principalmente nas Zonas Norte e Oeste da cidade, que vai de meados da década de 1950 até os primeiros anos da ditadura civil-militar, iniciada em 1964. Com o avanço da ditadura, diversas manifestações artísticas, incluindo o carnaval de rua, passaram

por perseguições, repressões e censura. Segundo Fernandes (2019), isto acarretou em um “esvaziamento” do carnaval de rua, que fora observado principalmente na Zona Sul, até a segunda metade da década de 1980. É fundamental destacar que, esse “esvaziamento” não significa que não haviam blocos pelas ruas. Na Zona Norte, por exemplo, muitos blocos ligados à famílias e amigos conseguiram resistir. Nesse momento, o Poder Público tentou “domesticar”, “ordenar” e/ou “confinar” o carnaval de rua através de circuitos oficiais realizados na avenida Rio Branco:

Dessa região da cidade [Zona Norte] vinham também os blocos de embalo, categoria da qual faziam parte Cacique de Ramos, Bafo da Onça e Bohêmios de Irajá, mas que, mesmo com sua formação popular, desfilavam no circuito oficializado pelo poder público, a avenida Rio Branco. Só participava quem fizesse parte da agremiação e usasse a fantasia de uma das alas. Eram blocos marcados por disputas e regras de participação. (FERNANDES, 2019, p. 72)

Retomando a periodização de Machado (2017), entramos no segundo momento: a dita “retomada” do carnaval de rua. Este período é amplamente debatido por Fernandes (2019) que o considera a partir de 1985 até os anos 2000, com a criação da Associação Independente dos Blocos da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião (Sebastiana). A autora também deixa nítido que esta retomada está ligada principalmente aos blocos da Zona Sul. Nessa linha, também caminham Sapia e Estevão (2002):

Por retomada carnavalesca entendemos, embora não exclusivamente, o surgimento, na década de 1980, de uma série de blocos, organizados principalmente na Zona Sul da cidade e fundadores, em 2000, da Associação sebastiana, como resultado da necessidade de pensar o fenômeno do crescimento, dos impactos e consequências que a festa carnavalesca produz (SAPIA; ESTEVÃO, 2012, p. 204)

O movimento de retomada dos festejos, organizado na esteira do processo de reabertura política após a ditadura, trouxe consigo novos atores, novas dinâmicas, maior politização dos blocos e grande complexidade para analisar a sua relação com o espaço urbano. Um ponto de suma importância é que esse movimento foi realizado pela Classe Média que estava engajada politicamente no movimento pela retomada da democracia, como é o caso do bloco Simpatia é Quase Amor (Ipanema) que surge da torcida Fla Diretas, torcida esta do Clube de Regatas do Flamengo. Como dito anteriormente, no ano 2000, em resposta ao grande crescimento do carnaval de rua e à falta apoio do Poder Público, surge a Sebastiana. Dentre seus objetivos, destacamos o seguinte⁷⁹:

Congregar e representar, sempre que necessário, os blocos participantes, defendendo seus interesses junto a outras entidades, aos órgãos de governo responsáveis pelas questões relativas aos eventos carnavalescos e a outras autoridades, em especial para

⁷⁹ Traremos maiores informações sobre a Sebastiana ao longo do texto.

viabilizar a realização dos desfiles dos associados e outros eventos. (FERNANDES⁸⁰, 2019, p. 18)

O último período mencionado por Machado (2017) encontra-se do início dos anos 2000 até os dias atuais. O momento marca um exponencial crescimento nos números do carnaval de rua. Em 2000, por exemplo, os blocos chegaram a apenas cerca de 10% dos mais de 500 (oficiais) que desfilaram em 2019 (FERNANDES, 2019). Outro destaque importante do *boom* de blocos é a variedade de estilos. Segundo Fernandes (2019), esse movimento teve início na criação do Monobloco (em 2000). O bloco criou um *setlist* que ia além do tradicional e incorporou novos estilos à festa. Atualmente, é possível deparar-se pelas ruas do Rio de Janeiro com blocos que tocam rock, MPB, funk, forró, maracatu... Mais uma vez tendo o Monobloco como pioneiro, segundo Fernandes (2019), outro ponto vital para esta nova fase dos blocos é a criação das oficinas de percussão, em 2002. Ao longo da pesquisa, pudemos observar através das entrevistas com as(os) organizadoras(es) de blocos que as oficinas musicais compõem parcela por muitas vezes majoritária da arrecadação para os desfiles. Além disso, a abertura de oficinas contribuiu de maneira decisiva para a chegada de um número cada vez maior de pessoas aos blocos e, assim, também colaborou para o aumento do número de blocos. Em sua contribuição, Machado (2017) elenca mais alguns pontos fundamentais deste momento: A- a expansão temporal da festa, que passou a contar oficialmente com quase dois meses de duração; B- a expansão geográfica dos blocos, que passaram a utilizar mais espaços da cidade, sobretudo o eixo Centro-Zona Sul (incluindo a Zona portuária); C- o surgimento do dito carnaval oficial. Estes pontos são de suma importância para a compreensão do atual momento do carnaval de rua da área central e serão discutidos logo abaixo.

Posta esta contextualização, é importante deixar nítido que, assim como nos dias atuais, as ruas da cidade abrigavam ao mesmo tempo a coexistência mais pacífica e disputas e tensões entre as formas da festa mais ligadas às elites e aquelas que carregavam consigo maiores características de festejos populares. No bojo das transformações urbanas que metamorfosearam o espaço da cidade ao longo dos séculos, o carnaval foi de alguma maneira atravessado e suas mudanças estiveram intimamente conectadas àquelas do espaço urbano, sobretudo em sua área central. Nas diversas transformações urbanas as quais a área central da cidade do Rio de Janeiro foi submetida, todas elas tiveram algum tipo de impacto na organização espacial do carnaval. Este, por sua vez, ora se adaptou às mudanças, ora

⁸⁰ Fernandes (2019) é Rita Fernandes, presidenta da Sebastiana desde 2005 até os dias atuais.

confrontou-as, ou, por muito, fez os dois, visto que há vários “carnavais” dentro do próprio carnaval. Tendo isso em vista:

As ruas do centro do Rio de Janeiro foram atores importantes para a organização da folia nacional. Elas representaram não somente o palco preferencial das sociedades carnavalescas, ao estilo da elite, como também se estabeleceram como o espaço que iria permitir e incentivar o surgimento dos grupos carnavalescos populares. É através das disputas e diálogos ocorridos nessas estreitas vias que o carnaval carioca começaria a estruturar a festa que seria o modelo para todo o país.” (FERREIRA, 2004, p. 157)

Trazendo a discussão das ligações entre o carnaval de rua e o urbano para os dias atuais, é importante que lembremos de qual modelo de cidade estamos falando, em qual posição ela está na rede geográfica global, seu presente e seu passado e as suas singularidades características. Posto isto, vemos que, de 2010 até 2018, o carnaval movimentou mais de R \$15 bilhões na economia carioca.⁸¹ No último carnaval, em 2020, a cidade movimentou cerca de R\$4 bilhões, 8% a mais que no ano anterior, e houve um aumento de mais de 31% no número de turistas, também em relação ao ano anterior.⁸² Segundo a Riotur⁸³, foram mais de 2,1 milhões de turistas, mais de 10 milhões de pessoas circulando na cidade, ocupação de quase 100% da rede hoteleira e o maior número de navios internacionais atracando no Píer Mauá nos últimos 20 anos.

Mesmo com toda essa movimentação financeira, inclusive, muito benéfica para a cidade, é crucial ressaltar que, antes de qualquer coisa, o carnaval é uma manifestação lúdica, poética, artística, musical, corpórea, ou seja, cultural. O historiador e escritor Luiz Antonio Simas (2020) afirma que pensar estes pontos é mais importante do que pensar o carnaval restritamente pela economia, pois embora haja uma importante economia do carnaval (ou o que chama de economia criativa, economia da cultura), o carnaval só tem a potência que tem, inclusive para a economia, se o reconhecermos primordialmente enquanto uma experiência possível de construir novas relações da vida cotidiana. Em outras palavras, perder a sua essencial cultural seria perder tudo, inclusive a questão econômica. Não obstante, o mesmo autor resalta que o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro, festa carregada de singularidades, autenticidade, irreplicabilidade, possui três aspectos principais para se

⁸¹Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/carnaval-movimentou-r-152-bilhoes-na-economia-do-rio-de-janeiro-desde-2010.html>> Acesso em 18 de setembro de 2021.

⁸²Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2020/noticia/2020/03/02/rio-registrou-aumento-de-31percent-no-numero-de-turistas-durante-o-carnaval.ghtml>>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

⁸³Disponível em: <https://prefeitura.rio/rio-acontece/melhor-carnaval-de-todos-os-tempos-no-rio-mais-de-10-milhoes-de-folhoes-e-alto-indice-de-aprovacao-por-turistas/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

preocupar: a cooptação e elitização dos folguedos por parte do mercado (em conluio com o Poder Público), a repressão por trás dos discursos acerca da “ordem pública” e a tensão oriunda do embate com setores mais conservadores da sociedade. Sem nos esquecermos da importância do terceiro ponto, neste estudo, direcionamos mais nossos esforços para a discussão das duas primeiras questões. É importante destacar que elas são indissociáveis. Ao pensar nos Decretos sobre o carnaval de rua instaurados nas primeiras gestões do Prefeito Eduardo Paes, nos deparamos com o discurso da ordem pública e da mercantilização da festa. A recíproca é verdadeira quando pensamos nos últimos planos estratégicos da cidade. Simas (2020) aponta a urgência de se pensar o que o “mercado” quer do carnaval. Para o historiador, a resposta gira em torno de que o mercado tenta mensurar o carnaval apenas pelo viés econômico, pelo capital que gira durante a festa. Assim, o mercado, juntamente ao Poder Público, tenta domesticar o carnaval a seu favor para a obtenção de lucros.

Visto isto, para “materializar” a ideia de que o carnaval de rua vem sendo utilizado pelos agentes hegemônicos como uma prática cultural capaz de garantir-lhes seus anseios de acumulação de capital, nos apoiamos em três âncoras principais: 1- a reestruturação ocorrida no carnaval de rua a partir de 2009; 2- o papel da cultura (e do carnaval) dentro dos Planos Estratégicos de 2009-2012; 2013-2016 e 2017-2020; 3- a visão que a Fundação Roberto Marinho (grande investidora da OUC Porto Maravilha) tem sobre o poder das práticas culturais garantirem o “sucesso” de reestruturações urbanas como a OUC Porto Maravilha. Neste momento, focaremos nos dois primeiros pontos e abordaremos o terceiro no próximo subcapítulo.

Buscando ilustrar tal “materialização”, realizamos uma minuciosa análise nos três últimos Planos Estratégicos da Cidade do Rio de Janeiro. Neles, são expostos “problemas”, possíveis “soluções” e “metas” a alcançar. Optamos por examinar os PECRJ a partir do antepenúltimo, pois este data de 2009, mesmo ano do início da OUC Porto Maravilha e dos Decretos da reestruturação do carnaval de rua. Os dois primeiros documentos foram elaborados nas gestões anteriores do Prefeito Eduardo Paes. Já o terceiro é contemporâneo à gestão do ex-Prefeito Marcelo Crivella (2017-2020). O documento de 2009-2012 chama-se: “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2009-2012: o Rio mais integrado e competitivo pós 2016”. Em acordo com o apresentado por Vainer (2013) sobre o fictício papel do Conselho da Cidade no primeiro plano do Rio, o documento traz logo em seu início alguns parágrafos ressaltando a (pseudo)pluralidade de pessoas ouvidas para a sua elaboração. Além disso, é apontada uma “visão de futuro”. Nesse sentido, o documento diz que é preciso pensar no longo prazo para agir no curto prazo, que as ações concretas concernem ao período de

2009 a 2012, mas que a visão de futuro representa uma conjunto de aspirações com duração de uma década.

Nesta visão, estava o ambicioso plano de “Ao longo da próxima década, o Rio quer se tornar a melhor cidade para se viver em todo hemisfério sul” (PECRJ, 2009-2012, p. 11) e também “Um pólo cultural internacional” (PECRJ, 2009-2012, p. 12). O mesmo documento (p. 12) traz o também ousado plano de fazer do Rio de Janeiro o “maior polo turístico do hemisfério sul”. Para atingir estes propósitos, a Prefeitura sinaliza, além de mudanças em outros setores, transformações nos setores da cultura e turismo (e aqui a Prefeitura inclui o carnaval de rua), ambos postos como ferramentas capazes de colaborar no cumprimento das metas. Embora a Prefeitura fale dos dois setores de maneira separada, na prática, o que observamos é a cultura vista apenas por uma faceta turística, ou, mais precisamente, econômica. Um exemplo disto é o carnaval está nas mãos da Secretaria de Turismo e não de Cultura. A mesma ambição continua na segunda gestão do Prefeito Eduardo Paes e o Poder Público deseja que o Rio seja conhecido “como um dos principais centros políticos e culturais do cenário global” (PECRJ, 2013-2016, p. 14). Para isso, não basta qualquer tipo de cultura, a ideia é que sejamos “Reconhecidos pela **produção cultural de alto valor e influência mundial**” (PECRJ, 2013-2016, p. 14. Destaque nosso.). Após dizer que a cidade continua sendo o principal destino de turistas nacionais e internacionais, foi apontado, no PECRJ (2013-2016, p. 95), que “o Rio precisa investir na melhoria da sua infraestrutura e nos seus equipamentos com vistas a aumentar o fluxo de turistas na cidade, que não vem crescendo significativamente nos últimos anos.” Dessa forma, dá-se continuidade dizendo-se o seguinte:

A cidade será a sede de grandes eventos esportivos ao longo dos próximos anos e, por isso, **nos últimos 2 anos, já promoveu iniciativas como a criação de um calendário de novos eventos importantes e o fortalecimento de seus eventos tradicionais como o carnaval e o réveillon. Além disso, contribui com a criação de novos museus, com a revitalização do centro histórico e da Zona Portuária e, principalmente, com o incentivo à construção de novos hotéis na cidade(...)**” (PECRJ 2013-2016, p. 95. Destaque nosso)

Ainda no documento de 2013-2016, o Poder Público revela a sua tática para tornar o Rio a “capital global do turismo”:

Para que a cidade se torne e se estabeleça como capital global de turismo, são necessárias ações para definição do **posicionamento competitivo e estratégico**, melhoria dos serviços e da infraestrutura ao turista, **campanhas nacionais e internacionais**, eventos e sinalização turística. Somente assim a cidade será capaz de aumentar a atração de turistas e seu gasto médio na cidade.” (PECRJ 2013-2016, p. 95. Destaques nossos.)

Na página 132 do documento (PECRJ, 2009-2012), o Poder Público realiza um “diagnóstico” de como estava o setor da cultura. Segundo a Prefeitura, a área “sofria” com

“orçamentos insuficientes, prioridades equivocadas e uma postura de isolamento político em relação a outras esferas de governo e ao setor privado.” Continuando com as observações, é dito que: “as administrações anteriores foram incapazes de definir uma política focada e consistente para a cultura – as ações eram esporádicas, fragmentadas e não obedeciam a uma diretriz / estratégia articulada” (PECRJ, 2009-2012, p. 132). É interessante refletir como, ainda na mesma página, a Prefeitura aponta um histórico de má conservação dos equipamentos culturais e/ou preços altos dos espetáculos. Mais interessante ainda é constatar que a Prefeitura vai além e evidencia que “Há baixa oferta de espetáculos, atividades e bens culturais na zona Norte e na zona Oeste e degradação progressiva de seus Clubes de Bairro como centros de formação e irradiação cultural” (PECRJ, 2009-2012, p. 132). Mesmo sabendo que tratava-se apenas da primeira gestão do Prefeito Eduardo Paes (ou seja, a então gestão poderia dizer que não tinha nada a ver com o passado), causou-nos certo espanto depararmos-nos com a nitidez das informações⁸⁴.

Curiosamente, os diagnósticos realizados no PECRJ (2013-2016) não abordaram um exame detalhado do período do PECRJ anterior (2009-2012). O texto apenas traz informações de como estava o setor até 2008 e logo após, aborda as ações que a Prefeitura realizava à época. Com uma metodologia semelhante, o PECRJ (2017-2020), na gestão do ex-Prefeito Marcelo Crivella, descreve a situação do momento e aponta algumas iniciativas para melhoria. Assim sendo, é apontado como os megaeventos (Copa do Mundo de Futebol Masculino e Olimpíadas) foram “responsáveis por dobrar sua capacidade hoteleira, [e] torna-se necessário executar um trabalho de promoção contínua do destino Rio de Janeiro, com o objetivo de manter e aumentar o fluxo de turistas” (PECRJ, 2017-2020, p. 56). O documento segue (p. 56) e diz que o Rio já possui uma “excelente infraestrutura turística”, cita os “novos” equipamentos culturais (Museu de Arte do Rio, Boulevard Olímpico, Museu do Amanhã, AquaRio) e uma “intensa programação cultural e artística”. O plano de 2017-2020 apresenta também a ideia de utilizar-se da cultura característica das ruas do Rio de Janeiro, juntamente ao que chama de uma “tradição erudita”: “Somos inventores e promotores de tribos e talentos, na fronteira sutil que separa as práticas alternativas da indústria cultural reconhecida. Sabemos como ninguém mesclar a tradição erudita à criatividade popular” (PECRJ, 2017-2020, p. 21). Para atrair mais turistas nacionais e estrangeiros, o documento avalia como necessário, dentre outros pontos, a “manutenção do tradicional apoio financeiro

⁸⁴ Diferentemente, não causou nenhuma estranheza a contradição de quando o mesmo documento afirma que: “O consumo cultural na cidade fica bastante encarecido em razão de fraudes nas gratuidades e descontos estudantis” (PECRJ, 2009-2012, p. 132).

às escolas de samba e suporte aos blocos de rua, além de ações para facilitar a captação de recursos pelo caderno de encargos” (PECRJ, 2017-2020, p. 56).

No documento de 2009-2012 (p. 141), há uma parte reservada para o que a Prefeitura chama de “cultura de rua”. Para a situação da época, o Poder Público ressaltou que a cidade e os nativos possuíam uma “natural vocação” para ocupar ruas, praças e desenvolver atividades culturais ao ar livre. Além disso, a escolha da cidade como sede das Olimpíadas de 2016 é apontada como uma oportunidade ímpar para “incorporar a prática cultural no cotidiano carioca.” O texto defende que até 2008, a população se distanciava da ocupação dos espaços públicos por estes estarem mal conservados, mal iluminados e violentos. O alvitrado é a criação de um calendário anual com programação de eventos gratuitos na cidade. Os resultados esperados foram os seguintes:

Resgatar o hábito carioca de utilizar o espaço público como área de convivência, aumentar o acesso da população aos produtos culturais, ampliar o mercado de trabalho em diversões e preparar a classe artística e a população para que em 2016 não sejamos apenas uma capital esportiva mas também cultural. (PECRJ, 2009-2012, p. 141)

Como uma das diretrizes proposta para o setor cultural no PECRJ (2009-2012) a Prefeitura objetivou “Fortalecer a região central da cidade como referência cultural do país através da revitalização patrimonial, requalificação urbana e promoção da diversidade” (PECRJ, 2009-2012, p. 133). No PECRJ (2009-2012), para a Zona Portuária, como já apresentado no Capítulo 2, a Prefeitura relatou uma situação de “abandono”, mas apontou a OUC como grande potencializadora do turismo na área. Para tal, o Poder Público sinalizou uma “revitalização” na área da cultura (e em outras), criando espaços de arte, cultura e entretenimento. No Plano de 2013-2016, é observado uma conjuntura muito semelhante:

SITUAÇÃO ATUAL[:] Apesar de sua localização estratégica e grande relevância histórica, a Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em estado de grande degradação, com abandono ou subutilização de espaços públicos e imóveis públicos e privados. Para reverter esta situação, a Prefeitura do Rio criou uma Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, conhecida como Porto Maravilha, para resgatar todo seu potencial social, econômico, cultural e turístico. DESCRIÇÃO[:] A iniciativa consiste na implantação de um amplo Programa de Requalificação Urbana em 5 milhões de m2 (melhoria dos serviços urbanos e nova infraestrutura urbana); um Programa de Desenvolvimento Imobiliário, que visa promover empreendimentos residenciais e comerciais; e um Programa de Desenvolvimento Social, que visa valorizar o patrimônio histórico e cultural e contribuir para a melhoria das condições de vida dos atuais e futuros moradores e usuários da Região Portuária do Rio de Janeiro. RESULTADOS ESPERADOS[:] Revitalização da área com a melhoria nas condições ambientais e de vida local, atração de novos moradores e empresas para a região; valorização do patrimônio histórico e cultural e incremento do turismo na região. (PECRJ, 2013-2016, p. 114)

A ideia do Plano para a cultura da Zona Portuária é: “Consolidar a região do Porto Maravilha como local de fomento à cultura, através da promoção de pelo menos 15 importantes iniciativas culturais até 2016” (PECRJ, 2013-2016, p. 199). Contudo, como podemos observar na Figura 10, a Prefeitura não detalha quais seriam todas as “15 importantes iniciativas culturais”:

Figura 10: Quadro com a descrição das “15 importantes iniciativas culturais” para a Zona Portuária (destaque nosso).

Nº	Metas	VALOR DE REFERÊNCIA	DATA DE REFERÊNCIA	12	13	14	15	16	FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO
1	Expandir a oferta de cultura da cidade através do fomento à atividade cultural, alcançando 350 produções beneficiadas por ano em 2016	216	2011	220	240	280	310	350	SMC	Número de produções beneficiadas
2	Dobrar a frequência nos equipamentos municipais de cultura até 2016, tendo como referência o ano de 2011	841.033 pessoas	2011	15%	35%	55%	75%	100%	SMC	Número de pessoas que frequentaram equipamentos municipais de cultura
3	Consolidar a região do Porto Maravilha como local de fomento à cultura, através da promoção de pelo menos 15 importantes iniciativas culturais até 2016	NA	NA	Centro de Referência Afro-Brasileiro; Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Memória Africana; + 3 iniciativas a definir	Cidade do Teatro; + 1 iniciativa a definir	2 iniciativas a definir	2 iniciativas a definir	4 iniciativas a definir	SMC	Número de iniciativas culturais implantadas por ano na região do Porto Maravilha
4	Valorizar a paisagem urbana e o patrimônio cultural do centro histórico através da recuperação e requalificação de áreas relevantes como a Praça Tiradentes e a Lapa	0	2011	0	0	5	10	20	SUBPC	Número acumulado de imóveis recuperados e requalificados nas áreas da Praça Tiradentes e Lapa

Fonte: PECRJ (2013-2016).

Após dizer que no período de 2009-2012 a Prefeitura realizou incentivos à cultura através de editais de fomento, o PECRJ (2013-2016) aponta que:

Além disso, tem apoiado a revitalização da vida cultural da cidade, o que se revelou no grande número de shows internacionais, entre eles o “Rock in Rio”, na revitalização da Lapa e no **sucesso do carnaval de rua. Vale destacar o início das obras do MAR (Museu de Arte do Rio) e Museu do Amanhã, dois importantes equipamentos culturais da cidade.** (PECRJ, 2013-2016, p. 196. Destaque nosso.)

Tratando especificamente do Porto, na mesma página (p. 196), o documento diz que um dos objetivos é: “Fortalecer a Região Portuária da cidade como polo cultural, valorizando seu forte conteúdo simbólico – histórico, social e cultural– com iniciativas públicas ou privadas.” O mesmo documento também traz um “Resumo das iniciativas estratégicas[:]
Revisão da rede de equipamentos culturais, Fomento à produção cultural, Pólo cultural da Zona Portuária, Rio Patrimônio – Centro” (PECRJ, 2013-2016, p. 14). Com isso, é possível

perceber qual o valor dado à cultura como uma mercadoria capaz de cumprir os objetivos da cidade estrategicamente planejada.

Uma vez visto como o planejamento urbano estratégico enxerga a cultura como mais um produto capaz de alavancar o modelo neoliberal de urbanização, agora, é a vez de analisar como esta situação também se aplica para a organização do carnaval de rua, a partir de 2009, e também para a Riotur. Em 8 de janeiro de 2009, a Prefeitura apresentou o Decreto 30393 (posteriormente substituído pelo Decreto 30.659 de 7 de maio de 2009 e este revogado em 11 de agosto de 2010 pelo Decreto 32.664) que dispôs sobre as “normas e procedimentos para os desfiles de blocos carnavalescos no município do Rio de Janeiro.” A ideia proposta pela Prefeitura era versar sobre o “ordenamento” do carnaval de rua. Como nos diz Simas (2020), o discurso da “ordem pública” vem como uma forma de cerceamento da espontaneidade do carnaval de rua em vista de sua elitização e cooptação por parte de grupos empresariais que enxergam esta prática cultural apenas como mais uma mercadoria.

Os documentos elencaram uma série de normas aos agentes envolvidos nos desfiles pelas ruas da cidade, principalmente aos organizadores dos blocos. Diversas competências, antes exclusivas do Poder Público, como equipes de primeiros socorros, segurança, limpeza urbana e estrutura para banheiros químicos, foram transferidas para os blocos, mesmo aqueles que não dispunham de recursos financeiros para arcar com os custos oriundos das mudanças. O Artigo 4º do Decreto de 2010, por exemplo, versa sobre o caso de necessitar-se de maior número de agentes de trânsito para o controle de um bloco, estes terão que ser contratados pelos organizadores do bloco, com o aval da CET-RIO. O Artigo 5º do mesmo Decreto caminha no mesmo sentido quando diz que quando houver necessidade de colocar faixas sobre interdições de locais, visando orientar aos moradores, isto será de responsabilidade dos organizadores. Em relação às autorizações, além do Nada a Opor de alguns órgãos, os pedidos devem ser realizados em cerca de seis meses antes da folia. Os blocos que não se adaptarem às regras são considerados como “não oficiais”. Ainda neste momento, é importante salientar um ponto: com a dimensão que o carnaval de rua do Rio de Janeiro ganhou nas últimas décadas, não somos contra os órgãos públicos criarem estratégias para que a folia ocorra da melhor maneira possível. Entretanto, compreendemos que a forma como a Prefeitura busca o “ordenamento” da festa está mais ligada à tentativa de cooptar esta prática cultural como mais um elemento em prol dos lucros dos grandes empresários e à legitimação do modelo neoliberal de cidade.

Além disso, ainda sobre a estrutura da festa, passou-se a ser realizado um controle dos locais onde os blocos podem realizar os seus eventos, a duração dos desfiles e o principal:

uma nova estrutura de organização do carnaval de rua através de uma PPP. Para termos uma ideia da dimensão das mudanças, recorremos a uma entrevista de Alex Martins, ex-supervisor do carnaval de rua da Riotur, concedida à Machado (2017). Na entrevista, Martins aborda o seguinte:

Eu já fiz uma brincadeira uma vez dizendo o seguinte: na verdade o Carnaval [...] nasceu em 2009. Porque sob a ótica do Poder Público, ele simplesmente não existia. [...] O que a gente tinha ali era uma necessidade de ter uma cidade estruturada pra realizar uma festa tão grande. Ela já vinha crescendo ali há pelo menos oito/dez anos, e tava à beira de virar uma coisa incontrolável, [...] **não havia um planejamento estratégico pra isso.** (MARTINS, apud MACHADO, 2017, p. 96. Destaque nosso)

Ainda na mesma entrevista, Martins apud Machado (2017, p. 98) aponta qual é a visão da Prefeitura acerca do carnaval: “**o Carnaval como um todo é um produto turístico, é um ativo da cidade**” (destaque nosso). Na esteira do processo de reestruturação do carnaval de rua, leia-se da mercantilização do carnaval de rua, foi lançado um novo modelo para a realização da festa: a PPP do carnaval⁸⁵. Segundo Martins:

(...)a gente lança uma parceria público-privada entendendo que o Carnaval como um todo é um produto turístico, é um ativo da cidade, e que a gente conseguiria atrair parceiros privados pra bancar essa festa, Bancar essa estrutura, na verdade, que era tão exigida pela sociedade e pelos próprios blocos. *A gente estruturou isso*, levando em consideração que *a gente não licita*, por exemplo, *um patrocinador*, *não existe um contrato de patrocínio*. O que a gente contrata é uma produtora, e uma das *obrigações* dessa produtora é *trazer consigo financiamento* para o seu projeto. (MARTINS apud MACHADO, 2017, p. 105. Destaques no original)

Nesse contexto, a Prefeitura lançou o “Caderno de Encargos e Contrapartidas”. Esse documento aponta as regras da licitação que é aberta todos os anos, funcionando como uma espécie de “edital”. O documento lançado em 2018 valeu também para os anos de 2019 e 2020. O Caderno inicia-se com o seguinte parágrafo:

O Carnaval da Cidade do Rio de Janeiro é a principal manifestação cultural popular e turística brasileira, propagando o genuíno espírito carioca, conhecido internacionalmente. (CADERNO DE ENCARGOS E CONTRAPARTIDAS, 2018, p. 2)

⁸⁵ No Brasil, a Lei n. 11.079/04 é quem regula as PPPs. Nela, consta, dentre outros pontos, que só pode ser uma PPP os contratos que não tenham prazo inferior a cinco anos e superior a 30 anos. Só por este ponto, juridicamente, a situação do carnaval não poderia se enquadrar como uma PPP. Entretanto, como bem aponta Machado (2017), há uma literatura especializada que trata as PPPs de maneira mais abrangente. Para esta corrente, é possível examinar as relações entre o Poder Público e a esfera privada através de análises empreendidas acerca das coalizões de poder, das movimentações financeiras e nos incentivos fiscais dados aos agentes privados. Dessa forma, assim como Machado (2017), consideramos que, por meio da análise dos documentos oficiais, do posicionamento dos agentes públicos e privados envolvidos e da experiência prática de uma PPP, como no caso da OUC Porto Maravilha, podemos considerar a atual organização do carnaval de rua carioca como uma PPP.

O documento segue e na mesma página encontramos a “materialização” de muito do que fora discutido até então:

Esta festa se constitui de maneira espontânea, bem ao estilo carioca de ser, espalhando-se por toda a Cidade, com suas cores, sua música e sua alegria. É também um espetáculo, que atrai anualmente milhões de cariocas e turistas de todo o mundo para além de assistir, participar desse momento especial do Rio.(...) A Riotur acredita que este evento trará grande retorno para os parceiros que vierem a se associar à Prefeitura para sua realização, pela positiva exposição de sua marca, que estará associada a um **produto turístico único**.(...) (CADERNO DE ENCARGOS E CONTRAPARTIDAS, 2018, p. 2. Destaque nosso.)

A estrutura do Caderno, e do carnaval de rua, funciona da seguinte forma:

1- REALIZADOR – É a RIOTUR, órgão municipal responsável pela organização, coordenação e aprovação de todas as peças do Carnaval da Cidade do Rio de Janeiro.

2- PROMOTOR/PRODUTOR – Trata-se da empresa ou consórcio de empresas que, habilitada no atual processo seletivo, se encarregará da operacionalização, produção, desenho, criação das peças publicitárias, confecção, instalação, montagem, desmontagem, locação de materiais e equipamentos, manutenção e remoção dos equipamentos e de toda a infraestrutura necessária para a realização, de acordo com o projeto e cronograma aprovados pela RIOTUR.

3- FINANCIADOR – Trata-se da empresa que custeará a implantação do projeto, por contrato particular firmado com o promotor/produtor com interveniência da Riotur, visando a veiculação de sua marca com fins promocionais, em conformidade com as determinações previstas na legislação vigente.

4- PROJETO – Conjunto de desenhos e especificações técnicas dos itens de infraestrutura necessária para o apoio a realização dos desfiles dos Blocos de Rua e afins para o Carnaval do Rio 2018, incluindo as composições artísticas de decoração e também dos espaços destinados à veiculação da marca do patrocinador.

5- PRAZOS – Os encargos assumidos neste caderno deverão incluir os períodos pré-carnavalesco e carnavalesco, considerado período pré-carnavalesco os trinta dias anteriores ao período carnavalesco, conforme definido no art. 9º da Lei n.º 1276, de 07 de julho de 1988 e serão executados de acordo com o detalhamento das datas de instalação e retirada dos itens de infraestrutura contidos no projeto, além das sinalizações e elementos decorativos, a serem definidos pela RIOTUR.

6- CARNAVAL DO RIO - Considera-se carnaval do Rio o conjunto de atividades, manifestações carnavalescas voluntárias, ordenadas ou não, palcos, ensaios, blocos, desfiles, cordões e bandas, de caráter festivo, que ocorrem em diversos logradouros públicos do Município.

7- MARCA DO CARNAVAL DO RIO – A Marca do Carnaval do Rio 2018 será criada pela Riotur, sendo depositada no INPI pela própria Riotur e, portanto, será de propriedade exclusiva da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro e seu uso será cedido em caráter não exclusivo, nos termos deste caderno de Encargos, aos patrocinadores do Carnaval do Rio durante o evento Carnaval. A marca do Carnaval do Rio poderá ser explorada pela Riotur para o licenciamento e comercialização de produtos oficiais do carnaval.⁸⁶

Desde o ano de 2010 (primeiro ano que o modelo foi posto em prática), as mesmas empresas, a Dream Factory Comunicações e Eventos Ltda (produtora) e a Companhia de Bebidas das Américas -AMBEV- (financiadora) são as vencedoras das licitações⁸⁷. Com essas “grandes vencedoras”, o carnaval de rua tem se tornado cada vez mais padronizado e visto como um produto a dar lucros para estas empresas. Para dar apenas um exemplo das contradições do modelo imposto pela Prefeitura, retomamos o Artigo 4º do Decreto de 2010. Como vimos anteriormente, nele é dito que caso haja necessidade de mais controladores de trânsito, caberá aos organizadores dos blocos contratar mais pessoal. Porém, no Caderno de Encargos (item 4.2) é exposto que:

O promotor/produtor deverá contratar empresa(s) de controladores de tráfego, devidamente cadastrada(s) na Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-RIO), com o objetivo de auxiliar na organização do trânsito nas áreas onde se realizarão os desfiles de blocos de rua. (CADERNO DE ENCARGOS E CONTRAPARTIDAS, 2018, p. 5)

Ora, se já há uma empresa privada que está lucrando com o carnaval de rua e esta é responsável por controlar o trânsito, por que são os blocos que deverão arcar com possíveis custos da operação? Referindo-se ao carnaval de 2016, apontado como “um carnaval de números olímpicos para o turismo carioca”⁸⁸, a Riotur, no último ano da segunda gestão do Prefeito Eduardo Paes, realizou, através do presidente do turismo, a afirmação abaixo sobre o modelo instaurado:

Ficamos felizes por ver que o modelo criado por nós está sendo replicado em outras cidades. Ainda há muito o que aperfeiçoar, e, mas me sinto realizado e de alma lavada por entregarmos um carnaval superior ao que recebemos. A cidade recebe mais visitantes e oferece um produto cultural e turístico mais completo com a consolidação do carnaval de rua e com a conclusão do projeto original da Sapucaí,

⁸⁶ Adaptado do Caderno de Encargos e Contrapartidas 2018.

⁸⁷ Coincidentemente, as mesmas empresas venceram a licitação para o (possível) carnaval de 2022.

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exibeconteudo?id=5914149>>. Acesso em: 08 de nov. 2021

feito por Niemeyer, com as arquibancadas espelhadas – conclui Antonio Pedro Figueira de Mello, secretário de Turismo do Rio. (RIOTUR, 2016)⁸⁹

Acreditamos que com o exposto neste trecho do trabalho podemos perceber que o carnaval de rua virou mais um produto à serviço da gestão público-privada realizada aos moldes do empreendedorismo urbano na cidade do Rio de Janeiro. Como veremos abaixo, a recíproca é verdadeira quando pensamos na situação do carnaval de rua dentro da OUC Porto Maravilha. É importante ressaltar que também veremos mais à frente que os agentes não hegemônicos envolvidos no carnaval de rua não são/estão passivos e também atuam, mas de maneira a criar resistências ao modelo imposto pelos agentes hegemônicos.

3.3. A ressignificação espacial do Porto Carioca e a mídia hegemônica: a utilização do carnaval de rua para legitimar a gentrificação

Como visto anteriormente no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ 2009-2012, p. 13), um dos objetivos centrais é: “o posicionamento do Rio como centro político e cultural no cenário internacional”. Para tal, o carnaval de rua é posto como uma das ferramentas utilizadas para cumprir o planejado. Em decorrência disto, os carnavais dos últimos anos, sobretudo o de 2020, experimentaram um grande redirecionamento de blocos de rua para a Zona Portuária da cidade (a área que experimenta fortemente os efeitos do planejamento urbano estratégico), atraindo, assim, uma grande quantidade de turistas estrangeiros e nacionais e até mesmo moradores da própria cidade, mas que passaram a frequentar a área há pouco tempo. Monié e Da Silva (2014, p. 121) revelam como “A cultura do carnaval é, por exemplo, apropriada pelos circuitos superiores da economia(...)” Embora, neste caso, o autor esteja abordando especificamente o carnaval das escolas de samba, acreditamos que a mesma dinâmica se estende ao carnaval de rua. Cremos também que haja a mesma semelhança para o carnaval de rua quando o autor afirma que a colocação de locais como a Cidade do Samba, que fica na Zona Portuária, nas redes nacionais e internacionais de turismo acaba gerando territorialidades efêmeras e voltadas para o mercado.

Nessa linha, dentre os diversos agentes que atuam nos processos de reestruturação, a mídia hegemônica tem um papel de destaque. Maricato (2000, 2013) aponta como grandiosas e custosas campanhas midiáticas contidas no Planejamento Estratégico foram criadas para buscar a popularização da privatização dos serviços nas cidades, dinâmica típica das reestruturações contemporâneas. Segundo a autora:

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exibeconteudo?id=5914149>>. Acesso em: 08 de nov. 2021

É evidente que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel especial na dissimulação da realidade do ambiente construído e na construção da sua representação, destacando os espaços de distinção. É evidente também que a representação ideológica é um instrumento de poder- dar aparência de "natural" e "geral" a um ponto de vista parcial, que nas cidades está associado aos expedientes de valorização imobiliária. (MARICATO, 2013, p. 165)

Por sua vez, Herschmann (2014) acrescenta à discussão falando especificamente sobre o carnaval de rua e sua apropriação por parte do poder público e da grande mídia:

Crescentemente mais sensíveis aos benefícios que são gerados pela atuação dos blocos, o poder público tem procurado apoiar, normatizar e explorar o carnaval de rua com o objetivo de atrair visitantes e recursos ao Rio de Janeiro. É comum encontrar matérias publicitárias nomeando o carnaval do Rio como o maior do mundo, em função especialmente da escala de ocupação dos espaços públicos pelos blocos. (HERSCHMANN, 2014, p. 4)

Tendo em vista a proposta do subcapítulo, buscar as relações entre os agentes hegemônicos da reestruturação urbana do Porto e a utilização do carnaval de rua por partes destes para legitimar as intervenções gentrificadoras na área, o levantamento realizado consistiu em analisar no acervo digital do jornal O Globo reportagens que de alguma maneira abordassem o aporte cultural na Zona Portuária, a partir de 2009 (ano de início da OUC) até março de 2020⁹⁰. Como resultado, foram encontradas 677 reportagens que falavam sobre as mais diversas nuances culturais do Porto Carioca. Considera-se pertinente registrar que escolhemos este veículo, pois, além de ser uma das publicações mais vendidas no país⁹¹, a Fundação Roberto Marinho, a qual o jornal pertence, é uma das maiores investidoras⁹² da OUC Porto Maravilha. É também importante destacar que realizamos uma seleção das reportagens que mais dialogam com a temática discutida por nós. Para traçar a seleção, buscamos aquelas que expõem mais diretamente a visão da Fundação Roberto Marinho acerca da potencialidade da cultura (do carnaval de rua, sendo mais exato) para contribuir com os propósitos da OUC. Outro ponto de vital importância a ser exposto é que as reportagens analisadas no trabalho não encontram-se concentradas apenas neste capítulo, mas sim diluídas também nos próximos trechos da redação.

⁹⁰ A escolha de realizar o levantamento até março de 2020 deu-se pelo fato de o carnaval do mesmo ano ter ocorrido na última semana de fevereiro.

⁹¹Disponível em:

⁹²Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/11/1830586-disputa-entre-crivella-e-globo-pode-afetar-parcerias-no-rio.shtml>> . Acesso em: 23 de julho de 2020.

Durante os dois mandatos anteriores do Prefeito Eduardo Paes (2009-2016), a Fundação Roberto Marinho, grupo dono do jornal O Globo, recebeu mais de R\$200 milhões em verbas da prefeitura⁹³ (sem incluir contratos de publicidade). O grupo foi responsável pelas obras do antigo edifício D. João, localizado na Praça Mauá (um dos espaços mais simbólicos da reestruturação da Zona Portuária), para abrigar o Museu de Arte do Rio e um dos principais investidores da construção e manutenção do Museu do Amanhã, também na mesma praça. Juntas, essas obras tornaram-se os grandes marcos simbólicos da reestruturação urbana do Porto Carioca e a prefeitura destinou cerca de R\$89 milhões ao grupo por esses dois museus.

A fim de estabelecer as relações necessárias à compreensão de nosso objeto, iniciamos a discussão destacando o patrocínio realizado pelo Grupo Globo à Sebastiana (Associação Independente dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro). A Sebastiana é uma organização que representa mais de 10 blocos⁹⁴ do Centro e da Zona Sul da cidade e possui, talvez não por coincidência, a maior visibilidade deste tipo de organização carnavalesca na grande mídia. Segundo Frydberg (2016, p. 621) “a Sebastiana, liga mais antiga em funcionamento no carnaval carioca, tem como principal função articular os patrocínios para os blocos presentes na liga.” Nesse contexto, é interessante observar o interesse do Grupo Globo em relação ao carnaval de rua. A jornalista Rita Fernandes, que é presidenta da Sebastiana e também pesquisadora do carnaval de rua, concedeu uma entrevista a Frydberg (2016) em que relata o interesse do Grupo Globo em patrocinar a Associação:

(...)E depois veio uma parceria com a Globo, que entendeu também uma coisa de oportunidade pra ela e pra gente idem. Quando a Globo viu que ali tinha um grande conteúdo e ela precisava colocar esse conteúdo, ela tinha que se associar com alguém. Ou ela tinha que buscar alguém. Muito mais fácil um grupo já organizado e que tinha alguma liderança, né. Aliás, só existíamos nós e que já éramos porta-voz dessa história, já dialogávamos com a prefeitura.⁹⁵ (FERNANDES apud FRYDBERG, 2016, p. 621)

Agora, especificamente apresentando as matérias, a primeira trazida à discussão é do ano de 2013⁹⁶ e seu conteúdo resume muito sobre o papel da mídia hegemônica na utilização

⁹³Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/11/1830586-disputa-entre-crivella-e-globo-pode-afetar-parcerias-no-rio.shtml>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

⁹⁴ Dos blocos do Porto apenas o Escravos da Mauá faz parte da Associação.

⁹⁵ A parceria entre a Rede Globo e a Sebastiana dura até os dias atuais.

⁹⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/zona-portuaria-onde-cultura-lancou-ancora-11137942>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

das práticas culturais locais como forma de legitimar a gentrificação da Zona Portuária. O título é o seguinte: “Zona Portuária: onde a cultura lançou âncora. Música, exposições, mostras de cinema e eventos de moda são parte essencial da revitalização da região.” Desde então, já torna-se nítido como esse agente hegemônico enxerga a cultura, e o carnaval de rua dentro desta, como uma parte de extrema importância para o “êxito” da reestruturação em curso. A matéria traz diversos dos argumentos expostos anteriormente por nós para defendermos a posição de que a cultura e o carnaval de rua são imprescindíveis à fragmentação do espaço urbano proposto pelo modelo neoliberal de urbanização e à OUC Porto Maravilha. Vejamos um trecho a matéria:

Toda essa efervescência garantiu à Zona Portuária do Rio o status de um dos berços da cultura carioca, origem dos primeiros ranchos e do samba. E agora, que a região se revitaliza, é novamente a cultura — que não esmoreceu nem com décadas de abandono — uma das âncoras de seu renascimento(...)E, nos seus sobrados, esquinas e galpões, todo tipo de arte finca residência: de apresentações musicais e exposições amostras de cinema e eventos de moda. (O Globo, 23 de dezembro de 2013)⁹⁷

Sintetizando muito do que está ocorrendo com o carnaval de rua da área, a mesma reportagem descreve uma Zona Portuária que se mostra “fértil” para o que chama de “renascimento” do carnaval de rua. É abordado o surgimento de novos blocos e a volta de blocos muito antigos da área, que haviam deixado de desfilar, como é o caso do Fala Meu Louro:

Não é à toa, portanto, que o renascimento do carnaval de rua do Rio encontrou na Zona Portuária terreno fértil. Do encontro de amigos no Largo de São Francisco da Prainha surgiu, na década de 1990, o bloco Escravos da Mauá. Depois de mais de duas décadas sem cair na folia, este ano o bloco Fala Meu Louro, que remonta ao início do século passado, voltou a desfilar. O Independente do Morro do Pinto também retornou às ruas após mais de 20 anos. E a cada ano surgem novos herdeiro da festa de Momo na região, como o Pinto Sarado. (O Globo, 23 de dezembro de 2013)⁹⁸

Em entrevista com Victor Goldberg, produtor cultural e atual presidente do bloco Fala Meu Louro, foi-nos apresentado, além do funcionamento atual do bloco, um pouco da história da agremiação. Segundo Victor, o bloco foi registrado em 1938, em uma homenagem ao compositor Sinhô, mas sua primeira aparição foi ainda em 1919, como bloco de sujo (blocos espontâneos, ou seja, que não possuem uma estrutura de organização e saem sem destino pelas ruas, arrastando foliões e músicos que queiram somar ao conjunto). Esse primeiro contato com as ruas deu-se por conta de Sinhô, conhecido como Louro, gravar uma

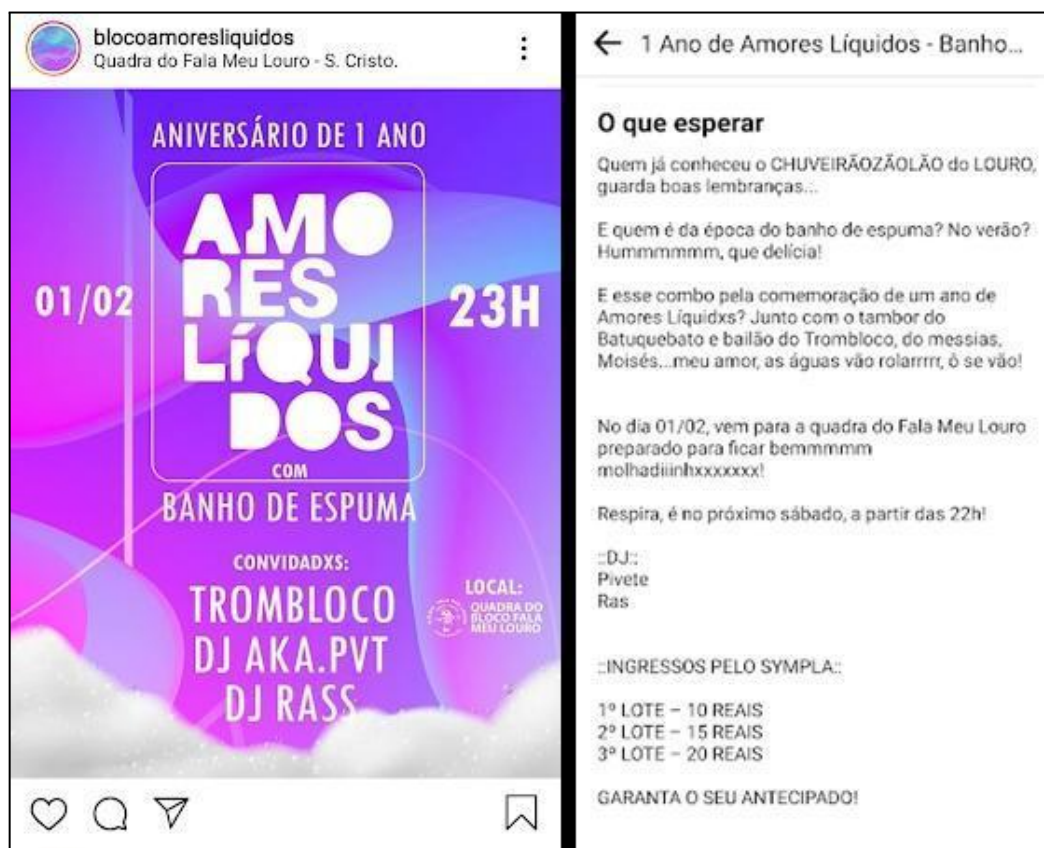
⁹⁷ Ibidem

⁹⁸ Ibidem

marchinha em resposta ao sambista Donga para reivindicar a coautoria do samba Pelo Telefone, considerado por muitos como o primeiro samba a ser gravado. Com a reivindicação, Sinhô passou a ser conhecido nas rodas de samba da Tia Ciata como “falador”. Após o registro do Fala Meu Louro em homenagem à Sinhô, o bloco foi o primeiro a gravar um disco com canções autorais e ganhou títulos nas disputas empreendidas nos antigos desfiles dos blocos de embalo realizados na avenida Rio Branco. Goldberg relata que, “apesar de ser pequeno, o Louro era temido por ser o bloco dos estivadores, onde a malandragem se divertia.”

Apresentando um pouco do funcionamento do bloco, em relação à banda do Fala Meu Louro, por volta de outubro/novembro de cada ano, é aberta uma oficina de percussão dada pelo mestre de bateria Luciano Fogaça, que nasceu e foi criado no Morro do Pinto. Segundo o presidente do bloco, em entrevista concedida a nós, as oficinas são gratuitas para os moradores das favelas do entorno da quadra do bloco e cobradas para pessoas de outras áreas da cidade. No mesmo sentido, são realizadas oficinas para os instrumentos de sopro (saxofone, trombone, trompete etc) e para uma ala de pernaltas. As oficinas contam com instrumentos próprios e pernas de pau próprias. Assim, segundo Victor, o corpo musical é composto majoritariamente por moradores da área. Victor ainda revela que o financiamento do bloco não vem destas oficinas, o dinheiro arrecadado nesse ínterim é para pagar os próprios professores. O bloco considera-se independente financeiramente, não participando mais de editais do Poder Público de fomento à cultura. Nas palavras do próprio presidente, “o bloco decidiu não participar mais desse vínculo de Prefeitura, né?, dessa disputa, na verdade.” Assim, todo o financiamento do bloco (despesas com o carnaval, oficinas sociais, instrumentos, manutenção da quadra), é realizado através de eventos durante o ano na quadra, localizada na rua Waldemar Dutra, 19, Santo Cristo, conforme mostra a Figura 11.

Figura 11: À esquerda, postagem do bloco Amores Líquidos, bloco de fora da Zona Portuária, sobre o evento na quadra do Fala Meu Louro. À direita, postagem do Facebook do bloco Fala Meu Louro com a descrição e preços do evento.



Fonte: Facebook e Instagram⁹⁹.

Em relação aos eventos, Victor apontou que dificilmente o espaço abriga eventos que não sejam rodas de samba ou blocos e bandas de carnaval. Nesse sentido, disse o presidente do bloco, “há uma curadoria bem específica para não perder a estética do bloco.” No que tange como os eventos são organizados, o produtor cultural traz a informação de que não há aluguel da quadra, o próprio bloco organiza todo o evento e contrata as atrações. Nas palavras de Goldberg:

Tudo o que acontece é feito pela produção do Fala Meu Louro. Então, a gente faz as contratações do artístico, faz as contratações... a gente tem uma equipe de funcionários, que a maioria dessa equipe mora e reside na Zona Portuária. Então, tudo sai da produção do Fala Meu Louro. (Entrevista com Victor Goldberg, 2021)

Nesse momento, chamamos a atenção do(a) leitor(a) para dois pontos: o primeiro é a data do evento, 01/02/2020¹⁰⁰, e o segundo é o local, a quadra do bloco. Pedimos a atenção para o primeiro ponto pelo seguinte fato, ao longo da pesquisa, observamos uma quantidade considerável de eventos culturais como um todo (e carnavalescos dentro destes) na Zona

⁹⁹ As imagens tratam-se de *prints* tirados quando os blocos realizaram as postagens, porém, as mesmas não se encontram mais nas respectivas páginas, não sendo possível disponibilizar os links.

¹⁰⁰ O feriado de carnaval em 2020 foi no dia 25/02.

Portuária fora dos quatro dias de carnaval. Após a análise e sistematização dos dados primários levantados através das entrevistas realizadas com os foliões, constatamos que grande parcela dos entrevistados que residem fora da Zona Portuária disseram frequentar a área em outros momentos do ano. No interior deste universo, uma parcela ainda mais significativa relatou frequentar a área para realizar algum tipo de atividade relacionada à cultura. Para estas atividades, uma gama apareceu nas respostas como, por exemplo, museus, sambas, exposições, shows, feiras, cortejos fora de época, festas com a participação de blocos, ensaios de blocos etc. Um número que nos chamou a atenção foi a porcentagem de pessoas que disseram frequentar os museus. Como bem nos lembra Arantes (2013), e também Smith (1996), mas com outras palavras, as áreas em vias de gentrificação precisam de “iscas culturais”, e, nesse sentido, os museus localizados na Praça Mauá, principalmente o Museu do Amanhã, cumprem bem esse papel. Abaixo, apresentamos os Quadros 11, 12 e 13 com resumos dos dados relatados neste parágrafo:

Quadro 11: Pessoas entrevistadas no carnaval de 2020 que não residem na Zona Portuária e frequentam a área fora do carnaval e as que não frequentam.

Frequentam	84,64%
Não frequentam	15,36%

Fonte: trabalhos de campo carnaval 2020.

Quadro 12: Pessoas entrevistadas no carnaval de 2020 que não residem na Zona Portuária e frequentam a área fora do carnaval para atividades culturais em geral e para outras atividades.

Atividades culturais em geral	88,37%
Outras atividades	11,63%

Fonte: trabalhos de campo carnaval 2020.

Quadro 13: Pessoas entrevistadas no carnaval de 2020 que não residem na Zona Portuária e frequentam a área fora do carnaval para atividades culturais relacionadas a museus e ao carnaval de rua.

Museus	26,31%
Atividades relacionadas ao carnaval de rua	7,31%

Fonte: trabalhos de campo carnaval 2020.

O segundo ponto o qual pedimos atenção é a quadra do bloco, pois é dela que vem a fonte de recursos da organização, mas já houve uma tentativa de remoção. Uma reportagem

no jornal O Globo do dia 09 de agosto de 2012¹⁰¹ menciona a intenção da Guarda Municipal de utilizar a quadra para guardar viaturas não utilizadas pela corporação, mesmo com protestos de moradores do bairro. Eduardo Paes, então candidato à reeleição, disse no *Twitter*, segundo a reportagem, que a quadra, utilizada pelo bloco desde a década de 1970, não seria mais cedida à Guarda Municipal. O presidente do bloco nos contou um pouco sobre esse processo. Segundo Goldberg, “na época da revitalização da Zona Portuária... a gente já tinha perdido a quadra pra Prefeitura, né?”. É nesse momento que Victor relata que membros da então diretoria foram até a Prefeitura para “brigar” pelo espaço e o Prefeito acabou novamente cedendo a quadra para o bloco, não por ser “bonzinho”, disse Goldberg, mas por ter existido “uma pressão da internet, de grandes nomes do carnaval e de um historiador”. Goldberg afirma que “vários tipos de demandas” precisavam ser cumpridas para que a quadra realmente ficasse com o bloco, dentre elas, são citadas as de cunho social (assunto que retomaremos em breve).

Ao comentar que frequenta bastante o Largo de São Francisco da Prainha e também ao falar acerca das transformações ocorridas na cena cultural da área, Victor aborda como quase já não há vendedores ambulantes no local (Prainha) e que os bares estão com preços mais caros. Além disso, ele aborda que há uma tendência que isso aconteça em outros locais, como a Praça da Harmonia, e relata uma preocupação de acabar perdendo a quadra em meio ao processo (mesmo pagando um aluguel de R\$500 e tendo os projetos sociais), pois ao ser questionado se a gentrificação acabaria impactando os blocos da área, Goldberg diz que sim. Nas palavras do produtor cultural:

(...)ainda mais agora que saiu aquela parada da Saúde, né?! Que é o quinto [vigésimo quinto]¹⁰² bairro... então, assim, a especulação imobiliária vai crescer muito maior ali, principalmente, na Praça da Harmonia que é um dos lugares, eu acho, pelo menos, né?, particularmente um dos melhores lugares pra se morar ali daquela região. E eu tenho certeza que assim, a gente do Fala Meu Louro já tem um dossiê imenso porque aquele espaço [a quadra do bloco] é da Prefeitura, né?! Ele é concedido pela Prefeitura. Então, assim, a hora que a Prefeitura quiser bater na porta e falar devolve, a gente teoricamente tem que devolver, né?! Obviamente que é um processo mais longo, né? A gente tem muito documento, tudo documentado de processo social que a gente faz dentro da comunidade, então, eles não podem tirar assim do dia pra noite. (Entrevista com Victor Goldberg, 2021)

Ainda na primeira reportagem apresentada neste capítulo (“Zona Portuária: onde a cultura lançou âncora. Música, exposições, mostras de cinema e eventos de moda são parte

¹⁰¹ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/eu-reporter/tradicional-bloco-fala-meu-louro-ficara-em-quadra-no-santo-cristo-5746952>>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

¹⁰² Goldberg se refere a uma pesquisa publicada pela revista britânica *Time Out* que elegeu o bairro da Saúde como o 25º bairro mais legal (ou descolado) do mundo. O bairro foi o único do Brasil na lista.

essencial da revitalização da região.”), aponta-se a área como um “terreno fértil” para o “renascimento do carnaval do Rio” e cita-se a criação do bloco Escravos da Mauá (na década de 1990). Achamos importante abordar o bloco não só por ele ter saído em algumas matérias do jornal ou por ter ganho em alguns anos o concurso de melhor bloco do ano promovido pelo mesmo jornal, mas também por ele fazer parte da Sebastiana. O bloco é o único da Zona Portuária que participa da Associação. É importante salientar o seguinte: tentamos, por algumas vezes e através de distintos meios, uma entrevista com algum(a) organizador(a) do bloco, mas não conseguimos. Inclusive, uma pessoa também organizadora de um outro bloco da área nos ajudou nesse processo, nos forneceu um meio direto de comunicação com uma das organizadoras, mas mesmo assim não tivemos resposta. Dessa maneira, além de pesquisas em sítios eletrônicos e conversas com pessoas ligadas ao carnaval e que conhecem o bloco, assistimos a uma *live* no Youtube realizada pelo bloco Comuna Que Pariu, no dia 05 de agosto de 2020 e que contou com organizadores(as) do Escravos da Mauá¹⁰³.

Na *live*, estavam representando a organização do bloco: Claudia Baldarelli, Tiago Prata e uma mulher identificada apenas como “Zaza”. O bloco foi criado em 1993 por um grupo de amigos que trabalhava no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), localizado nas proximidades da Praça Mauá e do Largo de São Francisco da Prainha. Durante a conversa, Baldarelli afirmou que quando o bloco começou, “ninguém ia até a ‘Região’ Portuária”. Segundo a organizadora: “A gente saía do INT às 6h da tarde e já tava tudo fechado(...) era vazio, as pessoas não conheciam e não iam. A nossa intenção também era fazer com que as pessoas fossem lá.” De acordo com Zaza, o Escravos da Mauá tem contribuição significativa na mudança do cenário descrito por Baldarelli, pois tem uma representatividade e agrega muito à área: “Toda parte da cultura da Região Portuária está junto com o Escravos. A gente tem uma ligação muito forte com a Região Portuária. A gente não é só um bloco que desfila na Região Portuária, ele tá na Região, a Região tá dentro do nosso bloco.” Por sua vez, Tiago Prata, diretor do carro de som, descreve um pouco do funcionamento do bloco. O diretor relata, por exemplo, que os músicos que tocam no carnaval não são pagos para tal. Segundo Prata, eles tocam com o bloco e se sentem participantes da folia realizada pelo Escravos e por isso tocam. Em relação ao financiamento, o músico diz que no início, este era feito através de vendas de camisetas, de arrecadações e até mesmo com integrantes colocando dinheiro por conta própria. Entretanto, é mencionado que com o crescimento do bloco, não era mais viável

¹⁰³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I61yvNyu_f8&t=6346s>. Acesso em: 05 de agosto de 2020. A *live* faz parte do já mencionado projeto “Histórias dos Nossos Carnavais” promovido pela célula de cultura do Partido Comunista Brasileiro.

ter apenas estes modelos de financiamento. Um bloco maior demanda mais dinheiro para custear as despesas de um desfile. Assim, Baldarelli explica que com a criação da Sebastiana, em 2000, seria esta quem “busca patrocínio pros seus blocos” e o valor levantado é “dividido por cada bloco que faz parte da liga”. Vistas algumas questões relacionadas aos blocos mencionados na primeira reportagem examinada neste Capítulo, esta chega ao fim dizendo que “tudo é motivo de comemoração para quem apostou na Zona Portuária, mesmo antes do início da revitalização.”

Em 12 de janeiro de 2013, o mesmo jornal publicou uma reportagem com o seguinte título: “Revitalização da Zona Portuária leva antigos blocos a voltar às ruas.”¹⁰⁴ Segundo a matéria, a reestruturação urbana do Porto teve influência direta na retomada de alguns blocos que estavam inativos. Para isso, o jornal realiza entrevistas com diretoras(es) dos blocos. A publicação trata o processo como uma “revitalização dos blocos” após o Porto Maravilha. Rosiete Marinho, desde então presidenta da Liga de Blocos e Bandas da Zona Portuária, também fala sobre a “revitalização” dos blocos e liga-a com uma “valorização da região”. Aqui, é importante salientar mais uma questão: como já abordado, enfrentamos grandes dificuldades para realizar as entrevistas com os organizadores dos blocos. Acreditamos que ter a visão e as palavras de Rosiete Marinho em nosso estudo seria importantíssimo. Dessa forma, empreendemos uma série de tentativas de contatos com a Presidenta da Liga dos Blocos da Zona Portuária. Inclusive, das tentativas de entrevistas que não conseguimos realizar, as com Rosiete Marinho foram as que mais tentamos. Diversos meios foram utilizados e também contamos com a ajuda de terceiros na missão, entretanto, todas as tentativas foram ignoradas e até o final da redação do texto, não obtivemos êxito. Abaixo, a Figura 12 aponta os blocos que participam da Liga dos Blocos e Bandas da Zona Portuária.

¹⁰⁴ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/blocos-de-carnaval/revitalizacao-da-zona-portuaria-leva-antigos-blocos-voltar-as-ruas-7269475>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

Figura 12: Blocos que participam da Liga dos Blocos e Bandas da Zona Portuária.



Fonte: Facebook da Presidenta da Liga¹⁰⁵.

Voltando à última reportagem mencionada, o bloco Pinto Sarado é considerado como aquele quem deu o pontapé inicial na “revitalização dos blocos do Porto”. O então Presidente, Waldir Paim, deu a seguinte declaração:

A cada ano, o público no nosso desfile aumenta muito. No circuito também. Este ano, depois das obras, o caminho está todo com asfalto novo, calçadas arrumadas. A

¹⁰⁵ A imagem é fruto de um *print* tirado de um recurso do Facebook chamado de “história”. As histórias permanecem no ar apenas por 24 horas, assim, não é possível disponibilizar o link de acesso.

tendência é que seja um grande sucesso. Ficamos anos e anos abandonados. Agora, estamos tendo uma chance de poder brilhar na cidade. Esse momento nos ajuda a reivindicar outras mudanças: atendimento médico melhor, transporte melhor, limpeza urbana melhor. Quem sabe daqui a dois ou três anos não está desfilando na nova Avenida Rodrigues Alves? Que seja nossa Avenida Atlântica- sonha Waldir Paim, cujo bloco desfila no dia 2 de fevereiro. (O Globo, janeiro de 2013)¹⁰⁶

Na mesma reportagem, a fala do presidente do bloco OBA (Organização Bons Amigos), Eduardo Rua, caminha no mesmo sentido da anterior: “As mudanças estão ajudando as atividades culturais. O espaço renovado, calçadas maiores, asfalto novo, praças reformadas, tudo isso nos ajuda.” Ainda segundo a matéria, 12 blocos, sem especificar quais foram, receberam R\$22 mil da Cdurp oriundos da lei que destinava 3% do valor da venda dos Cepacs para as atividades culturais na área da OUC:

O Oba está entre os 12 blocos locais que dividiram uma ajuda de R\$ 22 mil da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp) para este carnaval. Já a Liga da Zona Portuária recebeu R\$ 4 mil da companhia. Segundo o Cdurp, uma verificação foi feita pelo meio do programa Porto Maravilha Cultural, que, por obrigação legal, destina 3% dos recursos arrecadados com os Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac) à valorização do patrimônio material e imaterial da Zona Portuária. No ano passado, a Cdurp fez um repasse de R\$ 9 mil para a Liga e os blocos. Já a Concessionária Porto Novo está apoiando seis blocos e realizando o circuito deste sábado. Os valores, no entanto, não foram divulgados. (O Globo, 12 de janeiro de 2013)¹⁰⁷

De acordo com sítio eletrônico do Porto Maravilha¹⁰⁸, os repasses de 3% dos valores arrecadados com a venda dos Cepacs está previsto na Lei Complementar nº 101/2009 e têm por objetivo valorizar o patrimônio material e imaterial da área. Pois bem, valorizar para quem e para quem? Um artigo publicado por Alberto Silva (então “Assessor Especial da Presidência da CDURP”) na Revista Porto Maravilha de abril de 2011 nos fornece algumas pistas das indagações anteriores:

O Porto Maravilha vai gerar uma nova dinâmica na região. Ao lado da renovação da infraestrutura urbana e do novo padrão de ocupação, temos o desafio de preparar as pessoas para as novas oportunidades de emprego e negócios que vão surgir. **Inclusive aquelas relacionadas ao patrimônio cultural e artístico que, sem dúvida, contribui para aumentar a atratividade da região.** (SILVA, 2011, p. 5. Destaque nosso)

Na Figura 13, é possível compreender a distribuição dos recursos, segundo a Cdurp.

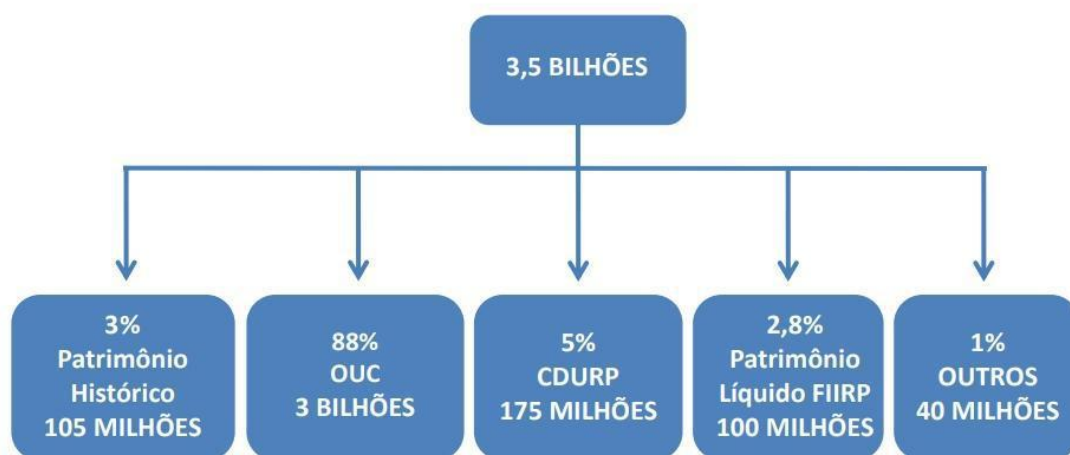
¹⁰⁶ Ibidem

¹⁰⁷ Ibidem

¹⁰⁸ Disponível em: < <https://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/22>>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

Figura 13: Distribuição dos recursos arrecadados com a venda inicial dos Cepacs.

Distribuição dos Recursos



Fonte: <<https://cbic.org.br/wp-content/uploads/sites/20/2017/11/OUC-RJ-PPP-Porto-Maravilha.pdf>>. Acesso em 03 de nov. 2021.

Dando continuidade ao assunto dos 3%, abordamos uma outra *live* do projeto História dos Nossos Carnavais¹⁰⁹, dessa vez realizada no dia 17 de junho de 2020, em que foram convidados os blocos Cordão do Prata Preta e Embaixadores da Folia (apenas o primeiro desfila na Zona Portuária). Representando o Prata Preta estavam presentes os organizadores Orlando Rey e Bruno Müller. Rey, que é historiador, conta como surgiu o bloco. Em 2004, Rey e outros moradores da Zona Portuária foram até a Praça XV de Novembro para brincar o carnaval no Cordão do Boitató. Chegando por lá, não conseguiram encontrar o bloco, pois ele já havia começado a desfilar. Voltando para casa decepcionados, decidiram criar para o carnaval do ano seguinte um bloco na Gamboa para que não “precisassem sair do bairro para curtir o carnaval.” Nos três primeiros anos, conta Orlando, o bloco funcionou com a doação de dinheiro dos próprios integrantes para poder desfilar. Posteriormente, se articulava com o apoio do comércio local (o que não deu muito certo, pois poucos colaboravam), com a realização de rifas e de eventos. Com o crescimento do bloco, outras formas de arrecadação começaram a ser realizadas como, por exemplo, rodas de samba mensais, festas juninas, eventos de comemoração do aniversário do bloco, eventos de pré-carnaval, uma associação chamada “Amigos do Prata” que contribui com uma quantia (não revelada) semestral. Nas Fotos 4 e 5 estão dois eventos realizados pelo bloco.

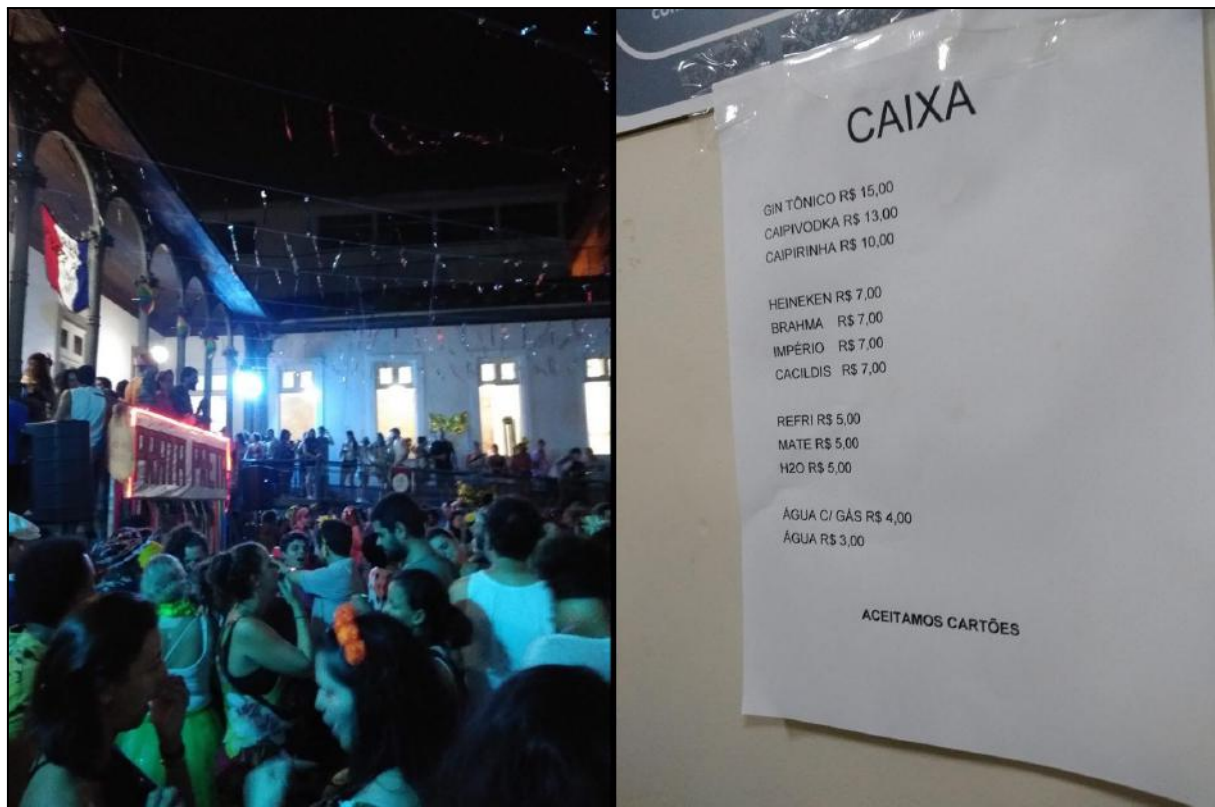
¹⁰⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OBICn9VCbkY&t=1761s>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

Foto 4: Evento realizado em comemoração ao aniversário de fundação do bloco Prata Preta, em 16 de novembro de 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autoria própria.

Foto 5: Evento de pré-carnaval realizado pelo bloco Prata Preta, em 08 de fevereiro de 2020, no Centro Cultural José Bonifácio.



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Autoria própria.

Por cerca de três a quatro anos, segundo Orlando, o carnaval pôde ser realizado majoritariamente com a verba da OUC destinada à cultura. Nas palavras do historiador:

(...)Fomos estruturando projetos quando veio pra cá a questão da revitalização que começou a aparecer dinheiro pra cultura, então, a gente começou a entrar com projetos pra conseguir bancar o carnaval. Foi durante uns três ou quatro carnavais que a gente poderia dizer que estava tranquilo, né?! mandava um projeto pra conseguir a verba que a gente precisava pra botar o carnaval na rua(...) (Orlando Rey em *live* realizada pelo bloco Comuna Que Pariu, 2020)¹¹⁰

Complementando a fala de Orlando Rey, Bruno Müller diz que o bloco chegou a ser criticado por utilizar a verba. Segundo Müller:

Inclusive, isso gerou até algumas críticas, né? porque falavam assim: ah, o Prata Preta que se diz tão engajado e tal está recebendo dinheiro do consórcio. Só que era dever deles, né?! Contribuir com a cultura e pô, nós fazemos cultura no local, a gente precisa da grana pra fazer a cultura local, pra fazer a coisa andar. Então, isso daí dava um certo alívio. Mas mesmo assim a gente ainda tinha que correr atrás de outros tipos de ajuda, de auxílio. Tinham algumas empresas ali do Porto, né? que auxiliavam também, mas por questões políticas a gente acabou sendo descartados quando começou isso daí, o Prata Preta está falando muito de comunista, está falando muita coisa de esquerda e tal. Então, a população local criou um murmurinho, chegou lá na diretoria da empresa e cortaram o nosso patrocínio. (Bruno Müller em *live* realizada pelo bloco Comuna Que Pariu)¹¹¹

Unanimemente, os organizadores de blocos da Zona Portuária entrevistados por nós disseram que faz alguns anos que não há mais o fomento para a cultura local, porém, nenhum soube nos precisar há exatamente quantos anos.

Trimestralmente, a Cdurp realiza um balanço sobre o andamento da OUC. No 1º trimestre de 2017, a empresa disse o seguinte, em seu relatório: “A conta referente a incentivos ao Patrimônio e a Cultura - 3% da venda dos Cepacs - R\$ 114 milhões - foi gasta de forma concentrada prejudicando vários projetos culturais das comunidades da Região Portuária.” Na Figura 14, observamos como os gastos foram realizados.

¹¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OB1cN9VCbkY&t=1761s>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

¹¹¹ *Ibidem*.

Figura 14: Tabela apontando os gastos relativos aos 3% dos Cepacs destinados à cultura local disponibilizada no 1º relatório trimestral de 2017 realizado pela Cdurp.

Recebimentos	R\$ 114.496.737,41
Pagamentos	(R\$ 122.761.507,80)
Gestão MAR – Odeon	(R\$ 51.745.815,08)
Gestão Museu do Amanhã – IDG	(R\$ 24.628.572,00)
Fundação Roberto Marinho – Obras MAR	(R\$ 13.501.165,99)
Restauo Galpões da Gamboa	(R\$ 8.534.172,82)
Restauo Centro Cultural José Bonifácio	(R\$ 3.888.202,00)
Restauo Igreja de São Francisco da Prainha	(R\$ 4.292.382,63)
Edital de Projetos	(R\$ 4.050.207,34)
Pagamentos Diversos	(R\$ 3.721.213,15)
Instituto de Arqueologia do Brasil – IAB	(R\$ 2.303.496,92)
Prêmio Cultural	(R\$ 2.544.199,62)
Restauo Filhos de Thalma	(R\$ 1.465.206,78)
Quadra Vizinha Faladeira	(R\$ 1.110.220,00)
Iets	(R\$ 450.000,00)
Instituto Pretos Novos	(R\$ 205.000,00)
Cais do Valongo	(R\$ 321.653,47)
Resultado Financeiro	R\$ 8.266.437,60
Saldo	(R\$ 1.667,21)

Fonte: Cdurp, 2017.

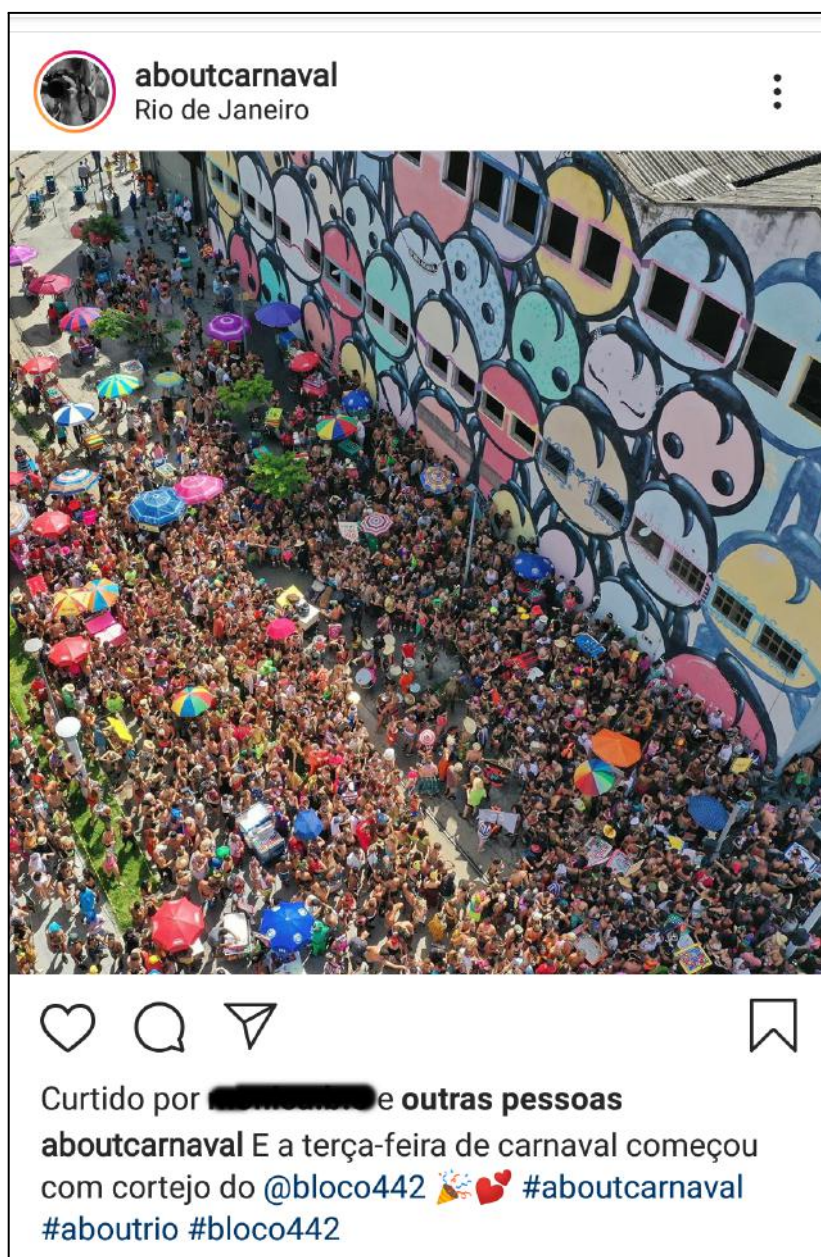
De lá para cá, pouco de relevante foi visto nos materiais sobre os 3%. Acreditamos que isto deve-se aos problemas ocorridos na venda dos Cepacs, como apontado no Capítulo 2.

Retomando nossos esforços à análise das matérias, uma reportagem de 27 de fevereiro de 2020¹¹² diz que “a Praça da Harmonia, um ponto de referência do Carnaval, àquela altura tinha se tornado uma quermesse gigante de foliões.” Na Figura 15, temos uma imagem aérea do bloco 442 indo em direção à Praça da Harmonia.

¹¹²Disponível

<<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/o-carnaval-em-que-ursal-virou-direita-cronica-do-desapego-1-24275128>>. Acesso em 06 de agosto de 2020.

Figura 15: Cortejo do bloco 442 indo em direção à Praça da Harmonia na terça-feira de carnaval, em 2020.



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_c1yNNJTSC/>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

A matéria foi escrita pelo jornalista do Grupo Globo, William Helal Filho. Filho faz um relato, pois ele e amigos(as) estavam no local:

O combinado pra aquela tarde era acompanhar o cortejo do Panamérica Transatlântica, que começou a tocar no coreto da Praça da Harmonia, na Gamboa, por volta das 16h30, quando a chuva apertou. Depois de uns 20 minutos abrigado jogando conversa fora no ponto do VLT, recebi uma mensagem aludindo ao Bar Delas [bar de frente para a Praça]: “Tá lindo”. Corri com a minha companheira e amigos até o canto sudoeste da praça, e nos embrenhamos num verdadeiro manguê de purpurina e paetês. (O Globo, 27 de fevereiro de 2020)¹¹³

¹¹³ Ibidem.

Dando pistas de qual é o público que frequenta os blocos que estão aportando no Porto Carioca, a Figura 16 mostra o humorista Gregório Duvivier tocando trombone em um bloco na Gamboa e o texto da reportagem segue dizendo o seguinte:

O jornalista Pedro Henrique França estava de pé sobre um guarda-corpo ao lado da pista lotada, cantando de braços levantados, enquanto o ator Gregório Duvivier se virava pra tocar o trombone afogado no tumulto, perto do saxofonista Tomás Ramos, do bloco Xêpa Gurmê, e da apresentadora Giovanna Nader, no ganzá. “Só tem figura”, dizia o estandarte do bloco Loló de Ouro pulando espetado naquele pudim de ser humano. A banda desembarcou do boteco logo que Oxumaré desligou a torneira, e fomos todos pular “Índio quer apito” nos trilhos da Linha 1, metendo-nos pela Rua Antônio Lage. (O Globo, 27 de fevereiro de 2020)¹¹⁴

Figura 16: O humorista Gregório Duvivier tocando trombone em um bloco na Gamboa.



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_8kTv0JdG6/>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

O relato prossegue e o jornalista afirma que o grupo de amigos decidiu tomar um táxi em direção à Praça Tiradentes (segundo o Google Maps, pensando-se num trajeto a pé, pelo caminho mais curto, a Praça Tiradentes fica consideravelmente distante, cerca de 1,9km, da Praça da Harmonia). Ao chegar na Praça Tiradentes, os foliões se depararam com mais um bloco se concentrando para desfilar: era o Ursal, uma alusão à fala do ex-candidato à

¹¹⁴ Ibidem.

Presidência da República, Cabo Daciolo. O jornalista conta que o bloco saiu pelas ruas do centro da cidade em direção à Zona Portuária e se recusava a pegar qualquer caminho que virasse à direita. Desse modo:

Foram duas horas até a Praça da Harmonia, um ponto de referência do carnaval, que àquela altura tinha se tornado uma quermesse gigante de foliões. Um terminal de partida e chegada de blocos aleatórios que traziam e levavam foliões dispostos a acreditar em qualquer cortejo que o carnaval pirata do Rio tivesse a oferecer. A banda da Ursal ficou levando um som perto da esquina do Bar Delas até se mover de volta às profundezas da Zona Portuária, carregando muito mais gente do que levou. (O Globo, 27 de fevereiro de 2020)¹¹⁵

Essa matéria sintetiza muito da ideia discutida ao longo de nosso estudo. A Zona Portuária do Rio de Janeiro tem se tornado uma grande área de atração de uma parcela específica de blocos do carnaval de rua carioca e seus respectivos públicos de Classe Média que antes não frequentavam o espaço.

Em entrevista em 2021 com Rodrigo Caires, organizador do bloco Mistérios Há de Pintar, o ex-músico profissional e atual designer gráfico relata que surgiram outras propostas de locais para o bloco desfilar, mas que acabaram optando pela Praça da Harmonia, na Gamboa. Fora levantada a ideia de sair da Zona Sul, mas Caires afirma que “já havia um monte de evento no Aterro”. Segundo Caires, a escolha da praça deu-se por uma série de pontos que foram discutidos ao longo de duas semanas. Questões como horário, dia e o próprio local foram para votação do grupo de *whatsapp* do bloco e venceu a proposta da Zona Portuária, pois lá era mais seguro e espaçoso. Rodrigo relata que quando o bloco estava prestes a desfilar, um outro bloco de fora da Zona Portuária (o 442) “carregando” muitos foliões estava chegando na referida praça e assim foi decidido que haveria uma mudança no local da partida (o bloco saiu do “AquaRio”, aquário localizado no Boulevard Olímpico, a poucos metros da Praça da Harmonia). Após a saída, o bloco caminhou em direção à Praça Mauá, mas percebeu durante o trajeto que já havia outro bloco nesta praça (o bloco era o Amores Líquidos, também de fora do Porto). Rapidamente, os organizadores decidiram voltar em direção ao aquário, pois a área estava mais vazia. Caires afirma que eles não esperavam a quantidade de pessoas que compareceram¹¹⁶ e que o desejo do bloco era de que não tivesse “tanta gente”, mas que “não teve jeito”. Em relação ao funcionamento do bloco, Caires nos contou que os ensaios costumam acontecer na Praça Paris, no bairro da Glória, Zona Sul da cidade, e que a maior parte dos músicos mora em locais não tão distantes da praça. Ainda sobre os músicos, Caires nos informou que muitos deles são músicos profissionais. O ex-músico também nos contou que o bloco não atua com oficinas, os músicos participantes já

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Por se tratar de um bloco não cadastrado na Prefeitura, não há estimativa de público.

chegaram sabendo tocar os seus instrumentos. O financiamento para os custos do desfile, que foram apenas custos para o estandarte e para adereços para um grupo de performance, vieram, segundo Caires, de “ataques” realizados antes do carnaval, na Lapa e no Largo do Machado. Os “ataques” são apresentações realizadas pelas ruas em que é pedida qualquer contribuição, através do famoso “passar o chapéu”, às pessoas que estão assistindo. Salientamos que tentamos uma entrevista com algum(a) organizador(a) do bloco 442, mas não tivemos sucesso.

Em entrevista concedida a nós em 2021, Fabio Sarol, mais um organizador do bloco Prata Preta, relatou que “antigamente”, o bloco tinha receio de grupos culturais organizados (que não eram blocos de carnaval) que chegaram à Zona Portuária em busca dos recursos destinados à cultura. Fábio nos disse que quando esses recursos acabaram, a maior parte desses grupos também sumiu da área. Sobre o assunto, Sarol nos relatou que, contemporaneamente, “grupos muito maiores estão chegando à área, grupos que fazem os primeiros parecerem pequenos.” Ele nos deu o exemplo de um sobrado de frente para a Praça da Harmonia que foi, segundo o mesmo, comprado por uma “mulher argentina que já foi esposa de um dos filhos do Roberto Marinho” pela bagatela de R\$2,5 milhões e será transformado em um centro cultural. Ainda segundo Sarol, a nova dona do sobrado contratou a curadoria de uma pessoa que já fora ligada ao Ministério da Cultura e queria “apadrinhar” a Praça da Harmonia (local tradicional de eventos do bloco) em seu projeto. Assim, Sarol nos revela que há uma movimentação dos grupos da área ligados à cultura para que isso não aconteça, pois eles têm medo de a Prefeitura conceder uma série de autorizações de uso da Praça para esta pessoa e os grupos locais não conseguirem mais realizar os seus eventos no local. Em relação aos blocos vindos de fora para a área, Sarol diz que enxerga o processo de maneira positiva, pois a situação movimentou mais o bairro, mas também faz uma ressalva de que é “preciso saber chegar” para poder respeitar e não atrapalhar moradores, comerciantes e blocos locais.

Outra reportagem¹¹⁷, dessa vez no dia 5 de março de 2020 (já na gestão do ex-Prefeito Marcelo Crivella), eleva o tom nas críticas realizadas à conservação do espaço do Porto Maravilha. Após realizar uma introdução falando do alto número de turistas que vieram de navio para o carnaval (Segundo o Píer Mauá, cerca de 45 mil turistas desembarcaram no Porto para o carnaval de 2020), a matéria discorre sobre possíveis causas para o que chama de

¹¹⁷Disponível

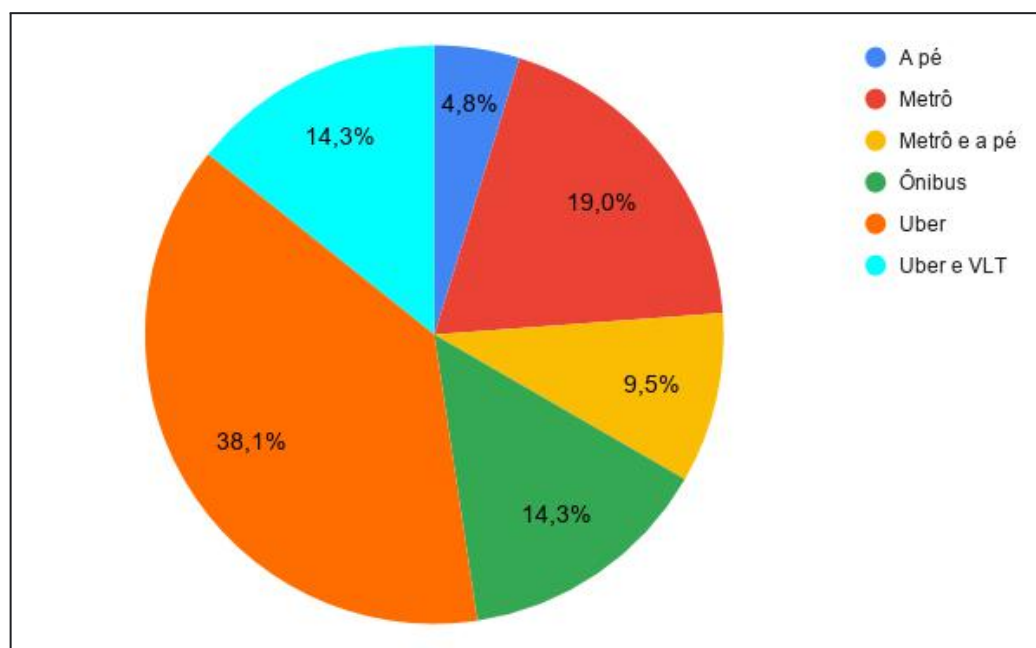
em: <https://oglobo.globo.com/rio/porto-esburacado-abandonado-recebe-45-mil-visitantes-para-folia-na-cidade-23499536>>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

“abandono” do Porto Maravilha. Outra matéria¹¹⁸, que versa majoritariamente sobre o crescimento do Carnaval da cidade de São Paulo, aponta como a capital fluminense ainda é a preferida dos turistas no que diz respeito ao período da folia carnavalesca. Em entrevista concedida ao jornal, Alfredo Lopes, presidente do Sindicato dos Meios de Hospedagem do Rio, fala como a Zona Portuária, segundo ele, alicerçada pelo aporte cultural, configura-se como uma área estratégica para o capital imobiliário: “[...] Além disso, a Zona Portuária se consolidou como área turística, ajudada pelo AquaRio e pela roda-gigante. E vale destacar que **o carnaval carioca continua sendo uma marca muito forte**” (Destaque nosso). Recorrendo-se aos dados levantados em campo durante o carnaval de 2020, vemos que cerca de 27% dos turistas disseram ter frequentado um bloco na Zona Portuária pela primeira vez em 2020. Dos turistas que frequentaram blocos antes de 2020, o ano mais distante apontado como o frequentado pela primeira vez foi o ano de 2015. Ao estabelecer um paralelo com outros dados primários obtidos, vemos, por exemplo, quais foram os modais mais utilizados pelos foliões que não residiam no estado do Rio de Janeiro para chegarem aos blocos da Zona Portuária. Lançamos mão desses dados, como no Gráfico 15, pois uma das grandes reclamações dos moradores é em relação à (falta de) mobilidade urbana.

¹¹⁸Disponível

em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/carnaval-de-sao-paulo-ganha-forca-mas-folia-do-rio-ainda-a-mais-procurada-por-turistas-1-24224184>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

Gráfico 15: Modais utilizados por turistas para chegar até os blocos da Zona Portuária.



Fonte: trabalhos de campo no Carnaval de 2020.

Quase metade dos turistas entrevistados (43,7%) disseram residir na cidade de São Paulo. Em segundo lugar, aparece o estado de Minas Gerais com 18,7%. Em relação a autodeclaração de cor/etnia, a maioria esmagadora (81,25%) se autodeclarou branca e apenas 18,75% se autodeclararam pretos ou pardos. Chama-nos a atenção o grau de escolaridade desses turistas: 6,25% disseram ter Ensino Médio completo, também 6,25% disseram ter Ensino Superior incompleto, a maioria esmagadora (56,25%) relatou ter Ensino Superior completo, em números também altos, 25% é formado por pessoas com Pós-graduação completa e 6,25% disseram ter Pós-graduação ainda incompleta. Diversas profissões nos foram relatadas, dentre elas, há um empate no primeiro lugar entre advogados e publicitários. O motivo que mais apareceu nas respostas para que a pessoa (no universo dos turistas) tivesse ido até um bloco na Zona Portuária foi a indicação de amigos. Questionados se frequentavam a Zona Portuária em alguma data que não o carnaval, 43,75% dos entrevistados disseram ir até a área ao longo do ano. Destes, 87,5% disseram realizar algum programa cultural quando vão ao Porto em outras datas do ano. Sem muita surpresa, em primeiro lugar apareceram as visitas aos museus. Ao perguntar o que os turistas achavam sobre a reestruturação urbana do local, 56,25% apontaram-a como algo positivo, 31,25% disseram não ter como opinar e apenas 12,5% trouxeram em suas respostas apontamentos negativos.

Posto isto, salientamos que, ao longo deste Capítulo, almejou-se com a discussão realizada expor como as práticas culturais foram estruturadas como um elemento fundamental para o “sucesso” das reestruturações do espaço urbano que seguem a lógica de

aprofundamento das disparidades espaciais. Para o caso carioca, buscamos apontar o papel do carnaval de rua, prática que carrega uma série de singularidades espaciais. Antes de entrar propriamente na discussão atual sobre a temática, realizamos uma breve recapitulação de como o carnaval de rua carioca sempre esteve ligado às transformações do espaço urbano da cidade, principalmente na área central. Para a discussão contemporânea, analisamos os três últimos Planos Estratégicos da cidade e constatamos como a cultura como um todo (e logicamente o carnaval de rua dentro desta) é vista como mais uma mercadoria capaz de assegurar a reprodução do grande capital. Nesse bojo, também revelamos como documentos oficiais tratam especificamente a situação das práticas culturais para a área da OUC. Ainda sobre essa conjuntura na área de estudo, investigamos como o jornal O Globo compreende a cultura da Zona Portuária como uma ferramenta fundamental para alavancar a OUC Porto Maravilha. Ademais, é neste Capítulo que podemos encontrar o início da exposição dos dados primários obtidos, dados estes que traçam um perfil socioespacial médio dos foliões e dos blocos que estiveram presentes no Porto Carioca durante o carnaval de 2020.

Por fim, é importante lembrar algo que já apontamos no início deste subcapítulo: embora as reportagens por ora apresentadas já nos deem o suporte para compreender o papel e as intenções da Fundação Roberto Marinho ao veicular reportagens sobre a cultura local e a OUC Porto Maravilha, uma gama considerável de reportagens que percorrem os mesmos trilhos das já apresentadas serão examinadas no próximo Capítulo.

4. O AVANÇO DA FRONTEIRA URBANA EM DIREÇÃO AO PORTO, O CARNAVAL DE RUA NESTA CONJUNTURA E O DIREITO À CIDADE DENTRO DAS RESISTÊNCIAS DA FOLIA

Chegando ao último capítulo, trazemos para a discussão elementos fundamentais ao trabalho. No primeiro momento, abordamos a ideia de “fronteira” nos projetos de gentrificação e como ela pode ser aplicada para a realidade atual do Porto Carioca. Ademais, observamos como o carnaval de rua também enxergou no Porto uma “redescoberta” para a sua ocupação do espaço público. Por fim, apresentamos alguns casos que demonstram como o carnaval de rua pode servir como um instrumento que contribui para a produção de um espaço urbano menos fragmentado e mais articulado.

4.1. A construção da Fronteira Urbana: pensando o Porto Carioca e o Carnaval de Rua desse trecho da Zona Periférica do Centro do Rio de Janeiro

A noção de fronteira sempre foi um tema caro à Geografia. Quando pensamos geograficamente a respeito delas, via de regra, lembramos dos mapas de pequena escala cartográfica que delimitam essas linhas imaginárias dos países ao redor do globo. Refletindo sobre a escala das cidades, temos limites entre os municípios, e não fronteiras. Trazendo a questão para a escala intraurbana, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o Instituto Pereira Passos (IPP), órgão municipal que trabalha as informações geográficas do município, utiliza o termo limite para delimitar as áreas dos bairros. Desta forma, como podemos falar em “fronteira urbana”? Além disso, como a ideia de fronteira tem relação com a gentrificação? São essas e algumas outras indagações que pretendemos elucidar nesse momento.

Na obra *Uneven Development*¹¹⁹ [1984], traduzida para o português em 1988, Neil Smith percebe certa semelhança entre a expansão do território estadunidense para o Oeste e a expansão do “novo urbanismo” para áreas sociais da cidade, antes desvalorizadas e com baixos investimentos. Segundo Smith (2007), a “conquista” do Oeste não simbolizava apenas a conquista material, mas também o domínio sobre uma natureza hostil e sobre povos “não civilizados”. Assim, Smith (1996, 2007) identifica que esse momento ajudou a moldar a identidade e patriotismo estadunidense, a partir do embate entre o que era considerado barbárie e o dito mundo civilizado. Na esteira desta discussão, já no século XX, a conquista de certas áreas dentro da cidade consideradas “hostis”, “perigosas” e com pessoas “não civilizadas”, representava, segundo Smith (1996, 2007), não só grandes lucros ao capital, mas também a construção de um orgulho cívico, ou um “patriotismo de cidade”, como aponta Vainer (2013), para a Classe Média branca local.

Tais proposições ganham maior sustentação quando observamos que a ideia de uma nova fronteira urbana gera otimismo aos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano. A área estigmatizada, que antes era vista como “decadente”, “sem vida”, “cinza”, “perigosa”, passa a representar uma fronteira urbana quando iniciada a reestruturação local. Smith (2007) defende que esta visão pode ser observada já a partir do início do “empreendedorismo urbano”, mas que ela ganha força quando a gentrificação assume papel central nas intervenções urbanas. Dessa forma, o geógrafo (2007, p. 16) ressalta que “na linguagem da gentrificação, o apelo à imagem de fronteira é exato: pioneiros urbanos, proprietários urbanos e caubóis urbanos são os novos heróis folclóricos da fronteira urbana.” A utilização da ideia de conquista de uma nova fronteira urbana, através da “revitalização” feita pelo capital, carrega consigo a naturalização dos processos excludentes que geralmente estão ligados à

¹¹⁹ Tradução livre: *Desenvolvimento Desigual*

chegada maciça do capital nesses espaços. Smith (1996) aponta diversas outras áreas no mundo onde a ideologia da conquista de uma nova fronteira urbana foi utilizada. Paralelo a isso, o autor observa que a fronteira assume distintas formas em lugares diferentes. Ou seja, ela se adapta ao lugar levando-se em consideração as singularidades do processo em questão.

Dentro desta perspectiva, almeja-se tornar nítido que não estamos querendo dizer que ocorre um processo idêntico ao caso nova iorquino na Zona Portuária Carioca. A indagação aqui levantada é que, mesmo não sendo igual, a ideia da conquista de uma área antes estigmatizada, ou seja, dessa nova fronteira urbana, também ocorre no Porto do Rio de Janeiro. Dessa maneira, buscamos abordar as universalidades e singularidades desse processo, tendo por base os estudos realizados por Neil Smith e o caso empírico do Rio de Janeiro.

Smith (1996) destaca que o significado social da gentrificação está cada vez mais associado à fronteira e aos “pioneiros urbanos”. Uma forte ideologia é construída para que este último grupo, geralmente a burguesia imobiliária, passe a ser visto como legítimos “heróis”. Mas por que heróis? A imagem construída é de que a decisão de investir nas áreas estigmatizadas seria um ato extremamente corajoso. Como vimos através da teoria do *rent gap*, não há nada de corajoso nesse processo, as áreas são previamente preparadas e assim escolhidas.

A fim de estabelecer relações para construir o entendimento dessa assertiva, vejamos um exemplo: no trabalho de 1996, Smith discorre sobre como os jornais costumam exaltar tal “coragem”. Analisando o jornal carioca O Globo, um dos maiores investidores privados na OUC Porto Maravilha, encontramos uma reportagem do dia 28 de julho de 2018¹²⁰ com o seguinte título: “Os Pioneiros.” Emblemático, não? Pois é, e não para por aí. A matéria foi escrita pelo arquiteto e urbanista Washington Fajardo. Fajardo foi assessor direto de Eduardo Paes para assuntos urbanísticos nas duas últimas gestões do atual Prefeito do Rio de Janeiro. Atualmente, Fajardo está lotado na Secretaria de Planejamento Urbano do Município. Após críticas à decisão da Caixa de não transferir as suas atividades para a área da OUC, o secretário afirma categoricamente que “o desafio do Porto do Rio responde por um nome específico, conhecido como ‘os pioneiros’”. Como uma das sugestões para atrair tais pioneiros, Fajardo propõe a apropriação da cultura negra local. Segundo Fajardo, ideia é “cuidar com zelo da **marca cultural**¹²¹ Porto Maravilha”. Desse modo, exemplificando aquilo que Harvey (2005) diz acerca das singularidades culturais de um local serem dotadas de

¹²⁰ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/os-pioneiros-22927942>>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

¹²¹ Este é um destaque nosso, pois acreditamos ser bastante sintomático a abordagem da cultura local como uma “marca”.

grande capacidade de atração do capital de maneira mais geral, Fajardo sugere utilizar-se do “singular e precioso valor da cultura negra da área” como forma de atração de investidores. Sobre esta conjuntura, Albinati (2017) descreve como a OUC Porto Maravilha apropria-se da cultura negra como valor de troca:

A assunção da história da escravidão e das expressões da cultura afro-brasileira como elementos celebrativos no Porto Maravilha também estabelece uma relação utilitária com fins econômicos, acolhendo a alegria do samba, o sabor da culinária afro, a beleza do artesanato e as representações que colocam a escravidão como elemento do passado, porém sem incorporar em sua política cultural processos que possam combater no presente as desigualdades produzidas pelo racismo que coloca os descendentes dos diversos africanos escravizados no período colonial nas piores posições do espaço social. (ALBINATI, 2017, p. 30)

Ao longo do texto da reportagem publicada por Fajardo, a reestruturação é mencionada com o já discutido e problemático termo “revitalização”. Já no final da matéria, diz-se que “sem os primeiros, os pioneiros, não haverá os segundos, os terceiros, os quartos...”. Ora, como já elucidado anteriormente, este termo [revitalização] apresenta inúmeros problemas. Por exemplo, segundo o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, a área que compreende a OUC Porto Maravilha possuía cerca de 30 mil residentes. Será que é possível mesmo falar em “pioneiros”? Smith (1996) dialoga com o exposto quando descreve que a ideia da fronteira urbana trata a área em questão como se ainda não tivesse sido habitada socialmente. Assim, a classe trabalhadora é vista como menos do que social, menos do que “civilizado”, ou seja, algo que pode ser facilmente “removido”.

Complementando as ideias até aqui discutidas, salienta-se que a fronteira urbana tem em seu âmago questões geográficas, o que por conseguinte envolve questões políticas e econômicas. Nesse sentido, a fronteira está diretamente ligada a uma fronteira de acumulação. Assim, vemos suas implicações em diferentes escalas, que não só a local. A articulação realizada pelo capital para expandir suas fronteiras de lucro através da fronteira urbana não envolve, via de regra, a expansão geográfica absoluta, mas sim a movimentação geográfica do capital nos circuitos anteriormente mencionados e estudados por Harvey e Smith. Dessa maneira, o desenvolvimento desigual posto em prática pelas reestruturações abre o caminho necessário para a formação das novas fronteiras, como é o caso carioca. Nas palavras de Smith (2007):

No contexto da atual crise econômica global [o texto original é da década de 1980], é evidente que tanto o capital internacional quanto aquele de origem americana se defrontam com uma “fronteira” global que abrange a assim chamada fronteira urbana. Este vínculo entre diferentes escalas e a importância do desenvolvimento urbano para a recuperação nacional e internacional(...) (SMITH, 2007, p. 18)

Isto posto, Smith (1996) argumenta que a fronteira urbana é uma estratégia política e geográfica de reconquista econômica de determinadas áreas do centro das cidades por parte dos agentes empresariais. Portanto, o autor aponta que “a fronteira urbana é, antes de mais nada, uma fronteira no sentido econômico.” (SMITH, 2007, p. 18) Entretanto, o geógrafo ressalta que do ponto de vista da população local, a fronteira torna-se muito mais política do que econômica. Esta assertiva é feita visto que os moradores são constantemente ameaçados de despejo pelo avanço da fronteira da lucratividade.

Nesta investigação, em consonância com Smith (1996, 2007), consideramos que a noção de fronteira urbana é potencialmente ideológica. Como bem aponta Smith (1996), ao passo que a gentrificação adentra nas áreas compostas majoritariamente pela classe trabalhadora, famílias inteiras são removidas e os bairros transformados em espaços burgueses. Dessa forma, o papel da fronteira urbana é dar um caráter “natural”, “inevitável” aos excludentes processos decorrentes da dinâmica espacial em tela. Assim, a classe trabalhadora é vista como não merecedora de estar naquele espaço, seja para moradia ou lazer. Em suma, acredita-se que o objetivo seja o de “dominar” o espaço (e conseqüentemente as pessoas) tido como sem a civilidade alardeada pelo capital. Acreditamos que com o que fora exposto agora (e anteriormente, sobretudo, no Capítulo 2), tenha ficado nítido o caráter de “fronteira” visto pelo grande capital na Zona Portuária.

No que esse assunto toca ao carnaval de rua, de 2012 até 2016 (ano das Olimpíadas do Rio de Janeiro), a Abertura Oficial do Carnaval de Rua foi realizada na Zona Portuária. Uma reportagem do jornal O Globo de 16 de janeiro de 2016¹²² relata como o evento atraiu uma grande quantidade de foliões que participaram pela primeira vez da folia, demonstrando a força da atração exercida pelas novas espacialidades do Porto. Em matéria anterior, de 13 de janeiro de 2013¹²³, um estudante de Juiz de Fora relata a sua paixão pelo carnaval do Rio e diz ser a sua primeira vez em um bloco no Porto. Rita Fernandes, presidenta da Sebastiana, menciona em reportagem do jornal O Globo de 23 de fevereiro de 2020¹²⁴ um destaque à “redescoberta da região portuária”. O texto segue dizendo como após as obras de reestruturação, muitos pontos da Zona Portuária “se transformaram em palcos perfeitos para

¹²²Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/2016/carnaval-de-rua-aberto-oficialmente-na-zona-portuaria-do-rio-18491807>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

¹²³Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/blocos-de-carnaval/circuito-de-blocos-reune-dois-mil-folhoes-na-zona-portuaria-7281663>>. Acesso em: 5 de agosto de 2020.

¹²⁴Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/fim-do-misterio-confira-mapa-secreto-dos-blocos-para-folhoes-anteados-1-24267334>>. Último Acesso em: 02 de agosto de 2020.

cortejos”. No conteúdo, é apontado como diversos blocos de fora da Zona Portuária buscaram a área para realizar seus desfiles. Na Figura 17, retirada de um grupo de *Whatsapp* sobre a localização em tempo real dos blocos, em uma brincadeira com o clássico desenho infantil Caverna do Dragão (em que os personagens entram em um mundo mágico e nunca conseguem sair dele), é possível ter uma noção da atração exercida pela Zona Portuária no carnaval de 2020.

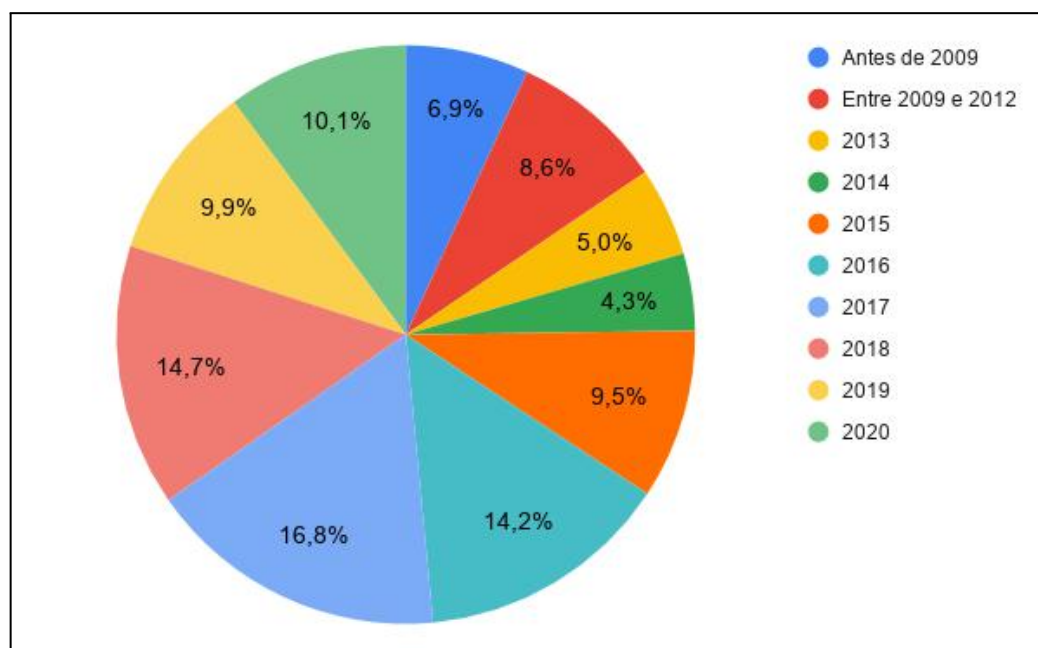
Figura 17: Print retirado de um grupo de *Whatsapp* criado por músicos e foliões, sobretudo de fanfarras, para compartilhar a localização dos blocos em tempo real.



Fonte: *Whatsapp*.

Segundo os dados de nossas entrevistas, o Gráfico 16 aponta o percentual de pessoas e o ano que frequentaram o carnaval de rua na área pela primeira vez:

Gráfico 16: Anos em que os foliões entrevistados foram a um bloco na Zona Portuária pela primeira vez.



Fonte: trabalhos de campo no carnaval de 2020.

É sintomático notar que a maior parte destes foliões frequentou algum bloco na Zona Portuária em um passado recente. Os cinco primeiros anos com a maior porcentagem de foliões que frequentaram blocos na área pela primeira vez encontram-se de 2016 (ano das Olimpíadas no Rio de Janeiro) até o último Carnaval (2020).

Na mesma reportagem do dia 23 de fevereiro de 2020, Rosiete Marinho fala sobre os “prós e contras” acerca da atração de blocos e foliões de fora da Zona Portuária para a área. Segundo Marinho, há uma preocupação com a quantidade de pessoas que passaram a frequentar o local e com os possíveis problemas que isso pode acarretar. Contudo, a presidenta da Liga enxerga uma possível valorização dos pontos históricos da área a partir deste fenômeno. No Quadro 14, é possível ter uma noção da quantidade de blocos não oriundos da Zona Portuária que buscaram o local para a realização de seus eventos.

Quadro 14: Blocos de fora da Zona Portuária que realizaram algum tipo de evento na área durante o período do pré-carnaval e/ou do próprio carnaval.

NOME DO BLOCO	BAIRRO	EVENTO EM LOCAL FECHADO OU NA RUA
Sem Pretensão	Saúde ¹²⁵	Evento na rua

¹²⁵ Grande parte destes blocos sai em formato de cortejo, ou seja, percorrem as ruas da cidade e, por ventura, podem ter passado por mais de um bairro da Zona Portuária ou chegado até a área após iniciar os desfiles. Aqui, contamos com os locais de onde os blocos saíram ou permaneceram a maior parte de seus desfiles.

Filhotes Famintos	Saúde	Evento na rua
Dali Saiu Mais Cedo	Saúde	Evento na rua
Canários do Reino	Saúde	Evento na rua
Tupifi	Saúde	Evento na rua
Marias	Saúde	Evento na rua
Mulheres de Chico	Saúde	Evento em local fechado
Bloco Virtual	Saúde	Evento na rua
Bloco Me Gusta	Saúde	Evento em local fechado
Piratas Ordinários	Saúde	Evento na rua
Bloco das Fridas	Saúde	Evento na rua
CPF do Crivella	Saúde	Evento na rua
Traz a Caçamba	Saúde	Evento em local fechado
Bloco das Tubas	Saúde	Evento na rua
Cordão da Bola Preta	Saúde	Evento em local fechado
Meu Doce Acabou Hoje	Saúde	Evento na rua
Amora	Saúde	Evento na rua
Raggabloco	Gamboa	Evento na rua
Mistérios Há de Pintar	Gamboa	Evento na rua
Boi Tolo	Gamboa	Evento na rua
Ibrejinha	Gamboa	Evento na rua
Techobrass	Gamboa	Evento na rua
Meu doce acabou hoje	Gamboa	Evento na rua
Orquestra Voadora	Gamboa	Evento em local fechado
Kilariô Afrobloco	Gamboa	Evento na rua
Malunguetu	Gamboa	Evento na rua

Besame Mucho	Gamboa	Evento na rua e em local fechado
Panamericano	Gamboa	Evento na rua
Bloco Saymos do Egyto	Santo Cristo	Evento em local fechado
Truque do Desejo	Santo Cristo	Evento em local fechado
Trombloco	Santo Cristo	Evento em local fechado
Que Pena Amor	Santo Cristo	Evento em local fechado
Sereias da Guanabara	Santo Cristo	Evento em local fechado
Agytoê	Santo Cristo	Evento em local fechado
Bunytos de corpo	Santo Cristo	Evento em local fechado
Desce Mas Não Sobe	Santo Cristo	Evento em local fechado
Toco Xona	Santo Cristo	Evento em local fechado
Lambabloco	Santo Cristo	Evento em local fechado
Minha Luz é de led	Santo Cristo	Evento em local fechado
Candy Bloco	Santo Cristo	Evento em local fechado
Fogo e Paixão	Santo Cristo	Evento em local fechado
Cortejo dos Signos	Saúde e Gamboa	Evento na rua
Amores Líquidos	Santo Cristo e Saúde	Evento em local fechado e na rua
Charanga Talismã	Santo Cristo e Saúde	Evento em local fechado e na rua
442	Santo Cristo e Saúde	Evento em local fechado e na rua
Vem Cá Minha Flor	Santo Cristo e Saúde	Evento em local fechado
Bloconcé	Santo Cristo e Gamboa	Evento em local fechado e na rua
O Baile Todo	Santo Cristo, Gamboa e Saúde	Evento em local fechado e na rua

Cracks ¹²⁶	Santo Cristo, Gamboa e Saúde	Eventos na rua
-----------------------	------------------------------	----------------

Fonte: Levantamento realizado pelo próprio autor, em 2020 (metodologia explicada abaixo).

O levantamento foi realizado durante os meses de janeiro e fevereiro e não somente durante os tradicionais quatro dias de folia (em 2020, a própria Prefeitura contou com 50 dias oficiais de folia). Ademais, houve uma grande dificuldade em realizar tal levantamento devido ao fato de a maior parte dos blocos serem considerados como “não oficiais” pela Prefeitura e, assim, não constarem nos registros da Riotur. Posto isto, a metodologia do levantamento consistiu em acompanhar as redes sociais de diversos blocos, páginas em redes sociais e sites ligados à Zona Portuária, sites que divulgam eventos pela cidade, grupos de *Whatsapp* sobre o carnaval, o “boca a boca” de pessoas do meio carnavalesco e visitas periódicas ao Porto. No total, contamos 48 blocos mais os “cracks”. Abaixo, podemos analisar através do Quadro 15 o número de eventos por bairros:

Quadro 15: Distribuição geográfica dos eventos dos blocos de fora da Zona Portuária no carnaval de 2020.

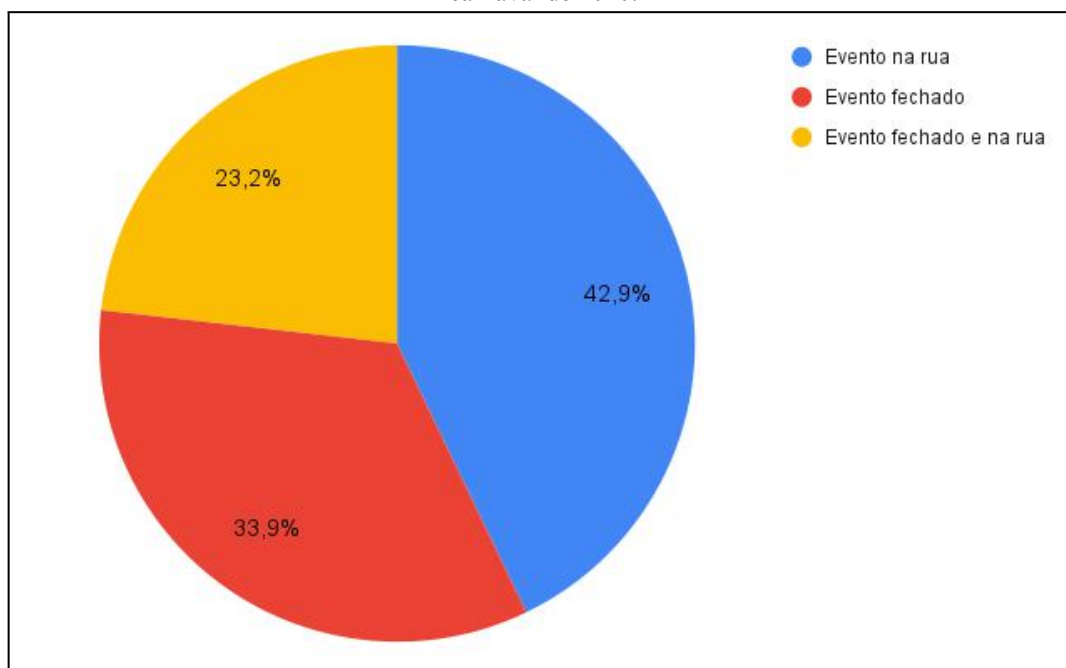
Saúde	17 blocos
Gamboa	11 blocos
Santo Cristo	13 blocos
Santo Cristo e Saúde	4 blocos
Santo Cristo e Gamboa	1 bloco
Saúde e Gamboa	1 bloco
Os três bairros	2 blocos

Fonte: Levantamento realizado pelo próprio autor, em 2020, e já exposto em relação ao Quadro 14.

Naquilo que está relacionado aos número de eventos em locais fechados e/ou na rua, temos um resumo no Gráfico 17:

¹²⁶ “Crack” é uma infeliz denominação que já está popularizada em alguns segmentos do carnaval de rua. A ideia realmente deriva da droga “crack” e intitula as bandas formadas por pessoas que continuam tocando nas ruas (os cracudos), mesmo depois do término de seus desfiles oficiais ou se juntam de maneira espontânea para tocar, por horas e horas seguidas, sem a necessidade de aquele coletivo necessariamente levantar o nome de um bloco.

Gráfico 17: Porcentagem de eventos na rua e/ou fechados realizados por blocos de fora da Zona Portuária no carnaval de 2020.



Fonte: Levantamento próprio, 2021, com a mesma metodologia do Quadro 14.

Sem nos causar grande surpresa, o bairro do Santo Cristo, à exceção dos cracks, teve todos os seus eventos realizados por blocos de fora do Porto em locais fechados. Por lá, é onde podemos encontrar grande número de galpões refuncionalizados que estão abrigando eventos que contam com a participação de blocos. Sobre este assunto, nos debruçaremos, em breve.

Para os blocos do Porto, buscamos as listagens oficiais divulgadas pela Riotur, as redes sociais da Liga de Blocos e Bandas da Zona Portuária e também a metodologia descrita anteriormente. Como a maior parte dos blocos da área é oficial e conta com um número menor de grupos, o levantamento foi mais fácil de ser realizado. No Quadro 16, podemos ver blocos e os seus bairros correspondentes¹²⁷:

Quadro 16: Blocos da Zona Portuária que desfilaram em 2020.

Nosso Bloco	Saúde
Liga de Blocos e Bandas da Zona Portuária	Saúde
Batuque de Ciata	Saúde
Escravos da Mauá	Saúde
Foliões da Prainha	Saúde

¹²⁷ Todos os blocos fizeram eventos na rua.

Banda da Conceição	Saúde
Urubu Malandro	Saúde
Algodão Doce	Saúde
Fique Firme na Favela	Saúde
Escorrega Mas Não Cai	Gamboa
Cordão do Prata Preta	Gamboa
Fiquei Firme	Gamboa
Coração das Meninas	Gamboa
Só Cachaça	Gamboa
Independente do Morro do Pinto	Santo Cristo
Fala Meu Louro	Santo Cristo
Pinto Sarado	Santo Cristo
Eles Que Digam	Santo Cristo
Leão da Pedra	Santo Cristo

Fonte: Riotur, Liga de Bandas e Blocos da Zona Portuária e levantamento realizado pelo próprio autor, em 2020.

Ao longo da pesquisa, notamos uma questão crucial à compreensão de nosso tema: a maior parte dos blocos originários da Zona Portuária possuem características distintas da maior parte dos blocos que passaram a chegar na área após a “redescoberta” do local por parte do carnaval de rua. Nos blocos que estão chegando, observamos a predominância de blocos temáticos¹²⁸, (neo)fanfarras, blocos livres (em que qualquer pessoa com um instrumento pode chegar e tocar), blocos com estilos variados como, por exemplo, funk, ritmos de outros países da América Latina, pagode e até mesmo ao estilo de música eletrônica, com mistura de músicos amadores, semiamadores e até mesmo profissionais, blocos com temática ativista explícita, que não demandam grandes (às vezes nenhuma) estruturas para desfilarem (aqui, mais uma característica, são blocos que costumam realizar cortejos), grande número de jovens e da Classe Média. Segundo Herschmann (2013, 2014), esses blocos estão ligados ao novo *boom* no carnaval de rua da cidade, principalmente da área central, que tem início em meados

¹²⁸ Em um movimento mais recente, por volta de meados da primeira década do século XXI, começou a surgir uma série de blocos temáticos nas ruas do Rio de Janeiro (principalmente na área central), como, por exemplo, blocos em homenagem aos cantores Gilberto Gil, Tim Maia, Caetano Veloso, Beyoncé, só de funk ect.

da primeira década do século XXI e está diretamente ligado à Classe Média, sendo esta última informação crucial ao nosso objeto. Nas palavras de Herschmann (2013):

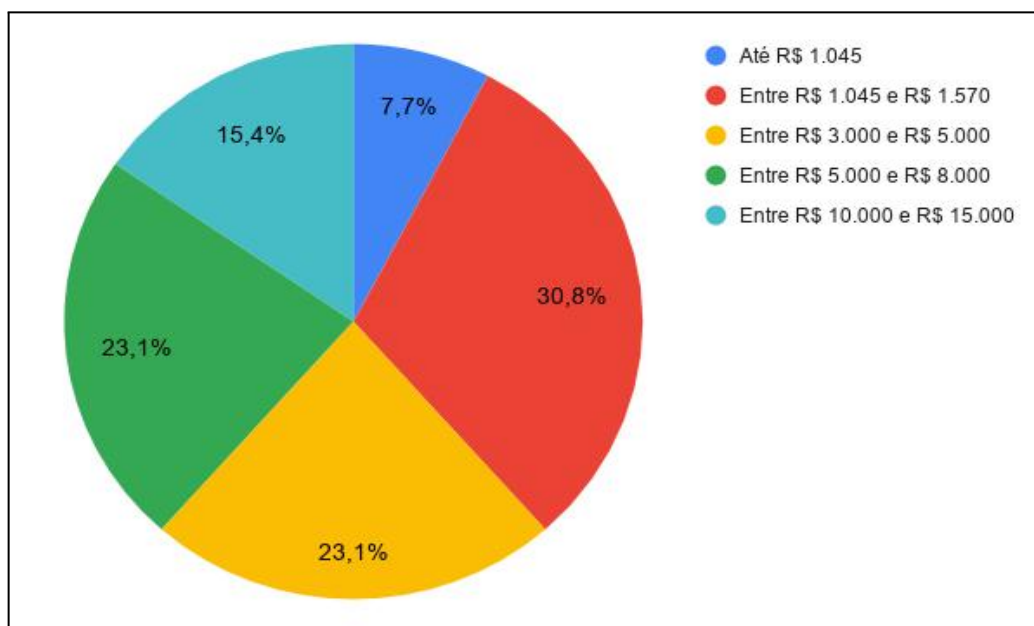
É importante destacar que este crescimento do Carnaval de rua carioca continua ser resultado de um engajamento de foliões de classe média (inclusive nota-se que a média de idade dos envolvidos na festa vem caindo nas últimas décadas significativamente): a sensação que se tem ao assistir a festa é que esses cortejos de rua estão se convertendo, cada vez, mais em uma forma de entretenimento “juvenil”. (...) E, a “segunda onda”, que começou na segunda metade da década inicial do século 21, que veio se somar ao movimento sociocultural existente, e que colocaram no epicentro os blocos temáticos, os blocos das fanfarras, os cortejos de rua que incorporam outros ritmos (e outros gêneros musicais atípicos do mundo do samba) e, ainda, os blocos que estão ligados à trajetória de músicos profissionais. (HERSCHMANN, 2013, p. 276)

Para os blocos do Porto, constatamos uma maior homogeneidade. Observamos maior proximidade com as características dos chamados blocos de embalo (também conhecidos como blocos de empolgação). À exceção das competições entre os blocos, percebemos muitas semelhanças, pois os blocos de embalo são criados nos bairros (mais populares) onde desfilam (FERNANDES, 2019), sem obrigatoriedade de alegorias e enredo (característica dos blocos de enredo), com camisetas padronizadas (FERREIRA, 2016), carros de som, sambas enredo próprios do bloco (que por muitas vezes são escolhidos anualmente em disputas), “rainha de bateria”, demandam de certa infraestrutura para desfilar, com um número considerável de moradores do bairro de origem participando da folia etc. Victor Goldberg (Presidente do Fala Meu Louro), nos relatou, por exemplo, sobre as disputas que o bloco empreendeu outrora com os blocos Cacique de Ramos e Bafo da Onça, ambos definidos como blocos de embalo por Fernandes (2019). Após décadas sem desfilar, mesmo não competindo mais, Victor relata o seguinte: “(...)podemos dizer que passamos por transformações desde o último resgate, nosso retorno em 2013, **como bloco de embalo**, trouxe a essência do que fomos para no que podíamos nos tornar agora(...)” (Destaque nosso). As diferentes características entre os blocos originários da Zona Portuária e aqueles que estão vindo de fora para realizar seus desfiles na área contribuem para diferenças também no perfil médio do público que acompanha os respectivos desfiles. Cabe ressaltar que, mesmo com características díspares, todos os estilos dos grupos ditos se consideram como “blocos”. Assim, optamos por tratar os blocos de fora do Porto e os da área apenas como “blocos”, mas tendo em mente que eles guardam grandes diferenças entre si, até mesmo no perfil de público que os acompanha.

Dando prosseguimento, sinalizamos que, durante o levantamento primário realizado, apenas pouco mais de 2% dos mais de 500 entrevistados disseram residir no Porto. Inicialmente, este número pode causar certo espanto, mas entendemos que ele pode ser visto

com certa naturalidade, pois com a grande quantidade de público nos blocos, é de se esperar que haja uma maioria esmagadora de não moradores. Abaixo, podemos examinar no Gráfico 18, a renda média mensal dos moradores entrevistados em blocos da Zona Portuária no carnaval de 2020:

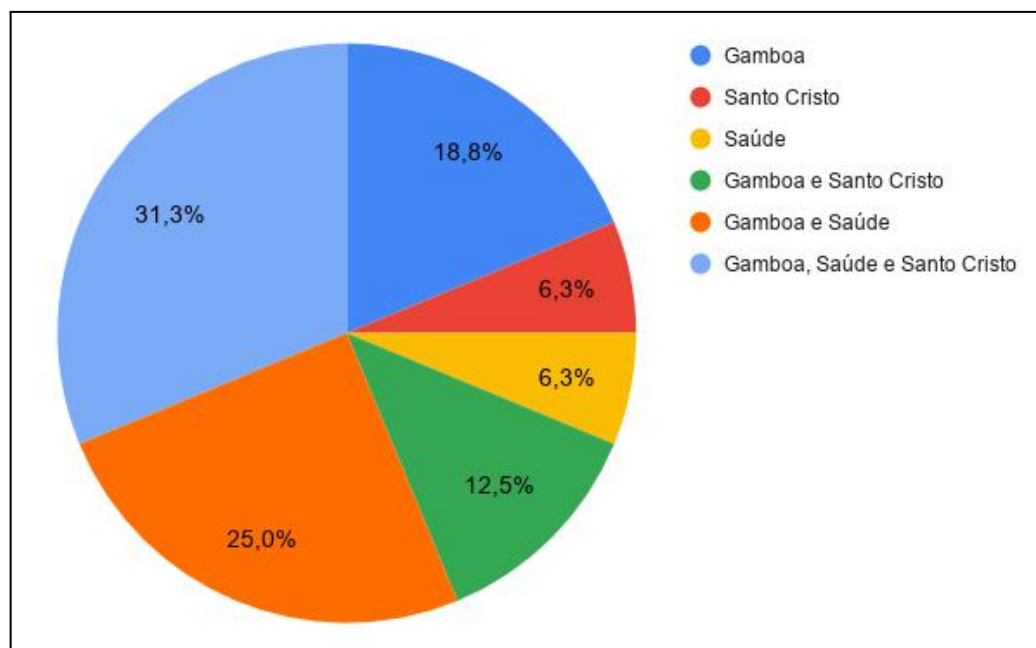
Gráfico 18: Renda dos foliões residentes na Zona Portuária.



Fonte: Trabalhos de campo no carnaval de 2020.

Em entrevista durante um dos trabalhos de campo realizados, um casal nos relatou que residia na área há poucos anos. Anteriormente, eles moravam na favela da Rocinha, na Zona Sul da cidade, e foram para o Porto devido à guerra entre facções rivais que aconteceu na favela em 2017. Inicialmente, segundo os entrevistados, o plano não era residir na Zona Portuária, porém, uma das pessoas relatou ser advogada e disse trabalhar no “novo” prédio da empresa L’Oréal, localizado na Av. Barão de Tefé, 27 - Saúde. Essa moradora foliã nos expôs sobre o quanto era benéfico para eles estarem residindo na Zona Portuária. Antes, eles afirmaram que era muito “complicado” chegar ao centro da cidade para trabalhar e se divertir e que, devido a isto, nunca haviam frequentado um bloco no Porto. A seguir, podemos observar no Gráfico 19 os bairros que moradores da área frequentaram blocos durante o Carnaval de 2020.

Gráfico 19: Bairros que moradores da Zona Portuária frequentaram blocos também nesta zona no Carnaval de 2020



. Fonte: trabalhos de campo no carnaval de 2020

Dentre os quase 98% que disseram não residir no Porto, os cinco primeiros bairros com maior número de foliões são, respectivamente: 1- Tijuca; 2- Botafogo; 3- Copacabana; 4- Glória; 5- Laranjeiras. O Quadro 17 possui uma comparação entre a renda média mensal dos cinco bairros citados e as dos bairros aqui estudados. Para esta análise utilizamos os dados do último Censo.

Quadro 17: Renda média mensal *per capita* em 2010 nos bairros estudados e nos cinco primeiros bairros com maior número de entrevistados no carnaval de 2020.

	Tijuca	Botafogo	Copacabana	Glória	Laranjeiras	Saúde	Gamboa	Santo Cristo
Renda média mensal <i>per capita</i> população total	R\$2.314	R\$3.014	R\$3.032	R\$2.223	R\$3.250	R\$681	R\$468	R\$551
Renda média mensal <i>per capita</i> favelas	R\$369	R\$459	R\$489	X	R\$493	X	R\$301	R\$308

Fonte: IBGE, 2010.

É possível notar, com os dados do último Censo, a grande disparidade entre a renda média mensal *per capita* da população total nos cinco primeiros bairros com mais foliões em 2020 e a mesma renda nos bairros estudados. Uma maior homogeneidade fica à cargo da renda média mensal *per capita* nas favelas em todos os bairros, mas mesmo nesses espaços, as rendas nos bairros estudados ficam abaixo. É ainda possível observar que as rendas das favelas em dois bairros dos cinco primeiros em foliões no carnaval de 2020 ficam acima da renda da população total no bairro da Gamboa, por exemplo.

Analisando outra matéria¹²⁹, do ano de 2015, mais especificamente de 24 de janeiro, uma reportagem do jornal O Globo alega que os blocos de carnaval da área ainda “mantêm clima romântico dos antigos carnavais” e que isso se configura como um fator de atração de novos foliões. Já nas primeiras frases do texto, nos deparamos com o seguinte conteúdo: “A Zona Portuária atrai a cada ano mais gente interessada em pular tranquilamente o carnaval. Com uma diversidade de blocos, a região tem chamado a atenção pela folia romântica e ainda inocente da festa de Momo.” Seguindo com essa proposta, a redação afirma que “muitos foliões já foram seduzidos pela folia desse canto da cidade.” Para embasar tal afirmação, o jornal expõe uma entrevista com um morador do Humaitá, bairro nobre da cidade, que afirma gostar “de curtir a folia na Zona Portuária”, pois, segundo ele, há muita história no local. Na mesma reportagem, a presidenta da Liga Portuária ressalta que a ideia é “fazer do Largo da Prainha o melhor e maior ponto de carnaval do Rio.” Em uma reportagem veiculada também em 2015¹³⁰, mas dessa vez em 15 de fevereiro, o jornal fala sobre o bloco Banda da Conceição. A proposta do texto também caminha em direção à construção de um resgate do carnaval de rua na área. Logo no início, é mencionada a volta da Banda que havia ficado três décadas sem desfilar. Shikko Alves, um dos organizadores do bloco, nos contou, em entrevista concedida em 2021, que a volta do bloco não teve nada a ver com a OUC. Diferentemente do apontado na reportagem, a banda voltou a tocar em 2008 e não em 2009 (ano do início da OUC). Sobre a temática, as respostas dos organizadores dos blocos do Porto durante as entrevistas realizadas foram unânimes em dizer que a volta ou crescimento de seus blocos nada tem a ver com a OUC. Fábio Sarol, por exemplo, ao ser perguntado se o crescimento do bloco Prata Preta (fundado em 2005) tinha relações com a OUC Porto Maravilha, nos respondeu o seguinte:

¹²⁹Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/2015/blocos-de-rua/blocos-da-zona-portuaria-mantem-clima-romantico-dos-antigos-carnavais-15123023>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

¹³⁰Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/2015/blocos-de-rua/banda-da-conceicao-criada-em-1973-lembra-como-e-ra-carnaval-de-antigamente-em-cortejo-no-morro-15348055>>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

(...)mas o bloco não precisou desse *boom* [da OUC] pra ser... porque o bloco a cada ano foi crescendo mais e mais por causa, assim, de manter... mas acho que [a OUC] não ajudou o bloco. Assim, não ajudou o bloco não, acho que as pessoas que queriam fugir dos blocos grandes, que começou também a explodir muitos blocos e veio pra cá porque é um carnaval ainda pequeno, né?! Mas hoje já tá um pouquinho grande, né? Mas a gente tenta manter a mesma essência. (Fabio Sarol em entrevista, 2021)

Em consonância com o dito por Sarol, quando perguntados sobre o porquê da escolha de um bloco na Zona Portuária, muitos foliões e folionas disseram que buscavam blocos menores e/ou mais vazios. Além disso, um número considerável de pessoas relatou ter ido aos blocos através de indicações de amigos. Majoritariamente, as pessoas responderam que o gostar especificamente dos próprios blocos que se apresentaram no local foi o motivo da escolha. Para as(os) organizadoras(es) dos blocos de fora do Porto, quando indagados sobre o motivo de levarem seus desfiles para a área, as respostas foram mais direcionadas para pontos como maior espaço, menor impacto no trânsito, local menos visado que a Zona Sul da cidade (e que consequentemente os blocos ficariam mais vazios) e até mesmo pela história do local, como é o caso do bloco Malungüetú, composto apenas por pessoas negras. Em entrevista concedida a nós em 2021, Sancho Araújo, músico profissional e um dos organizadores do bloco Malungüetu, nos contou que o ano de 2020 foi o segundo ano de desfile do bloco e o primeiro que o bloco realizou o seu cortejo na Zona Portuária. Questionado sobre os motivos da ida para o Porto, Araújo nos disse o seguinte:

Então, a ideia partiu de que a gente saiu ali da Zona Portuária, foi pelo fato de ali ser um dos maiores recebimentos do corpo preto, né?! da escravização, os escravos chegavam por ali, os escravizados chegavam por ali e seguiam por aquele caminho, ali que era o caminho do sofrimento. Numa das pesquisas que a galerinha até expôs pra gente, é que corpos ali, eles muitas das vezes eram quase comidos que vivos por urubus, porque chegavam doentes como um tomate podre, né?! Na feira, ele ficava lá largado no canto, então, ele ficava ali largado, não tinha comida, não tinha nada e era isso, ficava ali isolado até o dia da morte. E a gente decidiu fazer aquele caminho que foi um caminho bem punk, assim, né?! Uma energia bem *sinistrona*, mas seguindo por esse caminho com o protagonismo, com a festa, embora com bastante respeito à ancestralidade, a tudo que aquilo ali foi no passado, mas também levando essa alegria, né?! Levando toda a conquista que a gente conseguiu, que também já vem da partida dos antepassados, né? Pra gente poder tá onde a gente tá agora podendo fazer essa alegria é porque teve muito sangue, muito sofrimento atrás. Então, a gente foi também com essa forma de agradecimento. (Entrevista com Sancho Araújo, 2021)

Esse forte e verídico depoimento de Araújo nos traz uma grande reflexão sobre os conflitos entre as ideias dos agentes hegemônicos para se apropriar da cultura negra local à favor de seus lucros (lembremos de Washington Fajardo sugerindo em matéria do jornal O Globo¹³¹ utilizar-se do “singular e precioso valor da cultura negra da área” como forma de

¹³¹ A reportagem encontra-se no Capítulo 2 deste trabalho.

atração de investidores) e a luta do povo negro para resgatar a sua cultura como mais uma forma de resistência, até mesmo (e por que não?) através de um bloco de carnaval.

Outra matéria sobre o Carnaval de 2020¹³² também faz menção especificamente à espacialidade dos blocos. O conteúdo versa sobre como o aumento do número de blocos na cidade, sobretudo os não oficiais, tem feito que espaços que outrora foram pouco explorados pelo carnaval de rua, e consequentemente pelo público específico que frequenta esses blocos¹³³, passaram a ganhar destaque. Como é possível observar na Figura 18, O “Porto Maravilha” é mencionado e são evidenciados o Boulevard Olímpico e o Cais do Valongo.

Figura 18: Matéria do jornal O Globo que aponta os locais “descobertos” ou “redescobertos” pelo Carnaval de Rua.



Fonte: Jornal O Globo. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/fim-do-misterio-confira-mapa-secreto-dos-blocos-para-folhoes-anteados-1-24267334>>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

¹³²Disponível

em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/fim-do-misterio-confira-mapa-secreto-dos-blocos-para-folhoes-anteados-1-24267334>>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

¹³³ Como visto, Herschmann (2013) aponta como que o crescimento do carnaval de rua no Rio de Janeiro durante o século XXI está ligado à Classe Média Carioca.

Em outra reportagem, no dia 23 de fevereiro de 2020¹³⁴, é relatado de que forma o bloco Boi Tolo, que segundo o jornal é o “bloco mais desafiador do Rio”, partiu da Zona Portuária (em frente ao AquaRio) com o seu já tradicional cortejo. Na Figura 19, vemos o cortejo passando pela rua Camerino.

Figura 19: Cortejo de 2020 do Bloco Boi Tolo passando pela Rua Camerino, próximo ao Jardim Suspenso do Valongo e ao fundo o prédio da Central do Brasil.



Fonte: Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/bloco-mais-desafiador-do-rio-boi-tolo-faz-cortejo-sem-boiada-24267182>> . Acesso em: 07 de agosto de 2020.

O bloco não tem itinerário, não há ensaios, não paga e nem recebe nenhum dinheiro e a banda é formada por literalmente qualquer pessoa que chegue na hora com algum instrumento e queira tocar. Raphael Nunes, geógrafo e um dos facilitadores¹³⁵ do Boi Tolo, nos concedeu uma entrevista, em 2021. Ele nos relatou que os facilitadores são pessoas que conhecem bem o bloco, que têm uma “sensibilidade” maior com o carnaval de rua, com os problemas técnicos que um desfile pode causar e possuem maior expertise na organização do evento, mas que sempre compreendem que o bloco é livre, ou seja, não há uma diretoria.

Ao chegarmos à Zona Portuária para um trabalho de campo neste bloco, realizamos uma entrevista com dois turistas da cidade de São Paulo que também estavam à procura do

¹³⁴Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/bloco-mais-desafiador-do-rio-boi-tolo-faz-cortejo-sem-boiada-24267182>> . Acesso em: 07 de agosto de 2020.

¹³⁵ Raphael nos explicou que há cerca de cinco, seis pessoas que se reúnem para organizar melhor o desfile, mas que se consideram como “facilitadores” e não diretores.

cortejo, pois este já havia começado a andar e não sabíamos tão bem para onde. Os turistas relataram que já estiveram antes no carnaval de rua do Rio, mas que era a primeira vez que iam até um bloco no Porto. Inicialmente, não nos identificamos enquanto pesquisador. Assim, ao serem questionados sobre a opinião acerca do processo de transformações (reestruturação) espaciais da área, uma delas, que se identificou como arquiteta, disse que o processo estava sendo “muito benéfico à região”, pois antes o local era “abandonado”, mas que agora estava passando por uma “ótima revitalização”. No texto da reportagem, há uma entrevista com um turista português que relatou ter ido ao bloco por indicação de amigos brasileiros: “soube desse desfile pelos meus amigos daqui do Brasil. Eu estava na Sapucaí, virei a noite e aqui estou. Acho esse carnaval de rua maravilhoso, vale a pena.” A matéria equivoca-se ao dizer que este foi o primeiro evento do bloco na área. Inclusive, Raphael Nunes nos disse que há cerca de cinco/seis anos, o Boi Tolo realiza eventos na área em conjunto com o bloco local Prata Preta. Segundo Nunes, a ideia era levar as pessoas para conhecer a realidade da Zona Portuária. Por isso, os cortejos, ainda de acordo com Nunes, subiam alguns morros da área, passavam por praças e outras áreas do local. Segundo o geógrafo, o evento passou a ficar muito cheio, sendo impraticável a sua realização. Quando questionado sobre o porquê de o bloco (Boi Tolo) ter escolhido a área para iniciar o seu desfile em 2020, Nunes apontou que:

Primeiro que a gente tem uma relação muito forte com a cidade, né? Com as praças, com os espaços públicos e quando inaugurou lá a Praça Mauá, a nova Praça Mauá, o primeiro bloco que fez o evento lá foi exatamente o Boi Tolo, no entendimento que a gente precisa disputar a cidade, né? Precisa ocupar os espaços públicos, entendendo os espaços públicos como espaços democráticos, que tem que ser democrático e de todo mundo. E a melhor representação que a gente tem pra isso é exatamente o Boi Tolo, né? Então, pra nós, ali, a Praça Mauá, aquela região portuária e tudo mais, inclusive pelo próprio pensamento elitista, mercadológico da Prefeitura era [o melhor lugar para] fazer o contraponto. Então, a gente entende aquele espaço lá como sendo o espaço do povo, né? Carnaval é do povo. Os espaços são do povo. Carnaval não vai se manifestar se não for pelo povo. E o carnaval não vai se manifestar se não estiver nos espaços públicos. Principalmente, os grandes espaços públicos. Então, os grandes espaços públicos precisam ser espaços democráticos, livre de comércio, livre da mercantilização, das concorrências. Enfim, tem que ter espaços abertos pra população usufruir do próprio carnaval do jeito que ela bem entender. Então, a gente ocupa o espaço ali da Região Portuária entendendo que é um dos espaços principais da cultura do carnaval, desde o tempo da Tia Ciata, desde o tempo da Praça Onze, ali é a pequena África, né? Então, é um espaço que tem que se manter assim, né? um espaço do povo, um espaço público, como bem público mesmo. (Raphael Nunes em entrevista, 2021)

É importante frisar que o pensamento estruturante do Boi Tolo em relação ao carnaval de rua e ao espaço urbano, exposto para nós através da entrevista acima, é também o pensamento com o qual optamos caminhar neste estudo.

Adentrando em uma outra seara da discussão, como vimos no Gráfico 17, nem só de desfiles pelas ruas viveram os blocos que frequentaram o espaço do Porto. Os eventos em ambientes privados, mas de uso coletivo, como, por exemplo, os antigos galpões refuncionalizados, ganharam força nos últimos anos. O espaço HUB RJ, localizado no Santo Cristo, conta com mais de sete mil metros quadrados e durante o dia funciona como incubadora de empresas de coworking em diversas áreas ligadas à cultura. À noite, são realizados variados eventos, incluindo alguns com a participação de blocos de carnaval. Segundo Bruno Souza, um dos sócios do imóvel, em entrevista ao jornal O Globo em 7 de dezembro de 2018¹³⁶, a HUB RJ é associada ao Impact HUB, uma agência mundial de “impacto social” com espaços em mais de 50 países e sede na Áustria. Nesse local, diversos blocos de fora da Zona Portuária realizaram eventos ao longo do ano, geralmente, durante o verão. Os eventos são privados, por muitas vezes, havendo cobrança de ingressos e é vedada a entrada com alimentos e bebidas, sendo a consumação exclusiva nos bares do espaço. Sobre este tipo de intervenção (refuncionalização), Albinati (2017) orienta qual é a visão da OUC Porto Maravilha:

A retórica da conquista, recontada dentro da estratégia utilitária do planejamento urbano neoliberal, apropria-se do patrimônio como valor de troca, relegando a segundo plano o valor de uso que possa ter como referente de memórias ainda vivas no imaginário social. Esse gênero de discurso sobre o patrimônio é a base do processo de patrimonialização promovido no âmbito do projeto Porto Maravilha. Nesse processo, o patrimônio material é pensado como recurso estético, emprestando um “quê” de nostalgia a uma nova urbanidade que já não toma como referência os processos históricos a que esses imóveis e objetos se referem. As diferentes técnicas construtivas que compõem a fachada de um sobrado antigo, por exemplo, não importando quais sejam, servem como aditivo culturalizante para o mercado imobiliário que vai dispor desse imóvel ou para algum tipo de negócio que venha a se instalar nele. (ALBINATI, 2017, p. 30)

Na Lei Complementar 101, mais especificamente na alínea “a” do inciso II do Artigo 38, diz que:

(...)as edificações situadas na área da Operação Urbana Consorciada que não sejam tombadas, preservadas, não tenham indicação para tombamento, e cujas características morfológicas tais como fachadas, ornatos, tipologia etc sejam importantes como referência para a memória, para paisagem urbana e para a identidade cultural da área portuária da Cidade poderão ser mantidas, total ou parcialmente, fisicamente integradas a um novo empreendimento, visando promover a simultânea valorização de estruturas antigas e de novas construções no processo de revitalização da área. (LEI COMPLEMENTAR 101, Artigo 38, inciso II, alínea “a”).

¹³⁶Disponível

em: <https://oglobo.globo.com/rioshow/galpoes-pela-cidade-abrigam-festas-shows-eventos-23285420>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

Como já mencionado, a Cdurp realiza relatórios trimestrais sobre o andamento da OUC. Em seu primeiro relatório trimestral de 2020, a empresa divulgou um quadro com as atividades culturais, esportivas e eventos na AEIU que obtiveram parecer favorável da empresa. Realizamos uma adaptação e apresentamos abaixo os eventos relacionados aos blocos. No Quadro 18, estão apenas os eventos que passaram pelo crivo da Cdurp. Cabe um destaque de que conseguimos levantar a informação de que outros blocos também realizaram este tipo de evento (Quadro 16).

Quadro 18: Eventos em espaços fechados aprovados pela Cdurp que contaram com a participação de blocos de fora do Porto, no primeiro trimestre de 2021.

DATA(S)	LOCAL	DESCRIÇÃO DO EVENTO
03/01, 04/01, 05/01 e 06/01/2020	NAU (Núcleo de Ativação Urbana)	Ensaio de Blocos
04/01 a 05/01/2019	HUB RJ	Candy Bloco
08/01, 09/01, 15/01, 16/01, 22/01, 23/01, 29/01, 30/01/2020	NAU	Ensaio Vem Ca Minha Flor
12/01, 13/01, 26/01 e 27/01/2020	NAU	Ensaio Tocoxona
14/01/2020	HUB RJ	Ensaio de Verão do Bloco Amigos da Onça
19/01/2020	NAU	Rio Popline Festival
21/01 e 22/01/2020	HUB RJ	Ensaio de Verão do Bloco Amigos da Onça
28/02 e 29/02/2020	HUB RJ	Ensaio de Verão do Bloco Amigos da Onça
30/01, 31/01, 06/02, 07/02/2020	NAU	Verão Tocoxona
31/01, 01/02, 03/02/2020	NAU	Meu Carna é Funk
04/02 e 05/02/2020	HUB RJ	Ensaio de Verão do Bloco Amigos da Onça
05/02, 06/02, 12/02, 13/03, 19/02 e 20/02/2020	NAU	Ensaio do Vem Ca Minha Flor
11/02, 12/02, 18/02 e 19/02/2020	HUB RJ	Ensaio de Verão do Bloco Amigos da Onça

13/02, 14/02, 27/02 e 28/02/2020	NAU	Tocoxona
20/02/2020	Museu do Amanhã	Baile do Sargongue

Fonte: Cdurp

Como podemos observar através da leitura do quadro acima, o período carnavalesco de 2020 foi movimentado na Zona Portuária no que tange aos eventos fechados com a participação de blocos de fora do Porto. Buscando compreender mais da dinâmica desses eventos, além de trabalhos de campo nos próprios eventos, realizamos entrevistas com organizadoras(es) de blocos que tocaram em locais fechados no Porto durante o carnaval de 2020. Começamos com um bloco que realizou uma quantidade considerável de eventos, o Vem Ca Minha Flor. Na Figura 20, observamos um desses eventos.

Figura 20: Evento realizado no Pier Mauá com participação do bloco Vem Ca Minha Flor. Chamada para o evento, preços e descrição das atrações.

The image shows a mobile view of the Sympla event page for 'Carna On-Pier | Pré-Carnaval Oficial 2020'. On the left is a promotional poster for the event on February 15th at Pier Mauá, featuring the text 'ATRACÃO CONFIRMADA' and 'VEM CÁ MINHA FLOR CARNA ON-PIER'. The main content area displays the event title, location (Armazém 1 - Pier Mauá - Rio de Janeiro, RJ), and dates (15-16 Feb 2020). Below this is a list of ticket options with prices and availability. On the right, there is a section for 'Carnavalize-se! Confira a programação completa:' which lists the date, featured blocos (Mulheres de Chico, Vem Cá Minha Flor, O Baile Todo - O Bloco, TechnoBrass), and DJs (DJ Guiga + DJ Docinho, Yasmim Vilhena, DJ Julio Rodrigues, DJ Ingrid Nepomuceno, DJ Lobão). At the bottom, there are links to purchase tickets directly and a promotional code.

Fonte: Instagram e Sympla Eventos¹³⁷.

¹³⁷ A primeira imagem é um *print* tirado de uma “história” no Instagram do bloco. Como relatado em outra nota, as histórias postadas no Facebook (e no Instagram) ficam no ar por apenas 24 horas, não sendo possível apresentar o link. A segunda e terceira imagens são prints do sítio eletrônico Sympla. O site, que é destinado à promoção de eventos, tira os eventos já realizados do ar, ou seja, também não é possível disponibilizar os links.

Em entrevista que nos fora concedida em 2021, Leonardo Guidolini, organizador e um dos fundadores do bloco, nos contou como surgiu o bloco e o que pensam os organizadores do Vem Ca Minha Flor:

Então, foi em dois mil e quatorze. Quatorze ou quinze, já nem lembro porque sou ruim de gravar a data que as coisas começam. É.. a gente antes, não tinha nem nome, a gente pensou em criar um bloco mesmo pra sair e se divertir, sendo que a gente começou a levar um pouco mais a sério. Surgiu o nome antes um pouco desse processo, né? Vem Ca Minha Flor e foi isso, cara, foi crescendo, foi crescendo, a galera foi comprando a ideia e é um bloco que tem uma pegada maneira, assim, bem leve, bem tranquila. É politizado sem ser politizado, a política que a gente faz, a política, não, a militância nossa é estar na rua fazendo, prestando um serviço de ação cultural, né? (Leonardo Guidolini em entrevista, 2021)

Perguntamos a Guidolini como o bloco fazia para arcar com os custos do carnaval. Como resposta, o produtor cultural nos informou que são realizadas apresentações, (com a formação da banda reduzida, mas em nome do bloco) em casamentos, aniversários, formaturas etc que garantem uma parte dos custos. Ele também nos contou que em algumas oportunidades já tiveram apoio da Ambev e de outras marcas menores, mas que esses patrocínios são muito incertos. Além disso, o bloco conta com oficinas musicais em que há o pagamento de mensalidade por parte dos aprendizes. As oficinas costumam acontecer na Praça Paris, na Glória. Sobre onde a maior parte dos músicos mora, Leonardo nos disse o seguinte:

O Vem Ca, como a maioria do Carnaval ali do Centro, assim, a galera que toca, a massa é dali, a massa é daquela região. A gente identifica os que são de fora, que são de Campo Grande, são da Baixada, são de outro lugar, a gente identifica logo. É até maneiro, porque a galera que é de fora rola essa identificação e ela geralmente se aproxima, mesmo a de outros blocos. Mesmo as que são de outros blocos acaba ficando, porque a gente tem ali uma massa já de músicos, né? antigamente, era um pouquinho, mas hoje em dia, a gente tem uma massa de músicos e não tô falando só no Vem Ca, tô falando em todos os blocos e coletivos, e todo mundo que é meio de fora dali se conhece, mesmo não tocando junto se conhece, é um pouco assim. (Leonardo Guidolini em entrevista, 2021)¹³⁸

Essa explanação de Guidolini é muito importante, pois, ao longo da pesquisa, observamos situação semelhante para a esmagadora maioria dos blocos de fora da Zona Portuária que realizaram algum tipo de evento na área no carnaval de 2020. Quando perguntado sobre como funcionaram especificamente os eventos realizados no Porto, o organizador do bloco Vem Ca Minha Flor explicou o seguinte:

¹³⁸ Leonardo Guidolini, juntamente a seu irmão gêmeo, Bernardo Guidolini, são moradores de Campo Grande, bairro da Zona Oeste do Rio. Além de serem fundadores do bloco Vem Ca Minha Flor, os irmãos fundaram o Cordão da Bola Laranja, no bairro de Campo Grande. O bloco guarda características dos blocos de fanfarras, que, basicamente, são vistos apenas no eixo Centro-Zona Sul. Estivemos presentes no primeiro desfile do bloco no bairro e acreditamos que esta é uma grande iniciativa para a popularização desse estilo de bloco que, por ora, está mais ligado à Classe Média Carioca..

Lá, a gente divide a produção. Nós entramos com todo o artístico, é a gente que entra. Aí, a gente usa o caixa do bloco pra pagar ou a gente faz o investimento e o dono do espaço ele investe os outros cinquenta por cento, que é estrutura, *staff*, toda a produção física e a gente entra com a produção artística. A contratação a gente teve MC Carol, Tati Quebra Barraco, Furacão 2000, isso a gente que paga. Aí, dentro do nosso grupo, a gente divide o valor e consegue financiar. Às vezes, pega de uma apresentação que já está paga. É assim... é chutando o balde. (Leonardo Guidolini em entrevista, 2021)

Figura 21: Evento do bloco Vem Ca Minha Flor com a participação de Mc Carol, Furacão 2000 e os blocos 442 e Charanga Talismã.



Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CUdE2S_JELi>. Acesso em 25 de novembro de 2021.¹³⁹

Outro bloco que realizou grande número de eventos fechados no Porto é o Amigos da Onça. Dada a periodicidade semanal dos chamados Ensaios de Verão, que aconteciam em um

¹³⁹ A primeira imagem é uma história.

galpão refuncionalizado no Santo Cristo, e que 2020 foi a terceira temporada do evento, consideramos como fundamental melhor compreender as nuances desse processo. Dessa forma, tentamos contato por diversos meios para realizar uma entrevista com algum organizador do bloco. Até mesmo um ex-integrante do bloco conhecido nosso mandou mensagens diretamente para o telefone celular de um dos fundadores do bloco e para o músico responsável pela oficina do instrumento que este nosso conhecido tocou no bloco, mas não tivemos respostas. Uma vez exposta essa dificuldade, sinalizamos que conseguimos as informações que serão prestadas abaixo através de uma *live* realizada no projeto já mencionado anteriormente do bloco Comuna que Pariu. A transmissão foi realizada no dia 08 de julho de 2020, contou com Diego Nogueira, professor de Educação Física e um dos organizados do Amigos da Onça, e pode ser acessada através do link presente na seguinte nota de rodapé¹⁴⁰. De acordo com Diego, o bloco começou a desfilar por volta do ano de 2012 e surgiu a partir de uma banda de amigos que queria brincar o carnaval. Com o passar dos anos, o bloco cresceu e necessitou-se, segundo Nogueira, da criação de um coletivo para organizá-lo. O bloco desfilou por muitos anos pelas ruas do Centro (os desfiles nunca ocorreram na Zona Portuária), mas seus três últimos cortejos foram realizados na Zona Sul da cidade. Segundo Diego, há três temporadas que o bloco realiza os Ensaios de Verão (semanais, às terças) no Espaço Hub. Os eventos costumam começar em dezembro e irem até o carnaval seguinte. O jornal O Globo noticiou em algumas oportunidades¹⁴¹ os eventos que, por vezes, contaram com a participação de outros blocos convidados. A Figura 22 aponta a descrição de um evento.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B9VW_KntQi0>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

¹⁴¹ Disponíveis em:

<<https://oglobo.globo.com/rioshow/bloco-amigos-da-onca-recebe-heavy-baile-para-ensaio-no-porto-23426615>>;
<<https://oglobo.globo.com/rioshow/amigos-da-onca-convida-bloco-vem-ca-minha-flor-para-pre-carnaval-no-porto-23389564>>;
<<https://oglobo.globo.com/rioshow/bloco-amigos-da-onca-convida-agytoe-para-ensaio-de-carnaval-23408209>>.

Acessos em: 05 de agosto de 2020.

Figura 22: Evento no Santo Cristo do bloco Amigos da Onça.

The image shows a social media post on the left and a ticket listing on the right. The social media post features a vibrant stage scene with performers in colorful costumes. Text on the post includes: 'blocoamigosdaonça Patrocinado', 'TERÇA 04/02 20H - HUB RJ', 'ensaios de VERÃO', 'BANDA AMIGOS DA ONÇA', and '+ PARTICIPAÇÃO BK'. At the bottom of the post are logos for sponsors and a 'Comprar agora' button. The ticket listing on the right is from Sympla.com.br and details the event 'Ensaios de Verão - BK + Pedro Luís + DJS ZEDOROQUE E ZEH PRETIM + DJ Afrolai' at HUB RJ, Rio de Janeiro, RJ, on February 4, 2020, from 20h to 04h. It lists five ticket lots, all of which are 'Esgotado' (sold out). The ticket prices and their respective lot sizes are as follows:

Lot	Price (R\$)	Lot Size	Status
1º LOTE	R\$ 15,00 (+ R\$ 2,50 taxa)	em até 3x R\$ 6,25	Esgotado
2º LOTE	R\$ 20,00 (+ R\$ 2,50 taxa)	em até 4x R\$ 6,12	Esgotado
3º LOTE	R\$ 25,00 (+ R\$ 2,50 taxa)	em até 6x R\$ 5,16	Esgotado
4º LOTE	R\$ 30,00 (+ R\$ 3,00 taxa)	em até 6x R\$ 6,19	Esgotado
5º LOTE	R\$ 40,00 (+ R\$ 4,00 taxa)	em até 10x R\$ 5,29	Esgotado

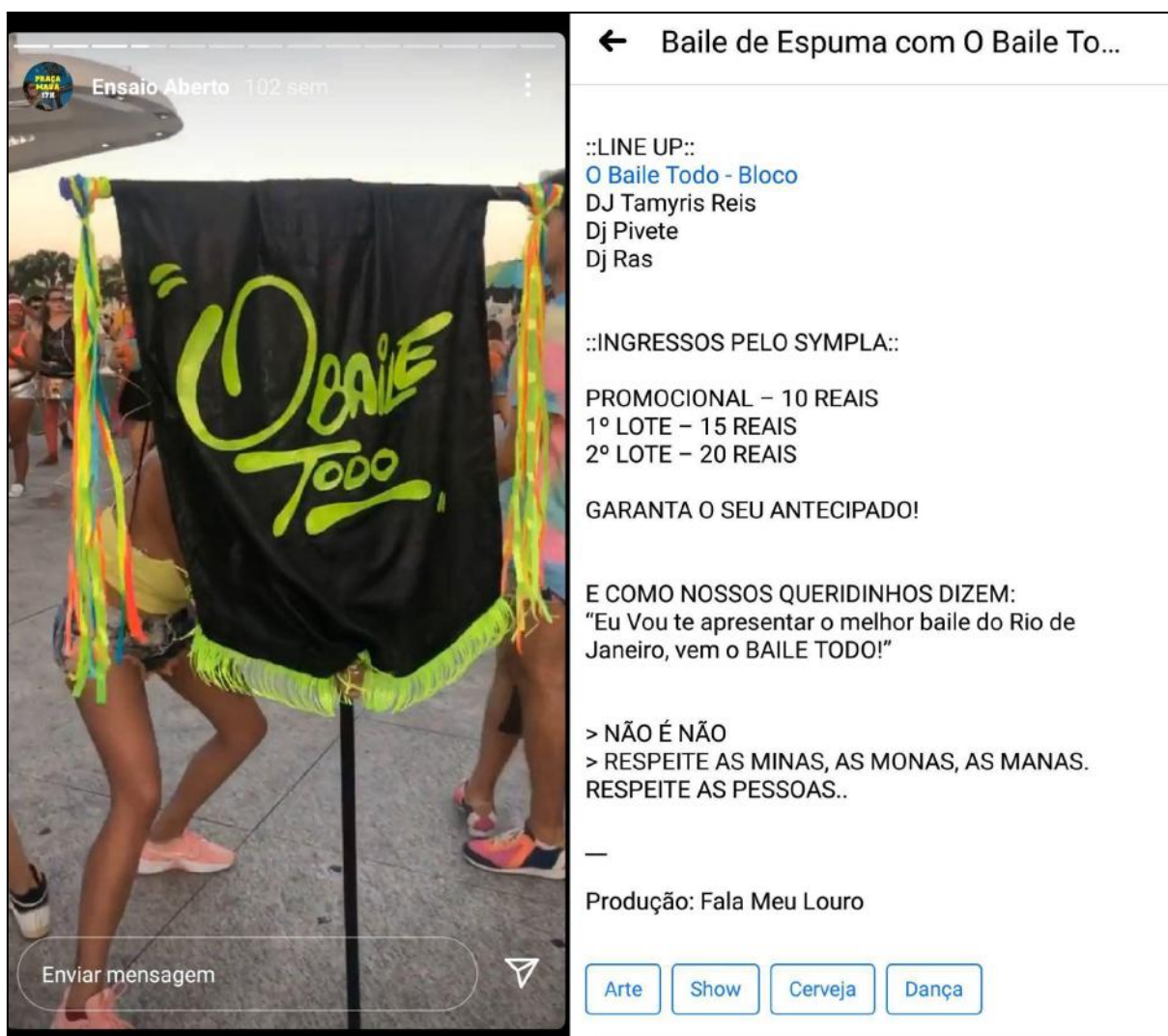
Fonte: Instagram e Sympla¹⁴².

Na *live* mencionada, o organizador do Amigos da Onça relatou que: “a gente tem uma temporada de Ensaio de Verão, que começa em dezembro e em geral vai até o carnaval, que é onde a gente consegue levantar uma grana pra botar o bloco na rua.” Os valores, tampouco a forma de contrato estabelecida foram revelados. De acordo com Diego, o bloco se organiza através de grupos de trabalho ao longo do ano como, por exemplo, cenografia, repertório, dança, perna de pau, banda, etc. Além dos Ensaios de Verão, o bloco também tem uma oficina de música monetizada através de mensalidades para os estudantes. Essas oficinas são realizadas por músicos profissionais e acontecem na já mencionada Praça Paris.

¹⁴² Aqui, temos a mesma situação da nota de rodapé número 137.

Dando sequência à análise, conversamos com Iuna Patacho, uma das organizadoras do bloco O Baile Todo, bloco este dedicado exclusivamente a tocar músicas do gênero funk. Iuna, gentilmente nos concedeu uma entrevista, e nos contou um pouco mais da dinâmica do bloco, que realizou eventos em espaços fechados e ao ar livre no Porto. Patacho, que é formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fotógrafa, dona de uma empresa de gastronomia, sócia de uma das maiores oficinas de perna de pau do Brasil e pós-graduanda em Gestão Cultural, atua na produção do bloco.

Figura 23: Ensaio aberto do bloco O Baile Todo na Praça Mauá e descrição de um evento realizado na quadra do bloco Fala Meu Louro, no Santo Cristo.



Fonte: Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/stories/highlights/17846012623881322/>>¹⁴³. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

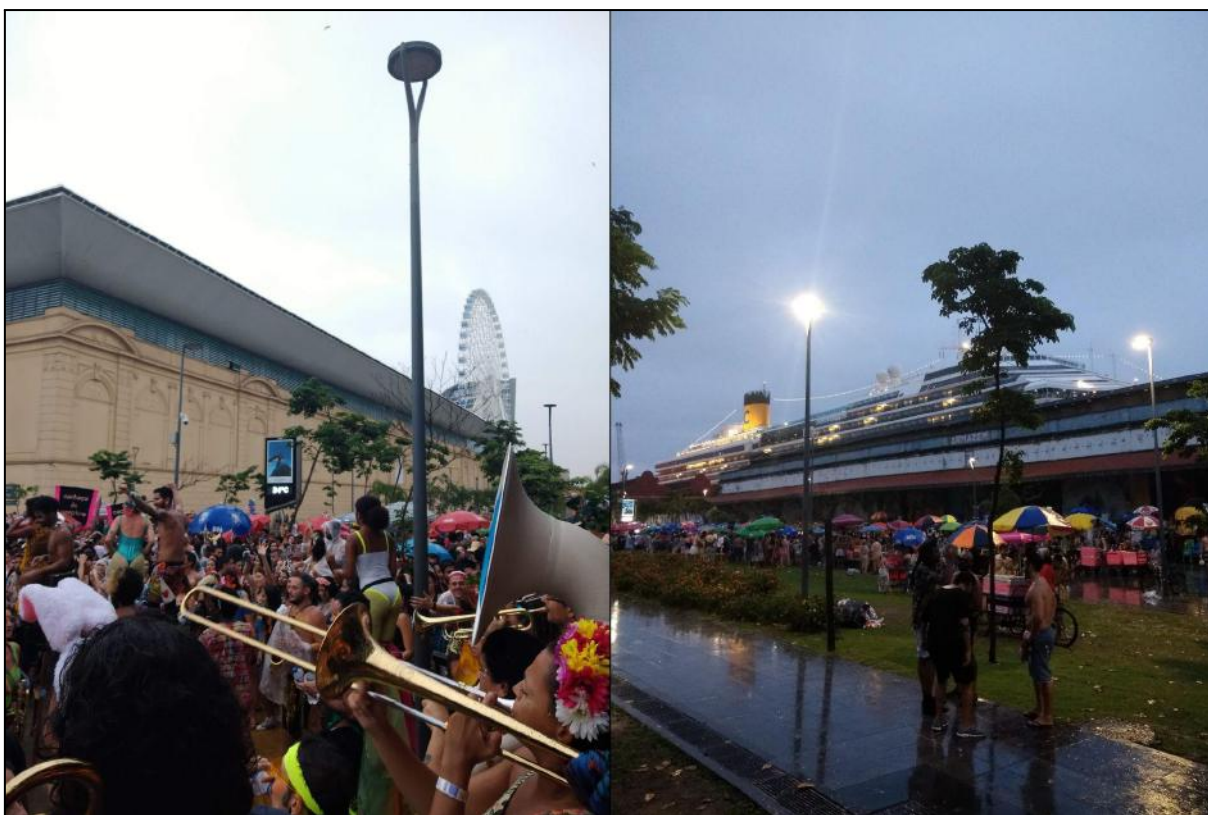
¹⁴³ Embora a primeira imagem também seja uma história do Instagram, o bloco utilizou o recurso que permite que a história permaneça na página inicial. Nas histórias anteriores, este recurso não foi utilizado.

Ao perguntar para Iuna como eram as contrapartidas para o bloco nos eventos fechados no Porto, ela nos respondeu da seguinte maneira:

Tinha um cachê. Na verdade, quem passa o cachê normalmente são os blocos. A gente tem um custo mínimo, né? E o custo que gostaríamos de ser pagos. E a gente passa esses valores pro contratante e avalia, normalmente rola uma contraproposta ou alguma coisa do tipo. Os integrantes do bloco não pagam, né? Não pagavam a entrada, por mais que não fossem necessariamente se apresentar, porque na verdade o nosso bloco tinha, se eu não me engano, 104 pessoas. E existe um *pocket*, que é a banda menorzinha, os melhores entre aspas, né? a galera um pouco mais comprometida(...) E pelo menos na parte lúdica, a gente tinha um acordo de chamar prioritariamente as pessoas pretas pra fazerem parte, pra compor essa brincadeira e aí caso alguém não pudesse, a gente ia chamando outras pessoas. Então, nesse *pocket* tinha em torno de quatro a cinco dançarino. Quando o espaço comportava, a gente colocava três pênaltas e a banda que era sempre composta da melhor forma possível. Esses músicos, esses dançarinos e tal, eles recebiam um cachê pra fazer esse trabalho e o resto do cachê entrava pra caixinha mesmo do bloco. (Iuna Patacho em entrevista, 2021)

Sobre o porquê de ensaios abertos na Zona Portuária, Patacho relatou que, inicialmente, houve uma questão estética forte, pois o bloco precisava gerar mídias digitais para divulgação e o Museu do Amanhã, segunda Iuna, cumpria bem esse papel, pois, apesar de ter tido muitos problemas em sua construção, é um lugar que ficou muito bonito (ainda de acordo com as palavras de Iuna). Outro ponto importante foi a questão do tamanho do espaço, como trata-se de um bloco grande, com diferentes segmentos (percussão, sopro, pernas de pau, dançarinas(os)) necessitava-se de um espaço amplo para testar diferentes tipos de formação e ver qual seria a melhor para o dia do desfile. Iuna também nos informou que o próprio desfile não foi realizado no Porto (e foi realizado na semana anterior ao carnaval), pois o bloco queria uma espécie de anfiteatro para encerrar o desfile e começar um baile (o bloco, segundo a organizadora, só não desfilou oficialmente no Porto, pois por lá não teriam esse lugar). Entretanto, durante o próprio carnaval, os músicos decidiram se reunir e realizar um evento em frente ao AquaRio. A Foto 6 foi tirada nesse evento durante um de nossos trabalhos de campo no carnaval de 2020.

Foto 6: Evento realizado pelo bloco O Baile Todo em frente ao AquaRio, na segunda-feira do carnaval de 2020.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Voltando às reportagens, uma outra matéria¹⁴⁴ do jornal O Globo divulgou uma festa (“Evento Auê”) com a cantora pernambucana Duda Beat. A festa foi realizada durante a sexta-feira do carnaval de 2020 e contou com a participação do bloco Minha Luz é de Led. Questionada sobre o fato de subir ao palco na mesma noite que o bloco, a cantora falou sobre uma possível proximidade entre os artistas: “Amo o Minha Luz é de LED. Já fui no bloco, inclusive na época que eu era morena (risos). Eles são demais. É um grupo criativo, que começou pequeno e cresceu pra caramba. E são os meus amigos que fazem, então eu amo!”. O ingresso para este evento custava R\$66. Pensando sobre estas festas, durante a entrevista com o músico e organizador do bloco Malungüetu, Sancho Araújo, o mesmo nos informou que havia tocado em uma festa durante o carnaval de 2020 realizada no Museu do Amanhã: o Baile do Sarongue. Sancho conta que tocou com a banda da festa, mas que o evento contou com a participação do Cordão da Bola Preta. Até então, não sabíamos da existência do evento, que estava em sua 12ª edição, tampouco de sua realização no Museu do Amanhã. Ao

¹⁴⁴Disponível

<<https://oglobo.globo.com/rioshow/duda-beat-faz-show-de-carnaval-na-zona-portuaria-do-rio-1-24261828>>.
Acesso em: 05 de agosto de 2020.

em:

pesquisarmos sobre, encontramos, além de uma matéria do jornal O Globo¹⁴⁵, uma outra reportagem do portal de notícias Metrôpoles¹⁴⁶ que apresentava como foi a edição no Museu e quais as pessoas famosas que foram. O título da reportagem já nos revela muita coisa: “Baile do Sarongue reúne público seletivo no Museu do Amanhã. Um time repleto de famosos capricharam na produção para curtir o evento.” O primeiro trecho diz o seguinte: Uma das festas mais bem frequentadas do Rio de Janeiro, o Baile do Sarongue agitou o Museu do Amanhã nessa quinta-feira (20/02/2020).” Sobre o evento, Sancho nos disse o seguinte:

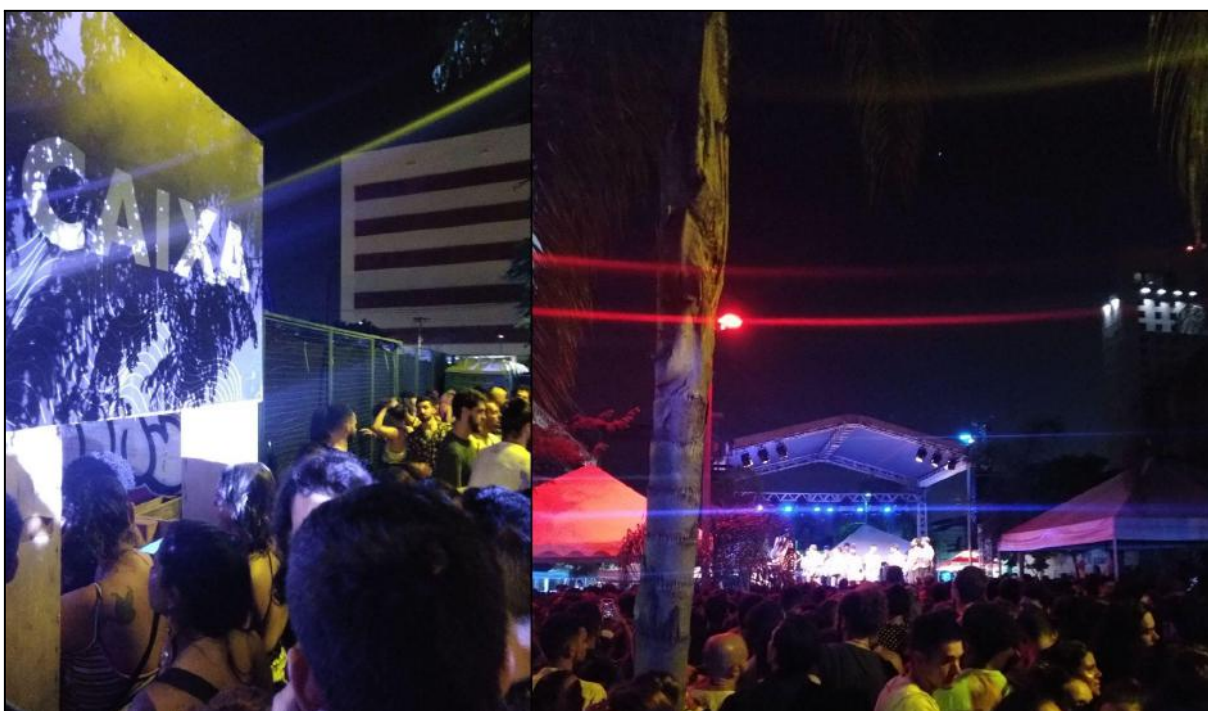
O baile do Sarongue é o baile que a galera protesta, não a favor, né? porque o que acontece?... Eu trabalhei num projeto ali do Morro da Providência, bem no início, que é um lugar que se chama Entre o Céu e a Favela. É um projeto que tem ali da Cíntia e ela falando sobre o lado do Museu do Amanhã... porque pra gente que também vem de Nova Iguaçu, chega no Museu do Amanhã e fala: caraca! deixaram isso aqui lindo, porque isso aqui era horrível e não sei o que, mas é uma parada que não é pra galera que mora ali, mano, e o Sarong é totalmente isso, é um baile *high society*, entendeu? É entrada privada, super privada e foi ali que eu toquei. Dentro do Museu do Amanhã rolou um baile lá que foi tipo aquele baile top, topzera, mano. Artista pra cacete participa da parada, mas é aquele lance privadão. (Sancho Araújo em entrevista, 2021)

O espaço NAU -Núcleo de Ativação Urbana- Cidades, no Santo Cristo, contou, em uma festa no carnaval de 2020, com a participação do bloco Bloconcé e show da cantora Kelly Key. A descrição do evento trazia o seguinte conteúdo: “O carnaval mais pop do Brasil acontece no NAU Cidades na Zona Portuária do Rio de Janeiro! O POPline, maior plataforma pop do país, vai reunir grandes nomes do pop nacional e os blocos e DJs mais pop da cidade em uma experiência única com conforto, segurança e responsabilidade social.” Realizando um breve parêntese, em 2021, demonstramos um falso interesse na compra de um apartamento da construtora Cury (empreendimento que demos os preços dos apartamentos no Capítulo 2) e, a partir disso, passamos a receber materiais por e-mail e *whatsapp*. Em um desses materiais, havia a informação de uma parceria entre a Cury e a NAU. A parceria era descrita como algo que estava transformando o Porto em uma “verdadeira intervenção artística a céu aberto.” e que assim era possível morar “em um novo bairro sinônimo de arte.” Apresentamos este conteúdo, pois, além disso, no mesmo material, há uma descrição do que é a NAU: “Especializada em construir **conexões** entre lugares, pessoas e momentos, a NAU (Núcleo de Ativação Urbana) é um laboratório criado para pensar **espaços, territórios e cidades** a partir do empreendedorismo, da **economia criativa, inovação e desenvolvimento social**” (Destaques no original).

¹⁴⁵Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/bailes-embalam-folhoes-com-marchinhas-funk-sertanejo-veja-10-lugares-para-pular-carnaval-24260381>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

Cabe novamente ressaltar que, em todos os eventos que contaram com a participação de blocos e foram realizados em espaços privados desse tipo, não fora permitida a entrada de bebidas, sendo a venda exclusiva dentro das festas. Observamos que os preços dos eventos estavam discrepantes, se comparados aos dos ambulantes. Geralmente, uma latinha de cerveja (350ml), que custava em média R\$5 com os vendedores ambulantes, saía a cerca de R\$10. Um refrigerante não custava menos de R\$8, mesmo preço cobrado na água de 510ml (geralmente vendidos por R\$5 e R\$4, respectivamente, nos vendedores ambulantes). Na porta de um dos eventos, conversamos com um desses vendedores. Compramos algumas bebidas com ele e não nos identificamos como pesquisadores. No decorrer da entrevista semiestruturada, o vendedor nos informou que na porta desses eventos, muitos trabalhadores costumam cobrar preços mais elevados do que os comumente exercidos, pois eles sabem que os preços no interior dos eventos são bem mais altos. Questionado se costumava trabalhar na porta dos eventos, ele nos respondeu que sim e que esses eventos costumavam ser bastante lucrativos. Na Foto 7, apresentamos um desses eventos.

Foto 7: Fila do caixa e interior de um evento.



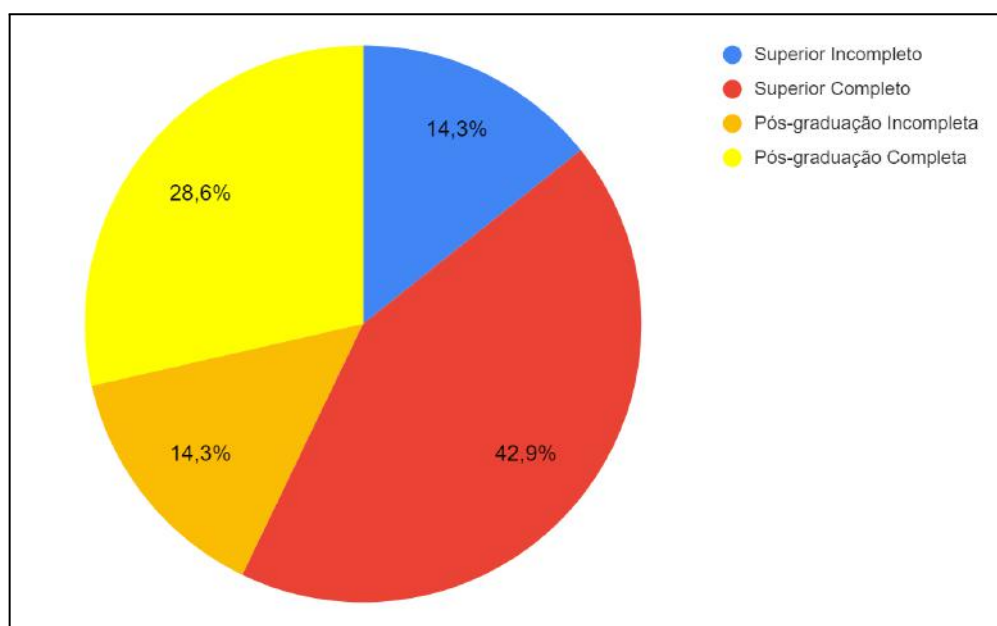
Fonte: Autoria própria, 2020.

Através dos dados levantados durante a pesquisa, pudemos traçar um perfil médio desse público. Um primeiro ponto interessante é que, dentro do universo das pessoas entrevistadas nos eventos fechados, não nos esbarramos com nenhum morador. Ou seja, 100%

das pessoas residiam em outros bairros. Cerca de 22% desse universo é composto por turistas. Dentre eles, aproximadamente 66% se declaram brancos e os outros cerca de 34% se declaram pretos ou pardos. Pudemos constatar que a maior parte dos turistas já havia frequentado o carnaval do Porto em alguma outra oportunidade, sendo o ano mais distante o de 2016. A renda média entre eles passava dos R\$ 5.690,00 e o meio de transporte mais utilizado para chegar à Zona Portuária foi o Uber. Aproximadamente 70% desses turistas disseram frequentar a área em outros momentos do ano, destes, todos relataram realizar algum tipo de passeio relacionado à cultura e a maioria através de visitas aos museus. Outro dado interessante é que 100% dos turistas tinham opiniões favoráveis à OUC. Ouvimos relatos de como a área antes estava "abandonada", era "feia", "maltratada", "insegura" etc, mas que à época do levantamento estava "mais bonita", "boa para curtir blocos", "desejável de se frequentar", "mais segura" etc.

Agora, pensando não apenas para os turistas, mas para todo o público que entrevistamos nos eventos fechados, temos os seguintes números: como o mais comum local de moradia, aparece o bairro da Tijuca e pouco mais de 64% dos entrevistados se declaram brancos. Em relação à renda, em primeiro lugar, tivemos as pessoas que recebiam entre R\$5.000 e R\$8.000, em segundo foram as com renda entre R\$1.570 e R\$3.000 e em terceiro lugar ficaram as pessoas com renda entre 15.000 e R\$20.000. Para o nível de escolaridade, podemos observá-lo no Gráfico 20:

Gráfico 20: Nível de escolaridade das pessoas que frequentaram eventos fechados no Porto durante o carnaval de 2020.



Fonte: Trabalhos de campo no carnaval de 2020.

Com uma média de idade de pouco mais de 26 anos, a maior parte dessas pessoas disse ter começado a frequentar o carnaval no Porto no ano de 2017 e em segundo lugar ficaram aquelas que disseram ter frequentado um bloco na área pela primeira vez em 2020.

Como vimos ao longo deste subcapítulo, a noção de “fronteira urbana” perpassa toda a discussão teórica e prática da gentrificação. Dessa forma, a construção deste ideário para o Porto do Rio de Janeiro está presente em seu processo de gentrificação. Logo, vem sendo dada a ideia de um pioneirismo por parte do capital que está chegando ao Porto e como se este estivesse realizando o “desenvolvimento” da área. Juntamente a este processo, também observamos a atração que a Zona Portuária vem exercendo para o carnaval de rua, através da chegada de muitos novos blocos e novos foliões. Blocos e foliões que possuem características e públicos distintos dos blocos e dos moradores do Porto. Visto isso, passemos agora para a discussão de como os blocos, do Porto e de fora do Porto, articulam-se para resistir aos projetos de fragmentação socioespacial.

4.2. O Direito à Cidade e o carnaval de rua: o espaço urbano em tempos de folia

Uma cidade triste
É fácil de ser corrompida
Uma cidade triste
É fácil ser manipulada
No contra-ataque da guerra, arte!
Pra não viver dando murro em ponta de faca
No contra-ataque da guerra, arte!
Ninguém nessa terra vai comer farinata(...)
No contra-ataque da guerra, arte!
Um corpo liberto deixa a mente afiada
No contra-ataque da guerra, arte!
(Revólver - Flaira Ferro)

Em nossa Geografia, assim acreditamos, não estamos interessados em apenas examinar e atestar o poder dos agentes hegemônicos e toda uma série de mazelas decorrentes deste poder. Pretendemos, através do rigor científico e de um compromisso com as transformações sociais, ser capazes de enxergar, analisar, apontar e praticar os caminhos possíveis para um mundo, e conseqüentemente um espaço urbano, totalmente justo.

Sendo assim, vejamos o seguinte: o carnaval de rua é uma festa popular que tem como principal elemento a ocupação dos espaços públicos, é também historicamente carregada de problemáticas ligadas ao espaço geográfico e conseqüentemente à sua (re)produção. Apoiado em Geertz (1989), que enxerga a cultura como os significados construídos por distintos grupos sociais sobre as mais variadas esferas da vida, Corrêa (2010) disserta acerca da

“política dos significados”. Para Corrêa, o termo criado por Geertz representa as disputas ocorridas entre os grupos sociais para a imposição de significados a determinadas práticas. É nesse sentido que podemos observar com maior nitidez as disputas engendradas acerca do papel do carnaval de rua.

Por seu turno, Ferreira (2004) discorre como o carnaval brasileiro moderno, desde os seus primórdios, no século XIX, foi composto por disputas espaciais entre diversos atores, o que interferiu diretamente no arranjo urbano das cidades brasileiras, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro. O carnaval de rua expôs durante toda a sua história a insuficiência do Poder Público mediante a infraestrutura urbana destinada à população menos solvente da cidade e foi um momento de novos usos para os espaços urbanos segregados. Nesse sentido, como bem aponta Souza, M. (2018a), não é possível pensar que movimentos organizados sejam apenas reativos às políticas vindas do Estado ou que não desenvolvam estratégias que por muito estão diretamente ligadas à reorganização do espaço da cidade. Dessa maneira, durante o período da festa, diversas ruas da cidade destinadas às classes mais abastadas são ocupadas e ressignificadas por foliões de classes populares. O carnaval pode ser utilizado como um instrumento de fomento às intervenções que de alguma maneira fragmentam o espaço urbano, mas também pode se organizar enquanto resistência à estrutura e aos processos da cidade capitalista (como no caso da gentrificação). Ferreira (2004) diz que o carnaval não é apenas um momento de “inversão”, mas sim uma “tensão criadora” que acontece durante um período reservado para determinadas disputas no espaço urbano.

Ao abordar a temática, o historiador e escritor Luiz Antonio Simas relata a importância da manifestação carnavalesca para uma outra produção do espaço urbano. Mesmo que o autor não escreva diretamente sobre a temática espacial, é possível notar a imbricação com a produção do espaço urbano quando apontada, por exemplo, a importância da festa para a população mais pobre que faz do carnaval uma fonte de renda. Nas palavras do historiador “festeiro e fresteiro” (como ele mesmo se intitula):

(...)Carnaval é celebração coletiva que afronta o individualismo e a decadência da vida em grupo; um ritual de reavivamento de laços contrários ao da diluição comunitária, fortalecendo pertencimentos e sociabilidades e criando redes de proteção social nas frestas do desencanto. No caso do Rio de Janeiro, é instigante recorrer a uma frase do poeta e compositor popular Laudenor Casemiro, o Beto Sem Braço. Instado a responder um dia por que gostava tanto de festejar, o sambista respondeu: porque o que espanta a miséria é festa. Mais do que miséria econômica — e há uma economia criativa fundamental que envolve as celebrações — a festa espanta misérias existenciais na cidade marcada a ferro e fogo por séculos de escravidão, em que exclusão social e espacial foi projeto dos homens do poder. Quem acha que a festa é coisa de desocupados lembra de ambulantes, operadores de carro de som, funcionários dos barracões de escolas de samba, músicos, cantoras,

garçons, jornalistas, funcionários de hotéis, costureiras, trabalhadores de várias atividades da folia?(...) (SIMAS, 2021, np)

Carlos (2020) disserta sobre como a reprodução do espaço urbano mediante à atual forma acumulação do capital acaba por atualizar a alienação do mundo através do afastamento entre a cidade e os seus sujeitos produtores. Diante disso, temos a nítida consciência da importância e do papel que o carnaval de rua cumpre ao ocupar, através das classes populares, os espaços negados a esta população no cotidiano. Porém, o legítimo Direito à Cidade vai muito além da ocupação desses espaços, ele está diretamente ligado à própria (re)produção do espaço urbano e das relações sociais de produção. Para fundamentar o debate, trazemos, principalmente, os estudos do filósofo francês Henri Lefebvre (2001, 2002, 2006, 2008). Para o autor, o centro da acumulação estaria, desde a década de 1970, na produção do espaço, assim, a própria cidade é transformada em mercadoria, sendo o seu valor de troca maior do que o seu valor de uso.

Antes de entrar propriamente no pensamento lefebvriano, vejamos o que o geógrafo David Harvey diz a respeito da temática e das ideias de Lefebvre. Em seu livro “Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana” (2014), Harvey dialoga com Lefebvre não somente através do título da obra, mas sobretudo na primeira metade de seu texto. Segundo Harvey (2014), o Direito à Cidade em Lefebvre representava uma queixa e uma exigência. A queixa “era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade” (HARVEY, 2014, p. 11). Já a exigência era:

(...)na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível. (HARVEY, 2014, p. 11)

Acreditamos que, diferentemente do que muitos autores e autoras pensam, não há dicotomia entre a noção de Direito à Cidade pensada por Harvey e a pensada por Henri Lefebvre. Harvey (2014, p. 28) argumenta: O Direito à Cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos.” Para Lefebvre (2001, pp. 117-118): “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.” Harvey (2014), nos convida a olharmos o que está acontecendo nas ruas, o que os movimentos urbanos estão fazendo na prática e é nesse caminho que iremos seguir. Nessa direção, Carlos (2020) propõe:

(...) a hipótese segundo a qual o “direito à cidade” ganha força de mediação entre o presente e o futuro como movimento constitutivo do projeto utópico de mudar a vida, o que certamente supera a esfera dos bens necessários à realização da vida. O projeto utópico ilumina a escala da realização dos desejos, de criação de uma outra sociedade a partir da produção de um novo espaço. (CARLOS, 2020, p. 367)

Por seu turno, Grand Junior (2017), pensando mais próximo de nosso objeto, aponta a possibilidade da cultura que chama de sistema “samba-carnaval” servir de resistência e instrumento para o desenvolvimento local:

Na área portuária, por exemplo, as atuações do Bloco Escravos da Mauá, no Largo do São Francisco da Prainha, a partir dos anos 1990, e das rodas de samba na Pedra do Sal, desde meados dos anos 2000, são emblemáticas dessas possibilidades de mobilização produtiva da cultura como instrumento de desenvolvimento local. (GRAND JUNIOR, 2017, p. 15)

Por falar no bloco Escravos da Mauá, é através dele que começamos a expor os projetos que consideramos capazes de contribuir para a produção de um espaço urbano menos fragmentado e que são realizados por blocos. Na *live* anteriormente citada¹⁴⁷, a organizadora conhecida como Zaza explica como o bloco tem uma forte ligação com a Zona Portuária. A organizadora revela que o bloco mantém trabalhos sociais na área. Como um dos exemplos, podemos citar a confecção dos adereços para o bloco. Em parceria com a Cia de Mistérios e Novidades, moradores locais são contratados para a confecção dos materiais, gerando trabalho e renda para estas pessoas. Além disso, em parceria com Maurício Hora, fotógrafo, ativista e morador do Morro da Providência, o Escravos da Mauá convidou crianças da Providência para fotografar os eventos do bloco. Hora é idealizador da Casa Amarela, local que tivemos a oportunidade de conhecer durante um trabalho de campo durante a nossa graduação, e onde diversas atividades sociais são realizadas para os moradores do Morro da Providência. Tentamos uma entrevista com o fotógrafo, mas não tivemos sucesso. No primeiro momento, conseguimos respostas, mas, posteriormente, Hora não respondeu mais às nossas investidas. Em uma reportagem do jornal O Globo de 12 de janeiro de 2012¹⁴⁸, são veiculadas as ações que o bloco promove na área:

Nessas duas décadas de existência, o bloco passou de pouco mais de 300 pessoas no primeiro desfile para 15 mil, no carnaval passado, e atrai foliões de todos os cantos da cidade, mas mantém o trabalho de incluir os moradores da Zona Portuária nos preparativos da festa. Para isso, faz parcerias para dar oficinas gratuitas aos moradores e contratar os serviços locais. Uma das oficinas mais concorridas é a de pernas de pau, realizada pela Companhia Brasileira de Mistérios e Novidades, na

¹⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I61yvNyu_f8&t=6346s>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

¹⁴⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/blocos-de-carnaval/escravos-da-maua-comemora-20-anos-na-zona-portuaria-3653249>>. Acesso em: 23 de novembro de 2021.

Rua Pedro Ernesto, na Gamboa. (...) As aulas são de segunda-feira à sexta, às 17h. Camilla Almeida, de 17 anos, moradora da região, começou na oficina há quatro anos e, além de participar dos desfiles no Escravos, integra o grupo formado na oficina "Gigantes Pela Própria Natureza, com o qual já se apresentou no festival Europália, na Bélgica. Neste ano, o bloco e a companhia estão oferecendo também gratuitamente uma oficina de confecção de fantasias e adereços no mesmo local. As alunas produzirão as fantasias que irão vestir os pernas de pau no desfile do bloco.

- As pessoas podem vir sem saber nada de costura que elas aprendem e ainda conseguem se colocar no mercado de trabalho - afirma a coordenadora da oficina Caetana Dias.

O bloco ainda fez parcerias para encomendar adereços e figurinos com uma escola de cenografia e figurino no Santo Cristo e também com uma oficina de fotografia do Morro da Providência, também na zona portuária. Os alunos da oficina estão fotografando o processo de criação do desfile e a ideia de Sarmiento é publicar um livro com as fotos. (O Globo, 12 de janeiro de 2012)

Outro bloco da área que também compreende a importância do carnaval enquanto um instrumento de transformação do espaço urbano é o Prata Preta. Em entrevista concedida a nós em 2021, e anteriormente citada, Fabio Sarol revelou que o bloco não é voltado apenas à folia, mas que também “tem uma missão social na Zona Portuária.” O bloco promove arrecadação de alimentos para doação e engendra ações que buscam disseminar os ideais de um mundo totalmente justo, como o tema do carnaval de 2017 em homenagem aos 100 anos da Revolução Russa. Segundo Bruno Müller, organizador já citado anteriormente, o bloco enxerga o carnaval como um espaço de disputa política. Na reportagem abaixo, do Jornal Extra de 03 de fevereiro de 2017¹⁴⁹, o bloco contesta a tentativa de outro bloco, o Me Beija que Sou Cineasta, da Gávea, de desfilar na Praça da Harmonia:

O Carnaval de 2017 começou quente. Depois de as marchinhas e fantasias politicamente incorretas entrarem na mira dos movimentos sociais, uma crítica aberta entre blocos. O Cordão do Prata Preta, da Zona Portuária do Rio, repudiou a ida do bloco ‘Me Beija que eu sou cineasta’, nascido na Gávea, na Zona Sul da cidade, para o Centro. O novo local da festa será justamente na praça chamada Harmonia, na Gamboa. De acordo com uma nota publicada no Facebook, o grupo resistirá ao “**avanço de gentrificação**” (Jornal Extra, 2017. Destaque nosso)

É interessante observar o final da reportagem acima mencionada e a frase atribuída ao bloco em que dizem que resistirão ao “avanço da gentrificação”. Segundo Bruno Müller, na *live* com o bloco Comuna Que Pariu, mencionada em outra oportunidade¹⁵⁰, o problema teria ocorrido, pois o bloco Me Beija foi proibido de desfilar na Zona Sul e queria cair (segundo

¹⁴⁹Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/carnaval-da-treta-cordao-da-zona-portuaria-critica-ida-de-bloco-da-zona-sul-para-centro-20871224.html>>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

¹⁵⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OBICN9VCbkY&t=1761s>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

ele, como muitos outros blocos), de “paraquedas” na área, dizendo que o local estava “mil maravilhas”, mas que a realidade era definitivamente outra. Na mesma *live*, Orlando rey, também organizador do bloco, fala sobre a visão do bloco sobre a reestruturação urbana do Porto:

Quando começou esse essa ideia de revitalização, inclusive, eu sempre afirmei que o Prata antes da revitalização já trazia pessoas que nunca tinham pisado na Zona Portuária pra Zona Portuária, ainda numa época de plena decadência e que as pessoas tinham até medo de vir pra Região do Porto e passaram a vir por causa do Prata, gostaram, viram que não tinha perigo nenhum, o único problema da Região era realmente a decadência, mas em termos de segurança era um lugar tranquilo de se viver, de se brincar. (...) Então, na realidade, quando começou a revitalização, a partir da iniciativa do governo e de setores privados, nós começamos a ver, por exemplo, a questão da gentrificação, né? Tinha um bar que estava aqui na região há sessenta anos, foi comprado, o imóvel foi comprado e o cara que estava ali [há] quarenta anos no bar, né? Herdou do pai, mas teve que sair. Fizemos um samba lá em protesto, né? Corremos atrás através de ligações que a gente tinha com o pessoal do poder público, mas não teve jeito. E uma outra coisa que no momento a gente tem um certo pé atrás é com o antigo Moinho Fluminense, que foi comprado. A princípio, seria um shopping, depois, deu uma parada com essa mudança de governo e a gente não sabe o que vai ser aquilo ali. A gente teme, por exemplo, que um empreendimento como um shopping possa acarretar problemas pra gente nas atividades que a gente faz na Praça da Harmonia como, por exemplo, a festa junina, o próprio pré-carnaval e o carnaval. Eu não sei se a galera que vai ser o gerente desse espaço se eles vão entender aquele número enorme de pessoas, [se] isso aí vai trazer algum tipo de problema pra eles, se eles vão colocar algum tipo de empecilho pra gente e é aquela história ,né, cara? Chegamos lá primeiro, mas né? Aí chega aquela música do Caetano: “A força da grana que ergue e destrói coisas belas”, né? A gente não sabe como vai ser a relação dessa galera aí com as tradições do local... (Orlando Rey em *live* organizada pelo bloco Comuna Que Pariu)

Em uma matéria veiculada no O Globo de 08 de junho de 2021¹⁵¹, fala-se sobre o projeto para o antigo Moinho Fluminense. Com o título: “Reage Rio!: Pedidos de licenciamento para prédios no 1º trimestre do já superam demanda de 2019 e 2020”, a matéria aponta que o lançamento do residencial da Cury, brevemente abordado no Capítulo 2, e o “futuro empreendimento para o prédio do Moinho Fluminense puxam as estatísticas(...)”. O jornal aborda que algumas das licenças são relativas “à recuperação de uma construção histórica, o Moinho Fluminense. Comprado em 2019 pelo grupo paulista Autonomy Investimentos e Affiliates, o espaço que deve virar um centro comercial multiúso.” Em entrevista com Sarol, em 2021, o mesmo também nos relatou receio do que pode acontecer com o moinho e os impactos na cultura local. Sobre o assunto, Sarol nos disse o seguinte:

(...)futuramente, vai vir gente com dinheiro pra cá, vai botar aí um Bar do Adão, alguma coisa assim. E vão vir outros, né? E quem vier vai se dar bem. Mas vai rolar essa gentrificação comercial, vai acontecer em breve, porque o Moinho vai daqui a

¹⁵¹Disponível

em: <https://oglobo.globo.com/rio/reage-rio-pedidos-de-licenciamento-para-predios-no-porto-maravilha-no-1-trimestre-re-do-ano-ja-superam-demanda-de-2019-2020-25051005>. Acesso em: 23 de novembro de 2021.

pouco estourar . Acho que isso aí vai ser em um período curto. (Sarol, em entrevista, 2021)

Ainda no *hall* de blocos da Zona Portuária, lançamos mão das práticas realizadas pelo bloco Fala Meu Louro. Em entrevista em 2021 com Victor Goldberg, Presidente do bloco, nos fora explicado o posicionamento do coletivo em relação ao papel transformador que o carnaval de rua pode cumprir. Nessa linha, Victor disse que enxerga o carnaval de rua como uma manifestação social, cultural e artística e que tem potencial para transformar a realidade social, ou seja, para produzir um outro espaço. Nesse momento, estendendo a sua fala também para o carnaval das escolas de samba, o Presidente toca no fato de muitos locais, como os barracões das escolas (mas não só eles), gerarem emprego e renda para pessoas que de alguma maneira estão postas à margem dos processos socioespaciais. Especificamente sobre a atuação do Louro, Victor relatou que conhece muitos trabalhadores ambulantes da área e que faz questão de abrir espaço para que estas pessoas possam trabalhar com tranquilidade na porta da quadra do bloco. Também vimos esse tipo de pensamento quando entrevistamos as organizadoras do Cortejo dos Signos. Diana Faller e Daniele Nunes nos relataram como os cortejos mensais já eram conhecidos dos ambulantes que dali tiravam parte de seus sustentos. Durante a pandemia, alguns destes ambulantes foram ajudados através da criação de financiamentos coletivos para que os mesmos pudessem sobreviver em meio à falta do auxílio emergencial. Além disso, retornando à entrevista com Goldberg, ele nos falou acerca dos projetos tocados pelo Fala Meu Louro, sobretudo para os moradores das favelas da Zona Portuária. No espaço do bloco, há oficinas de instrumentos de sopro e de percussão, de perna de pau, de dança e de capoeira. Essas oficinas são gratuitas para os moradores das favelas da área, assim, Victor nos informou que há muitas pessoas desses locais compondo os projetos. Tal como o bloco Prata Preta, houve arrecadação e distribuição de alimentos durante a pandemia para pessoas em vulnerabilidade socioespacial. Goldberg relatou que cerca de 200 famílias eram atendidas por mês com cestas básicas, kits de higiene, máscaras e álcool em gel.

Iuna Patacho, organizadora do bloco O Baile Todo, revelou em entrevista concedida a nós, algumas das estratégias da produção do bloco, e dela mesma, para contribuir com a produção de um outro espaço. Nesse sentido, sabendo que historicamente e majoritariamente os instrumentos de sopro estão nas mãos de pessoas brancas e de Classe Média, por conta de serem mais caros e exigirem mais tempo de estudos, Iuna nos contou que a ideia do bloco é buscar através de financiamento coletivo a aquisição de instrumentos e o custeio de transporte e alimentação para que mais pessoas negras possam ter acesso a esse universo, ainda

dominado por pessoas brancas e com maior poder aquisitivo. Além disso, a organizadora relatou que na parte lúdica do bloco (parte composta por perna de pau e dança e que Iuna é mais ligada) a proporção de pessoas negras e brancas é de metade na dança e na perna de pau a ala é composta majoritariamente por pessoas negras. Patacho também nos disse que a mesma tentativa está sendo feita para a composição da banda. Sabendo do histórico da escravidão no Brasil e do racismo estrutural que até hoje atravessa a sociedade brasileira, acreditamos essa iniciativa vai ao encontro de um modelo de cidade que queremos construir.

Postos estes exemplos, acreditamos que, fornecer atividades de ocupação, quaisquer que sejam, lúdicas ou não, é uma forma de dar oportunidades às pessoas de baixa renda de trilharem outros caminhos na vida ou até mesmo fazerem daquilo as suas profissões e contribuírem de maneira mais positiva na construção de um espaço urbano menos fragmentado. Ademais, abrir espaços para que pessoas historicamente invisibilizadas possam fazer parte da organização e participação dos blocos que desfilam na área central também configura-se, ao nosso ver, como uma forma de caminhar em direção à produção de um espaço mais justo.

Dentro das perspectivas levantadas, considera-se prudente realizar uma breve recapitulação dos pontos discutidos neste Capítulo. É importante ressaltar que a noção de “fronteira urbana” perpassou o debate aqui realizado. Vista a sua base teórica, buscamos a sua aplicação na Zona Portuária Carioca. Tendo em mente uma tensão dialética entre a fronteira econômica, por parte de setores do capital, e uma fronteira política, por parte dos moradores da área, percebemos uma tentativa de “reconquista” do local por parte dos agentes hegemônicos. Paralelo a isto, observamos a chegada de grandes empresas, maior fluxo de capitais, pessoas e também de blocos e foliões. Nesse trecho, novamente, apresentamos dados primários que apontam o perfil médio dos blocos e foliões. Ademais, as entrevistas com organizadores e organizadoras de blocos nos revelaram as formas de organização desses coletivos tão importantes para a cultura carioca e as disparidades no que tange às características dos blocos oriundos da Zona Portuária e aqueles que vêm de fora. Outras reportagens sobre a temática também foram apresentadas e, por fim, expomos as táticas dos blocos que compreendem que o carnaval de rua pode servir como um instrumento de luta ao legítimo direito à cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando às nossas considerações finais, ressaltamos novamente que o objetivo deste trabalho foi o de examinar a reestruturação urbana da Zona Portuária Carioca e a posição dos blocos de rua do Porto e daqueles que são de fora da área, mas que vêm buscando o local para realizar os seus eventos, dentro do processo supracitado. Na esteira desse objetivo, também buscamos analisar o processo de gentrificação em curso no Porto Carioca, recorrendo ao carnaval de rua enquanto um dos instrumentos analíticos capazes de desvendar as novas espacialidades oriundas do processo. Nessa direção, nossa empreitada averiguou o grau de atração do Porto em relação aos blocos e às dinâmicas socioespaciais dos foliões e integrantes de diferentes blocos que marcaram presença na área durante o carnaval de 2020, com o intuito de identificar se tais dinâmicas e espacialidades possuem algum tipo de ligação com a OUC Porto Maravilha. Nesse ínterim, registramos como alguns espaços refuncionalizados na área estão realizando novas funções condizentes às novas espacialidades da área e como os blocos estão situados nessa dinâmica. Ademais, apresentamos e discutimos os blocos que utilizam seus coletivos para buscar a produção de um espaço urbano mais justo. Posto isso, abaixo, nossas considerações finais estão dispostas da seguinte forma: levando em conta a sequência dos capítulos e as questões que nos propusemos a responder, detalhamos nossa base teórico-metodológica que fora utilizada para solucionar as questões levantadas por nós e apontamos o que tiramos como conclusão daquilo que fora analisado.

Assim, buscando o mínimo possível de distanciamento entre uma base teórica sólida e a análise empírica de nosso recorte espaço-temporal, recorreremos, para examinar a noção de reestruturação e a sua aplicação no caso da Zona Portuária Carioca, à leituras de autores e autoras tais como Souza (2006, 2013), Sposito (2007), Soja (1993), Strohaecker (1988), Rabha (1984, 2006), Gottdiener (2016), Smith (1996, 2007), Teixeira (2018), Pereira do Nascimento (2017), Lencioni (1998), Corrêa (2018), Lukács (2018), Harvey (1996, 2005, 2008), Andrade (2007), Arantes (1988, 2013), Monié e Da Silva (2014), dentre outros e outras. Estes autores e autoras contribuíram para que pudéssemos compreender, inicialmente, o porquê de podermos considerar a OUC Porto Maravilha como uma reestruturação do espaço urbano e nos situarmos dentro do nosso caso. Ao observar o caso do Rio de Janeiro, constatamos uma exponencial transformação de seu porto. A derrubada de antigas formas e a construção de novas, juntamente às transformações das funções da área, dão à OUC as características de uma grande reestruturação urbana. Além disso, a magnitude de capitais nacionais e internacionais investidos, o tamanho da área de intervenção, as dimensões

políticas e simbólicas, a criação e alteração de leis para a execução das obras, a chegada de novos frequentadores etc também foram levados em conta para afirmarmos que o Porto Carioca passa por um profundo processo de reestruturação, gerando grandiosos impactos em seu arranjo espacial.

Dando prosseguimento aos caminhos teórico-metodológicos traçados e às conclusões que chegamos a partir de então, realizamos, brevemente, a discussão sobre o que é “Classe Média”. Refletimos sobre o tema, pois consideramos a compreensão do que é a Classe Média como fundamental ao entendimento de nosso objeto. Apoiados em Harvey (1985), Corrêa (1989), Pochmann (2012, 2013), Souza, J. (2012, 2018) e Salata (2016) nos municiamos com o ferramental necessário à compreensão da temática. A partir disso, optamos por tratar a Classe Média não somente a partir de critérios de renda e consumo, mas também através do nível formal educacional, dos hábitos culturais, de seu local de moradia, de com qual modal costuma se locomover pela cidade, de sua profissão, da visão de mundo, dos comportamentos e das atitudes perante às questões socioespaciais, da transmissão de valores, etc. Desse modo, é importante salientar o seguinte: em consonância com Smith (1996), e com o apresentado no Capítulo 2, entendemos que a Classe Média não é o agente central do processo de gentrificação. Entretanto, para uma análise completa do processo, acreditamos na necessidade de, dado o seu correto “peso” na dinâmica, analisar esta classe enquanto mais dos importantes atores da gentrificação. Logo, como parte do arcabouço teórico-metodológico, adotamos, então, a realização de entrevistas com músicos e foliões que estiveram de alguma maneira presentes no Porto durante o carnaval de 2020 para avaliarmos o perfil médio socioespacial dessas pessoas. Assim, consideramos que uma parcela significativa de pessoas oriundas da Classe Média estão chegando ao carnaval de rua do Porto nos últimos anos atraídas pelas transformações da área. Na busca empreendida para chegar a esta conclusão, além da renda e consumo, identificamos os pontos levantados acima, como o local de moradia, os modais de deslocamento, a autodeclaração de cor/etnia, o grau de instrução, a ocupação, o porquê da escolha de ir ou realizar um bloco na Zona Portuária, quais atividades costumam praticar no Porto fora da época do carnaval (caso vão à área fora do período momesco), a primeira vez que o(a) entrevistado(a) foi a algum bloco na área e se isso tinha alguma relação com a OUC e a sua opinião sobre a mesma.

Sendo um de nossos objetivos a análise do processo de gentrificação do Porto Carioca, não poderíamos deixar de buscar os pilares desse processo. Por conseguinte, recorreremos, majoritariamente, às obras do geógrafo Neil Smith (1979a, 1979b, 1988, 1996, 2002, 2007), mas não só às dele. Também nos debruçamos nas obras de Lees et al (2008), Lees (2012),

Zukin (1987), Atkinsons (2002), Mendes (2010), Harvey (2005), Souza (2010, 2011), Arantes (2013), Andrade (2007), Monié (2014) e outras(os) autoras(es) que nos forneceram bagagem fundamental para que realizássemos a escolha de como e poder onde prosseguiríamos. Dessa maneira, tiramos como tarefa pensar a gentrificação enquanto uma estratégia global da fase contemporânea de acumulação (mais flexível) do capitalismo. Nesse bojo, vimos a importância da escolha dos termos a se tratar o processo, como no exemplo da problemática palavra “revitalização”, e chegamos à conclusão de que muitos vocábulos são utilizados por diversos agentes, nesse caso, os hegemônicos, para mascarar as mazelas da gentrificação. Quando evidenciamos a geografia histórica da Zona Portuária do Rio de Janeiro, por exemplo, observamos que tem muita vida na área há alguns séculos. Ora, então, não faz sentido utilizarmos um termo que pressupõe a “morte” e “revida” do local. Nessa conjuntura, é possível estabelecer a ligação entre o cerne teórico da linha de explicação sobre a gentrificação que optamos seguir, o *rent gap*, e o Porto do Rio de Janeiro.

O *rent gap* foi cunhado por Smith (1979a) e discutido em diversos outros trabalhos do autor e de outras(os) autoras(es). Como observado no Capítulo 2, o *rent gap*, resumidamente, diz respeito a como principalmente o capital imobiliário e o Poder Público se articulam para criar os mecanismos históricos de desvalorização e valorização de determinadas áreas, trazendo grandes lucros aos agentes envolvidos a partir da reestruturação do local. Para a situação do Rio de Janeiro, observamos a profunda desvalorização e estigmatização que o Porto da cidade passou, sobretudo, a partir da década de 1960. Alguns pontos contribuíram para que essa conjuntura acontecesse como, por exemplo, a transferência da Capital Federal para Brasília, o processo de *containerização* e a expansão da cidade para outras zonas, principalmente para a Barra da Tijuca, bairro de alto status socioeconômico localizado na Zona Oeste. Mesmo com a real desvalorização, é importantíssimo lembrarmos o grande potencial da área, tendo em vista, essencialmente, a sua localização, o baixo preço do metro quadrado e a disponibilidade de grandes espaços. A situação de depreciação estendeu-se até o ano de 2009, quando teve início a OUC Porto Maravilha e a área iniciou um grande processo de valorização. Anteriormente, na década de 1990 e na esteira do primeiro PECRJ, algumas tentativas de reestruturação da área já haviam sido empreendidas, mas nenhuma conseguiu a articulação vital para proporcionar grandes mudanças.

Dialogando com o nosso referencial teórico-metodológico, observamos um exponencial aumento do preço do metro quadrado na área de estudo, após o início da OUC. Para chegarmos até esta constatação, exploramos estudos anteriores que continham tais dados, como é o caso da pesquisa realizada pela imobiliária Sérgio Castro Imóveis publicada no

jornal O Globo em 2012 e do trabalho de Pereira do Nascimento (2017). Outrossim, levantamos os dados referentes ao ano de 2020 através de entrevistas com agentes imobiliários que atuam na área. Evidenciamos, então, os impactos que a OUC vêm acarretando no arranjo urbano do Porto, tendo em vista a valorização do solo urbano que tem proporcionado ao local novas formas, novas funções, novos usos e novos frequentadores de classes mais abastadas do que a da esmagadora maioria da população local. À vista disso, acreditamos que a Zona Portuária está passando por um profundo processo de gentrificação, que também se estende às dinâmicas do carnaval de rua local.

Uma vez comprovadas a reestruturação e a gentrificação da área, tivemos a oportunidade de nos aproximarmos das imbricações entre esses processos e o carnaval de rua. Para tal, averiguamos a literatura que nos permitiu enxergar com maior nitidez as ligações entre os processos de reestruturação e gentrificação ao redor do globo e a utilização de práticas culturais como um dos fatores de legitimação e sustentação das intervenções. Autores e autoras como Guy Debord (2003), Harvey (2005), Arantes (1998, 2013), Andrade (2007), Pio (2014), Smith (1996) dentre outros e outras tiveram seus textos apresentados e discutidos, no intuito de embasar nosso ponto de vista. Além disso, também examinamos trabalhos que demonstram a ligação entre o carnaval de rua da área central da cidade e as transformações urbanas locais. Textos como os de Ferreira (2000, 2004, 2005, 2013), Fernandes (2019), Cunha (2001), Fryedberg (2014, 2016), Grand Junior (2017) dentre diversos outros foram analisados.

Destarte, a fim de tentar comprovar o exposto acima para o caso carioca mais contemporâneo, lançamos mão da análise dos três últimos Planos Estratégicos da Cidade do Rio de Janeiro. Neles, foi possível enxergar como o Poder Público pensa a cultura como mais uma mercadoria capaz de alavancar os típicos negócios de uma cidade que também é vista como uma mercadoria a ser vendida. Além dos Planos Estratégicos, também verificamos os Decretos que versam sobre o "reordenamento" do carnaval de rua. Tais documentos nos evidenciaram que o intuito do Poder Público foi o de criar as condições necessárias para que a festa pudesse ser cada vez mais apropriada por agentes privados que enxergam a folia apenas como uma mercadoria capaz de dar lucros. Para o caso específico do Porto, que de alguma maneira também está na conjuntura citada acima, pois obviamente a Zona Portuária faz parte da cidade, exploramos o acervo do jornal O Globo em busca de matérias que apontassem como a Fundação Roberto Marinho, uma das maiores investidoras da OUC, compreende que as práticas culturais locais podem servir como uma grande ferramenta em prol dos objetivos dos agentes hegemônicos que atuam na reestruturação. Como resultado, encontramos mais de

600 reportagens que dialogavam com a temática. Dentre elas, apresentamos e discutimos as que sintetizavam o pensamento e que falavam especificamente sobre o papel do carnaval de rua da área. Tendo isso em vista, foi possível verificar que o processo de gentrificação em curso na Zona Portuária é prolongado até o carnaval de rua e gera impactos em sua organização. Nesse contexto, consideramos que o carnaval de rua da área vem sendo utilizado para alavancar a gentrificação do Porto, mas, como vimos ao longo da pesquisa, também serve como instrumento de resistência.

Outro ponto importante debatido ao longo do trabalho foi o de que a Zona Portuária tem se desenhado enquanto uma nova “fronteira urbana” para a acumulação do capital e também em relação à chegada de novos blocos e foliões com características socioespaciais diferentes dos moradores e blocos locais. Para realizar essa discussão, recorremos, sobretudo, às obras do geógrafo Neil Smith. Compreendemos que a chegada de novas empresas e de grandes agentes capitalistas nacionais e internacionais ao local, a construção de novas formas e a realização de novas funções voltadas para um público com maior poder aquisitivo, o aumento do preço da terra e a visão do poder público sobre a chegada de “pioneiros”, dão à área um caráter fronteiro para a acumulação capitalista. Em relação ao carnaval de rua, acompanhamos de perto a movimentação da festa no Porto. Monitoramos a chegada de novos blocos à área e também como os blocos locais estavam situados na dinâmica espacial contemporânea. A respeito disso, estivemos atentos às redes sociais de diversos blocos, às páginas em redes sociais e sites ligados à Zona Portuária, sites que divulgam eventos pela cidade, grupos de *Whatsapp* sobre o carnaval, “boca a boca” de pessoas do meio carnavalesco, além de trabalhos de campo nos blocos e eventos fechados que contaram com a participação de blocos e entrevistas com organizadores e foliões. Verificamos que dezenas de blocos de fora da Zona Portuária buscaram o local para realizar os seus eventos, demonstrando a grande atração que a área passou a exercer para um determinado estilo de blocos e conseqüentemente para o seu nicho de foliões. Por meio de entrevistas com organizadores(as) de blocos de fora do Porto, compreendemos as variadas contrapartidas para os blocos que passaram a realizar eventos nas ruas e nos antigos galpões refuncionalizados e o perfil espacial de seus integrantes e foliões. Tais blocos são majoritariamente compostos por pessoas de Classe Média. Realizamos essa afirmação baseado nas entrevistas realizadas que levaram em conta pontos como a média de renda dos foliões, os locais de moradia, os locais de ensaio dos blocos, os modais utilizados para chegar ao Porto, as opiniões sobre a OUC etc. Diferentemente dos números oficiais disponíveis para a área, nossos campos e entrevistas

evidenciaram um perfil distinto entre as pessoas que estão chegando ao Porto para esses eventos e os moradores.

Através das entrevistas realizadas, constatamos que a Zona Portuária passou a atrair diversos blocos e foliões que não realizavam os seus eventos no Porto ou frequentavam o espaço. Outro destaque é que não observamos conflitos entre os blocos vindos de fora e os blocos da área, tampouco entre apenas os blocos da área. Quando perguntados sobre a temática, os organizadores dos blocos do Porto disseram enxergar com naturalidade e tranquilidade a chegada de outros blocos. No que tange às entrevistas realizadas nos eventos dos blocos de fora do Porto, estas apontaram, por exemplo, que a maior parte dos foliões começaram a ir em blocos na área a partir dos últimos cinco carnavais (2016 até 2020). Ainda segundo as entrevistas, essa maior atração deu-se devido à reestruturação em curso na Zona Portuária. Os dados também mostraram que o perfil médio desses foliões é característico com a conceituação que escolhemos trabalhar sobre a Classe Média.

Complementando o exercício de análise da temática, estruturados sobretudo pelas obras do filósofo francês Henri Lefebvre (2001, 2002, 2006, 2008), mas também em Harvey (2014), Carlos (2020), Simas (2020) entre outros, registramos as resistências empreendidas por blocos de rua e a conexão entre estas resistências e a noção de direito à cidade. Através de entrevistas, pesquisas de matérias jornalísticas e a vista de *lives* realizadas pelo bloco Comuna Que Pariu, destacamos algumas ações que acreditamos estar contidas no direito à cidade e as suas conexões com o Porto. Como exemplo, podemos citar ações realizadas pelos Blocos Escravos da Mauá, Fala Meu Louro e Prata Preta. Nesse momento, também apontamos o pensamento de alguns organizadores do que poderia ser feito para que a OUC Porto Maravilha não prejudicasse os moradores da área. Algumas ações de blocos de fora do local, mas que tiveram contato com a área pelo menos no carnaval de 2020, também foram apresentadas, como é o caso do bloco O Baile Todo. Concluimos que as ações levantadas durante o texto podem ser consideradas como a práxis do direito à cidade, pois visam e colaboram com a produção de um espaço urbano menos fragmentado e mais articulado.

Em nossa visão, a ligação entre as teorias e práticas da gentrificação e do carnaval de rua utilizado como instrumento de sustentação do processo, mas também de resistência pôde ser exemplificada no caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Não obstante, a teoria sobre a gentrificação e a utilização das práticas culturais para legitimar o processo se unem perfeitamente àquilo que observamos no Porto Carioca. No espaço do Porto pudemos ver a prática do processo de gentrificação através do aumento do preço do metro quadrado, das remoções, da chegada de grandes empresas, de novas formas e funções etc. Paralelo a isto, a

prática no que tange o carnaval de rua pôde ser vista na chegada de blocos e foliões de classes distintas dos moradores e blocos da área, além da atuação do Poder Público, através de Documentos Oficiais, e da grande mídia que atua de maneira a utilizar o carnaval em prol da reprodução do capital. Entretanto, cabe novamente ressaltar que as resistências a essas tentativas também são empreendidas e devem ser levadas em conta na análise, pois a produção do espaço nunca está dada, mas sempre em disputa.

Dessa forma, recapitulando o que fora anteriormente exposto, concluímos que, a OUC Porto Maravilha impacta diretamente nas formas e funções da Zona Portuária Carioca e nas dinâmicas do carnaval de rua da área através da atração de novos blocos e novos públicos para o local; há um processo de gentrificação em curso no Porto que se estende ao carnaval, assim impactando-o de diversas formas; há a utilização do carnaval de rua por parte de determinados agentes hegemônicos para legitimar a gentrificação do local; este mesmo carnaval é dinâmico e cria formas de resistência por meio de alguns blocos apresentados ao longo do trabalho; após o início da OUC, dezenas de blocos e milhares de foliões de outras zonas da cidade foram atraídos para a área na esteira das mudanças ocorridas no arranjo espacial da Zona Portuária; muitos destes blocos realizam eventos privados nos antigos galpões que tinham funções portuárias e hoje abrigam eventos destinados a um seletivo público; por fim, constatamos que o perfil socioespacial médio dos integrantes da maior parte dos blocos e foliões que estiveram no Porto no carnaval de 2020 é de Classe Média.

Salientamos que, em nenhum momento, tivemos a ilusão que esse, ou qualquer outro tema, pudesse ser esgotado em sua discussão. Assim, buscamos dar nossa contribuição a um longo e infundável debate que se abre a partir da localização das práticas culturais nos processos de gentrificação. Além disso, acreditamos que o trabalho possa ser visto futuramente, ao desenrolar do processo estudado, como uma rica fonte de consulta de como estava a situação à época que escrevemos. Dessa maneira, esperamos contribuir com possíveis estudos que busquem analisar a gentrificação da Zona Portuária e o carnaval de rua da área central da cidade.

Trazemos para debates futuros alguns pontos que ainda nos inquietam. Acreditamos que, ao longo do trabalho, tenha ficado nítido o perfil de Classe Média dos blocos e dos foliões que estão sendo atraídos para a Zona Portuária após o início da OUC. Não sendo a questão tão simples, também observamos que por mais que a maior parte de seus integrantes e foliões seja oriunda da Classe Média, estes se opõem ao dito carnaval oficial e mercantilizado proposto e imposto pela Prefeitura. Isto posto, nos questionamos se com o possível aprofundamento da reestruturação e da gentrificação do Porto, o Poder Público não tentará

barrar esses blocos de desfilarem na área e reorganizar o local em dias de momo apenas para os blocos que se alinharem aos propósitos do carnaval enquanto uma mercadoria à serviço dos agentes hegemônicos da gentrificação.

Outra questão que consideramos interessante de acompanhar é o caso do Largo de São Francisco da Prainha. O local, neste momento, tem atraído grande número de jovens, aparentemente de Classe Média, para a cena cultural. Ambientes como a Casa Porto, o Bafo da Prainha e a "startup de tecnologia de rua"¹⁵² ficam à frente da atração e têm chamado a atenção da mídia. Como citado anteriormente, o bairro da Saúde, inclusive, foi considerado um dos bairros mais legais do mundo e diversos pontos culturais (alguns do Largo) foram levantados para sustentar o resultado. Citado por um de nossos entrevistados e comprovado por nós em três oportunidades que estivemos no local no ano de 2021, os bares do Largo, que estão cobrando preços elevados em seus produtos, se juntaram e proibiram o trabalho de vendedores ambulantes no local. Pelo fato da gentrificação ser um processo, ou seja, estar em constante movimento, teremos que acompanhar mais de perto os próximos anos para vermos como o jogo de forças entre os agentes vai se desenrolar, mas acreditamos que o “modelo” do Largo da Prainha é aquele que os agentes gentrificadores querem que predomine na área.

Para citar um exemplo de que até há uma certa tendência, mas nada está dado, em 2021, constatamos que o prédio do antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas, localizado na Avenida Venezuela, nº 53 (próximo à Praça Mauá), foi reocupado. Buscamos maiores informações sobre o movimento, mas não conseguimos. Entretanto, a reocupação nos surpreendeu e nos demonstrou que ainda há muita luta a ser realizada na área. Para onde caminharemos vai depender da correlação de forças entre os agentes hegemônicos e aqueles que lutam para que a gentrificação não ocorra. Tendo isso em vista, acreditamos que o processo de gentrificação possa ser freado ou até mesmo interrompido, a depender das lutas que se desenrolarão nos próximos anos. Continuaremos a acompanhar o caso através de futuras pesquisas e quem sabe na atuação prática junto a algum movimento social da área. Por ora, a tarefa do dia continua sendo a mesma: sigamos em busca de um espaço totalmente justo!

¹⁵²Para mais sobre o assunto veja: <<https://vejario.abril.com.br/comer-e-beber/tendinha-largo-de-sao-francisco-da-prainha/>>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. GEOUSP, São Paulo, v. 1, n. 7, 2000. p. 13-25.

_____. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2013. 155 p.

ALBINATI, Mariana Luscher. Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária carioca. E-metropolis, nº29, 2017. p. 23-31.

ANDRADE, J. C. Urbanização corporativa e a revalorização de áreas centrais: uma luz na geografia das desigualdades. 2007. 322 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANGOTTI, Fabíola Belinger; RHEINGANTZ, Paulo A.; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Performações e múltiplas realidades do Porto Maravilha: entre consensos, resistências e controvérsias na zona portuária do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, 2019. p. 1-19.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 1998. 188 p.

_____. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. 8. ed., Petrópolis, RJ, 2013. 192 p.

ARAÚJO, Hiram. Carnaval: Seis Milênios de História. 2a ed., Rio de Janeiro, Gryphus, 2003. 227 p.

ATKINSON. Does gentrification help or harm urban neighbourhoods? An assessment of the evidence-base in the contexto f the new urban agenda. Reino Unido: Centre for Neighbourhood Reaserch Papers, nº 5, 2002.

AZEVEDO, André Nunes; PIO, Leopoldo Guilherme. Entre o porto e a história: revitalização urbana e novas historicidades no porto do Rio de Janeiro com vistas às Olimpíadas de 2016. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, set./dez. 2016. p. 185 - 208.

BASTOS, Rafael José de Menezes. Ensaio sobre Adoniran um estudo antropológico sobre a " Saudosa maloca". Revista brasileira de ciências sociais, v. 29, 2014. p. 25-41.

BADARÓ, Marcelo. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. Boitempo Editorial, 2019. 160 p.

BORBA, Tuanni. O Patrimônio da União no âmbito do Porto Maravilha. In: Observatório das Metrôpoles. 2017. Disponível em:

<<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/o-patrimonio-da-uniao-no-ambito-do-porto-maravilha/>> Acesso em: 11 de agosto de 2020.

BURGESS, E. W.. "The growth of the city". In: PARK, R. E. (et. al.). The city. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1967. p. 71-78.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direito à cidade". In: Revista Direito e Práxis. Rio de Janeiro, V.11, N.01, 2020. p. 349-369.

CHALHOUB, Sidney. Classes pobres, classes perigosas. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOU, José Walter Teles; ANDRADE, José Roberto de Lima. Intervenção urbana e patrimônio cultural. SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS , v. 1, 2005. p. 1-10.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:2013. 140 p. Disponível em:<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: editora Ática, 1989. (Série Princípios). 94 p.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In: Introdução à Geografia Cultural, (orgs) R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. Revista Cidades, v. 4, n. 6, 2007a. p. 62-72

_____. Formas simbólicas espaciais e política. In: Conferencia Internacional: aspectos culturales em las geografías económicas, sociales y políticas. 2007b. 5 p.

_____. Economia, cultura e espaço. In: Coleção Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERj, 2010. 114 p.

_____. Cultura, política, economia e espaço. In: Espaço e Cultura, n. 35, 2014. p. 27-40.

_____. Monumentos, política e espaço. Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales, v. 9, 2005. p. 181-204.

_____. Caminhos paralelos e entrecruzados. São Paulo: SciELO-Editora UNESP, 2018. 321 p.

COULON, Alain. A Escola de Chicago. [Tradução Tomás R. Bueno]. São Paulo: Papyrus, 1995. 135 p.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da Folia: Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 432 p.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979. 271 p.

DE AMICO, Alexandro Souza. A centralidade dos grandes aparelhos culturais nos projetos de revalorização de áreas centrais: o Porto Maravilha no Rio de Janeiro. 2018. 62 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

DINIZ, N. Porto Maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 68 p.

FAULHABER, Lucas. Rio Maravilha: prática, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. 2012. 105 p. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

_____; AZEVEDO, Lena: SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2015. 123 p.

FRANCISCO, Myriam Tschiptschin. Qualidade ambiental a partir das áreas livres e vegetadas: o caso da Operação Urbana Porto Maravilha. 2016. 190 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.

FERNANDES, Rita. Meu bloco na rua: a retomada do carnaval de rua do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 207 p.

FERREIRA, Felipe. Rio de Janeiro, 1850 - 1930: a cidade e o seu carnaval. Revista Espaço e Cultura. Rio de Janeiro. Nº9-10. dezembro-janeiro/2000. p. 7-34.

_____. O Livro de ouro do carnaval brasileiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 421 p.

_____. Festa do povo: o carnaval carioca na virada do século XIX como síntese da brasilidade. In: ABREU, Maurício (org.). Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 154-175.

_____. Festejando. In: Revista Observatório do Itaú Cultural. Nº 14. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. p. 59-69.

FERREIRA, Julio Cesar Valente. Os blocos de enredo do carnaval carioca: identidade e organização. PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, 2016. p. 62-78.

FRYEDBERG, Marina Bay. Seguindo o Cordão: uma etnografia das trocas nos blocos de carnaval de rua na cidade do Rio de Janeiro. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2014. p. 1-15.

_____. Ó abre alas: cultura e economia através da festa dos blocos do carnaval de rua na cidade do Rio de Janeiro. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 9, n.2, jun./dez. 2016, p. 605-625.

GEERTZ, C. – A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1989. 224 p.

GIANNELLA, Letícia. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro: relações de poder e luta pela efetivação de territórios. In: Caderno de debates 5: Zona Portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos. Rio de Janeiro: FASE - Solidariedade e Educação, 2015. p. 13-25.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 200 p.

GLASS, Ruth. “Introduction: aspects of change”. In: Centre for Urban Studies (org.). London: aspects of change. London: Mackibbon and Kee, 1964.

GÓES, Fred. Brasil: O país de muitos carnavais. In: Revista Observatório do Itaú Cultural. Nº 14. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. p. 61-70.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 310 p.

GIDDENS, Anthony; The class structure of the advanced societies. London: Hutchinson, 1973.

GRAND JUNIOR, João. Cultura, criatividade e desenvolvimento territorial na cidade do Rio de Janeiro: o caso da Rede Carioca de Roda de Samba. 2017. 191 p. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

HARVEY, David. The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the Marxian theory. Antipode, v. 7, n. 2, 1975. p. 9-21.

_____. The urban process under capitalism: a framework for analysis. International journal of urban and regional research, v. 2, n. 1-3, 1978. p. 101-131.

_____. Monumento e Mito. Anais da Associação de Geógrafos Americanos, v. 69, n. 3, 1979. p. 362-381.

_____. A Justiça social e a Cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. 291 p.

_____. Consciousness and the Urban Experience. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1985. 293 p.

_____. The urban experience. JHU Press, 1989. 293 p.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento à transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Revista Espaço e Debates. São Paulo: Neru, n. 39, jun/1996. p. 48-64.

_____. Espaços de Esperança. 7ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 384 p.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

_____. Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 592 p.

_____. Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 349 p.

HERSCHMANN, Micael. Apontamentos sobre o crescimento do carnaval de rua no Rio de Janeiro no século XXI. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 36, n. 2, jul-dez/2013. p. 267-289.

_____. Ambulantes e prontos para a rua: algumas considerações sobre o crescimento das (neo) fanfarras no Rio de Janeiro. Logos, v. 2, n. 24, 2014. p. 1-19.

LEES, Loretta. et. al. Gentrification. Nova Iorque: Routledge, 2008. 267 p.

LEES, Loretta. The geography of gentrification: Thinking through comparative urbanism. Progress in human geography, v. 36, n. 2, 2012. p. 155-171.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Trad. R.E Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

_____. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 179 p.

_____. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006. 476 p.

_____. Espaço e política. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 192 p.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras/Universidad de Buenos Aires, 1997.

LUKÁCS, Georg. Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018. 272 p.

MACHADO, Fernanda Amim Sampaio. Ei você aí, me dá um dinheiro aí?: conflitos, disputas e resistências na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2017. 248 p.

MAGALHÃES, Livia Maria de Souza. Morando na Zona Portuária: reflexões sobre habitação de interesse social no Porto Maravilha. 2018. 187 p. Dissertação (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 4, 2000, p. 21-33

_____. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 7ª Ed. 2013. 204 p.

MENDES, Luís. O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. nº 01, ano 1 / maio de 2010 / Rio de Janeiro: e-metropolis, 2010. p. 21-33.

MONIÉ, Frédéric; DA SILVA, Vivian Santos. O projeto Porto Maravilha de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro entre inovações e retrocessos na produção do espaço urbano. Revista Transporte y Territorio, n. 12, 2015. p. 110-126.

MORAES, Eneida de. História do Carnaval Carioca. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958. 315 p.

MOREIRA, Clarissa. Porto do Rio. Um apelo. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 12, n. 134.02, Vitruvius, set. 2011 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.134/4024>>.

NERI, M. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro: CPS-FGV, 2008. 70 p.

PEREIRA DO NASCIMENTO, Bruno. Reestruturação espacial na Zona Portuária do Rio de Janeiro: gentrificação e coesão espacial. 2017. 2010 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

_____. Gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 41, 2019. p. 45-64.

PIMENTEL, João. Blocos: uma história informal do carnaval de rua. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 109 p.

PINTO G. J. Planejamento Estratégico e City Marketing: a nova face das cidades no final do século XX. Caminhos de Geografia, mar/ 2001. p. 17-22.

PIO, Leopoldo Guilherme. Do Corredor Cultural ao Porto Maravilha: mudança de paradigma? In: Anais do V SEMINÁRIO Internacional – Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio/2014

POCHMANN, M. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In: Danilo (org.): A “Nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político”. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. p. 156-170.

POULANTZAS, Nicos. On social classes. *New Left Review*, n. 78, 1973. p. 27

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1999. 238 p.

RABHA, Nina de Carvalho Elias. *Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro*. 1984. 251p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

_____. *Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro*. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1985. p. 35-44.

_____. *Centro do Rio: perdas e ganhos na história carioca*. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SALATA, André Ricardo. *A Classe Média Brasileira: posição social e identidade de classe*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. 195 p.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 16, jun. 2001. p. 31-49.

_____. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2. ed., Chapecó, SC: Argos, 2010. 555 p.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 176 p.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: 2ª ed. EDUSP, 2008. 433 p.

SAPIA, Jorge Edgardo; ESTEVÃO, Andréa Almeida. Considerações a respeito da retomada carnavalesca: o carnaval de rua no Rio de Janeiro. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 9, n. 1, 2012. pp. 203-220.

SIMAS, Luiz Antonio. *Matéria Bruta 7: carnaval e samba*. Canal Curta! 19 fev. 2020. Podcast. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f0Yby0gouoQ>>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

SILVA, Alberto. *Porto Maravilha, Cidadania e Cultura*. *Revista Porto Maravilha*. nº 4, abril de 2011. 10 p.

SMITH, Neil. *Toward a theory of gentrification a back to the city movement by capital, not people*. *Journal of the American planning association*, v. 45, n. 4, 1979a. p. 538-548.

_____. Gentrificação e capital: prática e ideologia in Society Hill. *Antipode*, v. 11, n. 3, 1979b. p. 24-35.

_____. Gentrification and the rent gap. In: *Annals of the Association of American Geographers*. v.77, nº 3, P. 462-465, 1987.

_____. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. London: Routledge, 1996. 267 p.

_____. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, v. 34, n. 3, 2002. p. 427-450.

_____. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. In: *GEOUSP (Revista Eletrônica) Espaço e Tempo*. n. 21, 2007, p. 15-31.

SMITH, Neil; DEFILIPPIS, James. The reassertion of economics: 1990's gentrification in the Lower East Side. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 23, n. 4, 1999. p. 638-653.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. 2ª ed. Editora ufmg, 2012. 404 p.

_____. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil: 2018. 288 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a agora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

_____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p.

_____. *O direito ao Centro da cidade*. Publicado em: 03/04/2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=37960>>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

_____. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2013. 319 p.

_____. *A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. (orgs.): *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2018a. p. 147-166.

_____. *Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista"*. In: VASCONCELOS, Pedro A. de; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI,

Silvana M. (orgs.): A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018b. p. 127-146.

SOJA, Edward Willian. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 323 p.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales, n. 11,, 2007. p. 10.

STROHAECKER, T. M. A Zona Periférica ao Centro: Uma revisão Bibliográfica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, n.4, out./dez. 1988. p. 171- 183.

TURAZZI, Maria Inêz. Rio, um porto entre dois tempos: modos de ser, modos de conhecer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016. p. 176.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. A antítese da reforma urbana e sua atualização na operação consorciada Porto Maravilha. 2018. 288 p. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2018.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. 8. ed., Petrópolis, RJ, 2013. 292 p.

WACQUANT, L. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. Thesis Eleven, n. 91, 2007. <https://doi.org/10.1177/0725513607082003>. p. 66–77.

XAVIER, Priscilla Oliveira. Do Porto ao Porto Maravilha. Considerações sobre os discursos que (re)criam a cidade. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro. 2012.

ZUKIN, S.. Gentrification: culture and capital in the urban core. American Review of Sociology, n. 13, 1987. p. 129-147.

DECRETOS E LEIS

RIO DE JANEIRO. DECRETO nº 30393, de 8 de janeiro de 2009. Poder executivo.

RIO DE JANEIRO. DECRETO Nº 30.659, DE 7 DE MAIO DE 2009. Poder Executivo.

RIO DE JANEIRO. DECRETO Nº 32.664 ,DE 11 DE AGOSTO DE 2010. Poder Executivo.

RIO DE JANEIRO. LEI COMPLEMENTAR. n.º 101, de 23 de novembro de 2009. Poder Executivo.

RIO DE JANEIRO. LEI COMPLEMENTAR. n.º 102, de 23 de novembro de 2009. Poder Executivo.

RIO DE JANEIRO. PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2009-2012) Pós-2016: o Rio mais integrado e competitivo. Poder Executivo.

RIO DE JANEIRO. PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2013-2016) Pós-2016: o Rio mais integrado e competitivo. Poder Executivo.

RIO DE JANEIRO. PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2017-2020) Rio 2020: mais solidário e humano. Poder Executivo.

RIO DE JANEIRO. RIOTUR. PLANO ESTRATÉGICO RIOTUR (2017-2020). Poder Executivo.

ANEXOS

MODELO DE APOIO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS FOLIÕES DOS BLOCOS DA ZONA PORTUÁRIA.

[ATENÇÃO! Esta pesquisa é exclusivamente para fins acadêmicos. A identidade da(o) entrevistada(o) será integralmente preservada]

1. Você é morador(a) da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro?
2. Caso não, em qual bairro você reside? Se for fora da cidade do Rio de Janeiro, diga a cidade e o estado de residência. Caso seja fora do Brasil, diga o país.
3. Quantos anos você tem?
4. Você se define com qual cor de pele?
5. Qual o seu grau de instrução formal?
6. Qual a sua ocupação?
7. Esta foi a primeira vez que você frequentou um bloco na zona portuária?
8. Caso a resposta anterior seja não, desde qual ano você frequenta blocos na Zona Portuária?
9. O que te fez escolher ir a um bloco na área?
10. Qual(is) bairro(s) da zona portuária você foi em bloco (s) nesse carnaval?
11. Caso você não saiba em qual bairro estava o bloco que você frequentou, pode escrever aqui o lugar. Ex: Praça Mauá, Praça da Harmonia, Boulevard Olímpico etc.
12. Qual a sua renda média familiar?
13. Qual meio de transporte você utilizou para chegar nos blocos da Zona Portuária?
14. Qual bebida você consome nos blocos?
15. Caso a resposta anterior seja "cerveja", qual marca você costuma beber?
16. Você frequenta a Zona Portuária em outras épocas do ano?

17. Caso sim, o que você costuma fazer pela área em épocas que não sejam o carnaval?
18. Desde 2009, a Zona Portuária vem passando por profundas mudanças em seu espaço. O que você acha dessas transformações que estão ocorrendo na área através da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha?

MODELO DE APOIO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS ORGANIZADORES DOS BLOCOS DA ZONA PORTUÁRIA.

[ATENÇÃO! Esta pesquisa é exclusivamente para fins acadêmicos.]

1. Qual é o seu nome?
2. Você reside atualmente no Porto?
3. Com o que você trabalha?
4. Como surgiu o seu envolvimento com o carnaval de rua?
5. Como surgiu o bloco?
6. É um bloco oficial?
7. Qual a forma de financiamento do bloco?
8. Existe algum financiamento oriundo dos órgãos do Porto, como dos 3% da Cedurp destinados à cultura local, por exemplo?
9. O bloco tem sede?
10. Onde acontecem os ensaios?
11. Há oficina musical?
12. Como foi pensado o itinerário?
13. O bloco faz parte de alguma liga carnavalesca?
14. Os integrantes residem no Porto?
15. Há muitos músicos profissionais?

16. Houve crescimento do bloco nos últimos anos? Caso sim, você acha que há alguma ligação com a OUC Porto Maravilha?
17. Como é a relação do bloco com os outros blocos da área?
18. Como é a relação do bloco com os moradores e comerciantes locais e empresas que chegaram à área?
19. Em nossa pesquisa, constatamos a chegada de dezenas de blocos de fora na Zona Portuária para desfilar ou realizar eventos fechados na área, como você enxerga esse processo?
20. Como mais ou menos você diria que é o perfil socioespacial médio dos integrantes do bloco?
21. O que você acha da OUC Porto Maravilha?
22. Qual é o papel que você acha que cabe ao carnaval de rua do Rio de Janeiro?

MODELO DE APOIO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS ORGANIZADORES DOS BLOCOS DE FORA DA ZONA PORTUÁRIA, MAS QUE REALIZARAM ALGUM TIPO DE EVENTO NA ÁREA.

[ATENÇÃO! Esta pesquisa é exclusivamente para fins acadêmicos.]

1. Qual é o seu nome?
2. Onde você reside?
3. Com o que você trabalha?
4. Como surgiu o seu envolvimento com o carnaval de rua?
5. Como surgiu o bloco?
6. É um bloco oficial?
7. Como se deu a escolha de desfilar e/ou realizar um evento fechado no Porto? Foi a primeira vez no carnaval de 2020?
8. Como foi a escolha do itinerário e/ou do lugar que realizou o evento fechado?
9. Houve algum diálogo com blocos da área?

10. Quando você foi a um bloco na área pela primeira vez? Você foi a outros blocos na área no carnaval de 2020?
11. Você costuma frequentar a área fora do período de carnaval? Caso sim, para fazer o quê?
12. No carnaval, você chegou ao local através de qual meio de transporte?
13. Qual a forma de financiamento do bloco?
14. O bloco tem uma sede?
15. Onde acontecem os ensaios?
16. Há oficina musical?
17. O bloco faz parte de alguma liga carnavalesca?
18. Onde reside a maior parte dos integrantes?
19. Há muitos músicos profissionais?
20. Como mais ou menos você diria que é o perfil socioespacial médio dos integrantes do bloco?
21. Para os com eventos fechados, qual a contrapartida para o bloco nesses eventos?
22. O que você acha da OUC Porto Maravilha?
23. Qual é o papel que você acha que cabe ao carnaval de rua do Rio de Janeiro?